



Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Alexandre Fuccille
(Organizadores)

VISÕES DO SUL

*Crise e Transformações do
Sistema Internacional*



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

VOLUME 1

VISÕES DO SUL

RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS
ALEXANDRE FUCCILLE
(ORGANIZADORES)

VISÕES DO SUL:
crise e transformações do sistema internacional

Volume 1

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

Marília
2016



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
Copyright© 2016 Conselho Editorial

Diretor:

Dr. José Carlos Miguel

Vice-Diretor:

Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Imagem da capa: <https://blogdofecunha.wordpress.com/category/personagens-da-historia/>

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

V832 Visões do Sul : crise e transformações do sistema internacional / Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Alexandre Fuccille (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016.

288p

2 v. : il.

Inclui bibliografia

Apoio: FAPESP

ISBN 978-85-7983-790-6 (v.1 - impresso) – ISBN 978-85-7983-789-0 (v.1 - digital)

ISBN 978-85-7983-792-0 (v.2 - impresso) – ISBN 978-85-7983-793-7 (v.2 - digital)

1. Relações internacionais – Filosofia. 2. Relações econômicas internacionais. 3. Segurança internacional. 4. América do Sul – Relações exteriores. I. Passos, Rodrigo Duarte Fernandes dos. II. Fuccille, Alexandre.

CDD 327.8

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Prefácio <i>Shiguenoli Miyamoto</i>	7
Apresentação O Sul como norte de reflexões e análises relevantes.....	15
SEÇÃO I	
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O SUL	
E O SISTEMA INTERNACIONAL	
Democracia e estado de direito no pensamento de Franz Neumann <i>Gustavo Pedroso</i>	23
O tema da paz no século XX <i>Rafael Salatini</i>	35
Visões do Sul: o Marxismo e o Pensamento Crítico nos <i>Estudos Subalternos Indianos</i> <i>Marcos Costa Lima; Carolina Soccio Di Manno de Almeida</i>	53
Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência? Uma avaliação preliminar <i>Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos</i>	81
Teoria de Relações Internacionais e a concepção de política exterior: uma reflexão em Gramsci <i>Meire Mathias</i>	97
Hegemonia e violência política: um estudo sobre direção, coerção e subversão <i>Leandro Galastrri</i>	115

SEÇÃO II

O SUL E AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

CONTEMPORÂNEAS GLOBAIS

Instituições Internacionais, Crise Europeia e Democracia: Singularidades da reinvenção brasileira no após 1988 <i>Alberio Neves Filho</i>	133
A “Grande Recessão”, Moeda, Lucro e o Continente Europeu <i>Alberto Handfas</i>	161
A União Europeia na crise do capitalismo global: a política de austeridade <i>Francisco Luiz Corsi</i>	179

SEÇÃO III

A AMÉRICA DO SUL E OS ESTADOS UNIDOS

Los desafíos de América de Sur frente a Estados Unidos en la segunda década del siglo XXI <i>Anabella Busso</i>	201
O Reposicionamento Estratégico dos Estados Unidos na América do Sul <i>Cristina Soreanu Pecequilo</i>	229
Estados Unidos e América do Sul: a perspectiva a partir do Brasil <i>Tullo Vigevani; Juliano A.S. Aragusuku</i>	247
Sobre os autores.....	283

PREFÁCIO

De maneira simplificada, o sistema internacional pode ser entendido como uma constelação de atores com capacidades assimétricas, dotados de espírito próprio, portanto com demandas e interesses particulares, o que torna cada agente único, ainda que muitos apresentem semelhanças e identificações entre si. Os Estados nacionais, como agentes mais importantes, que o compõem, interagem entre si, em termos bilaterais e multilaterais, formatando uma pirâmide de poder. Ainda que não haja uma classificação “oficial” sobre o poder entre as nações, proliferam nomenclaturas como grandes potências, potências médias, potências regionais, potências intermediárias ou potências emergentes e o lugar que cada Estado ocupa no jogo do xadrez internacional. A maioria dos países não se enquadra em nenhuma dessas categorias (todas discutíveis conceitualmente, daí a existência de inúmeras tipologias/classificações) consideradas potências. Embora tipologias desta natureza sejam passíveis de ressalvas, pela imprecisão em mensurar as capacidades tangíveis e intangíveis de duas centenas de Estados-Nação, é inegável, contudo, que são claras as distinções que entre eles existem, de tal forma que aqueles situados em condições desfavoráveis apregoem, frequentemente, a necessidade de construção de uma nova ordem mundial e a reformulação do sistema internacional em moldes distintos dos então vigentes.

Em clássico livro (*O mundo restaurado*) sobre o cenário político do século XIX, onde abordou a ordem pós 1815, Henry Kissinger ressaltou que a estabilidade do sistema internacional muitas vezes é resultado de uma legitimidade por todos acatada. E deixava claro que “estabilidade,

no caso, nada tinha a ver com justiça, mas com um consenso internacional das grandes potências sobre como deve funcionar o mundo, apoiado em fins e métodos entendidos como admissíveis e que possam ser utilizados em política exterior” (p.1).

Ao que parece, a interpretação de Kissinger sobre o século XIX poderia ser, ainda, aplicada sem grandes discrepâncias nos dias atuais. O que se tem verificado é que aquelas nações situadas no topo da pirâmide, e que hoje poderiam ser denominadas de G8, ditam as regras internacionais segundo suas próprias conveniências, jamais abrindo mãos de parcelas de poder. Se não conseguem fazer com que o resto do mundo siga ou obedeça fielmente as prescrições para suas políticas públicas, pelo menos impedem que grandes decisões sejam tomadas contra seus interesses. Mesmo porque as decisões que impactam as relações mundiais nos planos político, econômico e militar tem passado, necessariamente, pelo crivo dessas grandes potências.

O duro jogo das relações internacionais está longe, muito distante dos modelos que julgam necessário a eliminação, ou na impossibilidade dessa, a diminuição da distância que separa os grandes dos pequenos, dos desenvolvidos e daqueles em estágios diferenciados de desenvolvimento.

Poder-se-ia dizer que os grandes Estados mostram-se insensíveis à maioria das demandas dos demais países, ainda que dependam, pelo menos em parte, desses mercados para a manutenção e expansão de suas economias e de seu bem-estar. Daí, por exemplo, a reticência dos países europeus e dos Estados Unidos com relação à política de absorção de imigrantes, seja daqueles ao longo de suas fronteiras, seja daquelas nações que, mais distantes, procuram abrigo em países livres de conflitos que as atingem.

Essa estrutura do sistema internacional, da forma como se encontra modelada, dificilmente será rompida, ocorrendo [como historicamente se verifica] a substituição de um grande ator por outro, de fora dos principais centros, e que passa a jogar papel de igual importância na definição das políticas globais, como possivelmente se verificará com algum dos países que hoje ainda chamamos de emergentes.

A entrada de nações geograficamente localizadas fora do eixo Europa-Estados Unidos ao centro do poder mundial, contudo, é resultado de trabalho longo e árduo, e nem sempre aceito passivamente pelas poten-

cias, que até então desfrutavam isoladamente das benesses e das responsabilidades pela condução dos destinos do mundo.

O aumento do poder nacional de cada país, e a anuência do “núcleo dirigente” do mundo, são condições imprescindíveis para que ocorram transformações significativas no cerne do sistema internacional, alterando as correlações de poder, nos planos político, econômico, militar e cultural.

Por isso mesmo, ainda que medidas restritivas existam e coíbam políticas que possam ser consideradas danosas ou perigosas para a comunidade internacional, as mesmas continuam sendo implementadas à margem dos acordos e tratados, como se não tivessem que cumprir o estabelecido em instâncias multilaterais.

Se isso se verifica no plano das relações internacionais, em sentido amplo, tanto no relacionamento bilateral, quanto no plano das organizações internacionais, situação parecida se observa no que diz respeito ao uso de instrumentos conhecidos como *softpower* no cotidiano das nações, através dos meios de comunicação impressos e falados, pela cultura, investimentos em áreas sensíveis (como educação, pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia) e influências das mais distintas formas, mantendo ou aumentando o controle das mesmas concepções de mundo sobre os demais.

É o que se tem observado há décadas, por exemplo, com a área de Relações Internacionais, em que a bibliografia colocada à disposição dos estudantes, é fundamentalmente de origem anglo-saxã, oriunda de países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Pode-se alegar, com justa razão e creditar-lhe importância, que isso ocorre porque foi em países como esses que o estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais primeiramente surgiu e se desenvolveu, daí investimentos terem sido feitos em grandes universidades, ao longo de várias décadas, e de onde provém toda a produção intelectual que explica não apenas o papel de seus países no mundo, mas como este funciona ou deva ser estruturado.

Os demais países têm absorvido e reproduzido, destarte, concepções de mundo oriundas e distantes de suas realidades, basicamente produzidas segundo prismas do Hemisfério Norte.

Longe de apoiar-se no discurso fácil de que tal literatura, por demais importante é necessário reconhecer, deve ser meramente rejeitada, por motivos como os anteriormente citados, é conveniente que obras sejam produzidas e divulgadas segundo outras perspectivas. Isso se torna interessante, não para contrapor-se denunciando imperialismos, mas para mostrar que nem sempre as interpretações existentes devam ser únicas ou sirvam para explicar o que ocorre em todas as latitudes. Ou seja, a realidade é sempre distinta, dependendo do lugar em que se encontra o observador, estando ele localizado no Oriente Médio, no sudeste asiático, no continente africano ou na América Latina. Nesses casos, são análises que poderiam ser identificadas como particulares dos países do Sul, e que não necessariamente coincidem com as óticas como o mundo é percebido através da literatura produzida acima da linha do Equador.

Na realidade, a preocupação em produzir textos com perspectivas distintas daquelas escritas nos grandes centros hegemônicos não é recente. Desde os anos 1970, isso pode ser verificado, se bem que de forma modesta, em partes do mundo, por exemplo, através da teoria da dependência, ou focalizando as divergências no âmbito do relacionamento Norte-Sul.

Ainda que a divulgação e o impacto de tal produção tenha se limitado basicamente às regiões menos desenvolvidas, dificultada também pelo alcance mais restrito ocasionado pelo idioma local ou regional, não se pode negar a importância da mesma. Isso pode ser observado, por exemplo, no aumento da percepção sobre a necessidade de se pensar o mundo a partir das realidades locais e regionais, e não exclusivamente a partir das concepções e modelos gestados por europeus e norte-americanos.

Apesar de relativamente recente no país, a área de Relações Internacionais tem aumentado sua presença e participação no âmbito das Ciências Humanas, comprovado pela criação de dezenas de cursos de graduação, o mesmo verificando-se no nível da pós-graduação. Tem-se observado, igualmente, preocupação em elaborar textos e promover eventos que discutam a política externa brasileira e o papel dos vizinhos no sistema internacional, ou as grandes potências e suas influências, bem como o surgimento de atores de inegável importância, como os blocos e instituições internacionais, além de países como a China e os denominados emergentes.

É sob tal prisma que devemos entender os motivos que levaram a divulgação deste livro, como resultado de reflexões feitas em evento que pensa o mundo a partir do Sul. Já em sua XII edição, a Semana de Relações Internacionais promovida pelos cursos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, dos campi de Franca e Marília, apresentou como tema central no encontro de 2014 as “Visões do Sul: Crise e Transformações do Sistema Internacional”.

Reunindo pesquisadores de formações distintas, procedentes de várias universidades do país, e mesmo do exterior, muitos deles ainda jovens, mas com grande capacidade analítica, o evento possibilitou a confecção dos textos ora apresentados, dando mostra da excelência com que foram discutidos temas variados sobre as realidades locais e internacionais.

A leitura dos escritos deixa claro o ponto de referência com que os autores trabalham, seja no que diz respeito às teorias das relações internacionais, seja concernente ao que se passa no âmbito das políticas brasileira, sul americana e dessas com relação à grande potencia hemisférica.

Os textos que fazem parte desta coletânea podem ser aglutinados em pelo menos quatro grandes blocos e, embora possam parecer amplos demais, são complementares: estudos teóricos, aqueles centrados sobre a realidade europeia e/ou influência sobre o Sul, os que focalizam as relações entre os países sul-americanos, e os preocupados com a política externa brasileira.

Diversos autores e obras de matrizes teóricas diferentes merecem atenção em vários dos textos aqui presentes: Franz Neumann, cuja obra clássica sobre o Nacional Socialismo (*Behemoth*), não foi contemplada ainda com tradução para o português, bem como Antônio Gramsci que explorava conceitos sobre política internacional e o que entendia por grande potência no *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, e a teoria crítica segundo Robert Cox são aqui cuidadosamente analisados sob diferentes perspectivas, e se constituem em boas contribuições para os estudiosos das relações internacionais. Da mesma forma, os temas da paz no século XX, bem como os problemas da violência política foram objeto de investigação em dois textos. Esses autores e temas têm sido objeto frequente de debates nos últimos anos,

não só na Ciência Política mas também nas Relações Internacionais, daí a importância e atualidade das reflexões presentes nesta obra.

A produção literária, e o pensamento crítico nos denominados Estados subalternos, converteu-se em objeto de investigação especificamente voltado para o caso indiano, enquanto temas vinculando política e economia são encontrados em outras três contribuições. Essas versam sobre a crise europeia, passando pela grande recessão e os reflexos na política desse continente, bem como o papel jogado pelas instituições internacionais.

A América Latina é objeto privilegiado em diversos escritos. Vários textos focalizam as relações entre os Estados Unidos da América e a América do Sul, apontando o reposicionamento estratégico do primeiro na região, assim como o comportamento adotado pelo subcontinente sulamericano frente à grande potência norteamericana. A integração regional, os diversos atores presentes nesse processo, as instituições mais recentes como a UNASUL, foram objeto de interesse em estudos diversos que abordam o papel jogado pelos parlamentos regionais, o que se pode esperar da UNASUL em termos de construção de uma identidade vinculada à segurança regional, e a cooperação regional dos países do Cone Sul.

Sob diferentes olhares, mas preocupados com o papel desempenhado pelo Brasil no contexto mais amplo do sistema internacional, vários escritos dirigem suas atenções para as condições de potência média usufruída pelo país, na cooperação internacional sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, e na atuação brasileira tanto na América do Sul quanto na África.

Um leque amplo e variado de temas compõe, portanto, a presente obra que servirá sem qualquer sombra de dúvida como contribuição de grande importância, tanto para aqueles que já têm leituras acumuladas, quanto para os que se iniciam ou se interessam por temáticas diversas e atuais.

Importante destacar que as relações internacionais, vistas sob outros prismas, que não daquelas tradicionalmente oriundas do Hemisfério Norte, se constituem na contribuição maior que os autores poderiam fazer para pensar as realidades brasileira e sulamericana.

Como se pode lembrar, a partir dos anos 1960, a interpretação que tínhamos sobre a política brasileira e a latino-americana era proveniente das obras divulgadas pelos *brasilianistas*, motivada pela excepcionalidade

da conjuntura ditada pelo regime militar. Aos poucos, contudo, a produção literária escrita pelos pesquisadores do continente passou a ganhar impulso, ainda que presa, em grande parte, às orientações teóricas externas às peculiaridades regionais. Embora as obras produzidas nos anos recentes pelos pesquisadores brasileiros, através de textos mais densos, ou divulgadas em formas de artigos, dissertações e teses, lancem mão de referenciais teóricos e interpretativos muitas vezes distantes das realidades locais, pode-se considerar como promissora a tentativa de pensar o mundo sob outros prismas, no caso, a partir do Sul. Daí a importância e atualidade das reflexões contidas no presente livro.

Shiguenoli Miyamoto

APRESENTAÇÃO

O SUL COMO NORTE DE REFLEXÕES E ANÁLISES RELEVANTES

É uma grande satisfação e honra apresentar um livro que busca resgatar e recolocar questões de grande relevância tendo o Sul como temário central e norte de debates e análises no campo das Relações Internacionais. Os capítulos aqui reunidos constituem as contribuições das conferências e mesas apresentadas na XII Semana de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, tendo como tema “Visões do Sul: Crise e Transformações no Sistema Internacional”, ocorrida em Franca entre 11 e 15 de agosto de 2014. Muito mais que uma metáfora ou uma busca de escapar aos temas tradicionais que focam em perspectivas eurocêntricas e do Norte no campo internacionalista, a proposta deste livro tem um sentido mais amplo ao buscar focar os Estados meridionais da política internacional.

Assim como os países do Norte, os países do Sul são vulneráveis a variáveis históricas, sociais, econômicas e culturais, cuja relevância deve ser levada em conta pelos atores oficiais responsáveis pela formulação da política exterior. Eles podem pertencer a uma comunidade epistêmica ou são assessorados por uma delas, em possíveis ligações entre academia e os operadores de política externa, de onde emergem vínculos entretecidos entre a teoria e a prática, entre a formulação e aplicação. Esses compromissos permanecem encobertos sob o espesso véu do pragmatismo que habitualmente reivindicam os operadores.

Entender a política externa destas novas potências emergentes e de demais países do Sul é uma importante contribuição para o ainda pouco explorado campo de análise comparada de políticas externas. Percebe-se que as decisões em Política Externa não são mecânicas. Elas são resultantes de vários fatores externos, bem como fruto de uma percepção da realidade remetida à avaliação da memória histórica de um país. Elas dependem da análise da realidade interna/externa, da compatibilização das realidades domésticas com as possibilidades internacionais. Destarte, as decisões em Política Externa depen-

dem de fatores internos ao Estado, bem como forças externas que condicionam não só as metas fixadas, mas também os objetivos planejados. Nem todas as pressões exercidas sobre o elegível ou sobre o atingível provêm do mesmo meio: algumas são inerentes ao meio político ou econômico do Estado-nação. Em política externa, deve-se levar em conta as variáveis estruturais e conjunturais. Acrescente-se a isso o exame do sistema de poder em que se situa o Estado-nação, assim como as conjunturas políticas internas e externas; a saber, o processo imediato de decisões no centro hegemônico – ainda que se defenda a interdependência –, bem como nos países dependentes. Ter uma visão proveniente do Sul não é abandonar totalmente a relação “Norte-Sul”, mas inverter a ordem dos fatores. Para nós, as relações são “Sul-Norte”, no qual o Sul vem primeiro do ponto de vista epistemológico. Ou seja, nossa contribuição ao debate tem como ponto de partida o local, um olhar do mundo sobre uma óptica particular e localizada em uma parte do globo que até há pouco tempo foi considerada marginalizada ou menos importante, mas muito rapidamente começa a tornar-se mais relevante. A rápida ascensão da China a potência global é o melhor exemplo neste sentido, porém, não o único. Como dissemos, outros países do Sul, entre eles o Brasil e certamente a Índia, ganham proeminência nos debates de Relações Internacionais.

Tendo em vista que inúmeros fenômenos internacionais possuem uma manifestação desigual mas combinada, a proposta deste livro busca fazer jus a uma reflexão que não corrobora um padrão mecânico de absoluta proeminência do Norte. Assim, ela pretende contemplar a perspectiva do Sul como parâmetro e referência do olhar sobre o temário internacionalista em perspectiva mais ampla.

Tomando estas “petições de princípio” como ponto de partida, passamos a apresentar o conjunto dos dois volumes que compõem esta obra.

No primeiro volume, a primeira seção é intitulada “Reflexões teóricas sobre o sul e o sistema internacional”. Trata-se de uma sessão relevante na medida em que contempla um olhar do Sul sobre temas direta e indiretamente ligados ao universo internacionalista, visto a proeminência de temas tradicionais que destoam um pouco da proposta aqui contemplada.

Seu primeiro capítulo, de autoria de Gustavo Barroso, versa sobre a concepção de democracia e Estado de Direito de Franz Neumann.

Ironicamente, a reflexão deste representante da Escola de Frankfurt sobre o Estado nazista, ambos originários do Norte, serviu em boa medida para inspirar direta e indiretamente inúmeras reflexões teóricas críticas de acadêmicos dos países do Sul aos padrões internacionalistas tradicionais emanadas em boa medida dos países setentrionais. Barroso discute a instigante análise de Neumann sobre o Estado nazista e as possibilidades argumentativas referentes à destruição do Estado referido em favor do arbítrio dos grupos dominantes e monopólios no contexto histórico da Alemanha nazista.

O segundo capítulo traz à tona uma reflexão teórica sobre a paz no século XX de autoria de Rafael Salatini. Passando em revista de modo introdutório os temas da paz pela moral, da paz pela política a paz pelo direito e do direito da paz, Salatini nos brinda com interessante discussão que enriquece também de modo robusto o olhar sobre tema clássico e atualíssimo da formulação teórica no campo das Relações Internacionais.

O capítulo três traz uma contribuição de Marcos Costa Lima e Carolina Soccio Di Manno de Almeida. O texto é bastante identificado com a temática da interpretação sob a óptica do Sul ao contemplar relevante reflexão sobre os *subaltern studies*, inseridos em estudos pós-coloniais inspirados nas análises de Edward Said, Fanon e também de outro autor meridionalista à sua maneira, embora no caso do Sul da Itália e com foco na luta dos simples e subalternos também em termos não eurocêntricas, Antonio Gramsci. A análise recai sobre autores indianos que focaram a história da Índia contrariamente às visões eurocêntricas, mostrando a enorme repercussão, alcance e desenvolvimento que tais estudos pioneiros geraram no âmbito da análise das nações no seu contexto histórico posterior às lutas de suas independências.

No capítulo seguinte, Rodrigo Passos lança mão de resultados iniciais de pesquisa típica de temário teórico mais afim ao sul. Como proposta alternativa ao *mainstream* teórico típico das análises centradas no Norte, o foco é a teoria crítica de Robert W. Cox. Apesar de tal ensejo, o artigo reflete sobre uma teoria ainda eivada de referenciais típicos das abordagens internacionalistas dominantes. Neste sentido, o artigo discute inicialmente as fortes vinculações da formulação coxiana com o liberalismo, bem como seu distanciamento em relação a uma aplicação e compreensão mais acu-

rada do pensamento de Antonio Gramsci para as análises no campo das Relações Internacionais.

Ainda sob a marca da inspiração gramsciana, Meire Mathias aborda o cotejo entre relevantes referenciais teóricos internacionais e todo um conjunto de elaborações do autor italiano ligadas direta e indiretamente à internacionalização da questão meridional. Este último tema diz respeito à análise de Gramsci sobre o sul italiano e as ilhas que o compõem e como o conjunto de elementos da análise do conjunto orgânico entre Estado e sociedade pode sugerir um importante parâmetro também para a análise da política externa e de temas internacionais. Em uma coletânea sobre as visões do Sul, uma reflexão como a de Gramsci sobre o Sul italiano, região com distinta temporalidade histórica em relação ao Norte italiano e às principais potências no fim do século XIX e início do século XX, não poderia ser mais oportuna.

Fechando a primeira seção do livro, outra contribuição de relevo também focada no meridionalista Antonio Gramsci. Leandro Galastri centra sua análise em vários elementos dispersos dos cadernos carcerários e da obra pré-carcerária gramscianos com o objetivo de demonstrar como a violência política também se constitui em meio para a construção da hegemonia. Como categoria complexa e abrangente, a violência é uma das faces de uma concepção dirigente de mundo tanto no plano nacional quanto no plano internacional. Tal importante constatação justifica sobremaneira a reflexão de Galastri.

A segunda seção tem como fio condutor o Sul e as várias transformações econômicas no plano mundial. Ela contempla textos de Albério Neves Filho, Alberto Handfas e Francisco Luis Corsi, a serem sumariamente apresentados em seguida.

O capítulo sete, de lavra de Albério Neves Filho, apresenta um significativo olhar brasileiro e do Sul sobre o tema das instituições internacionais, da crise européia e da Democracia. Nele, Neves apresenta o vínculo entre a Democracia e as políticas econômicas dos anos 1980, eivada de contradições e oposições que supostamente se fundamentam nos valores universais afins à referida Democracia. O raciocínio de Albério Neves percorre raciocínio que mostra o nexos entre as proposições intelectuais

motivadoras dos contextos históricos de tais políticas são prisioneiras do exercício dos poderes em curso, culminando com uma reflexão crítica basicamente sobre um retorno a uma política macroeconômica pré-Keynes.

Alberto Handfas se debruça no capítulo oito de modo bastante interessante sobre a chamada “Grande Recessão” internacional, catalisada pelo estouro da bolha financeira de 2008. O autor percorre um raciocínio histórico que remonta aos 1960 para mostrar a trajetória de enfraquecimento na acumulação do capital mundial e especificamente europeu no decorrer das décadas seguintes, como decorrência tendencial de longo prazo de baixa na taxa de lucro obtida nos investimentos produtivos. Indubitavelmente, trata-se de uma análise sob a óptica do Sul, díspar em relação ao *mainstream* monetarista hegemônico no continente europeu.

Para concluir esta seção e ainda no diapasão de um viés meridional sobre a crise econômica internacional, Francisco Luis Corsi analisa a crise econômica internacional com especial ênfase na discussão do objetivo da política de austeridade, sobretudo sua base no equilíbrio fiscal, na piora da crise da União Européia, prolongando-se aos dias atuais e afetando os países do Sul do continente. A primeira parte do artigo situa a crise europeia no contexto da depressão econômica global. A segunda parte versa sobre as consequências da crise na Europa e as políticas econômicas abraçadas para lidar com tal quadro.

A terceira seção tematiza a América do Sul e os Estados Unidos, assunto central para a discussão sobre as visões do Sul. Ela conta com as importantes contribuições de Anabella Busso, Cristina Pecequilo, Tullo Vigevani e Juliano Aragusuku. Tais textos fecham o primeiro volume desta coletânea.

Anabella Busso discute de forma bastante atrativa em seu texto a diminuição da intensidade das relações entre os Estados Unidos da América e a América do Sul na primeira década o século XXI. Seguindo adiante, Busso explana duas causalidades centrais de tal constatação: a “guinada à esquerda” da maioria dos governos, com implicações na diversificação de parceiros e contatos regionais, e a desatenção de Washington com relação ao Cone Sul nos marcos de uma agenda preferencial para outras regiões e temas.

O texto de lavra de Cristina Pecequilo aborda de modo muito instigante o realinhamento estratégico dos Estados Unidos na América do

Sul em termos de uma ação reativa a acontecimentos ocorridos no Cone Sul com o objetivo de recuperar poder por parte da potência hegemônica. No esteio de tal análise, Pecequillo tece uma breve análise do cenário regional nos anos 1990 e as alternativas internas e externas à região, sob a óptica do poder norte-americano, bem como a agenda “renovada” dos Estados Unidos para a América do Sul.

Por sua vez, Tullo Vigevani e Juliano Aragusuku nos proporcionam uma convidativa leitura ao tratarem de uma análise das relações com os Estados Unidos e a América do Sul no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Passam em revista, sob o eixo de uma certa autonomia que pauta a política externa brasileira, a integração e concertação política na América Latina no âmbito do Mercosul, da Unasul e da CELAC, e o eixo hemisférico, circunscrito à OEA e às relações com o Estados Unidos.

Gostaríamos de manifestar nosso agradecimento à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que foi fundamental para viabilizar esta publicação, conforme documentação e solicitação constante no processo FAPESP 2016/09063-3.

Esperamos que o livro possa suscitar debates e reflexões a partir deste lugar, o Sul, não muito tradicional nas análises e pesquisas das Relações Internacionais, mas não menos importante. Boa leitura!

Marília/Franca, janeiro de 2016.
Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Alexandre Fuccille

SEÇÃO I
*Reflexões teóricas sobre o Sul
e o sistema internacional*

DEMOCRACIA E ESTADO DE DIREITO NO PENSAMENTO DE FRANZ NEUMANN

Gustavo Pedroso

O termo “totalitarismo” é, já há muito tempo, objeto de polêmica. Segundo Ian Kershaw, ele surgiu entre os antifascistas, na Itália dos anos 20, com um sentido pejorativo, mas foi depois reivindicado por Mussolini, que falava na “feroz vontade totalitária” de seu Movimento como forma de autoafirmação e mesmo de ostentação do caráter violento de seus objetivos. Giovanni Gentile, por sua vez, também o empregou, mas como forma de referência a “um Estado total, que superaria a divisão entre Estado e sociedade, própria das fracas democracias pluralistas.” (KERSHAW, 1993, p. 20). Esta duplicidade de sentido (por um lado, a vontade revolucionária dinâmica do Movimento, por outro, o Estado) reapareceria pouco depois no contexto da Alemanha nazista. O eixo da polêmica, porém, emergiria apenas mais tarde, quando o termo passa a ser aplicado criticamente para caracterizar não apenas os regimes fascistas, mas também o bloco soviético, servindo por extensão para apresentar o marxismo como um perigo totalitário. A partir daí, e principalmente no contexto da Guerra Fria, intelectuais e militantes de esquerda passam a rejeitar seu uso, negando-lhe o caráter conceitual e considerando-o essencialmente um instrumento de luta ideológica.

De qualquer forma, tanto no uso corrente, quanto nos debates a respeito do termo, a referência ao Estado acabou por se estabelecer, em detrimento da referência à dinâmica do movimento. Para ficarmos apenas em

um exemplo, tomemos a abordagem do caso da Alemanha nazista no livro de Frederico Mazzucchelli, *Os Anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. Mazzucchelli apoia-se principalmente em obras dos historiadores Richard Overly e Avraham Barkai. Do ponto de vista destas obras, o caráter totalitário do nazismo aparece essencialmente no processo de ampliação das atividades e da atuação do Estado, de modo a abarcar e controlar todas as esferas da existência. E, no que se refere à economia, este processo implicava na necessidade de submissão desta a critérios, objetivos e interesses políticos.

[O] que importava era que o Estado tivesse o comando e o controle sobre as atividades principais dos bancos, da agricultura e da indústria. A economia deveria ser conduzida em consonância com as prioridades determinadas pelo Estado. Este, por seu turno, deveria se guiar pelos preceitos do nacional-socialismo. (MAZZUCHELLI, 2009, p. 280).

Ora, para Barkai os preceitos do nacional-socialismo incluíam justamente uma formidável oposição ao liberalismo, o qual era visto como uma das fontes dos males sofridos pela Alemanha no entreguerras. Na Nova Ordem que os nazistas desejavam criar os interesses da sociedade e da nação deveriam ser contemplados por meio da ação estatal conscientemente conduzida e, para isso, o Estado e a lógica que lhe é própria deveriam se sobrepôr aos interesses privados. Nos termos de Barkai (2009), os nazistas

[...] proclamavam sua rejeição ao liberalismo, ou seja, à livre concorrência e à regulação da economia pelos mecanismos do mercado; estes deveriam ser substituídos pelo *dictum* da supremacia do Estado, e pelo direito do Estado intervir em todas as esferas da vida, incluindo a economia. (BARKAI apud MAZZUCHELLI, 2009, p. 280).

É interessante notar, porém, que nem sempre as concepções acerca do totalitarismo foram anátemas para a esquerda ou estiveram tão centradas na figura do Estado. Tal é o caso, por exemplo, daquela que encontramos na obra de Franz Neumann, jurista e cientista político ligado à Escola de Frankfurt. Durante o período de exílio nos Estados Unidos, Neumann trabalhou em um amplo estudo sobre o nazismo intitulado *Behemoth: estrutura e prática do nacional-socialismo*, o qual foi publicado em 1941. Na época o livro teve forte impacto, levando a um convite para que Neumann

trabalhasse para o governo estadunidense, inicialmente colaborando com o esforço de guerra no recém-fundado Escritório de Serviços Estratégicos (núcleo a partir do qual seria criada a CIA) e, mais tarde, participando do planejamento do processo de desnazificação da Alemanha¹.

Pois bem, se nos voltarmos para o *Behemoth*, qual é a imagem do totalitarismo que encontramos no livro? Segundo Neumann, a ideia de Estado totalitário foi amplamente promovida pelos nazistas quando da chegada de Hitler ao poder em 1933. O Estado totalitário era então apresentado por juristas e cientistas políticos apoiadores do nazismo como “uma ordem de dominação e uma forma de comunidade do povo”, e como possuindo um caráter antidemocrático, uma vez que a democracia enfraquecia a necessária autoridade da liderança, e a liderança, no dito de um destes juristas, “pressupõe distinção e é válida contra a vontade do povo, porque o povo não a concede, mas a reconhece” (FORSTHOFF apud NEUMANN, 1966, p. 48)². Não que se tratasse de um mero sistema de coerção – o Estado totalitário era uma forma de vida da comunidade racial, sua existência natural, por assim dizer. E para Carl Schmitt, importante teórico do nazismo, ele tampouco ameaçava a autonomia da grande indústria e dos núcleos de poder econômico, uma vez que seria necessário distinguir-se entre dois tipos de totalidade, uma romana e outra germânica. A primeira seria dotada de caráter quantitativo e “arregimentava todas as esferas da vida, interferindo com toda atividade humana”, enquanto que a segunda era de natureza qualitativa e “se contentava com um Estado forte e poderoso que exigia total controle político, mas deixava as atividades econômicas livres de qualquer restrição.” (NEUMANN, 1966, p. 49).

A doutrina do Estado totalitário foi prontamente adotada pela cúpula nazista, havendo várias referências a respeito em documentos e discursos. Por um lado, o processo chegou a um ponto no qual foram tomadas uma série de medidas no sentido de se restringir e limitar os poderes e a

¹ Sobre as atividades de Neumann junto ao OSS, cf. Katz (1987).

² Vale lembrar que Neumann aponta que durante os anos 1920 e o início da década seguinte os nazistas procuravam se apresentar como salvadores da democracia. A este respeito ele se refere à concepção de democracia apresentada por Carl Schmitt em 1926, a qual sintetiza nos seguintes termos: “A democracia aplica o princípio de que há uma identidade entre governantes e governados. Sua substância é a igualdade, não a liberdade. A igualdade só pode existir no interior de uma dada comunidade, e a base tanto da igualdade quanto da comunidade pode variar. [...] Desde a revolução francesa a base tem sido a homogeneidade nacional” (NEUMANN, 1966, p. 42-43). Esta concepção inclui ainda ataques às instituições parlamentares, às liberdades civis e aos direitos inalienáveis.

liberdade de ação de membros do partido nazista em face do Estado e da burocracia estatal. Por outro lado, ele permitiu a completa arregimentação da vida política por meio da chamada *Gleichshaltung* (sincronização). Assim, o cargo de chanceler foi unificado com o de presidente; foi abolida na prática a existência de qualquer poder legislativo independente no nível federal, sendo suas funções transferidas para o gabinete do chanceler; esta estrutura de governo foi inicialmente transferida para o nível dos estados e municípios, mas em seguida os gabinetes foram abolidos nestes níveis, sendo substituídos por governos indicados pelo governo federal. A irrupção da guerra, por fim, implementou o Estado totalitário em um extensão tão ampla que Neumann considerava que dificilmente haveria meios de expandi-lo mais.

Curiosamente, porém, ainda em 1934 o discurso dos nazistas a respeito do Estado totalitário sofre uma inversão. Começando por um artigo de Alfred Rosenberg, o que emerge agora é um ataque à figura do Estado. Segundo esta nova concepção, a mudança ocorrida em 1933 não deveria ser entendida como o estabelecimento da totalidade do Estado, e sim da totalidade do movimento nacional-socialista. No período do liberalismo, escreve Rosenberg, o Estado se colocava acima da nação e dos cidadãos. Agora não havia mais tal justaposição – o Estado tornou-se uma ferramenta da filosofia de vida nacional-socialista. A verdadeira primazia deveria ser atribuída à filosofia de vida nacional-socialista e ao seu portador, o partido nazista.

Neumann sublinha o fato de que, na verdade, o ponto de vista colocado por esta inversão não era novo – o ataque ao Estado era um elemento destacadamente presente no *Mein Kampf* de Hitler. Ao longo do livro é possível encontrar várias passagens em que o Estado é alvo de desprezo, e seu papel e sua importância são minimizados com vistas à valorização e promoção da comunidade racial. A posição inicial do nazismo não seguia, portanto, no sentido do fortalecimento do Estado, e sim no sentido de sua subordinação ao povo e ao movimento. A chegada de Hitler ao poder e a necessidade de consolidar esta situação tinham levado à promoção do Estado totalitário. Uma vez estabelecida a ditadura nazista, ocorria um retorno à posição inicial.

Mas o que significam estas idas e vindas em torno desta questão? Estando no controle do Estado e, na condição de partido único, praticamente fundido com ele, por que razão seria necessário ao nazismo de-

clará-lo expressamente uma mera ferramenta submetida ao movimento? Neumann considera que este fenômeno, embora imediatamente influenciado pelas mudanças de contexto, era parte de um quadro mais amplo. Para compreendê-lo, precisamos recuperar alguns elementos mais gerais que compõem a discussão do nazismo por Neumann.

O primeiro destes elementos consiste justamente na identificação das condições que permitiram que a tomada de poder pelos nazistas ocorresse. De forma resumida, podemos dizer que ele aponta duas condições fundamentais. Havia, em primeiro lugar, o estrangulamento da economia alemã por conta de suas dificuldades de inserção no mercado mundial, decorrentes da sua condição de integrante tardio na disputa por colônias. Os grupos políticos e econômicos poderosos tinham tentado repetidamente resolver este problema por meio da expansão imperialista. Durante a República de Weimar, o Partido Socialdemocrata alemão e os partidos a ele associados tentaram um caminho alternativo, recorrendo a negociações e acordos, mas não contaram com o apoio nem de outros países (em especial a Inglaterra e a França), nem do empresariado nacional (o qual se opunha a um governo visto como defensor dos trabalhadores e ligado aos sindicatos). Por outro lado, desde o final do século XIX a economia alemã se encontrava em um processo de crescente concentração. Iniciado por Bismarck como forma de enfrentamento das consequências da Grande Depressão de 1873-1896, este processo ganhou um forte impulso na virada do século e alcançou seu ápice na década de 1920 (sendo ainda estimulado por algumas políticas do Partido Socialdemocrata durante seu período no poder). Seu resultado, segundo Neumann, foi a formação de uma imensa “rede de organizações autoritárias” que cobria toda a economia. “Organizações patronais controlavam o mercado de trabalho e os lobbies das grandes empresas buscavam colocar o maquinário legislativo, administrativo e judiciário a serviço do capital monopolista.” (NEUMANN, 1966, p. 15). É interessante notar que, no contexto da época, o processo de concentração e trustificação da economia, não encontrava oposição, nem mesmo da parte do movimento operário. Comunistas, socialdemocratas e sindicatos, todos viam a concentração como um estágio inevitável e mais avançado no desenvolvimento do capitalismo, considerando inútil combatê-la. Aos olhos

de Neumann, porém, o que se consolidava mais e mais através deste processo era uma ameaça à democracia:

Afinal, o quadro do governo alemão ainda era o de uma democracia parlamentar; e se movimentos que ameçassem a estrutura monopolista estabelecida surgissem nas organizações de massa? Já em novembro de 1923 a pressão pública tinha forçado o gabinete Stresemann a aprovar um decreto sobre os cartéis, autorizando o governo a dissolver cartéis e atacar monopólios em geral. Estes poderes não foram usados nem uma única vez, mas o risco aos privilégios, inerente à democracia política, permanece e obviamente se tornou mais agudo em tempos de grande crise. (NEUMANN, 1966, p. 16).

A questão principal que desponta aqui é, assim, a identificação de uma incompatibilidade entre democracia e monopólio. Este ponto é muito importante no quadro traçado por Neumann. A economia altamente concentrada era ao mesmo tempo muito sensível (porque aumentavam as possibilidades de que problemas em um setor afetassem vários outros a ele conectados) e configurava um foco de poder em uma situação de disparidade cada vez maior frente a outros atores da arena política. Voltaremos a isto.

Antes, precisamos mencionar rapidamente o segundo elemento da discussão do nazismo feita no *Behemoth* que nos interessa aqui. Trata-se do aspecto mais propriamente político da trajetória que leva à queda da República de Weimar, e o alvo das críticas de Neumann, aqui, é o Partido Socialdemocrata, cuja paralisia teria se mostrado irresponsável e fatal com relação à democracia.

[A] Socialdemocracia foi incapaz de organizar o conjunto da classe trabalhadora ou da classe média. Ela perdeu parte da primeira e nunca conseguiu uma verdadeira inserção na segunda. Faltava aos socialdemocratas uma teoria consistente, uma liderança competente e liberdade de ação. Eles fortaleceram inadvertidamente as tendências monopolistas na indústria alemã e, colocando total confiança na legalidade formal, foram incapazes de remover os elementos reacionários do judiciário e do serviço público ou limitar o exército a seu papel constitucional apropriado. [...] O fato crucial continua sendo que o Partido Socialdemocrata fracassou, independente de qualquer explicação oficial. Ele fracassou porque não viu que o problema central era o imperialismo do capital monopolista alemão, tornando-se cada vez mais urgente com o crescimento continuado do processo de monopo-

lização. Quanto mais o monopólio cresceu, mais incompatível ele se tornou com a democracia. (NEUMANN, 1966, p. 13-14).

E se a paralisia do Partido Socialdemocrata se mostrou deletéria é porque havia outras possibilidades abertas, em especial nos períodos em que ele esteve no poder. Nos períodos de crise econômica, com disputas acirradas em torno da obtenção de auxílio por parte do Estado e aumento das pressões para reduções nos salários e nos direitos trabalhistas, estas possibilidades apareciam para as grandes empresas como um risco indesejado. No fundo, o que o monopólio desejava, segundo Neumann, era essencialmente uma restrição ou eliminação de direitos das partes com as quais se confrontava, sendo que um dos principais pontos consistia na abolição da liberdade de contrato, uma vez que esta “implica o direito de formar sindicatos e se opor ao poder do monopolista por meio do poder coletivo dos trabalhadores.” (NEUMANN, 1966, p. 259) (vale lembrar que os nazistas fecharam os sindicatos já em 1933). Daí a incompatibilidade entre monopólio e democracia, a qual por fim desembocou no amplo apoio do empresariado alemão (em especial as grandes empresas) ao Partido Nacional-Socialista.

Os objetivos dos poderes monopolistas não podiam ser alcançados em um sistema democrático, pelo menos não na Alemanha. O Partido Socialdemocrata e os sindicatos [...] eram ainda poderosos o bastante para defender seus ganhos. [...] A completa subjugação do Estado pelos dirigentes industriais só podia ser realizada em uma organização política na qual não houvesse controle a partir de baixo, à qual faltassem organizações de massas autônomas e liberdade de crítica. Uma das funções do nacional-socialismo foi a de suprimir e eliminar a liberdade política e econômica [...] empurrando assim toda a atividade econômica da Alemanha para uma rede de conglomerados industriais controlados pelos magnatas da indústria.

A atual economia alemã tem duas características amplas e notáveis. É uma economia monopolista – e uma economia de comando. É uma economia capitalista privada, arregimentada pelo Estado totalitário. Sugerimos que a melhor formulação para descrevê-la é ‘Capitalismo Monopolista Totalitário’. (NEUMANN, 1966, p. 260-261).

O duplo caráter da economia alemã sob o nazismo é uma questão de especial importância para Neumann. Ocorre que o estudo desenvolvido no *Behemoth* estava ligado à uma polêmica entre Neumann e seu colega no Instituto de Pesquisa Social, o economista Friedrich Pollock, polêmica que tinha como foco central a correta caracterização da natureza do nazismo. Pollock (1941) sustentava que o nazismo realizava uma efetiva superação do capitalismo ao substituir o mercado autônomo pelo controle e o planejamento estatais. Com isso, surgia um novo quadro, no qual o primado da economia era substituído pelo primado da política, enquanto que o lugar da motivação pelo lucro era tomado pela motivação pelo poder. Neumann rejeita esta concepção e procura mostrar repetidas vezes que o nazismo não rompia com o capital, sendo antes essencial para a realização de certos objetivos dos monopólios³. Ele não reduz, porém, o nazismo a uma simples ferramenta das empresas, assinalando aspectos de independência entre ambos, o que transparece, por exemplo, na conclusão de suas análises da economia alemã.

Qual é, entretanto, a força geradora desta economia: patriotismo, poder ou lucros? Acreditamos ter mostrado que é o motivo do lucro que unifica o conjunto. Mas num sistema monopolista os lucros não podem ser produzidos e retidos sem o poder político totalitário, e este é o traço distintivo do nacional-socialismo. Se o poder político totalitário não tivesse abolido a liberdade de contrato, o sistema de cartéis teria ruído. Se o mercado de trabalho não fosse controlado por meios totalitários, o sistema monopolista estaria em risco; se as agências de matérias-primas, suprimentos, controle de preços e racionalização, se os gabinetes de controle do crédito e do câmbio estivessem nas mãos de forças hostis aos monopólios, o sistema de lucros ruiria. O sistema se tornou tão completamente monopolizado que ele deve por natureza ser hipersensível a mudanças cíclicas, e tais mudanças devem ser evitadas. Para se obter isso é necessário o monopólio do poder político sobre o dinheiro, o crédito, o trabalho e os preços. Em poucas palavras, a democracia colocaria em risco o sistema totalmente monopolizado. A essência do totalitarismo é estabilizá-lo e fortificá-lo. Esta não é, é claro, a única função do sistema. O Partido Nacional-Socialista só está preocupado com o estabelecimento do domínio de mil anos, mas para alcançar este fim eles não têm outra opção senão proteger o sistema monopolista, o qual lhes fornece a base econômica para a expansão política. (NEUMANN, 1966, p. 354).

³ Sobre as controvérsias no interior do Instituto a respeito da interpretação do nazismo, cf. Jay (1973), Dubiel (1985), Wiggershaus (2002), Kellner (1998) e Pedroso (2009).

Mas as grandes empresas e o Partido Nazista não eram os únicos grupos que compunham o quadro fundamental definido pelo nazismo. Para Neumann, o nazismo não se definia pela dominação absoluta do Partido, e muito menos pela formação de um Estado totalitário. Ele consistiria antes, essencialmente, em uma aliança entre quatro grupos: o Partido Nazista, as grandes empresas, o exército e a burocracia estatal, os quais são identificados por ele como sendo os grupos então dominantes na Alemanha, unidos com base na “opressão e exploração de países estrangeiros, tanto quanto do povo alemão” (NEUMANN, 1966, p. 396). Esta base geral não significa que haja lealdade entre os grupos, ou sequer lealdade comum ao Estado, ao *Führer* ou à comunidade racial.

Nada resta senão lucros, poder, prestígio e, acima de tudo, medo. Desprovidos de qualquer lealdade comum e preocupados unicamente com a preservação de seus próprios interesses, os grupos dominantes se separarão tão logo o *Führer* milagroso se depare com um adversário à altura. Atualmente, cada um deles precisa dos outros. O exército precisa do partido porque a guerra é totalitária. Ele não pode organizar a sociedade de maneira total, e deixa esta tarefa para o partido. O partido, por outro lado, precisa do exército para vencer a guerra e assim estabilizar ou mesmo aumentar o seu próprio poder. Ambos precisam da indústria monopolista para garantir a expansão contínua. E todos os três precisam da burocracia para alcançar a racionalidade técnica sem a qual o sistema não poderia funcionar. (NEUMANN, 1966, p. 397-398).

Mas como fica o Estado no interior deste diagnóstico? Este é o aspecto mais inovador do trabalho de Neumann. Aos seus olhos, esta aliança configura nada mais, nada menos que a destruição do Estado. Ocorre que Neumann identifica o Estado, tal como concebido pela tradição liberal, com a existência do estado de direito. Trata-se, portanto, de uma estrutura institucional racionalmente concebida, a qual é regulada por um conjunto de normas igualmente racionais. No que se refere especificamente a estas normas, a racionalidade consiste na reunião de certas características, a saber: clareza, previsibilidade e caráter vinculante. Todos os elementos deste quadro, e principalmente esta forma clássica das leis, estaria em franco processo de desaparecimento na Alemanha. O sintoma mais imediato disso estaria, para Neumann, na proliferação do que ele chama de padrões de conduta, ou cláusulas em branco: formulações vagas, do tipo “em boa-fé”,

“de acordo com a moral”, etc, cujo sentido fica em aberto. O perigo de tais cláusulas está em que elas constituem um espaço de arbítrio, deixando a interpretação a ser adotada a cargo da autoridade envolvida em determinado momento, o que evidentemente elimina a generalidade e previsibilidade que deveriam ser características das normas. Associa-se a isso ainda uma fragmentação da estrutura original do Estado entre os quatro grupos dominantes e a criação de leis e normas específicas para cada um deles: “Cada grupo é soberano e autoritário; cada um deles está equipado com legislativo, executivo e judiciário próprios.” (NEUMANN, 1966, p. 398).

Mas quais são as condições, os pressupostos que permitem a ocorrência destas mudanças? Neumann considera que o principal fator aqui é, novamente, a formação dos monopólios. A ela estão combinadas, por um lado, as perspectivas abertas pela democracia e, por outro, o arranjo dos grupos dominantes no interior do nazismo. No que se refere às perspectivas abertas pela democracia, Neumann (desviando da interpretação muito comum no interior do marxismo, que reduz o Estado a um aparato de dominação, e recuperando alguns elementos do *18 Brumário* de Marx) aponta que a estrutura jurídica e institucional criada pela burguesia pode servir como espaço de criação e de garantia de direitos. A partir do momento em que tal possibilidade ameaça mais e mais se tornar uma realidade (no caso da Alemanha, com a chegada do Partido Socialdemocrata ao poder no período de Weimar), esta estrutura deixa de ser vista com bons olhos pelas grandes empresas. Neste caso, a fragmentação do Estado e o uso de modos legais desformalizados (cláusulas em branco) aparecem como opções mais vantajosas. Nas palavras de William Scheuerman:

Onde as regras do jogo são obscuras e mal formuladas são geralmente os mais fortes e poderosos que tirarão vantagem delas, e na esfera da lei econômica e social (onde normas legais desformalizadas primeiro emergem e eventualmente ganham proeminência) isto significa que o setor central, ou monopolista, da economia está melhor posicionado para explorar a flexibilidade elogiada pelos defensores da regulamentação ‘soft’ pós-clássica. (SCHEUERMAN, 1994, p. 127).

Ou, como formula o próprio Neumann:

Padrões legais de conduta (i.e., normas desformalizadas) servem aos monopolistas. [...] Não apenas a lei racional é desnecessária para ele, ela

várias vezes é uma restrição ao total desenvolvimento de sua força produtiva [...]; afinal, a lei racional também serve para proteger os fracos. (NEUMANN, 1966, p. 446-447).

Neumann conclui, portanto, que se a figura do Estado ainda não havia sido completamente eliminada na Alemanha, ela ao menos estava em vias de desaparecer. Em seu lugar, o que estaria surgindo era uma forma de dominação direta, “sem a mediação daquele aparato racional, embora coercitivo, até agora conhecido como Estado” (NEUMANN, 1966, p. 470). Daí, justamente a escolha do título do livro, uma referência direta à obra de Hobbes. Se o *Leviatã* era uma análise do Estado como um sistema de coerção no qual há elementos do estado de direito e direitos individuais, o *Behemoth* do próprio Hobbes, em contraste, apresentava a guerra civil inglesa do séc. XVII como “um não-Estado, um caos, uma situação de anomia, desordem e anarquia”. Eram estas mesmas as perspectivas que Neumann vislumbrava para o nazismo.

REFERÊNCIAS

- DUBIEL, H. *Theory and politics: studies in the development of Critical Theory*. Cambridge: MIT Press, 1985.
- JAY, M. *The dialectical imagination: a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research 1923-1950*. Londres: Heinemann Educational, 1973.
- KATZ, B. The criticism of arms: the Frankfurt School goes to war. *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 59, n. 3, p. 439-478, Sept. 1987.
- KELLNER, D. Tecnologia, guerra e fascismo: Marcuse nos anos 40. In: MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 21-69.
- KERSHAW, I. *The nazi dictatorship: problems and perspectives of interpretation*. Londres: Edward Arnold, 1993.
- MAZZUCHELLI, F. *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. São Paulo: Unesp; Campinas: Facamp, 2009.
- NEUMANN, F. *Behemoth: the structure and practice of national socialism 1933-1944*. Nova York: Harper & Row, 1966.

POLLOCK, F. State capitalism: its possibilities and limitations. *Studies in Philosophy and Social Science*, New York, v. 9, p. 200-225, 1941.

PEDROSO, G. Entre o capitalismo de Estado e o Behemoth: o Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, n. 15, p. 151-179, 2009.

SCHEUERMANN, W. *Between the norm and the exception: the Frankfurt School and the rule of law*. Cambridge: MIT, 1994.

WIGGERSHAUS, R. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

O TEMA DA PAZ NO SÉCULO XX¹

Rafael Salatini

O tema da paz no século passado foi desenvolvido largamente por inúmeros pensadores políticos, incluindo filósofos, sociólogos, economistas, historiadores, juristas, etc., cujas ideias, no conjunto, conformam não apenas um ideal de paz, mas uma verdadeira teorização da paz, que se soma, em nível normativo, a um igual desenvolvimento de normatização e posituação da paz em importantes cartas de direito internacional, processo esse que originou uma grande sorte de instrumentos jurídicos destinados não apenas a defender, mas especialmente a promover aquele insigne ideal. Desse modo, ainda que tenha sido um século marcado por incríveis guerras, o século passado permitiu o avanço tanto da teoria da paz quanto do direito da paz, os quais permanecem vivos até os dias atuais. Analisarei neste texto, introdutoriamente, a teoria da paz no século XX, e, ao final, sinteticamente, o direito internacional da paz.

1. A paz pela moral: Na primeira fase do pensamento pacifista do século XX (comumente chamada de idealismo pré-guerra), predominou a doutrinação moral pacifista, baseada em inúmeros livros, textos, dis-

¹ Este texto foi apresentado na mesa “Teoria das Relações Internacionais como Unidade e Diversidade: Realismo, Idealismo, Teoria Crítica, Guerra e Paz” da “XII Semana de Relações Internacionais da Unesp – Visões do Sul: Crise e Transformações do Sistema Internacional”, promovido pela FCHS da Unesp-Franca, entre os dias 11 a 15/08/2014, na cidade de Franca-SP; e novamente no “II Encontro Reflexões sobre a Paz”, promovido pelo grupo de estudos “PACTO – Paz, Cultura e Tolerância” do DCPE/FFC/Unesp-Marília, realizado entre os dias 26 a 28/11/2014, na cidade de Marília-SP.

cursos, libelos, etc. que ora desmereciam o fenômeno da guerra – quando assumiam um aspecto negativo, segundo o qual *bellum est vitanda* [a guerra deve ser evitada] – ora elogiavam o fenômeno da paz – quando assumiam um aspecto positivo, segundo o qual *pax est quaerenda* [a paz deve ser buscada] –, dando origem, senão a uma escola, a uma verdadeira fase do pensamento internacionalista fortemente marcada pelo pacifismo, herdeira dos teóricos federalistas dos séculos anteriores (como Kant e Saint-Simon). Nessa fase, eram fortemente entrevistadas na superação da guerra e na instituição de órgãos internacionais de solução pacífica de conflitos, não apenas a solução dos grandes problemas internacionais, mas precipuamente a verdadeira estrada para o futuro pacífico das relações internacionais.

Autor da primeira grande obra do século XX sobre a temática da paz, em seu famosíssimo *A grande ilusão* (1910), Norman Angell objetivava tanto a rejeição dos argumentos econômicos da guerra, na primeira parte da obra, quanto dos argumentos morais da guerra, na segunda parte. Inspirado nas ideias evolucionistas de Herbert Spencer, afirmava, contra os argumentos econômicos, que, na história da humanidade, a importância dos aspectos materiais tem sido paulatinamente superada pelos aspectos espirituais, e, contra os argumentos morais, que deve ser considerada a importância do progresso moral, pelo qual os comportamentos primitivos, agressivos, têm sido paulatinamente superados pelos comportamentos modernos, pacíficos.

Somados, ambos os argumentos podem ser respondidos com base exclusiva no princípio do progresso moral, que serve tanto para a superação das necessidades materiais (incluindo o recurso à força física), quanto para a superação da primitiva agressividade do espírito humano. Este trecho deixa clara tal conclusão: “Aqui e ali, encontramos alguns pensadores isolados que perceberam o alcance político dessas invenções e esta grande verdade: à medida que os homens triunfam na sua luta contra a natureza, tende a diminuir entre eles o papel da força física, já que em cada sucessivo triunfo dessa luta a sociedade caminhou mais um pouco no sentido da sua completa integração orgânica. Em outras palavras, aumentou a dependência recíproca das partes que a compõem, e portanto diminuiu a possibilidade de que uma dessas partes possa lesionar outras sem também se ferir. Cada parte do conjunto depende cada vez mais das restantes, e,

pela natureza das coisas, o impulso de fazer-se mal não pode deixar de diminuir. Esse fato tende a se inclinar, e efetivamente se inclina, no sentido da modificação da combatividade humana” (2, V).

Mas, em verdade, a primeira grande proposta positiva de paz no século passado foi aquela, também conhecidíssima, feita pelo presidente Woodrow Wilson em seu “Discurso dos catorze pontos para a paz”, realizado no Congresso estadunidense em janeiro de 1918, cujo primeiro ponto era constituído justamente pelo seguinte princípio (de inspiração fortemente kantiana): “Acordos abertos de paz, discutidos abertamente, após os quais não deve haver entendimentos internacionais privados de qualquer tipo, mas a diplomacia deve proceder sempre de forma franca e à vista do público”. Tal discurso levaria Wilson, no final do mesmo ano, à Conferência de Versalhes, a cujo fracasso político, todavia, seguiu o *diktat* das potências vencedoras (especialmente Grã-Bretanha e França) contra as potências perdedoras (especialmente a Alemanha), por via do humilhante Tratado de Versalhes, que as potências perdedoras foram obrigadas a assinar, pondo termo fim à Primeira Guerra Mundial. Ao fracasso wilsoniano na Conferência de Versalhes seguiria ainda o fracasso da própria Liga das Nações (primeira organização internacional de natureza universal com objetivos de promover a segurança coletiva e a paz entre as nações e à qual o nome de Wilson está indelevelmente ligado), entre outros motivos, pela denegação do Congresso estadunidense em aprovar o ingresso dos EUA nessa organização. Ainda que alguns pontos de seu discurso tenham influenciado bastante as discussões internacionais do período, podemos dizer que as ideias wilsonianas naufragaram em seu intuito mais preclaro: a promoção positiva da paz internacional.

Os inúmeros defeitos do Tratado de Versalhes (que não fora assinado pelos EUA) foram analisados, e criticados, minuciosamente, pela influente obra de J.M. Keynes *As consequências econômicas da paz* (1919), cuja sequência seria publicada logo depois com o título *Uma revisão do Tratado* (1922), ambos dedicados à aguda crítica daquele tratado draconiano. Nas páginas iniciais da primeira obra, o economista britânico escrevia, em tom pessimista: “Sobre alicerces frágeis e terreno arenoso planejamos o aprimoramento da sociedade e criamos nossas plataformas políticas; seguimos o rumo das nossas animosidades e ambições particulares, e nos acha-

mos com uma margem suficiente para promover o conflito civil na família europeia, em vez de mitigá-lo”. Inútil reafirmar que a ideia de que existe uma “família europeia” acompanhou o pensamento pacifista europeu desde a noção medieval de *respublica christiana* [república cristã], presente dos pensadores patrísticos aos escolásticos, passando pelo desenvolvimento do *ius publicum europaeum* [direito público europeu] (longamente analisado por Carl Schmitt numa obra de 1950), até os inúmeros tratados federalistas pan-europeus escritos por filósofos como Kant e Saint-Simon entre os séculos XVIII e XIX.

Entretanto, mesmo com o prenúncio de outra guerra mundial, e o inevitável aumento do pensamento belicista, que seguirá por todo o período de guerra, posterior, não se pode dizer que cessou a preocupação intelectual com a paz, pelo que se pode deduzir, ao menos, da interessante troca pública de cartas entre Albert Einstein e Sigmund Freud, publicada pelo Instituto Internacional de Cooperação (IICI) em 1933 com o título *Por que a guerra?*, em que se nota a preocupação pacifista einsteiniana frente ao realismo belicista freudiano. Indaga o físico: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”; responde o psicanalista: “Em todo caso, como o senhor mesmo observou, não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se [apenas] tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra”.

2. A paz pela política: Findas as duas guerras mundiais, no imediato pós-guerra houve diversas propostas teóricas para a paz, não mais idealistas, mas – em oposição direta àquelas propostas do pré-guerra que o historiador E.H. Carr classificou de típicas do período “infantil” da teoria das relações internacionais – agora realistas. Em primeiro lugar, podemos citar a tipologia tripartite apresentada por Hans Morgenthau em *A política entre as nações* (1948). Entendendo a política internacional, hobbesianamente, como uma luta pelo poder entre as nações, Morgenthau afirma, na última seção (dedicada ao tema da paz) de sua obra, que, nos últimos séculos, a paz “deixou o campo das meras ideias, esperanças e censuras, e materializou-se em medidas e instituições concretas de caráter internacional”, distinguindo então três tipos de paz, segundo os instrumentos com que esta vem sendo desde então implementada: (1) a *paz por meio da*

limitação, pelo que entende a “limitação das tendências destrutivas e anárquicas da política internacional”, (2) a *paz por meio da transformação*, pelo que entende a “transformação da política internacional, por meio da eliminação completa de suas tendências destrutivas e anárquicas”, e (3) a *paz por meio da acomodação*, pelo que entende a “acomodação dos interesses divergentes, ao retirar das tendências destrutivas e anárquicas da política internacional os seus objetivos racionais”.

Concernentemente ao primeiro tipo de paz, Morgenthau aponta cinco formas conhecidas de limitação: (a) o *desarmamento*, que “consiste no processo de redução ou eliminação de alguns ou todos os armamentos, com o propósito de terminar com a corrida armamentista”; (b) a *segurança*, sendo os dois principais mecanismos de segurança desenvolvidos após a Primeira Guerra a segurança coletiva e a força de polícia internacional; (c) a *solução judicial*, pelo que se entende o direito internacional e a jurisdição compulsória das cortes internacionais; (d) a *mudança pacífica*, pelo que se entende a solução pacífica de um conflito contra o *status quo* (seja interna ou internacionalmente); e (e) o *governo internacional*, entendido como “o vínculo que une uma sociedade integrada sob uma autoridade e uma concepção de justiça comuns” (sendo três as tentativas de governo mundial nos últimos séculos, sempre após grandes guerras: a Santa Aliança, depois das guerras napoleônicas; a Liga das Nações, depois da Primeira Guerra; e a ONU, após a Segunda Guerra). No que se refere ao segundo tipo de paz, Morgenthau distingue duas etapas: (a) a constituição de uma *comunidade internacional*, baseada em valores, instituições e práticas comuns entre várias nações (como promovem a UNESCO e as demais agências especializadas da ONU), e (b) o *Estado mundial*, que consiste na superação das diversas soberanias particulares e na constituição de um único Estado soberano que substitua a anarquia internacional (velha tese hobbesiana). Por fim, relativamente ao terceiro tipo de paz, Morgenthau aponta como único instrumento a *diplomacia*, ainda que distinga três meios para o seu emprego: (a) a *persuasão*, (b) a *conciliação* e (c) a *ameaça de emprego da força*.

Em segundo lugar, podemos recordar a ampla tipologia apresentada por Raymond Aron em *Paz e guerra entre as nações* (1962), segundo a qual “até hoje a paz nos tem aparecido como a suspensão mais ou menos durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados”. A ti-

pologia aroniana compreende tanto a guerra quanto a paz como baseadas no mesmo princípio, o princípio da potência entendida esta como “a capacidade de impor a vontade aos semelhantes e de manipular a natureza”. Nesse sentido, esta tipologia apresenta três formas, sendo a primeira, (1) a *paz de potência*, baseada “na relação entre os diferentes graus de capacidade que têm as unidades políticas de agir umas sobre as outras”, que se subdivide em: (a) *paz de equilíbrio*, quando “num espaço histórico dado, [...] as forças das unidades políticas estão em equilíbrio”, (b) *paz de hegemonia*, quando “estão dominadas por uma dentre elas” (caso da Alemanha bismarckiana), e (c) e *paz de império*, quando “são superadas a tal ponto pelas forças de uma unidade que todas as demais perdem sua autonomia e tendem a desaparecer como centros de decisão política” (exemplo do império romano). As duas outras formas de paz são: (2) a *paz de impotência* (ou *paz do terror*), pelo que se entende “a que reina (ou reinaria) entre unidades políticas que têm (ou teriam) a capacidade de desferir golpes mortais umas sobre as outras” (cujo maior exemplo foi a chamada “guerra fria” entre EUA e URSS), e (3) a *paz de satisfação*, entendendo que “só poderia haver paz genuína num mundo em que todos os Estados estivessem satisfeitos com a situação”² (a exemplo da Europa ocidental pós-1945).

Há muitos pontos de aproximação entre essas duas obras, desde o fundamento teórico comum a ambas (o pensamento hobbesiano) até o fato de ambas buscarem analisar essencialmente o mesmo caso histórico (o período do pós-guerra). Entretanto, as duas tipologias não são diretamente correspondentes: embora ambas sejam ternárias, a tipologia morgenthauiana é instrumental, preocupando-se com os meios para se chegar à paz, enquanto a tipologia aroniana é estrutural, preocupando-se antes com as estruturas existentes nos períodos de paz. Mas as diferenças não acabam aí: o que se chama de paz por impedimento em uma está entre a paz de equilíbrio e a paz de hegemonia em outra; o que se chama de comunidade internacional em uma está entre a paz de equilíbrio e a paz de satisfação em outra; o que se chama de Estado universal em uma é algo superior à paz de império em outra; o que se chama de paz por acomodação em uma

² De certa forma, a diferença entre a *paz de império* e a *paz de satisfação*, as duas grandes oposições, é apontada da seguinte maneira: “O Estado universal e o império da lei internacional não são conceitos equivalentes; o primeiro aparece como consequência da política de poder, o segundo como resultado da evolução do direito internacional. Mas os dois implicam a supressão daquilo que tem constituído a essência da política internacional: a rivalidade de Estados que cultivam a honra e o dever de fazer justiça por si mesmos”.

é algo inferior à paz de satisfação em outra; enquanto a paz de impotência aroniana (que deveria, em verdade, estar classificada como subcategoria da paz de equilíbrio) não possui correspondente no esquema de Morgenthau.

Por fim, em seu *Ter paz* (1967), o sociólogo francês Gaston Bouthoul apresentou outra tipologia da paz, baseada no tipo de coexistência existente entre as nações soberanas, distinguindo duas formas de coexistências pacíficas: (a) a *coexistência multicéfala*, correspondente a “um grupo de Estados independentes, numerosos, ligados entre si por convenções expressas ou tácitas que limitam ou impedem tanto quanto possível os conflitos armados”, ressaltando que “a experiência mostra que este tipo de ‘zona pacífica’ exige antes de mais uma identidade de civilização e a crença nos mesmos valores”, cujos exemplos citados são o universo helênico e a ordem feudal; (b) a *coexistência pluricéfala*, que representa a evolução dos sistemas anteriores para o sistema de equilíbrio dos grandes Estados europeus modernos, descrito da seguinte forma: “Ele comporta diversos conflitos limitados, geralmente bilaterais. Mas caracteriza-se sobretudo por sucessivas tentativas de hegemonia, que foram aproximadamente seculares [...]: hegemonia político-militar espanhola no século XVI, seguida da francesa e inglesa, e finalmente da prussiana de 1870 a 1945. Mas nenhuma destas tentativas conseguiu absorver os outros Estados. Com efeito, no mesmo momento nasceu espontaneamente a doutrina do equilíbrio europeu que foi a grande regra não escrita da política ocidental. O ‘concerto europeu’ concebia-se como uma constelação de Estados soberanos que serviam de contrapeso uns aos outros. Não pretendeu pôr fim aos conflitos armados, mas limitá-los”. E (c) a *coexistência bicéfala*, que na nasce nas circunstâncias históricas em que “o reagrupamento [de territórios] leva em primeiro lugar à constituição de dois grandes Estados rivais e que ambos pretendem a supremacia”, a partir do que podem ocorrer três situações distintas: (c’) “segundo um dos dois grandes rivais conseguiu ou não esmagar o outro como no caso de Roma e de Cartago”; (c”) “noutros casos, nenhum dos dois rivais conseguiu alcançar a vitória total”, quando então “usam-se um ao outro, ou até se consomem, deixando o campo livre a novos competidores”, caso de Atenas e Esparta; e, por fim, (c’’) “muitas vezes, após se terem entrecrocado sem resultado decisivo, as duas hegemonias

rivais procuravam entender-se”, única situação que pode ser descrita como pacífica, como no caso na “guerra fria” entre EUA e URSS.

Diversas outras teorias da paz ainda foram desenvolvidas, fragmentariamente, ao longo da segunda metade do século passado. Merece destaque a *peace research* [pesquisa sobre a paz] de Johan Galtung, dedicada aos estudos empíricos sobre a paz, tanto enquanto fenômeno pessoal quanto enquanto fenômeno social, produzidos especialmente entre os anos 1960 e 1970. Partindo de três princípios conceituais, segundo os quais, em primeiro lugar, o termo paz deve ser utilizado para designar os objetivos sociais verbalmente aceitos; em segundo, esses objetivos sociais podem ser complexos e difíceis mas não impossíveis de alcançar; e, por fim, a paz deve ser considerada como a ausência de violência, Galtung desloca os estudos sobre a paz para o estudo geral da violência, definida da seguinte forma: “a violência está presente quando seres humanos são influenciados de tal modo que a sua realização atual, somática e mental, é inferior à sua realização potencial”. Tal definição comporta seis dimensões para a compreensão do fenômeno da violência: (a) a violência, que pode ser física (sobre o corpo) ou psicológica (sobre a mente); (b) a influência, que pode ser positiva (recompensa) ou negativa (punição); (c) o objeto, que pode ser existente (violência física) ou não-existente (ameaça ou violência psicológica); (d) o sujeito, que pode ser existente (violência pessoal ou direta) ou não-existente (violência social ou estrutural ou indireta); (e) a culpabilidade (violência desejada ou violência não-desejada); e (f) o nível, que pode ser manifesto (presente) ou latente (futuro). A partir dessa ampla diferenciação do fenômeno da violência, o fenômeno da paz como ausência de violência pode ser definido de duas formas: (1) a *paz negativa*, ou ausência de violência direta (pessoal), segundo o ideal de uma sociedade fundada na lei e na ordem, e (2) a *paz positiva*, ou ausência de violência indireta (estrutural), segundo o ideal da justiça social.

A definição da paz negativa dá origem à teoria da *solução pacífica de conflitos* (defendida em diversas obras, de *Teorias dos conflitos*, de 1958, a *Transcender e transformar*, de 2004), enquanto a definição da paz positiva dá origem à teoria do *desenvolvimento social* (defendida igualmente em diversas obras, incluindo *Direitos humanos*, de 1994), duas importantes teorias às quais Galtung se dedicaria amplamente, sem diminuir a impor-

tância de uma ou de outra, segundo afirma: “a partir do momento em que o duplo fim – segundo o qual a investigação sobre a paz deve ocupar-se das condições da promoção dos dois aspectos da paz – foi fixado, não há nenhuma razão para crer que o futuro não nos trará conceitos mais ricos e formas mais numerosas de ação social, aliando a ausência de violência pessoal à luta contra a injustiça social, por pouco que uma atividade satisfatória seja consagrada à investigação e à prática. Existem muitas pessoas dispostas a sacrificar um ao outro. É visando estes dois fins que a investigação sobre a paz pode fornecer uma verdadeira contribuição”.

3. A paz pelo direito: Ao lado dos teóricos políticos da paz, outro largo ramo da teorização pacifista consistiu na teoria jurídica da paz, presente em importantes doutrinadores do direito, e em especial do direito internacional, que avançou, no século passado, do tradicional *ius belli* [direito de guerra] para um verdadeiro *ius paci* [direito de paz], a partir da preocupação pacifista cada vez mais presente na discussão doutrinária do direito internacional. Hans Kelsen escreveu quatro grandes obras de direito internacional público – *Direito e paz no direito internacional* (1942), *Paz pelo direito* (1944), *O direito das Nações Unidas* (1950) e *Princípios do direito internacional* (1952) –, todas marcadas por um forte espírito pacifista, clarividente no prefácio à obra de 1944, em que afirma que “a guerra é assassinato em massa, a maior desgraça de nossa cultura, e nossa principal tarefa política é garantir a paz mundial, uma tarefa muito mais importante que decidir entre democracia e autocracia, ou capitalismo e socialismo, pois não há possibilidade de progresso social enquanto não se criar uma organização internacional que impeça com eficiência a guerra entre as nações do mundo”.

Para Kelsen, a paz internacional deve ser buscada por intermédio do direito: considerando tanto o direito nacional quanto o direito internacional igualmente como formas de direito (definido genericamente como ordenamento normativo coercitivo), a diferença entre ambos residiria especialmente no fato de que o direito nacional se baseia numa ordem centralizada, enquanto o direito internacional se baseia numa ordem descentralizada, o que garante um maior grau de paz a partir daquele que deste, concluindo que o estabelecimento de um maior grau de paz nas relações

internacionais dependeria do estabelecimento de um maior grau de centralização entre os Estados, o que poderia ser conseguido de duas formas básicas: (a) pelo estabelecimento de um *Estado federal* (a exemplo dos EUA e da Suíça) ou (b) de uma *confederação de Estados* (a exemplo da Liga das Nações e da ONU).

No primeiro caso, haveria um alto grau de centralização, e, portanto, um alto grau de paz, embora houvesse também uma maior limitação da soberania dos Estados; enquanto, no segundo caso, haveria uma menor limitação da soberania dos Estados, porém igualmente menor centralização e, portanto, menor grau de paz. “Contudo, não se deve considerar – escreveria no livro de 1942 – inexequível esta finalidade. É muito possível que a ideia de um Estado federal mundial universal se realize, depois de um longo e lento desenvolvimento, sobretudo se se fomentar esse desenvolvimento por meio de um esforço político consciente no campo ideológico. Todavia, não é provável que, dentro de um espaço de tempo regular, grandes potências, como EUA, Grã-Bretanha ou França, se unam com Estados anões tais como Dinamarca, Noruega ou Suíça; que repúblicas e monarquias hereditárias formem de um dia para o outro um Estado federal. É mais que provável que esta finalidade, se for aceita como tal, só chegue a ser alcançada através de uma série de etapas. Do ponto de vista político, a única questão importante consiste em quais devem ser as medidas a tomar com vistas ao êxito nessa direção. Parece óbvio que primeiro se deve estabelecer apenas uma união de Estados”.

O maior discípulo kelseniano certamente consiste no filósofo italiano Norberto Bobbio, que também lavrou inúmeros escritos dedicados às relações internacionais, sempre apontando para a importância da paz, como *O problema da guerra e as vias da paz* (1979), *O terceiro ausente* (1988) e *Uma guerra justa?* (1991), entre outros textos menores. Na obra de 1979, depois de analisar amplamente a filosofia da guerra presente em autores como Hegel e Comte, concluindo que a guerra atômica superou os argumentos de todas as velhas teorias de justificação da guerra, tornando possível o desenvolvimento de uma consciência atômica que desemboca numa forma de pacifismo ativo, Bobbio divisa três vias para a paz, com as seguintes palavras: “O pacifismo ativo se move em três direções conforme procure a solução do seu próprio problema – eliminação da guerra e

instauração de uma paz perpétua –, agindo ou sobre os meios ou sobre as instituições ou sobre os homens”, pelo que “pode-se falar de um pacifismo instrumental no primeiro caso, institucional no segundo, finalista no terceiro”.

(a) O *pacifismo instrumental* é aquele que apregoa a promoção da paz pelo plano das técnicas, seja pela desaprovação das técnicas violentas de solução de conflitos (pacifismo instrumental negativo), que se traduz na defesa do desarmamento, desde o desarmamento pessoal pela objeção de consciência até o estabelecimento de tratados internacionais pela proscricção de armas cruéis (como as armas químicas, as minas terrestres, etc.) e pelo controle de armas nucleares, seja pela busca de técnicas pacíficas de soluções de conflitos (pacifismo instrumental positivo). (b) O *pacifismo institucional* é aquele que apregoa a promoção da paz pelo plano da organização social, seja pelo direito (pacifismo jurídico), que inclui a proposta do federalismo internacional, seja pela revolução social (pacifismo social), que inclui a proposta do socialismo. (c) O *pacifismo finalista* é aquele que apregoa a promoção da paz pelo plano do homem, seja pelo ponto de vista ético (espiritualismo), que inclui a pedagogia para a paz, seja pelo ponto de vista biológico (materialismo), que inclui a terapia para a paz.

Considerando o pacifismo instrumental o mais exequível, mas o menos eficaz, e o pacifismo finalista o mais eficaz, mas o menos exequível (tomando como critérios de julgamento a exequibilidade e a eficácia), Bobbio defende especialmente o pacifismo institucional, e, dentre os dois subtipos, especialmente o pacifismo jurídico (justamente o mesmo que Kelsen), que fornece, segundo acredita, uma “posição intermediária”, sendo “mais exequível mas menos eficaz que o pacifismo finalista” e “mais eficaz mas menos exequível que o instrumental”.

Outra teoria jurídica (em verdade, jurídico-moral) da paz, surgida recentemente, e bastante discutida academicamente, foi aquela (de inspiração expressamente kantiana) apresentada por John Rawls na obra *O direito dos povos* (1993). Rawls divide sua teoria do direito dos povos em duas subteorias: (1) a *teoria ideal*, dedicada ao ordenamento das relações entre as sociedades bem ordenadas (os “povos liberais” [povos com regime democrático-liberal] e os “povos decentes” [povos não liberais, com hierarquia de consulta decente]), que se pauta pelos seguintes aspectos (expostos

no § 4): (a) os povos são livres e independentes, e a sua liberdade e independência devem ser respeitadas por outros povos; (b) os povos devem observar tratados e compromissos; (c) os povos são iguais e são partes em acordos que os obrigam; (d) os povos sujeitam-se ao dever de não-intervenção; (d) os povos têm o direito de autodefesa, mas nenhum direito de instigar a guerra por outras razões que não a autodefesa; (e) os povos devem honrar os direitos humanos; (f) os povos devem observar certas restrições especificadas na conduta da guerra; e (g) os povos têm o dever de assistir a outros povos vivendo sob condições desfavoráveis que os impeçam de ter um regime político e social justo ou decente.

(2) A segunda subteoria é chamada de *teoria não-ideal* e é dedicada ao ordenamento das relações com as sociedades não bem ordenadas (os “Estados fora-da-lei” [que não respeitam o direito dos povos], as “sociedades oneradas” [que possuem graves condições socioeconômicas] e os “absolutismos benevolentes” [que respeitam os direitos humanos, mas não concedem participação suficientemente política aos cidadãos]), sendo esta ainda dividida em duas subteorias: (2’) a *teoria da não-aquiescência* (discutida nos §§ 13-14), destinada aos “Estados fora-da-lei”, a qual concede o direito à guerra aos povos bem ordenados (implicando tanto a doutrina da guerra justa quanto os princípios da conduta de guerra); e (2’’) a *teoria das condições desfavoráveis* (discutida nos §§ 15-16), destinada às “sociedades oneradas”, que prevê o dever de assistência aos povos bem ordenados, segundo três diretivas: (a) uma sociedade bem ordenada não precisa ser uma sociedade rica; (b) a cultura política é importante (ou seja, injetar recursos não é uma solução); e (c) ajudar as sociedades oneradas a serem capazes de gerir os seus próprios negócios de forma razoável e racional e a se tornarem bem ordenadas.

Dois princípios gerais guiam a teoria da justiça distributiva entre os povos rawlsiana: a ideia de que a igualdade é justa (um bem em si) e a ideia de que as desigualdades não são sempre injustas (não sendo um mal em si). Sobre o aspecto da paz, o corolário do direito dos povos rawlsiano seria a tese (de fundo sempre expressamente kantiano) da *paz democrática* (exposta no § 5), segundo a qual, “idealmente, as sociedades democráticas constitucionais bem ordenadas não guerreiam entre si e guerreiam apenas em autodefesa ou em aliança, defendendo outros povos liberais ou decentes”.

Por fim, seria preciso lembrar as ideias pacifistas propostas recentemente por Jürgen Habermas, desenvolvidas em diversos de seus textos desde os anos 1990, e especialmente em seu *O mundo dividido* (2006). Depois de analisar os contornos gerais e limites históricos da teoria federativa internacional kantiana de uma república universal, Habermas reapresenta uma teoria pacifista de inspiração kantiana delineada especialmente para o pós-guerra fria, considerando que os últimos dois séculos trouxeram consideráveis mudanças – em grande medida, positivas – para as relações internacionais e o direito internacional, especialmente a constituição da Liga das Nações e, fracassada esta, posteriormente, a ONU. Três seriam as principais inovações jusinternacionais, somente desde 1945, especialmente com o incremento da Carta das Nações Unidas: (a) a associação explícita do objetivo da garantia de paz com uma política de direitos humanos, (b) a vinculação da proibição do uso da força com uma ameaça realista de persecução penal e de sanções, e (c) o caráter incluyente da organização mundial e a universalização do direito por ela estabelecido. Segundo Habermas, tais inovações do direito internacional, “embora a princípio ineficazes, ultrapassam o sucedâneo de Kant de uma federação voluntária de repúblicas independentes” e “apontam menos na direção de uma república mundial que monopolizasse a força do que – ao menos conforme a sua pretensão – na direção de um regime supranacional de paz e direitos humanos, que através da pacificação e liberalização da sociedade mundial, deve criar as precondições para que uma política mundial interna, sem governo mundial, possa funcionar num plano transversal”.

O esquema internacional defendido por Habermas consiste num *sistema multidimensional*, composto por três planos: (1) um *plano regional*, em que os Estados deveriam se unir em organizações regionais (a exemplo da União Europeia, que o autor fomenta insistentemente em diversos textos), (2) um *plano transnacional*, descrito como o plano da política interna mundial, em que figurariam, intermediariamente, os grandes atores com capacidade de ação global (como EUA, União Europeia, etc.), e, por fim, (3) um *plano supranacional*, composto por uma organização mundial (nomeadamente a ONU, sem deslindar de suas necessidades gerais de reforma institucional), que agiria precipuamente para a aplicação do direito internacional, em especial a Carta das Nações Unidas.

4. O direito da paz: Não se pode olvidar que a ampla doutrinação moral e teorização científica (nas mais diversas disciplinas, da filosofia política à ciência jurídica, passando pela sociologia das relações internacionais) sobre a paz no século passado passou, igualmente, das ideias abstratas para positivação jurídica em inúmeras cartas de direito internacional, como o *Pacto da Sociedade das Nações* (1919), que afirmava: “Fica expressamente declarado que toda guerra ou ameaça de guerra, atinja diretamente, ou não, algum dos membros da Sociedade, interessa a toda a Sociedade, e esta deve adotar as medidas apropriadas para salvaguardar eficazmente a paz das nações” (art. 11).

O *Tratado Briand-Kellog* (1928), que afirma: “As Altas Partes Contratantes declaram, solenemente, em nome de seus respectivos povos, que condenam o recurso à guerra para a solução das controvérsias internacionais, e a isso renunciam, como instrumento de política nacional, em suas relações recíprocas” (art. 1º); e mais: “As Altas Partes Contratantes reconhecem que o regulamento ou a solução de todas as controvérsias ou conflitos, de quaisquer natureza ou origem que possam surgir entre elas, jamais deverá ser procurado senão por meios pacíficos” (art. 2º).

A *Carta do Atlântico* (1941), que afirma: “Oitavo, os signatários acreditam que todas as nações do mundo, por motivos tanto realísticos quanto espirituais, devem alcançar o estágio do abandono do uso da força. Visto que nenhuma paz futura pode ser mantida se armamentos terrestres, marítimos ou aéreos continuam a ser usados por nações que ameaçam, ou venham a ameaçar, agressões fora de suas fronteiras, eles creem que, até o estabelecimento de um amplo e permanente sistema de segurança geral, o desarmamento de tais nações é essencial. Eles pretendem, da mesma forma, apoiar e encorajar qualquer outra medida viável que diminua para as pessoas pacíficas o esmagador peso de armamentos”.

A *Carta das Nações Unidas* (1945), que afirma: “Os propósitos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacional e, para esse fim: tomar coletivamente medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; 2. Desenvolver relações amistosas

entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direito e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal [...]” (art. 1º).

O *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* (1947), que afirma: “Em nome de seus Povos, os Governos representados na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança [...] Resolveram – de acordo com os objetivos enunciados – celebrar o seguinte tratado, afim de assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar os ataques armados contra qualquer Estado Americano, e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles” (preâmbulo).

A carta encíclica *Pacem in terris* (1963), que afirma: “Todos devem estar convencidos de que nem a renúncia à competição militar, nem a redução dos armamentos, nem a sua completa eliminação, que seria o principal, de modo nenhum se pode levar a efeito tudo isto, se não se proceder a um desarmamento integral, que atinja o próprio espírito, isto é, se não trabalharem todos em concórdia e sinceridade, para afastar o medo e a psicose de uma possível guerra. Mas isto requer que, em vez do critério de equilíbrio em armamentos que hoje mantém a paz, se abrace o princípio segundo o qual a verdadeira paz entre os povos não se baseia em tal equilíbrio, mas sim e exclusivamente na confiança mútua. Nós pensamos que se trata de objetivo possível, por tratar-se de causa que não só se impõe pelos princípios da reta razão, mas que é sumamente desejável e fecunda de preciosos resultados” (art. 113).

E, *last but not least*, a *Carta da Organização dos Estados Americanos* (1967), que afirma: “Os Estados americanos consagram nesta Carta a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional” (art. 1).

BIBLIOGRAFIA

- AHLMARK, P. et al. *Imaginar a paz*. Trad. Guilherme de Freitas. Brasília: UNESCO; São Paulo: Paulus, 2006.
- ANGELL, N. *A grande ilusão*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília, UnB/IPRI, 2002.
- ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial, Brasília, UnB/IRPI, 2002.
- BOBBIO, N. A guerra, a paz e o direito. In: _____. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 559-573.
- BOBBIO, N. Os direitos, a paz e a justiça social. In: _____. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 497-508.
- BOBBIO, N. Pacifismo. In: _____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varrialle et al. Brasília: UnB, 1992. v. 2, p. 875-877.
- BOBBIO, N. Paz. In: _____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varrialle et al. Brasília: UnB, 1992. v. 2, p. 910-916.
- BOBBIO, N. Paz. In: _____. *O filósofo e a política – Antologia*. Sel. e org. José Fernández Santillán. Trad. César Benjamin/Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003, pp. 317-349; e também como: BOBBIO, N. A paz: O conceito, o problema, o ideal. In: _____. *Teoria geral da política – A filosofia política e as lições dos clássicos*. Org. Michelangelo Bovero. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 509-543.]
- BOBBIO, N. Paz e propaganda de paz. Trad. Erica Salatini. *BJIR – Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 04, n. 01, jan/abr, 2015. p. 135-145.
- BOBBIO, N. *O problema da guerra e as vias da paz*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2003.
- BOBBIO, N. *O terceiro ausente: ensaios e discursos sobre a paz e a guerra*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Barueri: Manole, 2009.
- BONANATE, L. *El pensamiento internacionalista de Norberto Bobbio*. Trad. José Fernández Santillán. México: Fontamara, 2009.
- BOUTHOUL, G. *Viver em paz*. Trad. Antônio José Massano. São Paulo: Moraes, 1968.

- EINSTEIN, A.; FREUD, S. *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?* Trad. s/n. Santa Maria: FADISMA, 2005.
- EINSTEIN, A. *Escritos sobre la paz*. Trad. Jordi Solé-Tura. Barcelona: Península, [1967].
- FERRAJOLI, L. *Razones jurídicas del pacifismo*. Trad. Gerardo Pisarello et al. Madrid: Trotta, 2004.
- GALTUNG, J. Violência, paz e investigação sobre a paz. In: BRAILLARD, P. (Org.). *Teoria das relações internacionais*. Trad. J.J.P. Gomes/A.S. Dias. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990. p. 331- 357.
- GALTUNG, J. *Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos*. Trad. Antonio Carlos da Silva Rosa. Palas Athena, 2006.
- HABERMAS, J. *O Ocidente dividido*. Trad. Luciana Villas Bôas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
- KELSEN, H. *A paz pelo direito*. Trad. Lenita Ananias Nascimento. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- KELSEN, H. *Derecho e paz en las relaciones internacionales*. Trad. Florencio Acosta. Panuco: FCE, 1943.
- KELSEN, H. *Princípios do direito internacional*. Trad. Gilmar Antonio Bedin/ Ulrich Dressel. Ijuí: Unijuí, 2010.
- KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da paz*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: UnB, 2002.
- MANIN, B. Paz. Trad. Irene Gil. In: ROMANO, R. (Dir.). *Enciclopédia Einaudi, v. 5: anthropos-homem*. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. p. 273-295.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Trad. Oswaldo Biato. Rev. Kenneth W. Thompson. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: UnB/IRPI, 2003.
- PONTARA, G. Pesquisa científica sobre a paz. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). *Dicionário de política, vol. 2*. Trad. Carmen C. Varrialle et al. Brasília: UnB, 1992. p. 916-918.
- RAPOPORT, A. A investigação sobre a paz pode ser aplicada? In: BRAILLARD, P. (Org.). *Teoria das relações internacionais*. Trad. J.J.P. Gomes/A.S. Dias. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990. p. 604-621.

RAWLS, J. *O direito dos povos*: seguido de “A idéia de razão pública revista”. Trad. Luís Carlos Borges. Rev. Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WILSON, W. Discurso dos catorze pontos. In: ISHAY, M. R. (Org.). *Direitos humanos*: uma antologia: principais escritos políticos, ensaios e documentos desde a Bíblia até o presente. Trad. Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2006. p. 489-495.

ZOLO, D. *Los señores de la paz*: una crítica del globalismo jurídico. Trad. Roger Campione. Madrid: Dykinson, 2005.

VISÕES DO SUL: O MARXISMO E O PENSAMENTO CRÍTICO NOS *ESTUDOS SUBALTERNOS* INDIANOS

Marcos Costa Lima

Carolina Soccio Di Manno de Almeida

1 INTRODUÇÃO

Todos os países que viveram a experiência de serem colonizados passaram por processos de luta por independência, de afirmação nacional, de consolidação do estado e conformação constitucional. O colonialismo foi um instrumento poderoso na conformação do capitalismo. Não foi o único. Marx (1988, p. 25), em sua obra magna, detalha os processos da “assim chamada acumulação primitiva”, ou seja “uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”, que constituíram o modo de produção capitalista. Um movimento endógeno à Europa, relacionado à apropriação de terras e à criação de exércitos industriais de reserva, e um movimento externo vinculado ao *comércio triangular*, realizado entre os países europeus e as áreas submetidas enquanto colônias.

Marx escreveu para o New York Daily Tribune em 1853, fazendo menção à Companhia Britânica da Índia Oriental, fundada em 1600.

Seus agentes estabeleceram na Índia um quantidade de feitorias. No final do século XVII a companhia começou a apoderar-se do território indiano. Durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX em-

preendeu sangrentas guerras de conquista em Karnataka, Bengala, Sindhi, Punjab e outras regiões da Índia,

Em meados do século XIX, quase toda a Índia se encontrava em seu poder. Mediante a fraude, a extorsão, a violência e o saque, seus homens de negócios se apoderaram de imensas riquezas, que transferiram a Inglaterra, fazendo assim fabulosas fortunas. O governo britânico outorgou à Companhia das Índias orientais o direito de monopolizar o comércio com a Índia e a China, e também o de governar Índia e a cobrar impostos à população. (MARX, 1973, p. 329).

As lutas de libertação colonial pela independência têm início justamente na passagem do mercantilismo para a Revolução Industrial e Revolução Francesa, que acendem as lutas imperialistas na Europa.

Os Estados Unidos da América assinaram sua declaração de independência em 1776 e redigiram sua constituição em 1787, onde se destacaram os “founding fathers”, entre estes John Adams, Benjamin Franklin, George Washington e o trio que escreveu os *Federalist Papers*, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison.

Em 1789, Saint-Domingue, hoje Haiti, então colônia francesa, produzia em torno de 40% do açúcar do mundo, sendo a colônia de exploração francesa mais rentável.

Os ideais revolucionários foram impulsionados pelo fortalecimento da elite econômica e intelectual, chamada criolla (descendentes de espanhóis nascidos na América), pela difusão das idéias liberais da Revolução Francesa e da independência dos EUA e pelo avanço napoleônico sobre a Espanha e Portugal. A maioria das colônias espanholas libertou-se entre 1817 e 1825. O Brasil, único país da região colonizado por portugueses, emancipou-se em 1822.

Em 1811, explodiu na Venezuela um movimento de emancipação que tinha como inspiração a independência norte-americana. Essa rebelião foi comandada pelo criollo Francisco Miranda, que foi vitoriosa por um breve tempo. Tendo sua independência proclamada em 1811, já em 1812 sofria uma contraofensiva do Exército espanhol que derrotou os revolucionários, restabelecendo a condição de colônia na capitania. O

líder revolucionário Miranda foi preso e deportado, morrendo em uma masmorra espanhola.

O movimento de autonomia da América espanhola prosperou após a derrota de Napoleão em 1815. Livre da ameaça francesa, e contando com o estímulo dos EUA que, em 1823, haviam proclamado a Doutrina Monroe, garantindo proteção às nações recém-independentes contra a interferência das potências europeias, o movimento de autonomia da América espanhola viria a triunfar. A luta pela independência reiniciou-se em 1817 e terminou vitoriosa em 1825.

O processo de independência do México começou em 1810 quando uma insurreição popular comandada por Miguel Hidalgo, padre Morellos e Vicente Guerrero, opôs-se ao mesmo tempo à dominação espanhola e aos criollos. Os revolucionários, constituídos de mestiços e índios, reivindicavam o fim da escravidão, a divisão das terras e a abolição de tributos, mas foram derrotados. A elite crioula assumiu o comando da luta pela independência, que foi vitoriosa em 1821, tendo a frente o general Agustín Itúrbide, que se sagrou imperador em 1822 sob o título Agustín I. Um ano depois, foi deposto e fuzilado num levante republicano.

Na América do Sul, dois movimentos revolucionários partiram de diversas colônias. Do sul partiu o Exército liderado pelo general argentino José de San Martín, que conquistou a independência da Argentina, do Chile e do Peru. Da Venezuela, o general Simón Bolívar desencadeou a campanha militar que culminou na libertação desse país, e mais a Colômbia, do Equador e da Bolívia. O exército de Bolívar também participou da libertação do Peru.

Em 1822, San Martín e Bolívar se reuniram em Guayaquil, no Equador, para discutir o futuro das ex-colônias. Bolívar defendia a unidade política, com a formação de uma federação de repúblicas, a criação de uma força militar comum e a abolição da escravidão, entre outras medidas. San Martín defendia um governo monárquico constitucional, mas aderiu às propostas de Bolívar. A tese foi discutida no Congresso do Panamá, sendo rejeitada em 1826.

Já no continente africano, quando ao fim da Idade Média os estados da Europa começaram a descobrir a África, encontraram aí reinos

ou estados, quer de feição árabe e berbere, ou islamizados, Mas também regiões habitadas por populações negras pertencentes a uma variedade de grupos, sobretudo ao Sul do Saara. Os primeiros contactos com estes povos não foram imediatamente de dominação, mas de carácter comercial. No entanto, os conflitos originados pela competição entre as várias potências europeias levaram no século XIX à dominação, e geralmente à destruição de reinos, processo este que culminou com a partilha do Continente Negro pelos estados europeus na Conferência de Berlim, em 1885¹.

A partir da ocupação francesa da Argélia em 1830, a penetração da economia europeia aumentou, fenómeno que conduziu a um endividamento externo progressivo, a situação se agravou, até que em 1869 o Bey submeteu-se uma comissão anglo-franco-italiana para supervisionar as finanças do país. Em 1882, 30.000 soldados franceses entraram no país em um acordo com o Império Britânico como compensação pela perda do Canal de Suez, em decorrência da ocupação britânica do Egito. Em 1883, o país tornou-se formalmente um protetorado francês.

No fim do século XIX, a França afirma seu domínio sobre o Marrocos. Ocorreram diversos conflitos entre espanhóis e franceses até que, em 1904, França e Espanha dividiram o país em Zonas de influência, estabelecidas como protetorados. A disputa pelo território, rico em depósitos minerais, quase leva à guerra em 1905, quando a Alemanha procurou obter controle sobre parte da região.

Em 30 de outubro de 1918, o decadente Império Otomano assina a sua rendição após a desastrosa entrada na 1ª Guerra Mundial ao lado da Tríplice Aliança. O Armistício de Mudros desmembrou o império para os vencedores. A Inglaterra ficou com o Egito, a Mesopotâmia e a Palestina; a França ficou com a Síria e o Líbano e a Itália ficou com a Turquia. Em novembro, Constantinopla foi ocupada por tropas britânicas e francesas e as fortalezas do Bósforo e de Dardanelos foram ocupadas pelos aliados. Assim operavam as nações dominantes da Europa.

¹ A Conferência, contou com a participação da Itália, França, Grã-Bretanha, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Império Otomano (atual Turquia), Portugal, Bélgica, Holanda, Suécia, Rússia e Império Austro-Húngaro (atuais Áustria e Hungria). A sua principal intenção foi o de definir a partilha dos territórios africanos. Os povos africanos não foram convidados - após as decisões, muitos deles resistiram e lutaram como puderam. Embora os europeus já estivessem presentes no continente desde o século 15, pela primeira vez a dominação foi efetiva, com ocupação dos territórios do interior. Essa foi a configuração do mapa do continente por cerca de 60 anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os movimentos de independência ganharam força cada vez maior.

O fim da Segunda Guerra Mundial redefine a geopolítica mundial. Logo após a conflagração, a França, já enfrentava insurreições na Argélia bem como na Indochina e já havia perdido o controle do Marrocos e da Tunísia.

Em 1952, é a vez do Egito fazer a sua independência, pondo fim a 70 anos de domínio britânico².

A Conferência de Bandung, de 1954 é consequência do avanço das lutas anticoloniais, agora fortalecidas pela independência da Índia em 1947 e pela revolução chinesa em 1949. É o reverso da Conferência de Berlim de 1885. Bandung reuniu 29 países afro-asiáticos – 15 da Ásia, 9 do Oriente Médio e 5 da África – para defender a emancipação dos territórios ainda dependentes dos europeus, e marcar a posição do Terceiro Mundo, de não aderir a nenhum dos blocos da Guerra Fria e nem aos pactos de defesa propostos pelas grandes potências.

O objetivo central de Bandung foi o de mapear o futuro de uma nova força política global (3º Mundo), o de fazer oposição ao colonialismo e ao neocolonialismo, exercido pelos EUA e URSS. Entre os resultados mais relevantes, a decisão de estabelecer Políticas de Não-Alinhamento, bem como a equidistância das grandes potências. Marcou o início de demandas coletivas pelo 3º Mundo nos campos da política (descolonização) e desenvolvimento, sendo a maioria das demandas foram feitas no fórum da ONU, sendo gradualmente aceitas. Esses princípios representaram a estratégia para política externa dos países em desenvolvimento, na periferia do sistema global, e significaram uma busca pela adoção de um sistema multipolar, além de servirem como código de conduta que favoreceria a todos os países, justamente pela defesa da coexistência pacífica.

‘Nós sempre ouvimos que o colonialismo está morto’ [...] Eu digo a vocês, o colonialismo não está morto, ainda”. Foram estas as palavras pronunciadas pelo anfitrião da Conferência, o então presidente Sukarno, da Indonésia, na abertura da conferência. Ele assim continuou: ‘Eu lhes imploro, não pensem no colonialismo somente na sua forma clássica, na qual a Indonésia e os nossos irmãos em diferentes partes da Ásia e

² O sistema de propriedade das terras no Egito até as vésperas da revolução nasserista – Gamal Abder Nasser - era o espelho da desigualdade absoluta, tão comum nos países daquela região. Apenas 0,1% dos proprietários controlavam 1/5 das regiões produtoras, sendo que apenas 0,4% deles ficavam com 1/3 delas, enquanto que aos 95% dos felás (camponeses) restava apenas 35% das áreas de plantio. O novo governo determinou que, dali em diante, as propriedades rurais não poderiam ultrapassar a extensão de 200 feddans (medida egípcia de terras), realizando uma redistribuição de terras que favoreceu a 341 mil felás. Muitos deles passaram então a explorá-la organizados em cooperativas.

África conhecemos. Colonialismo tem também seus trajes modernos, sob a forma de controle econômico, intelectual, físico, exercido por uma pequena comunidade estrangeira dentro de uma nação. É um inimigo hábil e determinado, e aparece travestido de diversas formas. Não desiste de seus saques facilmente. Onde e quando aparece, o colonialismo é uma coisa ruim, e deve ser erradicado do mundo!³.

O movimento teve como líderes as expressivas figuras de chefes políticos como: Sukarno (Indonésia); Chu En Lai (China); Nasser (Egito); Nehru (Índia). Tito (Iugoslávia); N^o Krumah (Gana). E a partir dessa data, principalmente na década de 60, cerca de trinta nações africanas tornaram-se independentes.

Bandung termina estabelecendo o que ficou sendo amplamente reconhecido como os 10 pontos:

1. Respeito aos direitos fundamentais;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país - (Autodeterminação dos povos);
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências;
7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DRIch247vb8>> President Sukarno Opening Speech at the Bandung Conference, 1955, Indonesia. On 17 April 1955, the Indonesian President Sukarno declares the Bandung Conference open. Source: THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, Republic of Indonesia (Ed.). Asia-Africa speak from Bandung. Djakarta: 1955. 238 p.

URL: http://www.cvce.eu/obj/address_given_by_sukarno_bandung_17_to_24_april_1955-en-88d3f71c-c9f9-415ab397-b27b8581a4f5.html

Todos esses movimentos de libertação tiveram sua contrapartida em termos de formulação teórica. Um pensamento crítico surgiu desses enfrentamentos, de pensadores e intelectuais do Sul, que de certa maneira formulavam e indicavam caminhos para os processos de emancipação. Frantz Fanon, psiquiatra e ensaísta martiniquenho e que lutou pela libertação da Argélia, lança luz sobre até onde a empresa colonial atingiu o colonizador, a nação colonizadora e a que ponto esta integrou o racismo a sua própria formação social. Como costumava dizer, “não se coloniza impunemente” (FANON, 1975, p. 98-120).

Outra contribuição fundamental tanto para o entendimento do eurocentrismo, quanto para o desvelamento dos processos de colonização é a de Edward Said, que afirmou: “[...] defendo o ponto de vista de que existe uma diferença entre um conhecimento de outros povos e outras eras que resulta da compreensão, da compaixão, do estudo e da análise cuidadosos no interesse deles mesmos e, de outro lado, conhecimento – se é que se trata de conhecimento - integrado a uma campanha abrangente de auto-afirmação, beligerância e guerra declarada. Existe afinal, uma profunda diferença entre o desejo de compreender por razões de coexistência e de alargamento de horizontes, e o desejo de conhecimento por razões de controle e de dominação externa.” (SAID, 2003, p. 15).

Um historiador indiano menos conhecido no Brasil, K. N. Panikkar, autor de muitas obras sobre o domínio europeu na Índia e alguém que estudou o papel dos intelectuais, da *intelligentsia* na construção da nação, dizia que não obstante as diferenças filosóficas e pragmáticas, o poder colonial buscou uma visão abrangente do passado dos nativos, mas que era, em todas as medidas, considerado inferior ao seu. “O passado, no entanto, foi um substituto para o presente. O que o colonialismo fez através da construção do passado serviu para justificar e legitimar o presente.” (PANIKKAR, 2001). E Panikkar estabelece o termo “*engenharía cultural*”. O interesse dos ingleses, segundo ele, em conhecer o passado hindu tinha duas intenções: 1. as realizações do passado ajudavam a lançar luz sobre o presente decadente, o que explicava e legitimava a intervenção colonial. 2. Eles armaram a ordem imperial com informações valiosas sobre o mundo dos subjugados. Todos os dois pontos formavam o todo do controle colonial. Panikkar (2001, p. 126) diz ainda que o que foi central para a

atitude colonial em relação ao passado dos nativos, não foi a apropriação, mas a negação de uma história válida para o colonizado.. Um dos muitos exemplos desta negação foi o mito de uma sociedade indiana sem mudança, o que foi propagado pelos administradores coloniais e, posteriormente autenticado pelos historiadores imperialistas.

No próximo capítulo apresentaremos o movimento intelectual indiano que ficou mundialmente reconhecido com “*The Subaltern Studies*”, analisando excertos das obras de três de seus expoentes: Ranajit Guha, Dipesh Chakrabarty e Partha Chatterjee.

2 OS ESTUDOS SUBALTERNOS

Esta Escola Indiana trouxe não apenas para os estudos culturais, mas para as teorias pós-coloniais uma contribuição de densa e alta qualidade. Com forte influência de Antonio Gramsci, deram um tratamento à história e aos processos sociais indianos, que se concentraram não nas elites, mas nos que estão na base da pirâmide social, nos camponeses, nos pobres urbanos, como agentes de mudança social e política, e também buscando a contribuição dos intelectuais críticos do passado. Aprofundaram seus interesses nos discursos, na retórica e expressão dos emergentes movimentos políticos e sociais, como manifestações e revoltas. Mas eram autores com uma sofisticada e eclética base teórica, que englobava uma variedade de marxismos, sendo admiradores do historiador inglês E.P.Thompson bem como da escola francesa dos *Annales* de 1929 e que teve como líderes, Lucien Febvre, March Bloch e Fernand Braudel. Mas também incorporaram contribuições de Hegel, Lévi-Strauss, Michel Foucault, Derrida, Roland Barthes e mesmo de Heidegger, que como disse Partha Chatterjee (2012, p. 45) em um artigo sobre a *Escola*, que ele próprio teve inclinações Althusserianas, não aceitas pelo grupo, tanto quanto Chakrabarty, por Heidegger.

Os estudos subalternos indianos tiveram início em 1982 como uma série de debates acerca da escrita da História indiana moderna. Ranajit Guha, historiador indiano à época ensinando na Grã-Bretanha, foi a inspiração por trás do projeto. Juntamente com oito colegas, constituiu o coletivo editorial *Subaltern Studies*. Inicialmente tratando especificamente da escrita da história indiana moderna, o alcance intelectual dos estudos

subalternos excedeu a disciplina da história e também a questão indiana, uma vez que seus colaboradores participaram de debates contemporâneos e elaboraram críticas à história e nacionalismo, orientalismo e eurocentrismo, que enriqueceram o debate da construção social do conhecimento como um todo.

A matéria acadêmica designada como “história indiana moderna” é resultado de uma pesquisa relativamente recente em discussão em diversas universidades na Índia, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e em outros locais, após o final do governo imperial britânico na Índia, em agosto de 1947. O contexto era de disputas travadas entre as tendências afiliadas às inclinações imperiais na história indiana e o desejo nacionalista de parte dos historiadores indianos de descolonizar o passado. Trabalhos publicados na década de 60 levantaram questões novas e controversas acerca da natureza e dos resultados do governo colonial na Índia, como a indagação: “A Grã-Bretanha merece algum crédito por ter feito da Índia um país em desenvolvimento, moderno e unido?” Os documentos do governo colonial britânico e os historiadores indianos afiliados ao poder imperial obviamente sempre retrataram o governo colonial como benéfico para a Índia e exaltavam os britânicos por terem levado ao subcontinente a unidade política, instituições modernas, indústrias, o nacionalismo, as leis, e assim por diante. Por outro lado, os historiadores nacionalistas da década de 60 - muitos deles educados na Inglaterra e tendo vivido os últimos anos do domínio colonial - desafiaram essa visão. Ao contrário, argumentam que o colonialismo teve efeitos nocivos no desenvolvimento econômico e cultural.

Nacionalismo e colonialismo emergem, portanto, como as duas áreas principais de pesquisa na Índia dos anos 60 e 70. Nesse contexto é que se desenham os primeiros passos dos estudos subalternos. Contrário à idéia de que o nacionalismo era uma luta contra o colonialismo, a antítese do governo colonial, ou até mesmo a solução para os problemas que o colonialismo causou, Guha afirma que ambas as abordagens, colonialistas e nacionalistas, são elitistas. O nacionalismo foi tido como a mais expressiva luta contra o colonialismo, mas com relação aos problemas internos do país foi extremamente reacionário, como quando suprimiu violentamente as revoltas populares e camponesas, delineando assim a agenda política nacionalista (CHAKRABARTY, 2000a). Uma nova geração de historiadores

indianos (da qual faz parte Ranajit Guha) que foi chamada de “midnight children” aponta que uma resposta adequada para os problemas de escrever uma história pós-colonial na Índia era o real conflito de interesses entre a elite nacionalista e seus seguidores socialmente subordinados, ou seja, os grupos subalternos.

Todo esse “descontentamento historiográfico” estava emaranhado aos antigos paradigmas positivistas e liberais herdados das tradições da historiografia inglesa. Assim, os estudos subalternos surgem como uma mudança de paradigma, a fim de contestar essa maneira de escrever história. Na declaração que inaugura os estudos subalternos, Guha afirma que a história do nacionalismo foi escrita como a história de uma conquista das classes elitizadas, indianas ou britânicas, e que não pode explicar as contribuições dadas pelo povo no desenvolvimento desse nacionalismo (GUHA apud CHAKRABARTY, 2000a, p. 471). Desde o início, fica claro a partir dessa declaração feita por Guha que os estudos subalternos eram uma tentativa de alinhar o raciocínio histórico com movimentos mais amplos para a realização da democracia na Índia.

O marxismo, bem entendido, concedeu o embasamento do projeto nacionalista de descolonização intelectual. Porém, é justamente a esse marxismo - e principalmente contra o historicismo, que Marx traz de Hegel - que os estudiosos indianos vão dirigir suas principais críticas, pois rebatem fortemente o historicismo. Neste artigo pretendemos evidenciar de que forma isso se apresenta nos trabalhos dos estudos subalternos indianos, centrando a análise em três autores centrais que dialogam entre si em suas obras: Ranajit Guha através das críticas contundentes às categorias de político e ao abordar a questão camponesa, Dipesh Chakrabarty, através da proposta de provincializar a Europa e Partha Chatterjee, que aprofunda a dimensão do colonialismo tardio e desenvolve a diferença conceitual entre sociedade civil e sociedade política.

2. 1 OS ESTUDOS SUBALTERNOS E A CRÍTICA AO HISTORICISMO

A abordagem que os estudos subalternos vai adotar em muito se assemelha com as abordagens históricas inglesas conhecidas como “*history from below*”, desenvolvidas por autores como Hill, Thompson, e Hobsbawm.

Ambas têm inspiração marxista e um débito intelectual com o italiano Antonio Gramsci, uma vez que o próprio termo “subalterno” e o conhecido conceito de “hegemonia”, também caro ao projeto teórico dos estudos subalternos, remetem aos escritos de Gramsci (CHAKRABARTY, 2000a; GUHA, 2002). O objetivo declarado dos estudos subalternos era produzir a análise histórica na qual os grupos subalternos eram vistos como os sujeitos de sua própria história, uma vez que eles se opunham fortemente à prática acadêmica predominante da historiografia, devido à sua falha em reconhecer o subalterno como o realizador de seu próprio destino. Essa é a crítica central do projeto (GUHA apud CHAKRABARTY, 2000a). Essa declaração de Guha esclarece que, embora se aproximem, os estudos subalternos e a tradição historiográfica marxista inglesa possuem diferenças-chave que os diferenciam fundamentalmente, pois a historiografia subalterna necessariamente inclui: i) relativa separação da história do poder de uma história universal do capital, ii) uma crítica da formação do Estado Nação e iii) o questionamento da relação entre poder e conhecimento - pensando na história também como uma forma de conhecimento (CHAKRABARTY, 2000a).

A ruptura teórica crítica ocorre na medida em que Guha busca redefinir a categoria “político” com relação à Índia colonial. O autor argumenta que tanto os historiadores elitistas (alinhados com o poder imperial), quanto os historiadores nacionalistas, abordam o domínio político seguindo a formalidade dos processos institucionais e governamentais, desconsiderando, portanto, todo processo político em curso em outras esferas da sociedade indiana. Guha pretende argumentar que havia, na Índia colonial, um domínio político autônomo da política pela população (“*politics of the people*”), que fugia às regras institucionais e governamentais e era organizada diferentemente da política da elite. A política da elite envolve a “mobilização vertical”, em uma espécie de adaptação indiana do modelo britânico de instituições parlamentares; por outro lado, a “política subalterna”, a mobilização política depende da afiliação horizontal, ou seja, por afinidade, seja ela territorial, de consciência de classe, e várias outras, dependendo da população envolvida (CHAKRABARTY, 2000a; CHATERJEE, 1999) sendo central a essas mobilizações a noção de resistência à elite dominante.

A separação feita por Guha entre os domínios da elite e dos subalternos teve implicações radicais para a teoria social e a historiografia, dado que a tendência da historiografia marxista era classificar as revoltas camponesas organizadas por afinidade como movimentos que exibiam uma consciência atrasada (*backward consciousness*), como rebelião “primitiva” e de caráter “pré-político”. Eram vistas como uma consciência que esta ainda defasada com relação à lógica institucional da modernidade ou do capitalismo, como afirma Hobsbawm: “eles são povos pré-políticos que ainda não encontraram, ou acabaram de encontrar, a linguagem específica com a qual desejam expressar suas aspirações sobre o mundo.” (HOBBSAWM apud CHAKRABARTY, 2000a, tradução minha). Guha rejeita explicitamente a caracterização da consciência do camponês como “pré-política” e sugere que a natureza da ação coletiva contra a exploração na Índia colonial era tão grande que, de fato, alargou as fronteiras imaginárias da categoria do político como foi imaginada pelo pensamento europeu. Ignorar esse problema que a categoria do político coloca - oriunda do marxismo europeu eurocêntrico, vale ressaltar - só pode levar a histórias das elites, pois essa categoria não permite - e não sabe - analisar a consciência do camponês, os discursos e as afinidades sob as quais eles se expressam em protesto (tal como casta, religião, entre outras).

A figura do camponês foi central para a análise de Guha e as argumentações que fundamentam os estudos subalternos, pois ao questionar a categoria do político, Guha estava movimentando a epistemologia da História europeia sob a qual as teorias eram produzidas, aplicadas ao resto do mundo e assim, reproduzidas. Guha insiste que, ao invés de ser um anacronismo em um mundo colonial modernizado, a figura do camponês é um contemporâneo real do colonialismo e mais do que isso, uma parte fundamental da modernidade que o governo colonial estabeleceu na Índia. Ao invés de ter uma mente atrasada, vinda do passado, confusa pela política, instituições e economia modernas cuja lógica nunca havia compreendido, Guha apresenta a mente do camponês como de fato tendo lido seu mundo contemporâneo corretamente. Examinando cerca de cem revoltas camponesas ocorridas entre os anos de 1783 e 1900, Guha afirma que elas envolviam sempre a destruição por parte dos camponeses dos códigos de comportamento (como o vestir-se e a linguagem), na intenção de inverter

esses símbolos de autoridade com os quais seus superiores sociais os dominavam na vida cotidiana.

As teorias que procuraram explicar os atos de insurgência camponesa deixaram passar esse elemento importante de dominação e reapropriação dos símbolos, fazendo com que as insurgências fossem descritas erroneamente pelas histórias elitistas, como camponeses levantando-se contra símbolos que eles não compreendiam e cujas rebeliões não possuíam conteúdo político. Dessa tensão surgida pela compreensão da categoria do político pelas teorias de tradição marxistas e o novo significado esboçado nos estudos subalternos, Guha identifica os arranjos de poder em que os camponeses e outros grupos subalternos se encontravam na Índia colonial. Em sua análise, o autor afirma que esses arranjos contêm duas lógicas de hierarquia e opressão muito diferentes: uma era a lógica das estruturas quasi-liberais legais e institucionais que os britânicos introduziram no país. Imbricado a isso, um outro conjunto de relações nas quais a hierarquia era baseada na dominação e subordinação diretas e explícitas dos menos poderosos através de meios simbólicos ideológicos e força física. Sendo a semiótica da dominação e da subordinação o que as classes subalternas buscavam destruir a cada rebelião (CHAKRABARTY, 2000a).

De acordo com Chakrabarty (2000b), existe uma respeitável tendência marxista em ler as relações não-democráticas e práticas de deificação como sobreviventes de uma era pré-capitalista e não exatamente modernas, classificando tais relações como feudais. Ler as relações políticas dessa forma permite afirmar que o camponês não é um cidadão, logo, não é um ator político, assim como a Índia não fez a completa transição para o capitalismo, excluindo assim uma série de grupos políticos atuantes na sociedade do processo político, mantendo-os em suas subalternidades. Tal pensamento levou a uma série de afirmações equivocadas a respeito de relações políticas nas colônias como a do respeitado historiador Eric Hobsbawm, que reconhece que a aquisição de consciência política por esses “rebeldes primitivos” é o que faz do nosso século o mais revolucionário da história. No entanto, afirma que os citados rebeldes permanecem fora da lógica do capitalismo e que não são autores de seus destinos, ficando às margens das operações de forças econômicas que eles não compreendem e sobre as quais eles não têm controle (HOBSBAWM apud CHAKRABARTY,

2000a). Se para o marxismo o homem é sujeito de sua própria história e é através da luta de classes consciente que vai poder se emancipar, então os camponeses indianos, que segundo análise historiográfica europeia não possuem a consciência política, não são sujeitos de sua história, nem participam desse processo.

Ao rejeitar a categoria do político e também a do “pré-político”, Guha insiste nas diferenças das histórias do poder na Índia e na Europa, não podendo o historiador aplicar na Índia o que ocorreu politicamente na Europa ao longo dos séculos, cujo resultado é bastante específico para aquela região do globo. Esse gesto é radical na medida em que fundamentalmente pluraliza a história do poder na modernidade global e separa isso da história universal do capital. Em última análise, esse é o problema de como pensar a história do poder em uma era em que o capital e as instituições governantes da modernidade desenvolvem um alcance global. Tal atitude inspiraria seu colega Dipesh Chakrabarty na elaboração de sua proposta epistemológica de provincializar a Europa, que vamos analisar a seguir.

A história global do capitalismo, embora tenha ocorrido e seja inegável, não produziu em todos os locais a mesma história do poder. A modernidade colonial da Índia deve incluir os termos dominação e subordinação. Não porque a Índia é um país semi-moderno ou semi-feudal, nem ao menos porque fez uma transição incompleta para o capitalismo. A dominação e subordinação dos subalternos pela elite – e isso inclui não só a elite colonial, como também a elite nacionalista posteriormente – era uma característica cotidiana do capitalismo indiano, um capitalismo do tipo colonial. O resultado foi uma sociedade que indubitavelmente mudou sob o signo do capitalismo colonial, mas que não possuía uma classe burguesa como a descrita pelo marxismo ocidental – mais um motivo para rejeitar as clássicas interpretações da sociedade indiana através do escopo europeu. A falta de uma classe burguesa também interferiu na elaboração de uma classe capaz de fabricar uma ideologia hegemônica que fizesse seus próprios interesses parecerem os interesses de todos. A história da forma como a elite nacionalista indiana procurou mobilizar as classes subalternas demonstra o domínio político no qual as linguagens seculares da lei e as estruturas constitucionais herdadas dos britânicos coexistiram e permaneceram como estratégias de dominação e subordinação (CHAKRABARTY,

2000a). É justamente esse capitalismo sem as hierarquias capitalistas, um domínio capitalista sem a cultura capitalista hegemônica, é o que Guha vai chamar de “*dominance without hegemony*” (GUHA, 2002).

A agenda dos estudos subalternos deve ser lida simplesmente como mais uma versão da história marxista. Os estudos subalternos ocasionaram uma mudança de paradigma e propuseram uma mudança epistemológica que deve ser observada de perto. Dipesh Chakrabarty esclarece o que seria essa mudança epistemológica ao apresentar sua ideia de provincializar a Europa.

Mais contemporaneamente, Gayatri Spivak (1988) se aproxima da vertente dos Estudos Subalternos em um texto tido como seminal no campo – *Pode o subalterno falar?* Para ela, a fala do subalterno e do colonizado é sempre intermediada pela voz de outrem. Spivak afirma que não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se sim, trabalhar contra a subalternidade, fazendo com que estes possam se articular e se fazer ouvir. Outro aspecto importante de sua obra é discutir as questões de gênero, o o subalterno feminino a partir das mulheres indianas.

2.3 CHAKRABARTY E A PROPOSTA DE PROVINCIALIZAR A EUROPA

A participação de Dipesh Chakrabarty nos estudos subalternos desde a sua fundação teve grande influência em seus estudos e na elaboração de sua proposta de provincializar a Europa. Alinhado com o pensamento de Guha, Chakrabarty faz a primeira proposta de provincializar a Europa em um artigo de 1992 na revista *Representations*. O que era então um projeto na década de 90 torna-se um livro oito anos depois. Lançado no ano 2000, *Provincializing Europe. Historical Difference and Postcolonial Thought* caminha próximo aos estudos subalternos na medida em que aborda a categoria político, pré-político e a crítica à história mundial, assim como se vale da teoria marxista como ferramenta de análise e crítica, mas também propõe inovações intelectuais que analisaremos a seguir.

No domínio da disciplina da História, e no seio da academia, a Europa permanece soberana e continua sendo o sujeito teórico de todas as histórias. As histórias de outras localidades – podendo ser China, Índia, Kenya, e até mesmo Brasil - acabam sendo variações de um mesmo tema,

de uma narrativa maior que poderia ser chamada de “história da Europa”, o que acaba colocando todas as histórias em uma posição de subalternidade. Chakrabarty afirma, portanto, que o domínio da Europa como sujeito de todas as histórias é parte de uma condição teórica muito mais profunda sob a qual o conhecimento histórico é produzido no terceiro mundo; lembrando-nos que, embora ele se refira à histórica por ser seu campo de produção de conhecimento, é sabido que esse problema não se restringe somente a esse campo, mas abrange as ciências sociais como um todo. Então Chakrabarty faz uma pergunta provocadora: por que permitimos que os *savants* europeus desenvolvessem tamanha clarividência com relação às sociedades sobre as quais eles eram empiricamente ignorantes? (CHAKRABARTY, 2000b). Sua resposta é que foi dado - obviamente pelos teóricos europeus - que somente a Europa é capaz de produzir “theoria”: Uma passagem da *Leitura de Viena* de Husserl, datada de 1935, esclarece esse argumento. Nela, Husserl afirma que:

The fundamental difference between oriental philosophies (more specifically, Indian and Chinese) and Greek-European science, or universally speaking: philosophy, was the capacity of the latter to produce absolute theoretical insights, that is, theoria (universal science), whereas the former retained a practical-universal and hence mythical-religious character. This practical universal philosophy is directed to the world in a naïve and straightforward manner, whereas the world presented itself as thematic to theoria, making possible a praxis whose aim is to elevate mankind through universal scientific reason. (HUSSERL apud CHAKRABARTY, 1992, p. 39).

Dipesh Chakrabarty acredita que o uso das categorias marxistas como *pré-burguês* e *pré-capital* possuem o mesmo pressuposto epistemológico dado que o prefixo *pré*, nesse caso, pressupõe uma relação tanto cronológica quanto teórica, pois a história torna-se possível de ser conhecida teoricamente a partir de uma categoria política e universal: o capital.

A visão de Marx a respeito da emancipação é uma jornada que vai muito além da história e das regras do capital; suas críticas e propostas de igualdade - diferentemente da igualdade jurídica do liberalismo – fazem com que Marx permaneça sendo um crítico fundamental do capitalismo e do liberalismo, portanto central a qualquer projeto pós-colonial de re-

escrever a história. No entanto, os pressupostos metodológicos e epistemológicos de Marx nem sempre resistiram ao historicismo e apresentaram ambiguidades suficientes para possibilitar a emergência de narrativas históricas “marxistas” que giram em torno do tema da transição histórica (CHAKRABARTY, 2000b). Tendo o capital como categoria política e universal a partir da qual a história passa a ser conhecida e elaborada, a maioria das histórias modernas do terceiro mundo são escritas a partir da problemática colocada por essa narrativa de transição, tendo como temas principais o desenvolvimento, a modernização e o capitalismo. Essa mesma tendência pode ser observada nos estudos subalternos, e até mesmo em trabalhos anteriores do próprio Chakrabarty. O problema dessa narrativa, que passa a ser elaborada em torno dos citados temas, é que essa narrativa de transição, por definição, pressupõe que a transição desses países de terceiro mundo permanece incompleta. No caso da Índia, só para citar um exemplo, essa incompletude se dá pelo fato do “fracasso” de uma revolução socialista idealizada pela esquerda, ou dos nacionalistas de verem emergir uma classe burguesa. A tendência a ler a história indiana em termos de lacunas e fracassos é o que motivou o projeto dos estudos subalternos:

A Grã-Bretanha conquistou e representou a variedade dos passados indianos através de uma narrativa homogeneizada de transição de um período medieval para o moderno, valendo-se de termos binários, como é característico do orientalismo (SAID, 2007) para representar o que era indiano e o que era britânico. Sendo assim, o que era de característica medieval/despótica/feudal era indiano, e de característica moderna/capitalista, britânico. Dessa forma, a Europa não só coloca-se como o berço da modernidade, como também define o que é moderno e termina por sujeitar tudo o que não se encaixasse no seu projeto modernizante.

No processo de independência, a elite nacionalista vai tomar o lugar do governo colonial reproduzindo tal pensamento europeu. Chattopadhyay, um dos mais importantes intelectuais nacionalistas indianos, atribui ao governo britânico um período necessário de tutela para os indianos se prepararem para a cidadania e o Estado Nação (CHAKRABARTY, 2000b). Os nacionalistas indianos eventualmente abandonaram no período que antecede a independência o desejo de serem europeus uma vez que o pensamento nacionalista assentava-se precisamen-

te na suposta universalidade do projeto de se tornarem indivíduos, na hipótese que direitos civis e igualdade abstrata eram premissas universais que podiam encontrar espaço em qualquer lugar do mundo, ou seja, que eles poderiam ser “indianos” e cidadãos ao mesmo tempo (CHAKRABARTY, 1992). Dipesh Chakrabarty nos alerta ainda que pensar nessa narrativa de transição que privilegia o moderno, ao mesmo tempo em que atribui características de incompletude ao indiano, é pensar em termos dessas instituições nos vértices nos quais se assenta o Estado Nação moderno. E pensar no moderno ou no Estado Nação era pensar a história cujo sujeito teórico era a Europa, uma Europa, no entanto, que não passava de uma peça de ficção contada ao colonizado pelo colonizador no processo de fabricação da dominação colonial (CHAKRABARTY, 2000b).

A história indiana, contudo, está repleta de exemplos nos quais os indianos se apropriaram de si como sujeitos de sua própria história, precisamente mobilizando aparelhos de memória coletiva que eram ambas anti-históricas e não-modernas, dentro do contexto das instituições modernas, e algumas vezes em nome do projeto modernizador do nacionalismo. Ou seja: ainda que fosse contrária às tendências nacionalistas, modernizadoras, as construções anti-históricas do passado frequentemente ofereceram formas poderosas de memória coletiva. Este é, portanto o duplo laço através do qual a história indiana se articula: por um lado, está o sujeito e objeto da modernidade, pois coloca-se para uma unidade chamada “povo indiano”, unidade essa que está dividida em dois, uma elite modernizadora e um campesinato a ser modernizado. Como sujeito dividido, no entanto, fala de dentro de uma metanarrativa que celebra o Estado Nação, sendo que o único sujeito teórico dessa metanarrativa só pode ser a Europa hiperreal, a Europa construída pelas fábulas que ambos o imperialismo e o nacionalismo contaram aos colonizados. (CHAKRABARTY, 1992). O modo de auto-representação que o “indiano” pode adotar é o que Homi Bhabha⁴ chamou de “mimético”: a história indiana permanece sendo a “mímica” de um certo sujeito “moderno” da história “européia”, e é por esse motivo que esta permanecerá sendo sempre representada por uma figura de ausência, de incompletude, de lacuna. Isso significa que o subalterno como sujeito

⁴ BHABHA, H. K. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.

BHABHA, H. K. Signs taken for wonder. In: ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (Org.). *The postcolonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 29-35.

só pode ser falado ou defendido pela narrativa de transição que sempre vai privilegiar, em última análise, o moderno, que está intimamente associado a “Europa”. Essa crítica que Chakrabarty faz é fundamental para a elaboração de seu projeto de provincializar a Europa, pois ela vai à raiz da epistemologia mesma de “escrever história” que sustenta a disciplina da História, propondo adiante em seu trabalho de forma contundente uma virada epistemológica.

Dipesh Chakrabarty afirma com convicção que a razão para isso repousa no fato de o imperialismo europeu e os nacionalismos do terceiro mundo terem concluído que a universalização do Estado-Nação como a mais desejável forma de comunidade política. Ainda, identifica a Economia e a História como formas de conhecimento que correspondem às duas principais instituições que a emergência – e mais tarde universalização – da ordem burguesa do mundo: o modo capitalista de produção e o Estado Nação. Um historiador crítico, afirma, não tem escolha senão negociar com esse conhecimento. Para isso deve compreender o Estado em seus próprios termos, ou seja, nos termos de suas narrativas auto-justificatórias de cidadania e modernidade, pois esses temas sempre vão nos remeter aos pressupostos universalistas da filosofia política “moderna”. O que parece hoje “natural” para a nossa concepção do sistema mundial está enraizado nas teorias da ética do século iluminista. (CHAKRABARTY, 1992). Essa é a subalternidade das histórias não-ocidentais a qual o autor se refere desde o início e que ele busca resgatar a fim de provincializar a Europa.

A compreensão de que os teóricos do terceiro mundo fazem da história européia com os diferentes arquivos existentes de nossas histórias (e frequentemente não europeus) abre a possibilidade de uma política e uma aliança entre histórias metropolitanas dominantes e os passados periféricos subalternos. É esse projeto que Dipesh Chakrabarty chama de provincializar a Europa, a Europa que o imperialismo moderno e o nacionalismo do terceiro mundo tornaram universal. Filosoficamente, esse projeto deve se assentar em uma crítica radical e transcendente ao liberalismo, ou seja, as construções burocráticas de cidadania, Estado moderno, privacidade burguesa, e todos os pressupostos que a filosofia clássica produziu (CHAKRABARTY, 1992).

A ideia é inscrever na história da modernidade as ambivalências, contradições, uso da força e tragédias que lhe serviram no processo de sua imposição. É indispensável para os estudos subalternos reconhecer que a retórica e as reivindicações de igualdade da classe burguesa, dos direitos dos cidadãos, a autodeterminação dos povos, através do Estado-Nação soberano, em muito serviram para o fortalecimento de grupos marginalizados. O que está de fato em questão é a repressão e violência que foram instrumentos da vitória do “moderno” assim como é o poder persuasivo de suas estratégias retóricas (CHAKRABARTY, 2000b).

Chakrabarty faz uma extensa crítica ao historicismo, pois este método que transformou a História carrega consigo pressupostos fundamentais que permitiram a supressão de histórias e subjetividades subalternas. O autor afirma que o tempo da História é ateu, contínuo, vazio e homogêneo (CHAKRABARTY, 2000b, p. 73). Ateu porque o mundo é pensado como “desencantado” onde deuses, espíritos ou qualquer força sobrenatural não pode reivindicar representação nas narrativas. Contínuo porque é cíclico ou linear; a continuidade do tempo não é tratada como parte de um sistema de convenções, mas como algo pertencente à natureza. O tempo é vazio porque age como um “saco sem fundo” no qual um número infinito de eventos pode ser posto encaixado em sua linha histórica. E por fim, homogêneo porque não pode ser afetado por nenhum evento, sendo independente e anterior a qualquer evento, fazendo-se parecer também como algo pertencente à natureza. O naturalismo do tempo histórico pertence à crença de que tudo pode ser historicizado.

Contudo, em um país como a Índia, onde os agentes sobrenaturais têm participação ativa na vida cotidiana da população, em seus lares e trabalho na forma de rituais, descartar narrativas em que os deuses são parte ativa da história, é silenciar a maioria das histórias. A incapacidade do historicismo em traduzir histórias que não se encaixem em seu método temporal e sua visão de mundo faz com que passados que apresentem qualquer grau de “infração” a seus preceitos sejam automaticamente excluídos. São esses passados que resistem à historicização que Chakrabarty vai chamar de “passados subalternos” (CHAKRABARTY, 2000b, p. 101). O autor coloca como grande desafio aos historiadores resgatar as histórias su-

balternas e manter o sujeito subalterno como sujeito da História, condição necessária para sua participação na sociedade.

2.4 PARTHA CHATTERJEE: COLONIALISMO E MODERNIDADE

Partha Chatterjee, nascido em 1947, portanto é um “filho da meia noite”, como foram chamadas, simbolicamente, as crianças nascidas após a meia noite do dia 15 de agosto de 1947, marco histórico da independência do país, e tidas como portadoras de poderes especiais. É um acadêmico indiano, com ênfase especial em ciência política e que integrou o coletivo dos *estudos subalternos* e hoje um nome reconhecido entre os que lidam com as escolas pós-coloniais. É também reconhecido como um autor versado em antropologia e história. Autor individual de mais de 12 livros que têm como eixo central a discussão que articula os temas como nacionalismo indiano, colonialismo, cultura popular, democracia e transformação econômica, modernidade e política.

Muito embora tenha ido muito jovem aos Estados Unidos onde concluiu seu doutorado na Universidade de Rochester, então berço da teoria da escolha racional (teoria dos jogos), em 1968, em plena Guerra Fria, aos vinte anos ainda não se encontrara intelectualmente. Com facilidades para a matemática, julgou que poderia modelar os processos políticos de forma rigorosa, a exemplo das questões de segurança e defesa. Em entrevista dada a Manu Goswami⁵, diz que logo percebeu que estender o este modelo teórico para processos eleitorais ou para as formas que os partidos políticos mobilizavam seus votos. Retornando à Índia logo após o doutorado, percebeu que este tipo de teoria não tinha perspectiva.

Chatterjee comenta que, chegando à Índia, percebe que o campo da ciência política na Índia, incluindo a teoria política, não estava estruturada, não possuía um corpus teórico. E ao se envolver com os demais intelectuais que formariam o Subaltern Studies percebia que o esforço era de trazer as questões levantadas pela sociologia e antropologia indianas para o campo da história política e social. “Não se podia entender a política indiana, sem olhar para as questões colocadas pela sociologia indiana, e a adoção de métodos como a etnografia, história oral, e assim por diante foram absolutamente

⁵ Disponível em: <<http://www.publicculture.org/articles/view/25/1/partha-chatterjee-interviewed-by-manu-goswami>>.

essenciais.” Segundo ele, os Estudos subalternos foi capaz de criar uma novo amálgama disciplinar, embora não tenha sido o único a fazer isso. “Dizíamos que, além de tudo o que a ciência social ocidental tinha a oferecer, você precisava de conhecimento baseado na experiência do campo, na experiência local. Todos os estudos sérios tinham essa exigência⁶.”

Em artigo que escreveu em 2012, fazendo uma avaliação mais de 30 anos após a criação do *grupo Subaltern*, Chatterjee argumenta que várias das questões levantadas pelo *grupo* não têm sido nem ultrapassadas nem corretamente respondidas, enquanto outras questões só agora começam a ser abordadas. Mas, para ele, a tarefa na sua forma actual, não pode ser enfrentada no âmbito dos conceitos e métodos mobilizados então em Subaltern Estudos e certamente não poderia ser realizada pelos participantes originais do projeto. Muito mudou na Índia desde então (CHATTERJEE, 2008) e, o que seria necessário não seria extensão ou reformulação de Estudos Subalternos, mas sim novos projetos.

Na extensa obra do cientista político indiano, encontramos alguns argumentos que são comuns aos *Subaltern*: um primeiro ponto central tem a ver com a transmissão dos valores europeus para a Índia: “Pode-se ver como uma concepção da relação estado-sociedade, criada no contexto da história paroquial da Europa Ocidental, tornada universal pela influência global do capital, termina por domesticar a história contemporânea do mundo”. Um segundo ponto decorrente do primeiro, e muito trabalhado por Chakrabarty tem a ver com o “províncianismo europeu” e a dimensão associada do progresso, que concebiam sua história como superior às demais. Um terceiro ponto diz respeito às lutas nacionalistas pela independência: “A ruptura crucial na história do nacionalismo anti-colonial surge quando os colonizados se recusam a aceitar a adesão à sociedade civil dos colonizadores.” (CHATTERJEE, 1993, p. 236-239)

Para Chatterjee, as formas do estado moderno foram importadas na Índia através da agência colonial. As instituições da sociedade civil, nas formas em que elas tinham surgido na Europa, também fizeram sua aparição nas colônias, precisamente para criar um domínio público para a legitimação da dominação colonial. “Este processo foi, no entanto,

⁶Disponível em: <<http://www.publicculture.org/articles/view/25/1/partha-chatterjee-interviewed-by-manu-goswami>>

fundamentalmente limitado pelo fato de que o estado colonial poderia conferir ao colonizado apenas sujeição, não poderia dar-lhes cidadania.” (CHATTERJEE, 1993, p. 237). Mas o processo colonial não é sempre o mesmo. A depender da resistência, dos valores e da cultura dos colonizados, há diferenças: “Quando as nações européias conquistaram outros países, eles nunca tentaram incluir os povos conquistados na comunidade da nação. Pelo contrário, eles os mantiveram separados, e em alguns casos, como aconteceu com os nativos da América ou da Austrália, eles os exterminaram.” (CHATTERJEE, 2011, p. 97) O processo australiano foi de tamanha violência que só na segunda metade do século XX é que os aborígenes do país foram considerados como diferentes dos animais. Os aborígenes eram não-cidadãos até 27 de maio de 1967, não dispendo de direito a passaporte ou direito de voto e eram os únicos habitantes do país sujeitos a prova de identidade ou identificação.

O coletivo Subaltern centrou seu foco em dar voz às perspectivas e vozes daqueles de fora dos centros de poder – camponeses, trabalhadores, povos tribais e mulheres – até então negligenciadas. Buscou ouvir e afirmar estas vozes subalternas e entende-las como radicalmente diferentes das formas hegemônicas de compreensão da história. O nacionalismo não bastava e, segundo Chatterjee, absorve grande parte do sistema de valores do colonialismo, e age para beneficiar uma elite de classe média, este um dos argumentos centrais de seu livro sobre o pensamento nacionalista no mundo colonial (CHATTERJEE, 1999).

Segundo Philip Holden (2002), que teceu consistentes reflexões sobre a obra de Chatterjee, o indiano nos auxilia a considerar muito profundamente o que conceitos como Estado, comunidade e mercado significam no contexto do colonialismo, e depois, no contexto de um nacionalismo que emerge do colonialismo. Ele assiná-la como um dos pontos altos do autor a preocupação em se pensar através da história não apenas com cuidado, mas sobretudo com responsabilidade. E portanto, seria um grande equívoco tomar as teorias da ciência política ocidentais e aplicá-las de uma forma “modular” para os Estados-nação pós-coloniais, ou ainda, descuidadamente afirmar que as ordens sociais e políticas “pós-coloniais” são diferentes dos “ocidentais”, sem qualquer prova.

No Colonialismo tardio, segundo Chatterjee, se opera tanto por razões ideológicas quanto pragmáticas, como forma distinta e moderna do poder. Nas colônias, no final do século XIX, os governantes tentaram justificar sua dominação como uma *missão*, que vinha caucionada pelos argumentos filosóficos do Iluminismo, do pensamento europeu a partir do século XVIII. A raça humana é aqui percebida em um movimento ascensional, progredindo de sua fase primitiva até a modernidade através de sua exposição à luz da razão e da ciência. Da mesma forma em que o conhecimento científico do mundo se amplia, também os seres humanos irão ampliar seu controle sobre o mundo, em uma escala cada vez maior. Isto não era feito sem fortes contradições, pois não poderiam recorrer, em tese, à força bruta. A idéia de tutela, de missão vigora, a saber, tirar os primitivos de um estado de irracionalidade, educá-los, evangelizá-los, iluminá-los e estabelecer um sistema jurídico, para que venham a adotar os parâmetros do progresso. E é justamente aí onde as elites nativas, de herança cultural mista, vão buscar a independência. E Chatterjee nos diz que o colonialismo despreza os frutos que ele próprio criou. Mas também a elite colonizada se encontra em um dilema dilacerante: Como se tornar moderna sendo diferente do colonizador, sem se tornar ocidentalizado?

O nacionalismo das elites locais não discordou, nem fez tabula rasa das noções de progresso através da razão e da modernidade, propostas pelo colonialismo. Mas, liberto da regra colonial, o nacionalismo podia trazer modernidade para seus cidadãos numa forma então impensável para o colonialismo, pois os termos do iluminismo não eram adequados aos colonizados, como a história da independência do Haiti tornou emblemática. Na falta de representatividade o colonialismo jamais poderia realizar este projeto de modernidade, mas o nacionalismo sim, muito embora a partir dos grupos nativos de elite política e econômica, que substituíam os colonizadores. Os membros da elite colonial cresceram se referindo a si mesmos como *quase* europeus educados, como membros da classe média. Não eram somente classe média em termos de renda, mas também na esfera da autoridade social. Chatterjee fala de uma *pedagogia do nacionalismo*, que vinha a ser a representação que se fazia a classe média nativa, quando, na emergência do nacionalismo, chamava a si a responsabilidade de educar as massas e liderá-las.

Essas reflexões estão muito próximas daquelas feitas por Celso Furtado (1984, p. 23), que quase no mesmo período que o indiano, dizia sobre as elites brasileiras: “O distanciamento entre elite e povo será a característica marcante do quadro cultural que emerge nesse período. As elites, como que hipnotizadas, voltam-se para os centros da cultura européia, de onde brotava o fluxo de bens de consumo, que o excedente de comércio exterior permitia adquirir [...]. O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso, atribuindo-se significado nulo à sua criatividade artística.” (COSTA LIMA, 2013, p.204). A citação é de Celso Furtado, em artigo de minha autoria.

Um último comentário a respeito de uma contribuição feita por Chatterjee (2004, p. 111-112), que se explicita na diferença que estabelece entre sociedade civil e sociedade política. Segundo ele a primeira conexão conecta a sociedade civil ao Estado-Nação, fundado sobre soberania popular e que concede direitos iguais aos cidadãos, essa a linhagem clássica. A segunda, conecta as populações às agências de governo, que implementam políticas de segurança e bem-estar relativo.

A primeira linha, é confirmada pela teoria política democrática, onde instituições e práticas, onde a estrutura formal do Estado é dada pela constituição e pelas leis, onde toda a sociedade é considerada sociedade civil e todos os cidadãos têm iguais direitos. “O processo político é aquele em que os órgãos do Estado interagem com membros da sociedade civil em suas capacidades individuais ou como membros de associações.” (CHATTERJEE, 2004, p. 112). O problema está em que, conforme o cientista político indiano, a maior parte dos habitantes da Índia são apenas, vagamente, cidadãos portadores de direito. E isso não vale apenas para a Índia, mas para o Brasil e para grande parte das democracias em países pós-coloniais. Não é que estejam fora do Estado, mas aí se encontram tutelados e controlados por agências governamentais.

Mas esse relacionamento nem sempre é conforme àquele propugnado pela representação constitucional da relação entre o Estado e membros da sociedade civil. [...] É para entender essas formas de entrelaçamento entre a política da elite e a subalterna que estou propondo a noção de uma sociedade política. (CHATTERJEE, 2004, p. 113).

A sociedade civil é restrita a um setor minoritário de cidadãos, que são cultural e materialmente equipados com as ferramentas e a compreensão do paradigma ocidental.

Essa discussão, aparentemente superada, deixou fortes raízes na contemporaneidade, quando as nações pós-coloniais têm dificuldade de superar a sua subalternidade, quando a mimese que se faz do ocidente para as elites nativas, quase que necessariamente exige o desprezo do popular, do inculto, do primitivo. Segundo Chatterjee, razão e capital se fundiram no rolo compressor do “desenvolvimento”, acrescentarei, do capitalismo, que em lugar algum o nacionalismo como tal foi capaz de impedir a sua marcha através do mundo. Como superá-lo?

3 CONCLUSÃO

Sem o marxismo não seria possível a existência de um pensamento tal qual o que nos é apresentado pelos estudos subalternos, e os autores apresentados dão o devido crédito a esse pensamento crítico. A necessidade de emancipação e as ferramentas intelectuais para fazer as críticas perpassam por esse pensamento que teve origem em Karl Marx, difundiu-se e enraizou-se no pensamento ocidental. Porém, é preciso contextualizar o pensamento de Marx em seu momento histórico. De fato, Marx não considera os povos colonizados politicamente conscientes. Em seu livro 18 de Brumário de Luís Bonaparte, ele afirma sobre esses povos “eles não podem representar a si mesmos; devem ser representados” (MARX apud SAID, 2007), pensamento que parece ter sido seguido por outros autores marxistas, como pudemos observar ao longo deste trabalho. Por isso a crítica que faz os estudos subalternos é fundamental para que grande parcela da população não fique excluída dos processos políticos e sejam levados em conta como sujeitos de sua própria história.

Ao mesmo tempo em que incorporam o marxismo e seus atualizadores, como Gramsci, Thompson e Althusser, ampliam suas influências com autores não marxistas, a exemplo de Foucault, Derrida, Lévi-Strauss, Roland Barthes.

O historicismo também é alvo de crítica pelo mesmo motivo: é excludente. O historicismo cria uma história linear e universal. O pensa-

mento europeu apropriou-se dele para fazer da história européia a história mundial. Nesse processo, todas as outras histórias são silenciadas.

O capitalismo se expandiu pelo mundo, mas não é o mesmo em todas as localidades. Além das diferenças óbvias entre os países ocidentais e orientais no que diz respeito à formação do Estado Nação e a evolução de suas economias, uma das demandas que o capital gera para se consolidar é transformar não só as economias, mas também as mentes. Sabe-se que na Índia isso não ocorre, devido a sua multiplicidade cultural. Além disso, a ausência das categorias clássicas como burguesia deixa lacunas nas análises e explicações feitas a partir do pensamento ocidental.

Portanto existe um esforço nos estudos subalternos não de meramente criticar o marxismo e o historicismo, mas de trazer o pensamento crítico para perto de uma realidade que não completou o ciclo da história que Marx previa mas deseja, passando necessariamente pelo pensamento marxista, atingir sua emancipação.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H. K. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.
- BHABHA, H. K. Signs taken for wonder. In: ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (Org.). *The postcolonial studies reader*. London: Routledge, 1995. p. 29-35.
- CHAKRABARTY, D. Postcoloniality and the artifice of history: who speaks for 'Indian' pasts? *Representations*, Berkeley, n. 37, p. 1-26, Winter 1992. Special Issue: Imperial Fantasies and Postcolonial Histories.
- CHAKRABARTY, D. A Small history of subaltern studies. In: SCHWARZ, H.; RAY, S. (Ed.). *A companion to postcolonial studies*. Oxford: Blackwell, 2000a. p. 467-485.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000b.
- CHATTERJEE, P. After subaltern studies. *Economic & Political Weekly*, Mumbai, v. 47, n. 35, p. 44-49, Sept. 2012.
- CHATTERJEE, P. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- CHATTERJEE, P. Democracy and economic transformation in Índia. *Economic & Political Weekly*, Mumbai, v. 43, n. 16, p. 53-62, Apr. 2008.

CHATTERJEE, P. *Lineages of political society: studies in postcolonial democracy*. Columbia: University Press, 2011.

CHATTERJEE, P. *Nationalist thought in the colonial world: a derivative discourse?* Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1993.

CHATTERJEE, P. *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton:in: *The Partha Chatterjee Omnibus* Oxford niversity Press University Press, 1999.

COSTA LIMA, M. F. Cultura e pós-colonialidade: afinidades intelectuais entre Celso Furtado, Leopoldo Zea e os Subaltern Studies. In: D'AGUIAR, R. F. (org.). *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013. v. 1, p. 250-273.

FANON, F. Do pretense complexo de dependência do colonizado. In: _____. *Pele negra, máscaras brancas*. 2. ed. Porto: Paisagem, 1975. cap. 4, p. 98-120.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GUHA, R. *History at the limit of world-history*. New York: Columbia University Press, 2002.

HOLDEN, P. *Partha Chatterjee: colonialism, history and civil society*. 2002. Disponível em: <<http://www.postcolonialweb.org/poldiscourse/chatterjee/chat-terjeeov.html>>. Acesso em: 03/04/2014.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. 1: tomos 1 e 2. São Paulo: Nova Cultura, 1988. cap. 24.

MARX, K. La revolución en China y Europa. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Sobre el colonialismo*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente, 1973. Nota n. 7

PANIKKAR, K. N. *Culture, ideology, hegemony: intellectuals and social consci-ness in Colonial India*. New Dellhi: Tulika, 2001.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAID, E. Prefácio da edição de 2003. In: _____. *O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo Cia. das Letras, 2003.

SPIVAK, G.C. Can the subaltern speak? In: ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. *The postcolonial studies reader*. Londres: Routledge, 1988. p. 67-111.

COX E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ECLETISMO OU COERÊNCIA? UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1 INTRODUÇÃO

O intento deste texto é apontar resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivos: a) investigar a existência de um eventual ecletismo na teoria crítica das relações internacionais enunciada por Robert W. Cox (1981) que permita, inclusive, entender uma hipotética aproximação com uma perspectiva idealista liberal; b) pesquisar a coerência da abordagem coxiana com o aparato conceitual de Antonio Gramsci. A contribuição a ser proporcionada pela investigação proposta aponta para o início de uma elucidação em grau substantivo de pontos importantes do debate teórico internacionalista contemporâneo em vista da ausência na literatura nacional e internacional de uma avaliação mais substantiva nos termos dos objetivos mencionados.

Para tal, serão apresentados neste texto aspectos gerais da teoria crítica e sua repercussão desde o início de sua formulação por Cox, seus nexos com as formulações de Antonio Gramsci e algumas dificuldades metodológicas e epistemológicas. Posteriormente, serão introduzidos alguns elementos metodológicos e epistemológicos destinados a elucidar a pesquisa sobre o cientista político canadense. Considerações finais resumirão os principais argumentos aqui desenvolvidos e apontarão alguns aspectos a serem melhor abordados em outras oportunidades.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq com bolsa de pós-doutorado sênior, processo 167629/2013-1.

Tem-se como objetivos mais amplos da pesquisa responder às seguintes questões, que resumiriam os problemas a serem investigadas:

- a) Em análise do conjunto de sua obra, o empreendimento teórico de Cox pode ser avaliado como eclético?
- b) A obra de Cox poderia se articular de modo incoerente com uma perspectiva crítica, tendo em vista que alguns de seus componentes importantes a alinhariam com uma última versão de um idealismo liberal²?
- c) A centralidade da teorização coxiana em torno das formulações de Antonio Gramsci faz jus às premissas teórico-práticas do conjunto da obra do comunista italiano?

As hipóteses a serem testadas nesta pesquisa são:

- a) A abordagem teórica de Cox incorre em ecletismo no âmbito epistemológico na medida em que justapõe aspectos incompatíveis entre si tomados dos pensamentos de Max Horkheimer e Antonio Gramsci.
- b) O ecletismo e a enorme amplitude dos princípios diferenciadores de uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* levam a primeira a ser entendida em alguns aspectos como um construto teórico compatível com o idealismo liberal.
- c) O conhecimento do conjunto da obra de Gramsci por Cox é limitado, ignorando aspectos conceituais e metodológicos relevantes do autor sardo.

A revisão bibliográfica que se segue servirá em parte para fundamentar e justificar o conjunto das hipóteses elencadas.

A definição pontual da teoria crítica dá notícia de uma vertente histórica, de abordagem totalizante e inserida num contexto de propósito transformador por Cox, na sua oposição à ahistoricidade, à perspectiva limitadora e de manutenção do *status quo* das teorias *problem-solving* (alusivas aos enfoques realistas e neoliberais). Na estrutura histórica da teoria crítica, interagem três categorias de forças: as capacidades materiais³, as idéias e as instituições (COX, 1981, p. 128-137). Tal conceituação ensejou uma diver-

² Este é um dos argumentos centrais contemplados em ensaio de Jahn (1998) sobre a teoria crítica, como poderá ser observado na discussão do estado da arte tratado mais adiante nesta contribuição.

³ Conforme Mariutti (2013, p. 41), trata-se de categoria similar àquela de cunho marxista de forças produtivas.

sidade de vertentes teóricas, com vários pontos distintos entre si. A partir da enunciação pioneira de Cox de 1981, houve uma miríade de enfoques abrigada sob o rótulo “teoria crítica” sem a preocupação mais específica do que e como seria a abordagem “crítica” em questão. Teriam como pressupostos partilhados aqueles já mencionados que diferenciariam uma teoria crítica de uma teoria *problem-solving* autores cosmopolitas, habermasianos (LINKLATER, 2001) neogramscianos e/ou neomarxistas (GILL; LAW, 1989; RUPERT, 1995; MURPHY, 1994, 1998, 2007), construtivistas (PRICE; REUS-SMITH, 1998, p. 260, 264, 266-267, 272; ADLER, 1999, p. 221), foucaultianos (GILL, [1995]), feministas (WHITWORTH, 1994), pós-modernos (WALKER, 2013, p. 49), verdes (KÜTTING, 2001, p. 3) como apenas alguns poucos exemplos da mesma teoria crítica.

Mais do que um rótulo extremamente abrangente, a teoria crítica proporcionou em algumas de suas variadas expressões uma grande dificuldade de entendimento dos parâmetros da crítica ao realismo estrutural de Waltz (1979, 2001), seja se aproximando do parâmetro positivista ou dele distanciando-se. Ao mesmo tempo, a abordagem seminal de Cox articula distintas vertentes teóricas que, para além de seus rótulos vagos, podem ao menos indicar um pequeno parentesco intelectual com a abordagem realista, a despeito de enormes diferenças de um enfoque realista para com qualquer outro. Elencar-se-ia a propósito disto, o assim chamado realismo de Carr, ainda que Cox destaque seu caráter histórico que o distingue de outras abordagens como as de Morgenthau e Waltz. Em linha argumentativa que apontaria maiores proximidades com outras teorias, conforme Andrew Linklater, a teoria crítica construiria “pontes entre as ilhas das teorias”, incorporando partes valiosas do realismo, racionalismo e idealismo. Além disso, a teoria crítica poderia emprestar unidade e liderança à disciplina de Relações Internacionais e tentar agrupar outras abordagens em torno de seus projetos de pesquisa sem, contudo, que as outras vertentes possam mapear tal campo na sua totalidade (LINKLATER, 1990, p. 86 apud JAHN, 1998, p. 626). Isto tudo sem falar na “*via media*” entre a perspectiva mais próxima à teoria crítica e a de Waltz em enfoques que identificam no construto de Cox uma base para uma percepção e construção social da realidade (ADLER, 1999, p. 221; WENDT, 2003, p. 40).

Considerando toda esta diversidade e pluralidade, enuncia-se o foco em torno do ex-diretor da Organização Internacional do Trabalho e sua obra, considerando sua relevância e pioneirismo para a vertente em pauta.

É notável no *opus* do cientista político canadense certa centralidade em torno de nomes como Collingwood, Braudel, Vico, Ibn Kaldun e Gramsci. Este autor e sua recorrência na sua obra em particular fazem Cox encabeçar a lista dos autores classificados como “gramscianos” ou “neogramscianos”. Sem se entender como um marxista (ao contrário do que é comumente escrito), declarou em entrevista ser apenas um tributário do marxismo. Ele coloca em segundo plano a discussão se faz ou não interpretação acurada do marxismo de Gramsci (SCHOUTEN, 2009, p. 3). Cox destaca o modo como usa tais interpretações para dar conta da análise adequada do plano internacional.

Tais pontos chamam a atenção para uma eventual coerência da abordagem teórica ou uma perspectiva eclética de Cox, um dos pontos centrais a serem discutidos a seguir como problema de pesquisa e tendência relevante no estado da arte.

2 COX SOBRE GRAMSCI: UM POUCO DA OBRA E REPERCUSSÃO

Resumir a produção bibliográfica de Cox e que lhe é pertinente seria muito difícil em face da enorme repercussão e do tamanho. Por isso, o foco recairá neste item sobre aquela bibliografia especificamente pertinente aos problemas de pesquisa anteriormente mencionados.

Há uma significativa literatura que aponta a influência do enfoque filosófico da Escola de Frankfurt na definição coxiana da teoria crítica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005, p. 138-139; HALLIDAY, 1999, p. 67; PUGH, 2004, p. 40; JAHN, 1998, p. 616-617; MORTON, 2003, p. 153-154), ainda que o próprio autor não admita (COX, 2002 apud SCHECHTER, 2002, p. 28). Todavia, nem o próprio Cox nem qualquer outro autor desenvolvem argumento para demonstrar que não existe tal parentesco intelectual.

Em outra oportunidade, foi demonstrado que as premissas fundamentais de uma teoria crítica das relações internacionais – na perspecti-

va de distinção entre uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* - são muito semelhantes às características que Horkheimer (1991) argumentou para diferenciar uma teoria crítica de uma teoria tradicional. Entretanto, foi apenas esboçada uma avaliação prévia de um ecletismo na formulação pioneira de Cox sobre a teoria crítica em 1981 na medida em que se justapõem dois estatutos epistemológicos distintos, ambos originários do marxismo (PASSOS, 2013).

O estatuto epistemológico de Horkheimer (1991) de uma teoria crítica destaca a diferenciação com a teoria tradicional, fortemente associada às ciências da natureza e práticas análogas a tais ciências. Estas ciências divorciam teoria e prática, sujeito e objeto, além da alienar toda a sua historicidade. O fazer científico tradicional nas universidades e laboratórios não guardaria qualquer caráter dialético e crítico em momento algum, conforme a avaliação do filósofo alemão. O momento de reconciliação dos processos de trabalho e da racionalidade identificados com a teoria crítica levaria à emancipação humana, muito embora não fique claro em que consistiria este momento, em vista da sua análise diagnosticar uma impossibilidade revolucionária conjuntural dos anos 1930 – período da elaboração horkheimiana - e um enorme pessimismo permeado pelo nazismo, pelo fascismo, pelo stalinismo, pela iminência de uma guerra mundial e pelo refluxo dos movimentos políticos oposicionistas e dos trabalhadores.

Já o estatuto epistemológico gramsciano diverge diametralmente do congênere horkheimiano. Um conhecimento e uma teoria de caráter crítico não seria somente a reconciliação unitária e plena teórico-prática na construção do saber, mas um processo de desenvolvimento da filosofia, das ciências naturais e da superação da metafísica, da religião, do senso comum, *mesmo com seus limites* (GRAMSCI, 1975, p. 1448-1449). Portanto, pode-se partir de tais perspectivas e posteriormente superá-las. Todo tipo de conhecimento remete a uma indissolúvel unidade teórico-prática, mesmo que tal unidade não tenha alcançado seu corolário na sociedade integral ou total – o eufemismo gramsciano referente à sociedade socialista para fugir à censura carcerária. Este é o caminho para a construção de uma nova hegemonia – uma concepção dirigente de mundo a partir da sociedade civil por uma fração de classe, elite ou grupo combinando força e o predomínio do

consenso nos âmbitos moral, intelectual, cultural, ético-político, econômico, social, ideológico etc. - identificada com as classes e grupos subalternos.

No que refere ainda a Gramsci, Cox reproduz definições discutíveis, no âmbito de senso comum, sobre o comunista italiano. Por exemplo, o intelectual orgânico como mentor de movimentos e partidos políticos (COX, 2002, p. 37). Fazendo jus a Gramsci de modo mais acurado, a definição mencionada de Cox não se coaduna necessariamente com aquela encontrada nos cadernos carcerários, tendo em vista que o intelectual orgânico desempenha teórica e praticamente papel fundamental na organização, produção e reprodução de uma dada sociedade em seu modo de vida específico (GRAMSCI, 1975, p. 1514-1517).

Outro ponto discutível concerne à proposição coxiana de uma “contra-hegemonia” aos Estados Unidos baseada em coalizão terceiro-mundista de Estados (COX, 1981, p. 151-152), que enseja mais um dos limites à compreensão da obra de Gramsci. Não há o conceito de “contra-hegemonia” na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia⁴. Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. A provável razão da popularização deste conceito está associada ao seu uso pioneiro nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams (1977, p. 116). O uso entre aspas pelos motivos já arrolados – como o faz Adam David Morton (2007, p. 92, 95, 97) – é assim justificado⁵.

Há interpretações corretas de Gramsci por Cox com desdobramentos discutíveis. A título de exemplificação, Cox menciona corretamente a unidade entre Estado e Sociedade Civil (COX, 1981, p. 126), tal como Gramsci definiu em sua obra.

⁴ Em sendo uma categoria de cunho histórico e variável, a categoria gramsciana de hegemonia pode ser incompleta e ter, inclusive, o predomínio da força e emanar do Estado e não da sociedade civil. Uma destas formas incompletas de hegemonia presentes na obra carcerária gramsciana é a complexa categoria de revolução passiva.

⁵ O fato de não existir a categoria de “contra-hegemonia” no aparato conceitual gramsciano não impede de que ela seja usada, principalmente se for considerado o aspecto metodológico gramsciano da “tradução” para tal emprego. O tema da “tradução” será tratado no próximo tópico desta reflexão.

A propósito de tal perspectiva que alude, entre outros pontos, à relação entre Estado e mercado, Mariutti (2013, p. 43) remete ao fato de que Cox, ao propor a interpenetração entre Estado e Sociedade Civil,

[...] o faz de forma muito mais sofisticada e dinâmica, pois congrega a ‘internacionalização’ do Estado (que ajuda a amalgamar Estado e Sociedade Civil em uma escala internacional) e da Produção (que exige a interpenetração entre elementos do poder público e do setor privado) levando em conta o modo como esta articulação ganha concretude na configuração de uma estrutura de classes peculiar, onde a ‘autoridade política’ nos termos aqui definida, se concretiza nos atritos entre a classe dos ‘administradores transnacionais’ (que combina elementos da vida privada e autoridades públicas), e as forças sociais que tendem ao nacionalismo. É claro que esta postura gerou – e continuará a gerar – diversas controvérsias. Mas, pelo menos em potência, ela aponta para a necessidade de tentar suplantar as especialidades acadêmicas e recoloca no centro da análise o conflito entre as classes e os grupos sociais enquanto forma suplementar de identidade social.

Conforme reiterado, a formulação Cox é polêmica. A partir de um exame da obra gramsciana, a tese coxiana da internacionalização do Estado (COX, 1981, p. 126, 144-146) enseja consequências e dificuldades teóricas que o autor canadense não discute, quais sejam, aquelas referentes à internacionalização da sociedade civil. Duas delas poderiam ser elencadas. Uma primeira estaria nos critérios metodológicos para justificar tal internacionalização. Por outras palavras, como desdobrar da obra gramsciana a formulação de uma internacionalização da sociedade civil se ela não aparece neste formato em sua obra carcerária e pré-carcerária? Em princípio, o *opus* gramsciano concebe a sociedade civil como uma categoria destinada à dinâmica do interior dos Estados e não ao plano internacional. Uma segunda dificuldade diz respeito à formulação gramsciana da unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil. A separação de ambos só seria concebível do ponto de vista didático, metodológico (GRAMSCI, 1975, p. 1589-1590)⁶. Como consequência teórica, no âmbito internacional, isto demandaria uma unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil mundiais. A consequência de tal definição não está na pauta dos escritos coxianos e segue sem resposta.

⁶ Ver a respeito também Coutinho (2007, p. 119-143) e Bianchi (2008, p. 173-190).

Valendo-se de uma perspectiva gramsciana para tentar resolver este impasse, deve-se atentar para as temporalidades não necessariamente idênticas entre o interno e o internacional⁷. Como o autor italiano sustentou, as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais (GRAMSCI, 1975, p. 1562), o que significa não serem necessariamente iguais nos dois níveis. Ainda conforme Gramsci (1919 apud MORTON, 2007, p. 1), “o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo.” Tal formulação certamente tem consequências para a unidade orgânica entre Estado e Sociedade Civil, considerada na sua particularidade e historicidade.

Cox recorreu a edições temáticas e antologias de língua inglesa de Gramsci que não fazem jus ao movimento de elaboração fragmentário e assistemático do prisioneiro de Mussolini, contemplados somente pela edição crítica dos cadernos carcerários organizada por Valentino Gerratana, a mesma citada neste texto (GRAMSCI, 1975). As edições disponíveis no mundo anglo-saxônico dão a falsa impressão de uma escrita sistemática de Gramsci de suas notas prisionais, ponto forjado pelas compilações feitas nas edições organizadas desde os anos 1950 pelo ex-secretário-geral do PCI, Palmiro Togliatti⁸.

O fato de Cox justapor dois autores com estatutos epistemológicos distintos acerca do que seja teoria e conhecimento crítico é apenas uma parte de seu ecletismo.

A confusão com uma perspectiva liberal aparece na teoria crítica – Cox aí incluso - na medida em que não se consegue diferenciar um estatuto crítico ao prescrever soluções globais e universais como forma de acobertar relações particulares de injustiça e exploração. Isto requereria uma ponderação sobre as particularidades históricas, de grupos e classes e seus respectivos papéis na luta por emancipação, ponto não contemplado pela vertente (JAHN, 1998, p. 638)⁹.

⁷ Compreende-se com isto que os tempos da transformação política, econômica, cultural, militar, social, ideológica etc. não são necessariamente idênticos no interior dos Estados com seus congêneres no além-fronteiras.

⁸ Ver a respeito Bianchi (2008, p. 35-46).

⁹ Um argumento um pouco semelhante é elencado por Villa (2008) quando identifica uma relação da teoria crítica com o liberalismo. Conforme o autor, a teoria crítica propõe um projeto de emancipação humana que

Em diapasão semelhante, Saad-Filho e Ayers (2008, p. 110) reconhecem a importância e a contribuição coxiana para uma compreensão mais aberta e contextualista com significativa repercussão nas ciências sociais. Mas ainda assim, com ressalvas. Eles assim resumem o ecletismo e limite coxiano no que tange às formulações sobre a transição do capitalismo global à conjuntura de hegemonia do neoliberalismo:

Em primeiro lugar, elas tendem a ser excessivamente abstratas e ecléticas. Estas análises recorrem a uma justaposição metodologicamente falha de interpretações dessa transição, incluindo perspectivas selecionadas do marxismo, teoria da regulação, institucionalismo e economia política evolutiva, entre outras escolas de pensamento e de diversas disciplinas, incluindo relações internacionais (RI), ciência política, sociologia e economia. Estas tentativas de síntese tendem a ser demasiado ambiciosas e, quase invariavelmente, superficiais. Em segundo lugar, o emprego coxiano de análise de classe é em grande parte categorial, ignorando a dinâmica de espoliação, exploração, resistência e competição no cerne do progresso tecnológico e mudanças políticas nas sociedades capitalistas. Em terceiro lugar, e relacionado com o ponto anterior, os estudos coxianos geralmente oferecem uma teorização inadequada dos processos sociais e históricos e o material e as relações sociais entre eles. Em quarto lugar, elas primam excessivamente sobre a suposta 'autonomia' do Estado como um fator explicativo abrangente de reforço infraestrutural de processos de mudança sistêmica.¹⁰

As ressalvas identificadas pelos autores se assemelham às dificuldades anteriormente apontadas no âmbito do construto teórico de Cox: justaposição de aspectos, categorias de diferentes construtos sem uma mediação que lhes prive de vagueza ou incoerência interna na argumentação teórica. Em uma palavra, limites de demonstração a partir do plano histórico e empírico e ecletismo.

possui relações, pontos em comum com tal tradição de pensamento. A centralidade do tema da sociedade civil, inclusive no plano internacional, reforçaria tal justificativa. Villa inclui nesta avaliação o “braço” da teoria crítica nos temas de segurança, os *Critical Security Studies* ou Estudos Críticos de Segurança. Para uma visão preliminar sobre tais estudos, consultar Krause e Williams (2002).

¹⁰ Tradução do autor.

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

O objetivo desta seção é iniciar uma elaboração sobre aspectos metodológicos e epistemológicos no sentido de avaliar a obra de Cox com vistas à futura resposta das questões de pesquisa acima enunciadas.

Tratar-se-á de dois aspectos. O primeiro remete aos cuidados metodológicos relativos a uma investigação sobre Gramsci e sua categoria de “tradução” ou “tradutibilidade”. O segundo concerne ao tema do ecletismo e das reconstruções metodológicas.

No tocante a Gramsci e seu *opus* carcerário, é imperativo o uso da edição crítica elaborada por Valentino Gerratana e publicada a partir de 1975. A organização dos textos carcerários dos “Cadernos” permite uma classificação e a percepção de um movimento de elaboração do seu aparato conceitual carcerário: foram classificados como textos “A” para aqueles de primeira redação e textos “C” para os de segunda redação acerca de tema específico que sofreram modificação ou não por Gramsci. Aqueles textos que tiveram redação única, Gerratana os classificou como “B”. De modo diverso inclusive à periodização cronológica proposta pela edição crítica de Gerratana, Gianni Francioni (1984) busca demonstrar uma complexa e detalhada reconstrução do itinerário da elaboração gramsciana dos diferentes cadernos em perspectiva não linear na prisão em concomitância com suas cartas, o que nos aponta que as mesmas devem ser lidas conjuntamente com os cadernos. Sendo assim, a análise de Francioni é um guia essencial para entender o contexto específico e cronológico da elaboração gramsciana. Trata-se de ponto ausente na elaboração coxiana e na sua reflexão sobre Gramsci.

Outro ponto apontado pelo próprio Gramsci para o estudo de idéias e autores e reforçado por Giorgio Baratta (2004, p. 82-110) é buscar a compreensão dos motes, das idéias importantes, do *leitmotiv* de um pensamento, bem como o seu ritmo de elaboração.

Evidentemente que a leitura de Gramsci não é um fim em si própria. Ela serve, conjuntamente à leitura de autores como Marx e Horkheimer, para a discussão do estatuto epistemológico no pensamento de Cox. O pensamento de Gramsci enseja uma categoria metodológica-

mente relevante que evitou que sua formulação enveredasse justamente pelo ecletismo.

Refere-se à categoria gramsciana de tradutibilidade ou traducibilidade. Ou simplesmente, tradução (GRAMSCI, 1975, p. 2268). Trata-se da perspectiva de que uma categoria ou conceito não deve ser tomado, compreendido, aplicado de forma mecânica. Ele deve ser adaptado às diferentes línguas, às diferentes tradições históricas, sociais e culturais. Tal perspectiva de apreensão de conceito, categoria, noção ou idéia pode implicar em um desvio em relação a sua elaboração original, mas pode conotar também um enriquecimento em relação a seu significado original.

Pode-se eventualmente buscar traduzir sob uma chave gramsciana elaborações ou conceitos que as lacunas existentes em sua elaboração e na obra no que refere ao temário internacional. A tradução de conceitos, idéias e categorias de outros autores e tradições foi um recurso usado por Gramsci justamente para que a recepção e assimilação de idéias não configurassem um ponto incoerente com o historicismo absoluto que é peculiar ao seu raciocínio, bem como toda a perspectiva marxista do seu pensamento. Portanto, não se trata de fazer uso das categorias gramscianas com se elas fossem imanentes, aplicáveis somente ao seu contexto original de elaboração. Por outro lado, não se trata também de assimilar conceitos, noções ou idéias justapondo-os de modo eclético. As idéias e conceitos devem ser trabalhados, compatibilizados com a perspectiva histórica e crítica da chave marxista e gramsciana. Foi justamente o que Gramsci fez com aspectos estranhos ao marxismo de autores que lhe serviram de fonte, como Maquiavel, Guicciardini, Sorel, Pareto, Cuoco, dentre outros.

Aproveita-se o ensejo para aprofundar o tema do ecletismo. Define-se o ecletismo como uma deficiência teórico-metodológica que confunde sistemas conceituais e categorias que possuem pontos divergentes entre si.

Dito de outra forma, o

[...] uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambigüidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. Inadvertidamente, muitas vezes, utiliza-se o sinal que expressa o

conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se vazio ou obscuro sem que o cientista social perceba que a sua linguagem pode dificultar a comunicação. Se tal ocorrência é grave ao nível da teoria, será gravíssima em nível metateórico ou meta-sociológico. Neste caso os conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de posturas sem qualquer influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de significado não podem funcionar como instrumental de reconstrução teórica ou metodológica. Esta é uma caracterização, diremos que, formal do ecletismo. (OLIVEIRA, 1995, p. 263).

Na mesma linha de raciocínio, o autor citado resume o ecletismo: “todos os problemas podem ser trabalhados com uma teoria sintética e sistemática ou todas as teorias podem tratar do mesmo problema.” (OLIVEIRA, 1996, p. 84-85).

Não se trata de uma petição de princípio segundo a qual não se possa usar conceitos ou categorias originários de autores ou perspectivas distintas na mesma linha de argumento ou teorização. O que está em jogo é a ressignificação, reelaboração crítica de forma adequada de conceitos e tipologias extraídos de seus contextos originários em termos teóricos e empíricos. Como buscar dar conta deste movimento e elaborar um diagnóstico sobre a eventual manifestação do ecletismo?

Recorre-se ao que Oliveira denominou “reconstrução metodológica”. Tal recurso consiste na explicitação de critérios que orientam conceitos na sua natureza epistemológica – referente à natureza de uma teoria ou conhecimento científico no contexto em que o conceito e a categoria estão inserida – e ontológica, aqueles concernentes aos entes fundamentais da ação no contexto pesquisado, sejam, por exemplo, classe, grupo, elite, indivíduo, etc.. Tudo isto deve ser inserido em mapa conceitual que não pretende ser rígido, apenas um guia inicial, aquilo que Oliveira chama de “esquema-base” (OLIVEIRA, 1976, p. 270). Não se trata de propor uma abordagem esquemática do objeto em tela, mas sim de buscar clareza dos principais conceitos presentes na elaboração coxiana, notadamente aqueles originários e tributários do marxismo. Qual a sua gênese? Qual o aparato epistemológico que lhe serve de base? Como encerra relações abstrato-

-concretas em termos particulares e históricos? Conforme o caso, como tais categorias podem ser articuladas de modo coerente ou não e por que? Responder basicamente a tais questões é crucial para buscar confirmar ou não o diagnóstico de um ecletismo ou incoerência nas formulações teóricas de Robert W. Cox.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três pontos fundamentais marcaram a argumentação deste texto: a) o ecletismo epistemológico e conceitual de Cox; b) a apropriação livre e pouco rigorosa por Cox do pensamento de Gramsci; c) a caracterização da formulação de Cox como uma variante do idealismo liberal na medida em que não supera a perspectiva universalista de emancipação na sua proposição e análise do plano internacional.

Em face desta avaliação preliminar, algumas frentes de investigação com relação ao pensamento coxiano precisam ser objeto de análise: a “tradução” no sentido gramsciano de categorias como “contra-hegemonia”, revolução passiva e hegemonia, além das já mencionadas (in)compatibilidades conceituais e históricas discutidas acima. Desenvolver-se-á isto em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 201-252, 1999.
- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, R. W. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory, In: *Millenium: Journal of International Studies*, vol. 10, No. 2, 1981, pp. 126-155.

DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Org.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 137-160.

FRANCIONI, G. *L'officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

GILL, S. *Finance, production and panopticism: inequality, risk and resistance in an era of disciplinary neo-liberalism*. [1995]. Disponível em: <http://www.stephengill.com/finance_production_and_panopticism.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2010.

GILL, S.; LAW, D. Global hegemony and structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 476-499, Dec. 1989.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Série Os Pensadores, n. 16).

JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millenium: journal of international studies*, London, v. 27, p. 613-641, 1998.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. London: University College London Press, 2002.

KÜTTING, G. *Environment, society and International relations: towards more effective international environmental agreements*. New York: Routledge, 2001.

LINKLATER A. *Beyond realism and marxism: Critical theory and international relations*. New York: Macmillan; 1990.

_____. Citizenship, humanity and cosmopolitan harm conventions, *International Political Science Review*, v. 22, n.3, p. 261-277, 2001.

MARIUTTI, E. B. *Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2013. (Texto para Discussão, n. 218).

- MORTON, A. D. Social forces in the struggle over hegemony: neo-Gramscian perspectives in international political economy. *Rethinking Marxism*, Abingdon, v. 15, n. 2, p. 153-179, Apr. 2003.
- MORTON, A. D. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.
- MURPHY, C. N. *International organization and industrial change: global governance since 1850*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- MURPHY, C. N. The promise of critical IR, partially kept. *Review of International Studies*, London, v. 33, p. 117-133, 2007.
- MURPHY, C. N. Understanding IR, understanding Gramsci. *Review of International Studies*, London, v. 24, p. 417-425, 1998.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. de. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo, n. 29, p. 82-85, mar./maio 1996.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. de. Patologia e regras metodológicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 263-268, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. de. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 107, p. 263-276, 1976.
- PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 2, 2013. Não paginado.
- PRICE, R.; REUS-SMIT, C. Dangerous liaisons?: critical international theory and constructivism. *European Journal of International Relations*, London, v. 4, n. 3, 259-294, 1998.
- PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, Abingdon, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring 2004.
- RUPERT, M. *Producing hegemony: the politics of mass production and american global power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SAAD-FILHO, A.; AYERS, A. J. Production, class and power in the neoliberal transition: a critique of coxian ecletism. In: AYERS, A. (Ed.). *Gramsci, political economy and International Relations theory: modern princes and naked emperors*, New York: Palgrave Macmillan, 2008. chap. 6.
- SCHECHTER, M. G. Critiques of coxian theory: background to a conversation. In: COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002. p. 1-25.

- SCHOUTEN, P. *Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in International Relations*. Theory talk #37, 2009. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.
- VILLA, R. D. Segurança internacional e normatividade: é o liberalismo o elo perdido dos Critical Securities Studies? *Lua Nova*, São Paulo, v. 73, p. 95-122, 2008.
- WALKER, R. B. J. *Inside-outside: relações internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC, Apicuri, 2013.
- WALTZ, K. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.
- WALTZ, K. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WENDT, A. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WHITWORTH, S. *Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions*. Basingstoke: Macmillan, 1994.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

TEORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A CONCEPÇÃO DE POLÍTICA EXTERIOR: UMA REFLEXÃO EM GRAMSCI

Meire Mathias

O ponto de partida desse ensaio decorre de inquietações suscitadas por estudos sobre a política externa brasileira a partir dos anos 90, particularmente naquilo que se refere à concepção do significado de política exterior e a consideração dos interesses de diferentes atores em relação a essa política. Esses últimos, interesses específicos que se projetam tanto em relação ao modelo de desenvolvimento econômico definido para um país, quanto nas diretrizes de inserção internacional.

Sob o binômio política externa e desenvolvimento, para além daquilo que possa ser denominado como “interesse nacional”, regularmente se projeta interesses específicos de grupos privados (por exemplo, empresários de um determinado setor de serviços) e de frações de classes sociais (por exemplo, setores da burguesia industrial, podendo ser os operários das montadoras de automóveis) que, quando organizados, almejam contrapartidas diferenciadas em relação ao modelo de desenvolvimento e a inserção internacional do país. Àqueles grupos ou frações de classe não organizados em relação aos seus interesses, de uma forma ou outra, também serão impactados pelas políticas em curso, porém, sujeitos a maior vulnerabilidade em relação aos resultados negativos ou perdas.

Considerando os aspectos acima, dada a complexidade das relações internacionais na atualidade, a formulação de variáveis analíticas de política internacional, demanda especial atenção para o enredamento das relações entre Estado e sociedade; entre economia e política; entre coerção e persuasão. Cabe sublinhar, é próprio da análise histórico-social que se apresente uma perspectiva em que a articulação entre desenvolvimento e política externa seja compreendida enquanto expressão da realidade, por onde transcorrem processos em que se situam os limites e as possibilidades de superação de debilidades econômicas, sociais e culturais do país. Sob esse prisma, o mercado não se configura enquanto fundamento da ordem social.

Em termos de política internacional, a tendência por explicar fenômenos aparentemente dissociados, contraditórios, distancia-se de abordagens que separam as questões nacionais dos temas da Agenda internacional, por entender que a unidade da sociedade nacional não é rompida por sua dimensão interna ou externa. Assim sendo, a compreensão do Estado em sua totalidade implica a consideração dos pontos de articulação entre as dimensões interna e externa.

Convém esclarecer que o ensaio pretende contribuir com os estudos que se empenham em desenvolver ou aprimorar matrizes teóricas para o melhor entendimento da ordem mundial contemporânea, tendo especial cuidado de refletir sobre o significado da política internacional.

DIGRESSÃO AOS CLÁSSICOS

A noção *clássica* das relações internacionais emerge quase que paralelamente ao conceito de Estado Moderno e, a partir deste, funda-se a observação sobre o comportamento dos Atores estatais no sistema internacional. Inicialmente, emana da filosofia o interesse em buscar explicações para a ocorrência de relações entre *coletividades soberanas* mediante a ausência de uma autoridade capaz de impor-lhes suas decisões, visto que, a teoria do *direito natural*¹ perdera essa capacidade de intervenção na ordem estabelecida. Em oposição ao escolasticismo medieval, Thomas Hobbes, formula um conjunto de princípios a partir da *teoria do estado de natureza* e sistematiza idéias ratificadas pela razão pura. Conforme destaque de

¹ Doutrina em desuso desde o séc. XVIII, salvo sua permanência no interior da Igreja Católica.

Crossman, Hobbes pertence à idade em que os homens estavam destruindo a supremacia da teologia mediante argumentos filosóficos, e buscando construir uma moderna linguagem científica que se adaptara às necessidades de seu pensamento. (CROSSMAN, 1980; p. 48-49).

Em outro momento histórico, vale lembrar na obra, *Paz e Guerra entre as Nações*, Raymond Aron divide os Estados em duas categorias: as Grandes Potências e os pequenos Estados. As primeiras, em virtude de seus recursos superiores, têm a capacidade de moldar a conjuntura internacional; os segundos, devido à carência de recursos, se limitam a tentar adequar-se à conjuntura. (ARON, 1979; 124) Apresentada essa condição na constituição do sistema internacional, de um lado, temos a ocorrência das chamadas *relações horizontais*, que comportam a existência de relações de cooperação entre os Estados. De outro lado, vê-se que subsistem as *relações verticais*, que se definem pela diferença e dimensão do poder entre as unidades políticas.

Essa diferenciação metodológica indicativas do pensamento aroniano, a nosso ver, permite a observação em separado e em planos distintos, da ocorrência de relações verticais, bem como, horizontais entre os Estados; todavia, o avanço a ser conquistado refere-se à melhor compreensão da intersecção desses planos. Isso porque, quando analisamos as relações de cooperação e de poder em separado, não se tem atilamento do conflito, das contradições, da divergência e até mesmo da incongruência entre os planos, considerando a existência de interesses específicos dos grupos e dos Atores envolvidos na política internacional.

De acordo com Aron (1979), nem sempre é possível estabelecer correspondência entre a incitação e o efeito produzido nas relações internacionais. Nesse sentido, a impossibilidade de discernir as variáveis endógenas das variáveis exógenas nas relações internacionais, bem como, a impossibilidade de quantificar, com rigor, tanto o que está em jogo, quanto o que está em risco, para ele, constitui o elemento principal de justificação para a não formulação de uma teoria específica. Em compensação, a negativa quanto uma teoria de relações internacionais, não impede que Aron, em uma linha de pensamento autônomo, fecundo e particularmente voltado para a Ciência Política, defenda que a única abordagem possível seja a sócio-histórica.

Não obstante, há estudiosos que não se mostram adeptos da teoria do *estado de natureza*, via de regra, enfoque afeito a teoria realista. A corrente idealista de inspiração kantiana, por exemplo, pauta-se pela *teoria da Paz Perpétua* que privilegia as “relações de interação”² como sendo o foco principal de análise dos fenômenos internacionais, em detrimento das relações de poder entre Estados. Preocupado com o problema da paz internacional, Kant procurou fornecer um modelo de orientação à sociedade moderna e, nessa direção, a partir da teoria³ da *Paz Perpétua*, pretende demonstrar que é plausível ir além do *estado de natureza*.

Visto que, o propósito é pensar a Paz com sentido duradouro, Kant, distingue as razões de guerra entre os Estados e, de maneira complementar, identifica as condições necessárias para o estabelecimento da paz permanente. Segundo essa teorização, os Estados devem observar que um *Tratado de Paz* não pode implicar pretextos para uma guerra futura; um *Estado independente* não pode ser adquirido por outro através de sucessão hereditária, troca, compra ou doação; a *abolição do exército* permanente (com vistas ao desarmamento); evitar *dívidas públicas*, porque a força financeira é ameaçadora; o respeito ao *Princípio de Não-Intervenção* (direito internacional); *Estados em Guerra* não devem permitir atos de hostilidade, porque são moralmente reprováveis.

Considerando o último indicativo, referente aos *Estados em Guerra*, cabe assinalar, a *Guerra Justa* é aquela que um Estado empreende para se defender de um *inimigo injusto*. Mas quem seria este inimigo? Na resposta de Kant, é aquele cuja vontade publicamente manifesta trai uma máxima, que se elevada à condição de regra universal impossibilitaria qualquer estado de paz entre os povos e perpetuaria o estado de natureza. (KANT, 1989; p. 165)

Por conseguinte, os cidadãos devem decidir sobre a guerra e, para tanto, a *República* é a melhor forma de governo porque garante a liberdade no plano interno e a paz no plano externo. As formulações sobre essa questão nos leva a considerar que o projeto da Paz Perpétua, em Kant, prevê a

² As aspas são nossas.

³ Para aprofundar, consulte: Norberto Bobbio. *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984.; Shiguenoli Miyamoto. *O Idealismo e a Paz Mundial*, 1999.

elaboração do pacto que instituiu a *Sociedade das Nações*⁴, que idealmente concebe a sublevação do *estado de natureza* para o *estado de sociabilidade* no ambiente internacional.

O papel do direito internacional nessa matéria recebe destaque, uma vez que os fundamentos de uma ordem internacional reguladora das relações entre Estados soberanos, advêm dessa área do conhecimento. No pensamento kantiano, o *direito cosmopolita*, que regula as relações entre os Estados e os estrangeiros, recebe a atribuição de evitar hostilidades, ao menos, certificar a hospitalidade.

Apesar disso, o ordenamento do *estado de natureza* pela ordem jurídica nem sempre alcança os objetivos postulados, já que os Estados sobrepõe ao idealismo jurídico à preservação de seus interesses e da própria integridade. Tal evidência, que não anula a existência de certo grau de equilíbrio entre Estados salvaguardado pelo direito internacional, acaba por estimular interpretações críticas quanto a concepção de equilíbrio no plano internacional. Cabe destacar:

O equilíbrio de forças entre potências, até certo ponto, pode conter a comunidade internacional no que tange a iniciativas belicosas, porém, a teoria do equilíbrio conduz, com efeito, a uma filosofia da organização social que gira em torno da noção utilitarista de interesses entre Estados soberanos (MERLE, 1981; p. 23).

Como é de conhecimento, no cenário da internacional do pós-Segunda Guerra, analistas e estudiosos observam que a lógica das relações internacionais e de seus intercâmbios diplomáticos e bélicos havia mudado, sobretudo, em virtude da corrida armamentista. Ao longo da Guerra Fria, o paradigma da impossibilidade da vitória posto pela arma atômica alterou em definitivo a lógica do sistema.

Assim sendo, deparamo-nos com o pensamento de Hans J. Morgenthau, objeto de críticas de vários autores, particularmente naquilo que se refere à idéia de que os Estados perseguem seus respectivos interesses. A tônica do argumento crítico recai sobre a primazia do político na obra *Politics Among Nations*, visto que, Morgenthau adota por premissa a

⁴ Sociedade das Nações (Liga das Nações), criada em 1919, após a assinatura do *Tratado de Versalhes*, por 44 Estados. A Segunda Guerra Mundial significou o fim da Liga que, formalmente, seria extinta em meados de 1942.

autonomia da esfera política na definição dos *interesses* do Estado e, estes últimos, como embasamento para a formulação da política externa. Dito de outra maneira, os interesses são definidos em termos de poder; e, a partir deste, a política externa deve ser formulada e conduzida.

A definição do conteúdo do *interesse do Estado* é produto da história e poderá esvaecer ao longo do tempo, todavia, a adoção do interesse enquanto padrão é perfeitamente possível, porque se trata de um fundamento perene. Sob esse marco, os *interesses* exprimem o contexto político e cultural a partir do qual são formulados e, por isso, podem mudar em virtude das circunstâncias. Todavia, a busca pelo poder é contínua, da mesma maneira que a transformação do mundo resulta da manipulação política dos interesses.

Tendo em vista esse aspecto pragmático da política internacional, Morgenthau irá identificar e diferenciar o interesse nacional em dois níveis, a saber: vital e secundário. De tal modo, segundo ele, os *interesses vitais*, conferem ao Estado segurança, liberdade e independência, a proteção de suas instituições e ainda, a observação dos valores. Da mesma forma, não cedem lugar a concessões e representam questões sobre as quais o Estado está disposto a defender uma guerra. Os *interesses secundários*, por definição, complexidade e transitoriedade, são mais difíceis de serem apresentados, porém, pode-se dizer que são aqueles que implicam o fazer concessões e negociar. Por eles, no exercício da política, admite-se abrir mão de aspirações com fins morais e universais, já que, em determinadas circunstâncias a paz só poderá existir como resultado da negociação dos diferentes interesses dos Estados.

Do ponto de vista da análise das variáveis econômicas nas relações entre os Estados, a leitura de Morgenthau corresponde à primazia da política sobre a economia. Nos termos propostos pelo pensamento morgenthaliano, chega-se ao entendimento de que, a luta pelo poder é contínua, porém, difere quanto às condições morais, políticas e sociais. Adicione-se, em sua concepção, a política interna e a política internacional nada mais são do que duas manifestações diferentes do mesmo fenômeno: a luta pelo poder. (MORGENTHAU, 2003; p. 49)

Não há dúvida de que o pensamento morgenthaliano é um marco da tradição realista ocidental que o coloca na condição de referencial permanente, com inclusão de sua estreita ligação com a Guerra Fria. Entretanto, concorda-se que tendo sido um dos formuladores da política externa norte-americana, sua produção teórica não é destituída de valores ou ideologias. Ou seja, ao teorizar sobre a ação do Estado no sistema internacional, ou indicar padrões de atuação diplomática, Morgenthau não ignora as condições favoráveis dos países potências em determinados contextos históricos e na dinâmica dos sistemas hegemônicos.

UM APORTE EM CONSTRUÇÃO

Cabe realçar, quem sabe numa posição revisionista, quando os sinais do fim da Guerra Fria eram notáveis, Aron analisava que *a política prevalece, mas a economia é uma razão importante*, sugerindo uma linha de diálogo e complementaridade entre abordagens realistas do pós-Segunda Guerra e novas possibilidades de abordagem no pós-Guerra Fria.

Nesse debate, nos interessa dar ênfase a idéia de que uma teoria não pode ser tomada como inadequada ou superada em virtude do surgimento de novos fenômenos, na verdade, acreditamos que é preciso ter cautela nas afirmativas quanto à inadequação de uma teoria, visto que, contemporaneamente convivemos tanto com o poder político-militar, quanto com poder político-econômico. Se por um lado, a teoria realista possibilita a compreensão de um conjunto de fenômenos e ações de ordem política presentes no sistema internacional; por outro, ampara o tratamento em separado entre política externa e política interna, respectivamente política alta e política baixa.

Veja-se, quando adotado, o quadrante acima estabelece as questões concernentes à segurança e política externa hierarquicamente mais importantes que as questões de política interna. Essas últimas, relativas à esfera dos temas econômicos e sociais, e as primeiras, referentes aos aspectos fundamentais da política de poder. Para além de uma questão moral ou ética, cabe indagar, por que se trata em separado aquilo que originalmente nasce junto? Se for levado em conta que a luta de classe se faz presente no

Estado e na sociedade civil, ver-se-á que a dialética é real, portanto os processos são parte de um todo.

Desde Maquiavel, fica demonstrado que a conquista, o exercício e a perda do poder acontecem por meio da política e, assim sendo, a política é uma arte. Por suposto, a política como ciência não poderia constituir um domínio fechado. A ciência política tem por componente dinâmico a transformação de forças políticas, econômicas e armadas, por isso, torna-se relevante analisar o sentido da mudança ou falta dela, para melhor compreender as matizes do processo histórico e suas manifestações nas relações internacionais.

Os teóricos da escola de Frankfurt assinalam que a complexidade do sistema internacional atual demanda novos projetos de pesquisa e novas formulações acerca dos fenômenos internacionais. A partir dos anos 80, autores ligados à essa corrente buscam formas de demonstrar a aparente neutralidade científica dos estudos na área de relações internacionais, bem como, o legado dessas teorizações na produção e reprodução da ordem internacional hegemônica. Os herdeiros dessa escola, formuladores da chamada *teoria crítica* em relações internacionais, admitem ter por preocupação e objetivo a emancipação humana, que infere uma conotação política a produção do conhecimento. Nas palavras de Robert Cox:

[The] critical theory is directed to the social and political complex as a whole rather than to the separate parts. As a matter of practice, critical theory, like problem solving theory, takes as its starting point some aspect or particular sphere of human activity. But whereas the problem solving approach leads to further analytical sub-division and limitation of the issue to be dealt with, the critical approach leads towards the construction of larger picture of the whole of which the initially contemplated part is just one component, and seeks to understand the processes of change in which both parts and whole are involved (COX, 1995; p. 278).

Em meio às questões abordadas por essa linha investigativa, destaca-se a ampliação dos limites de pesquisa e a inovação na base teórica dos estudos internacionais, com possibilidade de apreender as relações entre Estado e sociedade civil; a consideração do caráter ideológico do realismo; e a contestação quanto a se apreender o cenário internacional como qua-

dro de ação a-histórico⁵. Acrescente-se que essa teorização busca suplantar a divisão entre política interna e política externa, bem como a cisão entre política internacional e economia internacional.

No campo da Sociologia Política, portanto, em outro marco teórico-metodológico, Marcel Merle, foi um dos pensadores contemporâneos das relações internacionais que pôs em destaque a análise da teoria marxista. Segundo registrou, “a crítica marxista mostrou que atrás da neutralidade aparente das regras do direito escondiam-se fenômenos de dominação social. Os sociólogos contemporâneos retomaram essa análise, concluindo que o universo político é uma liça na qual se enfrentam continuamente forças que tentam defender seus interesses e garantir sua dominação.” (MERLE, 1981; p. 26).

Em *Sociologie des Relations Internationales*, no capítulo dedicado ao estudo do conceito marxista, Merle apresenta sua apreciação da teoria marxista como instrumento de análise da realidade internacional. Nesse sentido, ressalta o rigor e o poder de síntese desta teorização, bem como “a capacidade de desnudar a interdependência dos fenômenos políticos e econômicos, internos e externos, e de discernir através da aparente incoerência dos fatos, a marcha inexorável em direção à universalização das relações internacionais.” (MERLE, 1981; p 62).

Contudo, Merle, não deixa de apontar pontos críticos da teoria marxista quanto a análise das relações internacionais. Primeiramente, segundo ele, não foi dado o devido valor ao fator político, ou melhor, quanto ao papel do Estado no meio internacional; e, em segundo, porque o tratamento dado ao fator tecnológico infligiu importância menor a esse determinante, como se fosse um subproduto da expansão capitalista. Para o autor, ao se ocupar em separar os Estados socialistas dos Estados capitalistas, a teoria marxista comete o equívoco de não ressaltar que o nível de desenvolvimento tecnológico serve de critério para estabelecer a escala de poder entre os Estados, elemento que pode ser utilizado na clivagem que separa os países desenvolvidos dos países subdesenvolvidos.

⁵ Sobre essa temática, destacamos: Mônica Herz. Teoria das Relações Internacionais no pós-Guerra Fria. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2 ISSN 0011-5258.

Pertinentes, as críticas de Merle possibilitam colocar a reflexão em um outro patamar, ou melhor, nos permite questionar até que ponto à teoria marxista contribui para o entendimento do sistema de Estados e a modernidade capitalista. Considerando que as relações internacionais permanecem fortemente balizadas tanto pela lógica da geopolítica, quanto pelo desenvolvimento desigual, à teorização das relações entre o sistema de Estados e o capitalismo, talvez, possa elucidar o que existe ou não de novo no *modus operanti* entre Estados e capitais.

O fato de que os Estados são os atores manifestos do sistema e a igualdade formal entre os mesmos está garantida pela concepção e reconhecimento da soberania, não nos impede de refletir sobre a dinâmica das relações internacionais, considerando que essas são permeadas por interesses políticos e econômicos divergentes e concorrentes. Dependendo dos objetivos nacionais refletidos na política externa, a satisfação ou não dos interesses dependerá não somente do conteúdo e da atuação do país, mas também de sua repercussão no sistema internacional, refletida em apoios ou contestações por parte de outros Estados.

Sob esse ponto de vista, pode-se pensar que na construção e reconstrução do sistema internacional está presente a dissolução ou não da contradição entre a acumulação de capital e a organização do espaço político. Por ora, nota-se que a reorganização do espaço político-econômico mundial tem sido realizada pelo Estado capitalista. O pressuposto de mediação compreende as *mudanças* como um processo lento e de larga duração, inconclusas historicamente. Mesmo porque, a história do capitalismo é marcada por longos períodos de crise, estruturação e recomposição da economia capitalista.

A PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Atualmente, o sistema internacional é dotado de um conjunto de regras e práticas que visam regular o jogo político, porém, a despeito dos riscos envolvidos, não é rara a violação das regras e dos acordos entre Estados, o que torna ainda mais duvidosa a capacidade de auto-regulação do sistema. Assim sendo, pode-se inferir que as *mudanças* na ordem internacional passam pela aprovação, violação ou transgressão das regras es-

tabelecidas e, por isso, a margem de manobra nesse processo será maior para aqueles Estados dotados de maior poder político econômico. Não por acaso, ganha relevância a consideração das questões que envolvem o exercício da hegemonia e considerando o léxico marxista, a referência está nas formulações de Antonio Gramsci.

Contudo, não se trata de uma transposição do conceito de hegemonia em Gramsci para a análise das relações internacionais, o verdadeiro desafio está em construir a análise sob a perspectiva gramsciana. De fato, estamos apontando para a existência de afinidades entre teorias normativas das relações internacionais com as chamadas teorias críticas, especialmente para a vertente gramsciana que propõe o debate sobre as relações entre Estado e sociedade civil, com desdobramentos e interface de natureza externa.

O pensador sardo concebe o Estado como o espaço onde se realiza a hegemonia, onde acontecem as relações entre política e economia, força e consenso, direção e dominação. Todavia, como bem adverte Liguori:

O conceito de Estado ampliado em Gramsci, não faz do Estado o sujeito da história, nem do modo de produção capitalista, porque, no pensamento gramsciano, o Estado é a expressão da situação econômica, é a forma concreta de um mundo produtivo (LIGUORI, 2003; p 175).

Considera-se, portanto, não somente o conceito de hegemonia, mas também os pressupostos acerca do conceito de Estado⁶ e a concepção de disputas hegemônicas ocorrendo entre Estados e não somente no interior destes.

Adicione-se como aporte do pensamento *gramsciano* o contraponto entre a instância internacional e a unidade nacional, entre a história mundial e histórias nacionais. De acordo com Giorgio Baratta, além de reconhecer a contradição entre o “universal” e o “particular”, Gramsci, demonstra ter o atilamento daquilo que as teorias normativas classificam de sistema de interdependência, bem como da importância da internacionalização dos problemas nacionais; no caso italiano, da *questão meridional*. (BARATTA, 2004; p. 59)

⁶ O conceito gramsciano de Estado ampliado refere-se à diferenciação (metodológica, não orgânica) de esferas do Estado, que se constituem em sociedade política e sociedade civil.

É necessário reconhecer, que não é tarefa fácil proceder à interpretação diferenciada e crítica das relações internacionais. Com efeito, a perspectiva dialética da história e, propositivamente, quanto à reversão da hegemonia dominante, a questão social se funde com o problema do Estado: “A unidade histórica das classes dirigentes se realiza no Estado [...]. A unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar até se tornarem “Estado”: a sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil (Q 25, § 5, p. 2.287 ss).” (GRAMSCI apud BARATTA, 2004; p.44)

Conforme demonstrado por Fontana, Gramsci, a princípio, cria o conceito de hegemonia para estudar a ascensão de um grupo dominante nacional, mas, existe um outro nível no qual pode lançar luz. Trata-se da política internacional, a ascensão e queda das potências, o nascimento e evolução das estruturas internacionais de poder. A fórmula gramsciana, “apesar de aplicada e analisada principalmente quando se discute a política e os conflitos no interior das nações, também é relevante para compreender a política entre nações.” (FONTANA, 2003; p. 120) Isso porque, o sentido de hegemonia denota a supremacia de um Estado sobre outros Estados numa dada estrutura internacional de poder.

A concepção gramsciana de hegemonia aplicada às relações internacionais, portanto, nos permite compreender a arena internacional como um campo de ação política permanente, a partir do qual se estruturam organizações e ações políticas que ultrapassam os limites e o caráter institucional ou corporativo, pois, de fato, refere-se à constituição orgânica de forças políticas. Nesse sentido, em concordância com Costa, além da ação política, a hegemonia pressupõe a constituição de uma determinada moral; de uma concepção de mundo; numa ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade, ao invés de se tentar impor a ideologia com o silêncio das consciências. (COSTA, 2011; p. 61)

Deste modo, a hegemonia é algo que se conquista através da direção política e do consenso, e não exclusivamente pela coerção. O processo

de construção da hegemonia dominante, além de agregar instituições, organismos internacionais, burocracias⁷ nacionais, relações sociais e idéias, implica em elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes. Bem por isso, em Gramsci, a hegemonia se realiza quando encontra o caminho das mediações, que possibilitará ligações (e acordos) com outras forças políticas e sociais.

As perspectivas analíticas sobre política externa, de modo geral, diferem no enfoques quanto a estabelecer se a política exterior é resultado dos determinados sistêmicos, dos determinados domésticos ou da combinação desses. Nesse universo, na perspectiva clássica, temos o tratamento do Estado como unidade indivisível⁸ de decisão na busca de satisfação dos interesses nacionais; e, ao mesmo tempo, tem relevância menor se as preferências serão definidas pelo contexto interno ou externo.

Segundo Karl Deutsch (1983), em termos de política exterior, uma vez definida a diretriz para as relações externas do país, no caso de discordâncias e desequilíbrios internos entre grupos e organizações e o traçado pelo governo, a tendência será relativizar e diminuir o peso das discordâncias para não haver desequilíbrio interno. A conduta do Estado será a busca dos fins, ou melhor, perseguir a finalidade estabelecida como diretriz. Desse modo, para o autor, embora os interesses de um país devam ser perseguidos e defendidos por sua política exterior, a intensificação da interdependência entre os Estados e, por conseguinte, a geração de interesses divergentes entre diferentes grupos de interesse e ou níveis da elite nacional, demonstra que, embora suscite interesses que justificam o esforço, não há como controlar o processo que gera conflitos. Nesse sentido, o que Deutsch chama de conflito, resulta da falta de controle dos processos de interdependência, e não uma referência a contradição gerada pela lógica competitiva entre Estados e no interior deles.

Ainda considerando as formulações de Deutsch sobre política externa, os *grupos de interesse* podem ser compreendidos como um conjunto de pessoas que compartilham algo em comum, são capazes de cooperar e atuar enquanto grupo, sendo que, seus interesses remetem a uma expectativa de

⁷ Em Gramsci a burocracia estatal é a expressão do Grupo social dominante (Q 8 § 80)

⁸ A rigor, Estado e Governo não se diferenciam, assim como o Estado antecede a sociedade.

recompensa. Destaca o autor, que os grupos de interesse específico almejam um único objetivo e, possivelmente sua composição seja mais homogênea. Um grupo de interesse mais amplo, é constituído por mais de uma elite e, nesse sentido, os interesses podem ser mais gerais e difusos. Tendo em vista a crescente organização de Grupos de interesse privado, Deutsch considera improvável que continue a ser exercida a primazia da política externa sobre a política interna. (DEUTSCH, 1970; p. 136) Todavia, a política externa levada a cabo contemplará uma ou mais referências em termos de interesses, a preservação da independência e segurança do Estado, bem como a conquista e proteção dos interesses econômicos nacionais, especialmente aqueles que correspondem aos grupos mais influentes.

Naquilo que compete à ação externa do Estado, nota-se que a ocorrência de maior ou menor poder de influência e participação no processo de formulação de política externa por parte dos parlamentos, de setores organizados da sociedade civil e de grupos de interesse privado, dependerá de uma série de fatores políticos e dos mecanismos institucionais. Apesar da preponderância do Executivo na condução dessa política, continuar a ser verdadeira a máxima de que “os governos passam, mas o Estado permanece” e, por isso, é preciso perceber quais os mecanismos e forças político-econômicas que comandam a elaboração da política exterior. Embora com diferenças, concorda-se que uma regra tende a impor-se: atrás de aparentes variações, os negócios exteriores são tratados, em cada país, à escala mais alta da hierarquia política. (MERLE, 1988; p. 223)

Na análise das relações internacionais contemporâneas, existe um relativo consenso na literatura quanto a conceber os interesses nacionais interligados à orientação geral da política externa. Todavia, questionamos que a investigação dos determinantes sistêmicos, por si só, seja suficiente para compreender o conteúdo da política externa levada a cabo. Sendo esta a razão de se buscar a influência de determinantes internos na formulação desta política, opção que não exclui a consideração de variáveis sistêmicas quanto aos limites e possibilidades para a atuação internacional do país, mas, recusa trabalhar com a concepção de cisão entre política interna e política externa.

Retoma-se Gramsci, porque, em sua obra carcerária, delineou

os contextos em que surgem não somente a expansão do sistema geopolítico de Estados, como também do desenvolvimento desigual capitalista. De acordo com alguns estudiosos⁹, no pensamento gramsciano é possível identificar a atuação política do capital relacionando internamente o sistema de estados. Vejamos, em suas palavras:

Embora seja certo que, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e obvio à primeira vista. É verdade que conquista do poder e a afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política; mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país (GRAMSCI, 1999; p. 427-428, Q 10 II § 61).

Em outra passagem, especificamente sobre a política externa, Gramsci assinala que os elementos de equilíbrio de um sistema político internacional são infinitos. Por essa razão,

a linha de um Estado hegemônico (isto é, de uma grande potência) não oscila, já que ele mesmo determina a vontade dos outros e não é determinado por esta, já que a linha política baseia-se no que há de permanente, e não de casual e de imediato, bem como nos próprios interesses e naqueles das outras forças que concorrem de modo decisivo para formar um sistema e um equilíbrio (GRAMSCI, 2012; p. 87-88, Q 13 § 32).

Ora, se considerarmos que, em Gramsci, por meio da política tanto se funda, se destrói e se defende o Estado, com o objetivo de preservar ou aniquilar estruturas econômico-sociais, quanto se estabelecem as lutas pelo poder no interior de uma estrutura orgânica (Estado), faz sentido o paralelo entre a grande e a pequena política e entre política e diplomacia

⁹ Menciona-se Adam D. Morton; Andreas Bieler; Guido Liguori; Carlos Nelson Coutinho; Marcos Del Roio, entre outros.

(Q 13 § 5). De acordo com a interpretação de Fontana, em termos de política internacional, “a primeira é a atividade política dirigida à fundação de novos Estados, novas concepções do mundo e novas estruturas, e a última é travada no quadro da realidade existente e do equilíbrio pré-estabelecido de forças.” (FONTANA, 2003; p 122)

Cabe ponderar que a diferença das políticas não expressa uma cisão entre elas, ao contrário, em Gramsci, importa estabelecer correspondência entre aquilo que acontece no interior dos Estados e entre eles. Ao mesmo tempo, a distinção entre dois tipos de política está intimamente relacionada à noção gramsciana da formação de hegemonia e de guerra de posição. Para Fontana, “os germes que levam à fundação de nova estrutura, seja internacional, seja nacional, só podem existir em estado embrionário ou potencial na estrutura pré-existente. O vigor da estrutura, sua capacidade em termos de apoio de massas e a força das suas instituições legitimadoras irão determinar o tipo necessário de guerra de posição. (FONTANA, 2003; p 122).

CONSIDERAÇÕES

Neste ensaio, procuramos demonstrar que no estudo de política exterior tanto é possível à observação da estrutura do sistema internacional, quanto à consideração das características sócio-econômica-político-culturais nacionais. Bem por isso, não se despreza o componente concernente às relações entre Estado e sociedade.

Foi sinalizado que nos estudos das relações internacionais é pertinente que se busque construir pontes para transpor a divisória entre o internacional e o nacional, entre a ordem política e a econômica, com a finalidade de suplantar os limites definidos por concepções referentes ao estudo, em separado, de interdependência e regimes internacionais. Contudo, é importante balizar que quanto maior for o grau de dependência, mais sensíveis e vulneráveis aos impactos de mudanças econômicas e tecnológicas estarão as nações. O que torna ainda mais evidente a influência mútua entre os planos interno e externo.

Nessa acepção, o encontro de ambas as dimensões se refere a um dado estrutural na formação do Estado, porém, a verificação de intensidade dessa articulação em torno dos temas da Agenda internacional do país,

bem como na definição de interesses. Seja como for, é seguro afirmar que a formulação da política externa é um processo político. Do mesmo modo, as diretrizes da política externa correspondem aos objetivos da nação e faz parte do seu escopo salvaguardar a soberania, legitimar sua segurança e melhorar as condições internacionais para o crescimento econômico nacional, o que compreende o modelo de desenvolvimento definido para o país.

Posto deste modo, torna-se menos adverso apontar que os interesses de classe ultrapassam os limites do campo econômico e alcançam o campo da organização política que, mediante as possibilidades de desenvolvimento, se configura na ação política e cultural que pretende a conquista e a manutenção do poder. No Caderno 13, em estreito diálogo com Maquiavel e em profunda reflexão crítica sobre “elementi di scienza política”, Gramsci argumenta fortemente que os estudos de ciência política devem ser situados nos vários níveis da relação de força, a começar pela relação das forças internacionais (onde se situam os sistemas hegemônicos, as relações de independência e soberanias), perpassando pelas relações sociais objetivas, que implica a observação do grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de força nos sistemas hegemônicos no interior do Estado e as relações militares.

Sob essa perspectiva, interpreta-se que ao invés da cisão entre as forças externas e internas, o pensamento gramsciano torna nítido um conjunto combinações de forças políticas que se definem em “sistemas hegemônicos” tanto no interior do Estado, quanto entre esses. Por essa razão, em Gramsci, temos a possibilidade de interpretação da realidade internacional a partir de um ponto de vista distinto, visto que, consoante a essa teorização, as iniciativas hegemônicas desafiam a hegemonia existente, na medida em que, organicamente reúnem forças políticas e originam um caminho alternativo.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, DF: UNB, 1979.
- BARATTA, G. “Povo, nações, massas no horizonte internacional”. *As rosas e os Cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Tradução Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. pp. 39-64.

COSTA, Ricardo. “Gramsci e o conceito de Hegemonia”. *Cadernos do ICP*, n. 1. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP, 2011.

COX, Robert W. “*Social Forces, States, and World Orders: beyond international relations*”. (1981). *A Reader in International Relations and Political Theory*. HOWARD, Williams; MOORHEAD, Wright; EVANS, Tony. Buckingham: Open University Press, 1995. pp. 274-308.

CROSSMAN, R. H. S. “A revolução inglesa”. *Biografia do Estado moderno*. Tradução de Evaldo Amaro Vieira. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. pp. 39-62.

DEUTSCH, Karl W. *Política e Governo*. Brasília: Editora UnB, 1983.

FONTANA, B. “Hegemonia e Nova Ordem Mundial”. COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 113-123.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, v. I*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere, v. III*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho.. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KANT, I. *A paz perpétua*. Porto Alegre; São Paulo: L&PM, 1989.

LIGUORI, G. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade”. COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 173-188.

MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1981.

MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília, DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ipri, 2003.

HEGEMONIA E VIOLÊNCIA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE DIREÇÃO, COERÇÃO E SUBVERSÃO

Leandro Galastri

1 APRESENTAÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar a hipótese, a ser confirmada por nosso atual trabalho de pesquisa, de que na obra de Antonio Gramsci (escritos pré e pós-carcerários) existam elementos dispersos que, reunidos, sirvam para estabelecer um fio condutor para a análise gramsciana da violência política. Mais exatamente, sugerimos que o conceito gramsciano de hegemonia (cujo processo de concepção alinhava toda a obra carcerária) requer aportes teóricos oriundos do estudo da violência política. Numa perspectiva histórica, isso equivale a sustentar que, para Gramsci, a luta de hegemonias prevê necessariamente uma fase em que a violência política tem protagonismo. Em suma, ela também seria meio de construção hegemônica.

É necessário esclarecer, portanto, o que será entendido aqui por violência política. Tal expressão será tomada como a definição de ações coletivas que desafiam a legalidade institucional. Diante da força de coerção estatal, a violência será entendida como ruptura, ou a tentativa de ruptura total ou parcial da institucionalidade garantida, em última instância, pela coerção do Estado. As reivindicações populares voltadas para o âmbito das estruturas do Estado têm limites claros, que são aqueles estabelecidos pela própria estrutura jurídica e institucional. Tal estrutura, enquanto consolidação do moderno Estado capitalista, tem por função garantir, direta ou

indiretamente, a reprodução social das condições materiais e simbólicas para a manutenção das elites políticas, grupos de interesse e classes e frações de classes economicamente dominantes em suas posições de controle.

Assim, historicamente, parte considerável das mudanças sociais demandadas pelos grupos e classes subalternas tem origem, necessariamente, em iniciativas que ocorrem à margem ou em detrimento da legalidade vigente no Estado capitalista (embora muitas delas tenham sido, posteriormente, assimiladas pela institucionalidade vigente, como demonstra a história do movimento operário dos últimos dois séculos)¹. É em tais manifestações coletivas de desafio, resistência ou enfrentamento das estruturas jurídicas políticas do moderno Estado capitalista (ou, como entenderemos, violência política) que esperamos encontrar um elemento importante no processo de construção hegemônica das classes e grupos subalternos.

Desde a publicação das primeiras edições dos escritos de Gramsci na Itália, sempre existiu uma importante tendência interpretativa da sua obra, no exterior e depois também Brasil, caracterizada por apresentar um autor cuja contribuição ao pensamento político se limitaria à discussão de caminhos sobretudo institucionais ou não-violentos e gradualmente reformadores, seja com vistas à uma eventual e futura superação do modo de produção capitalista, seja voltada para transformações políticas e sociais progressistas no âmbito da ordem capitalista vigente.² Assim, independentemente da viabilidade política e prática de uma e outra propostas, a discussão teórica tem descurado das importantes contribuições e reflexões de Gramsci para o estudo, a pesquisa e o debate da violência política.

No decorrer deste texto, primeiramente faremos uma abordagem (ainda incipiente) dos escritos de Gramsci sob a lente da questão da violência política. Em seguida, com intuito comparativo, apresentaremos algo do trabalho de importantes autores que desenvolvem a questão fora dos parâme-

¹ Tais iniciativas podem ser, por exemplo, desde demonstrações de rua até insurreições armadas de duração indeterminada. O limite da manifestação da violência política, analisada desta perspectiva, é a guerra popular não convencional, ou seja, o levante insurrecional que se depara com as organizações profissionais de monopólio da força física (como as forças armadas e as diversas polícias) ou ainda, numa terminologia cara ao materialismo histórico ao qual Gramsci se filia, a revolução.

² Dentre os autores influentes no Brasil, no primeiro registro tem-se Togliatti (1966 e 1980), Baratta (2004; 2011), Vacca (2009), Vacca et al. (2010), Coutinho (1999), Coutinho e Teixeira (2003), entre outros. No segundo registro tem-se, por exemplo, Werneck Vianna (2004), Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (1999), Avritzer (1994), Bobbio (1999), Medici (2000), entre outros.

tros do materialismo histórico. Por fim, encerraremos com nossas conclusões provisórias e as perspectivas de desenvolvimento próximo desta pesquisa.

2 GRAMSCI E A VIOLÊNCIA POLÍTICA

Gramsci confere à noção de *violência* a capacidade de elevar a análise de diferentes graus de relações de forças políticas (GRAMSCI, 2001, Q13, §17) para um mesmo nível de abstração (desde as divergências entre grupos de interesse na sociedade civil até os embates militares interestatais).³ Daí também ser possível sustentar a hipótese de que a analogia feita por Gramsci entre as diferentes formas da luta de classes e as estratégias de guerra de movimento e posição adotadas pelos países beligerantes na Grande Guerra (ou Primeira Guerra Mundial) não são meras figuras de linguagem, mas encerram um fundamento comum às relações políticas de força (BADALONI, 1975). É pela análise dessas questões que este trabalho pretende contribuir para suprir, ainda que parcialmente, aquela lacuna apontada acima.

No estabelecimento da importância da questão da violência política para a construção do conceito de hegemonia e correlatos (bloco histórico, revolução passiva e partido político) seria necessário analisar a influência:

1. Dos eventos do contexto histórico no qual escreve Gramsci, ou seja, a Grande Guerra e as revoluções na Europa;
2. Das leituras de Gramsci referentes ao tema da violência política (elencadas no Aparato Crítico dos Cadernos do Cárcere, organizado por Valentino Gerratana);
3. Da influência, no pensamento de Gramsci, de autores fundamentais sobre o tema e com os quais o diálogo de Gramsci é constante, sobretudo nos Cadernos: Maquiavel, Engels, Lênin, Trotsky e Sorel.

A pergunta que se apresenta é, portanto: como essas três dimensões de análise, articuladas, contribuem para tornar a violência política em

³ Gramsci, (2001, Q 13 §17 p. 1588), por exemplo, afirma que “as lutas políticas entre as forças sociais são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno ocorre a passagem destas a relações políticas de força, para culminar na relação militar decisiva”.

elemento fundante da luta hegemônica e, por consequência, do conceito de hegemonia? Para respondê-la, é necessário “decompor” o texto gramsciano por meio de uma análise que remeta àquelas três dimensões de leitura. Assim procedendo, é possível “recompô-lo”, em seguida, numa síntese especificamente voltada para o processo de construção do conceito de hegemonia.

2.1 A INFLUÊNCIA DE GEORGES SOREL PARA O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA POLÍTICA NA OBRA DE GRAMSCI

Como já assinalado acima, existe na obra gramsciana a influência do pensamento de autores fundamentais sobre o tema da violência política e com os quais o diálogo de Gramsci é constante, como Maquiavel, Engels, Lênin, Trotsky e Sorel. De todos esses, Sorel é o menos óbvio ou menos notório. A literatura comentadora de Gramsci dá grande ênfase, em termos de autores que o influenciaram, em nomes que mais profusamente aparecem em seus escritos carcerários, como Maquiavel e Croce, por exemplo. Porém, Gramsci se ocupa de Georges Sorel em vários momentos importantes de seus escritos, tanto na produção política pré-carcerária quanto ao longo dos *Cadernos do Cárcere*. À moda de Sorel e em parte inspirado por ele, Gramsci faz as suas próprias reflexões sobre a violência e associa a violência (ou sua possibilidade, seu “espectro”) à mudança política.

A greve geral é o mais importante tema das *Reflexões sobre a violência*, obra mais conhecida de George Sorel, publicada em 1908 na França. Por meio da greve geral Sorel esperava que fosse construída a “nova moral dos produtores”. Seria a escola da nova ética dos criadores da futura sociedade socialista. Em Sorel haveria a ideia de um valor moral a ser resgatado através da prática sindical. Tal restauração moral dever-se-ia realizar por meio do progresso da sociedade em direção a uma forma organizativa mais alta, em que “o novo protagonista da história, o proletariado, deverá realizar, contra o egoísmo da sociedade burguesa-industrial, a ética do socialismo” (SOREL, 1975, p. 17).

A última etapa do desenvolvimento do marxismo de Sorel seria sua visão do marxismo como mito. O mito, para Sorel, corresponderia às “convicções de um grupo” e seria diferente da utopia por ser uma produção coletiva e não a teorização de poucos intelectuais. E sua preservação

enquanto tal, enquanto simbologia coletiva, estaria garantida apenas pela ação espontânea das massas, devendo essas evitar sua subordinação a qualquer tentativa de direção por uma minoria. “O mito, por conseguinte, é ao mesmo tempo ‘sistema de imagens’ e massas que ‘se apaixonam” (DE PAOLA, 1986, p. 80).

Para Sorel, a violência ocorrida com o surgimento do cristianismo, da Reforma Protestante e da Revolução Francesa teria formado momentos históricos equivalentes, porque funcionaria como “mito”, isto é, como conjunto de imagens percebidas instantaneamente, intuições, capazes de evocar com a força do instinto o sentimento de luta (SOREL, 1975, p. 23). Sorel parecia divisar, na violência proletária, uma espécie de ação resgatadora da condição moral de uns e outros, burgueses e proletários. Paradoxalmente a uma visão da história que se orientasse pelo pressuposto da luta de classes, sustentava que a violência proletária fortaleceria a burguesia decadente, incitando-a a assumir seu papel histórico por excelência, que outro não seria senão revidar à violência proletária com a força e a voragem capitalistas dignas das burguesias mais avançadas do mundo. O socialismo de conciliação, ou o socialismo parlamentar, entorpeceria os sentimentos revolucionários do proletariado e acomodaria a burguesia num estágio histórico indigno de seu nome:

Tudo pode ser salvo se, pela violência, ele (o proletariado) conseguir consolidar de novo a divisão em classes e devolver à burguesia um pouco de sua energia. [...] A violência proletária, exercida como uma manifestação pura e simples do sentimento de luta de classes, aparece assim como algo belo e histórico. (SOREL, 1992, p. 110).

O pensador francês concebia a violência como maneira de manter viva a cisão entre as classes, bem como meio de empreender constantemente a reforma moral do proletariado. Nesse sentido aparecia em Sorel a ideia de um estado permanente de guerra contra a classe burguesa: “Manter a ideia de guerra, hoje que tantos esforços se fazem para opor ao socialismo a paz social, parece mais necessário que nunca” (SOREL, 1978, p. 15). Contra os argumentos que advogariam a paz social e a conciliação entre as classes, afirmava Sorel que haveria uma diferença nítida entre a guerra entre Estados e a guerra social. Na primeira, seria buscado o poder baseado

num ideal de equilíbrio, e a paz poderia ser alcançada por meio de concessões mútuas. Já no caso da guerra social, o proletariado não procuraria concessões, mas a ruína completa de seus adversários (SOREL, 1978). A luta de classes, para Sorel, seria o “aspecto ideológico de uma guerra social empreendida pelo proletariado contra todos os chefes de indústria [...]; o sindicato é o instrumento da guerra social” (SOREL, 1978, p. 18). A luta de classes assim definida seria, segundo o pensador francês, o que o marxismo possuiria de verdadeiro e superior a todas as fórmulas sociais (SOREL, 1978). Da ideia da luta de classes quase como uma disposição de espírito do proletariado, o papel da violência como promotora da cisão social apareceria como sustentador da noção da divisão dicotômica da sociedade nas mentes dos militantes. As greves e a propaganda do proletariado perseguiriam tal resultado. (ROTH, 1980, p. 52).

Com relação à força, em determinada passagem Sorel faz uma análise que é bastante próxima da visão gramsciana de coerção, sendo a força um elemento presente não apenas por meio da brutalidade física, mas também do direito:

O socialismo considera essa evolução (do Direito, da Economia e do Estado) como sendo uma história da força burguesa e não vê mais que modalidades onde os economistas crêem descobrir heterogeneidades: quer a força se apresente sob o aspecto de atos históricos de coerção, ou de opressão fiscal, ou de conquista, ou de legislação do trabalho, quer esteja completamente envolvida na economia, *trata-se sempre da força burguesa agindo*, com maior ou menor habilidade, para produzir a ordem capitalista. (SOREL, 1992, p. 198).

À força, portanto, Sorel opõe a violência. Segundo ele, não se deve condenar a violência física de maneira absoluta, pois sua existência e também seu julgamento moral dependem das condições materiais históricas, mais especificamente do desenvolvimento econômico de cada sociedade. Mas como impelir os homens à ação violenta de classe, em que interesses coletivos estão acima dos interesses individuais mesquinhos? Sorel apela aqui para o que chama de “sentimento do sublime”. Segundo ele, a luta na qual o proletariado se engaja só pode terminar de duas formas: seu triunfo completo ou sua escravidão, ambos os casos envolvendo todo o conjunto dos trabalhadores. Em tais circunstâncias, de acordo com o autor, o sentimento do sublime (a

abnegação altruísta) brotaria naturalmente das condições da luta (SOREL, 1992, p. 238). A violência organizada do Estado Sorel classifica como *força*. À reação espontânea do proletariado contra tal força e contra o sistema fabril capitalista Sorel chama *violência* (SOREL, 1992).

2.2 SOBRE AS COMPARAÇÕES ENTRE ESTRATÉGIA MILITAR E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Na análise dos diferentes níveis de relações de força em determinada formação social, Gramsci aponta o mais elevado como aquele que já adquiriu característica de relação de força “militar”:

I) Uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser medida com os recursos das ciências exatas ou físicas [...]. II) Um momento sucessivo que é a relação de forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais [...]. III) O terceiro momento é aquele da relação de forças militares, imediatamente decisivo em cada caso (o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo) [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 1583-1586).

É principalmente no terceiro momento que adquire maior relevância o debate sobre as estratégias de “posição” e “movimento” (GRAMSCI, 2001, p. 1614). A metáfora militar da “guerra de posição” é tomada por Gramsci a partir do fenômeno da guerra de trincheiras que prevaleceu na Primeira Guerra Mundial, tendo como marco inicial o fim da batalha do Marne em setembro de 1914, quando nem as tropas franco-britânicas nem as alemãs haviam logrado imporem-se respectivamente recuos importantes, enterrando-se, cada um dos lados, em trincheiras que se estenderiam ao longo de todo o front e determinariam a imobilidade das posições, num equilíbrio de forças que também se instalaria no front leste (Rússia) um pouco mais tarde e perduraria durante a maior parte da guerra (KRUMEICH; AUDOIN-ROUZEAU, 2004, p. 301-303). Ora, a metáfora criada por Gramsci a partir da análise da tática russa na Primeira Guerra não é gratuita, e precisa ser considerada em toda sua precisão. Segundo Bianchi (2008, p. 199),

A analogia entre luta política e estratégia militar começou a ser desenvolvida já no Primo Quaderno, como parte de uma discussão sobre a direção política e militar no Risorgimento italiano. [...] Fica claro que já neste primeiro momento, Gramsci concebia de modo unitário as funções técnico-militares e políticas, o que era fundamental para sua elaboração a respeito das relações de forças político-militares.

Trata-se de observar que Gramsci se refere a uma situação de equilíbrio de forças político-militares. A guerra de posição estabelece-se de maneira preponderante em situações históricas muito específicas e fora do controle e da vontade das partes em luta, é o resultado histórico a que se pode chegar por meio da luta política das classes subalternas com vistas a promover a cisão de classes e a construção de um bloco social de classes subalternas hegemônico por uma nova classe fundamental.

Não é possível escolher a tática da guerra de posição; os partidos, sindicatos, movimentos sociais e outras formas de expressão política das classes subalternas não podem optar por ela. A guerra de posição se estabelece como resultado das circunstâncias apresentadas acima. Fora delas, o que existe é o desequilíbrio de forças a favor de uma das partes, e a outra não faz senão “sofrer” uma preponderante “guerra de movimento” conduzida pela parte mais forte, contra a qual se tenta constantemente organizar a resistência, ou seja, contra iniciativas, contragolpes, que não se fazem pela manutenção de “posições”, mas pela tentativa permanente de concentrar forças e empreender investidas precisas contra aspectos específicos da dominação.

A situação em que se torna preponderante a guerra de posição pode ou não ser atingida, mas, se o for, será como resultado de recuos históricos impostos às classes dominantes, forçando-as a uma situação de equilíbrio. Em princípio, não há graves consequências práticas em chamar “guerra de posição” às investidas das classes subalternas contra as classes dominantes em uma situação de desequilíbrio favorável às últimas. O problema ocorre quando esse tipo de assimilação do conceito de Gramsci o transforma numa estratégia de resistência institucional, ou seja, a guerra de posição interpretada como uma proposta de resistir à dominação e à exploração capitalistas por meio de suas próprias instituições civis e estatais, ou por seu próprio complexo de “trincheiras e fortificações” (GRAMSCI, 2001, p. 333), como se as

“trincheiras” do proletariado pudessem ser as mesmas que as da burguesia. Assim interpretado, o conceito de “guerra de posição” transforma movimentos táticos conjunturais em estratégia geral para a luta de classes, propiciando, no melhor dos casos, a consolidação da tática inimiga da revolução passiva, oferecendo em sacrifício as classes subalternas ao transformismo puro e simples. Em outras palavras, a classe “separada” (“*scissa*”) não pode se utilizar dos meios institucionais da velha sociedade, sob pena de empreender sua própria desagregação como classe “separada”.

3 A DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA TEORIA SOCIOLÓGICA NORTE-AMERICANA

O marxismo não possui a exclusividade do debate teórico sobre o tema da violência insurrecional ou revolucionária. Pode-se chamar a atenção, por exemplo, para o debate da sociologia norte-americana sobre a questão, para a tentativa deste debate, no decorrer do século XX, de elaborar uma “teoria sociológica das revoluções”.⁴ Dessa bibliografia, selecionamos alguns nomes centrais para incluir nesta discussão comparativa. Eles são, nesta ordem, Theda Skocpol, Barrington Moore Jr., Charles Tilly, Samuel Huntington e Hannah Arendt. Consideramos também que, nesta primeira aproximação ao debate, uma importante contribuição clássica, vinda de fora do materialismo histórico, é Carl V. Clausewitz. O intuito é estabelecer com o maior rigor possível um debate teórico-comparativo com o materialismo histórico e, mais no escopo dos objetivos desta pesquisa, com os próprios desenvolvimentos teóricos de Gramsci sobre o tema.

Theda Skocpol (1988), no estudo comparativo das revoluções Francesa, Russa e Chinesa, adota como fio condutor a análise do Estado, das estruturas de classe e da situação internacional na qual cada regime estava inserido. Estuda suas revoluções desde as insurreições primeiras até a consolidação de novos regimes, estruturados sobre novas bases. Considera a autora que existe um “padrão social-revolucionário” que se pode revelar a partir do estudo comparativo em questão. Skocpol apresenta a hipótese de que a compreensão das revoluções pode ser encontrada somente nas específicas interrelações das estruturas de classe e do Estado e na relação destas com seus desenvolvimentos nacionais e internacionais.

⁴ Ver Cepik (1996), op. Cit. que faz uma revisão desta literatura sobre o tema na sociologia norte-americana.

Segundo a autora, as explicações das teorias “social-científicas” sobre as respectivas revoluções estariam baseadas, até então, em modelos idealistas, liberais ou marxistas, de como deveriam ocorrer os protestos e transformações políticas nas sociedades democrático-liberais ou socialistas. Ela se propõe, então, a elaborar um estudo comparativo entre as revoluções Francesa, Russa e Chinesa para apresentar suas críticas às inadequações das teorias existentes sobre as revoluções, bem como para desenvolver uma abordagem teórica alternativa e propor novas hipóteses explicativas.

A perspectiva de Moore Jr. (1966) é por ele definida como a investigação do papel dos grandes proprietários rurais e dos camponeses no processo de transformação das sociedades agrárias em sociedades industriais modernas. Adotando também o método histórico-comparativo, Moore analisa o papel das classes supracitadas na constituição das democracias capitalistas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, bem como a participação dessas na formação dos Estados socialistas da China e URSS. Embora adotando com reservas a terminologia clássica de “revoluções burguesas”, o autor assim define as mudanças violentas que ocorreram naqueles três primeiros países. Distinguindo a inserção revolucionária seja dos grandes proprietários fundiários seja dos camponeses, observa como uns e outros foram suplantados ou, ao contrário, tiveram sua presença reforçada conforme respectivamente prejudicavam ou contribuía para o estabelecimento de modernas sociedades industriais.

No caso dos citados Estados socialistas, analisa como, no caminho para a modernização, a ausência tanto de uma classe de proprietários fundiários disposta a reformas modernizantes quanto de uma burguesia urbana capaz de impulsionar tais mudanças terminou por aumentar a força revolucionária camponesa. Tal força suplantou os referidos antigos regimes e empurrou tais países para uma era de modernização sob a liderança de regimes comunistas que, de acordo com o autor, teriam feito dos camponeses suas primeiras vítimas.⁵

Charles Tilly (1978) é autor central, da perspectiva das teorias da ação coletiva, que considera a violência revolucionária como etapa possível

⁵ Anos mais tarde, Skocpol (1994) escreve um texto de crítica ao livro de Barrington Moore Jr., no qual ainda uma vez salienta a importância do método histórico-comparativo legado pela tradição sociológica clássica, atribuindo ao trabalho de Moore Jr. o mérito de ser o (até então) único trabalho marxista rigoroso sobre o tema da modernização.

de constituição de parâmetros para a imposição de mudanças sociais e a partir “de baixo”. O autor também possui uma abordagem histórica que parte, segundo Gohn (1997, p. 65), de um problema apontado por Marx, mas não solucionado pelo mesmo, qual seja o de que forma as grandes mudanças estruturais alteram as formas anteriores de ação coletiva.

Como se sabe, Tilly é autor consagrado no campo das teorias da ação coletiva. A violência, nesse caso, constitui-se como uma das possibilidades de tal ação. Um momento deste seu conhecido livro que chama a atenção para o que nos interessa aqui é a tentativa de conferir menor abstração para o conceito de violência (relacionada, sempre, à ação coletiva). Lembra que o termo “violência” pode servir como um guarda-chuva que abriga todas as variedades de “protesto, militância, coerção e destruição, que a determinado observador é dado temer ou condenar” (TILLY, 1978, p. 174). Entre a definição estreita que condena qualquer fissura da ordem normativa e aquela apontada por ele como a mais abrangente, que censura qualquer privação dos direitos humanos reconhecidos como tal, prefere, por “razões teóricas e práticas”, as ações humanas que causam algum dano a pessoas ou objetos. Tal definição simples, segundo o autor, permitiria o estudo das regularidades presentes em tais ações, desde que analisadas enquanto ação coletiva levada a efeito em determinado tempo e espaço, por grupos com intenções específicas. Tilly segue, a partir daí, enumerando as dificuldades de tal definição, mas tentando circunscrever a viabilidade teórica de tal definição de violência aplicada à ação coletiva.

Também para Samuel Huntington, revolução é um processo social diretamente associado à modernização. O autor lembra os diferentes tipos de violência política que considera centrais, os quais apenas raramente resultariam em revolução propriamente dita, que se definiria para ele como “uma mudança rápida, fundamental e violenta nos valores e mitos dominantes em uma sociedade, em suas instituições políticas, sua estrutura social, sua liderança e na atividade e normas de seu governo” (HUNTINGTON, 1968, p. 236). Assim, Huntington distingue entre insurreições, rebeliões, levantes populares, golpes e guerras de independência, tipos de violência política que provocam mudanças mais ou menos profundas, embora não modifiquem estruturalmente o conjunto de uma sociedade.

O autor estabelece uma classificação dicotômica para os tipos de revolução ocorridos até aqui na história: os modelos oriental e ocidental. Fundamentalmente, o que os distinguiria seria o momento da tomada do poder de Estado e as principais forças envolvidas em combate. No modelo “oriental” (no qual o autor localiza as “fases posteriores” da Revolução Chinesa, a Revolução Vietnamita e lutas de libertação colonial) a tomada do poder de Estado ocorreria como última etapa, após um longo período de combates e resistência que começaria nas periferias rurais e rumaria para os principais centros urbanos, sendo o movimento revolucionário e as tropas da ordem estatal as principais forças em combate. No modelo “ocidental” (no qual o autor localiza as revoluções Francesa, Russa e Mexicana, além das “fases iniciais” da Revolução Chinesa) a tomada do poder de Estado seria a primeira etapa, marcando o início da revolução, à qual sucederia um também longo período de guerra civil no qual se enfrentariam três grupos principais identificados pelo autor, quais sejam os “moderados”, os “contrarrevolucionários” e os “revolucionários radicais”. A luta começaria nos grandes centros urbanos e avançaria paulatinamente para as regiões periféricas e rurais. No seu limite, os “radicais” seriam os vitoriosos por meio da mobilização de massas cada vez mais amplas para a participação política revolucionária.⁶

Hannah Arendt, a partir da análise histórico-política do século XX, salienta a relação próxima, necessária mesmo, entre os fenômenos da guerra e da revolução e, conseqüentemente, da violência política mais ou menos abrangente protagonizando a associação entre eles (ARENDDT, 2011). Observa a especificidade do fato de as revoluções não existirem antes da era moderna, argumento igualmente levado em consideração por Huntington alguns anos depois e também por outros autores que chamam a atenção para o nexos entre a revolução e a modernização capitalista.

⁶ À primeira vista, o modelo de Huntington parece se aproximar da gramsciana contraposição entre países orientais e ocidentais quanto à composição e consolidação de suas “sociedades civis” e, daí, as diferentes condições objetivas para o desenvolvimento dos movimentos revolucionários. A aproximação, no caso, é apenas aparente. Em Gramsci, o que difere um modelo do outro não é necessariamente a tomada do poder de Estado como ponto “final” ou “inicial” da revolução, mas sim a estratégia revolucionária de “guerra de posição” ou “guerra de movimento” a ser estabelecida a partir daquela diferença de composição entre as sociedades civis. Outro mal-entendido nessa discussão, dessa vez bem mais difundido, diz respeito ao caráter da guerra de posição. É preciso enfatizar que a guerra de posição não se caracteriza necessariamente por ser pacífica, ou cultural, ou ideológica. Ela também pode ser violenta episodicamente. O que a caracteriza, de fato, é a relação de forças desfavorável. É caracterizada por nela se encontrarem, os revolucionários, em situação de imobilidade estratégica no curto prazo histórico. A tomada do aparelho do Estado, nesse caso, não caracteriza nem o “início”, nem o “fim” da revolução, mas a virada nas relações de força que pode sinalizar a entrada da revolução numa fase de “movimento”.

Em sua reflexão, a autora parece considerar a violência como um fenômeno em si, uma entidade metafísica autossuficiente, sem relação concreta necessária com os antagonismos que a desencadeiam. Essa característica da violência a torna “um fenômeno marginal na esfera política; pois o homem, como ser político, é dotado do poder de fala” (ARENDDT, 2011, p. 44). Ou seja, a racionalidade da política, enquanto condição humana essencial, se encontraria na fala. Arendt exclui a violência do alcance da teoria política porque ela estaria para além (ou aquém) de uma suposta “essência política” caracterizadora do ser humano: “O ponto aqui é que a violência em si é incapaz de fala, e não apenas que a fala é impotente diante da violência. Devido a essa ausência de fala, a teoria política tem pouco a dizer sobre o fenômeno da violência e deve deixar essa discussão aos técnicos” (ARENDDT, 2011). A autora conclui daí que uma teoria da guerra ou da revolução só pode tratar, na verdade, da justificação de uma e/ou outra, pois tal justificação seria “seu limite político”. Assim, guerras e revoluções, sem uma necessária justificativa verbal/racional, quedariam fora do conjunto dos níveis analisáveis das relações de força próprias da política. Tornam-se “antipolítica” (ARENDDT, 2011, p. 45).⁷

Carl Von Clausewitz possui em seu livro clássico “Da Guerra” um capítulo que se dedica especialmente à questão do povo em armas (CLAUSEWITZ, 1979). Trata-se do capítulo XVI, chamado “O armamento do povo”. Nele, o autor traça princípios militares bastante claros a respeito da movimentação de milícias, ou do povo em armas, ou ainda do “landsturm” em seu vocabulário específico. Embora ele considere o “landsturm” como eficaz elemento de apoio das tropas regulares, fica clara a maneira como a população em armas pode agir e enfrentar essas mesmas tropas regulares numa campanha de baixa intensidade. Sem deixar de observar que, para os adversários do armamento do povo, este é perigoso justamente por potencializar os riscos de uma insurreição popular, Clausewitz desafia alguns princípios da guerra de guerrilhas apontando sua característica peculiar, a de

⁷ Atente-se, nesse sentido, para a concepção radicalmente diferente, quanto à natureza política da violência, do ponto de vista do materialismo histórico. Sobre a concepção marxiana da violência como “parteira da história”, Kersffeld (2004, p. 43) observa que “é sabido que para o corpo da teoria marxista o tema da violência ocupa um lugar de suma relevância. O assunto é tratado com grande atenção não apenas no momento de se abordar a transição ao socialismo, mas também constitui um elemento central para a construção do paradigma científico do materialismo histórico. A violência, expressa através da luta de classes, permite compreender o sentido último do devir da história; oferece uma chave de interpretação para entender a primazia que o *conflito* tem demonstrado possuir ao longo do desenvolvimento da humanidade”.

desenvolver-se no interior do território defendido e a de possuir um caráter disperso e “vaporoso”, com rápidas e eficazes “condensações” em pontos previamente planejados. Às altas reflexões do autor sobre a arte da guerra não causava preocupação um eventual conteúdo classista do combate. Tal questão, em suas palavras, “não nos diz respeito, pois nós encaramos uma guerra popular como um simples meio de combate e, por conseguinte, em relação com o inimigo” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 577).⁸

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos apresentados neste trabalho, tanto da perspectiva do tratamento que Gramsci confere à questão da violência política quanto das análises a este respeito não vinculadas ao materialismo histórico, é possível estabelecer algumas linhas de continuidade para esta pesquisa. Primeiramente, a proposta de que é viável a investigação, no pensamento gramsciano, de uma consistente análise sobre a violência política nos âmbitos nacional e internacional. Esta análise se constitui ao longo de seus estudos e reflexões para a elaboração do conceito de hegemonia e conceitos diretamente relacionados, como bloco histórico, revolução passiva e partido político. Em segundo lugar, tal estudo da análise gramsciana da violência pode ser colocada em profícuo debate com outros autores que se debruçam sobre a questão, seja no campo do materialismo histórico, seja fora dele, ajudando a elaboração de novas perspectivas sobre o tema no âmbito da Teoria Política.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- AVRITZER, L. (Org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BADALONI, N. *Il marxismo di Gramsci: dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1975.
- BARATTA, G. *Antonio Gramsci em contraponto*. São Paulo: Unesp, 2011.

⁸ Para uma reflexão aprofundada sobre as relações teóricas do pensamento revolucionário com a obra de Clausewitz ver Passos (2012).

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, N. *Ensaio sobre Gramsci e a sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEPIK, M. A.C. Sociologia das revoluções modernas: uma revisão da literatura norte-americana. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 42, p. 59-107, ago./dez. 1996.
- CLAUSEWITZ, C. V. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DE PAOLA, G. Georges Sorel, da metafísica ao mito. In: HOBBSAWM, E. J. (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda Internacional* (terceira parte). São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. 4, p. 51-83.
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci*. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 2001. 4 v.
- GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera pública e gestão participativa. *Revista Ideias*, Campinas, n. 5/6, p. 7-122, 1999.
- HUNTINGTON, S. P. *El orden político en las sociedades en cambio*. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- KERSFFELD, D. *Georges Sorel: apóstol de la violencia*. Buenos Aires: Del Signo, 2004.
- KRUMEICH, G.; AUDOIN-ROUZEAU, S. Les batailles de la Grande Guerre. In: AUDOIN-ROUZEAU, S.; BECKER, J.-J. *Encyclopédie de la Grande Guerre: 1914-1918*. Paris: Bayard, 2004. p. 300-303.
- MEDICI, R. *Giobbe e Prometeo: filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea, 2000.
- MOORE, B. Jr. *Social origins of dictatorship and democracy*. Middlesex: Penguin Books, 1966.

- PASSOS, R. D. F. dos. Uma leitura sobre Clausewitz, Lenin, a revolução e a guerra. *Outubro*, São Paulo, n. 20, p. 149-169, 2012.
- ROTH, J. J. *The cult of violence: Sorel and the sorelians*. Berkeley: University of California, 1980.
- SKOCPOL, T. *Social revolutions in the modern world*. Cambridge: Cambridge University, 1994.
- SKOCPOL, T. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. New York: Cambridge, 1988.
- SOREL, G. *Democrazia e rivoluzione*. Roma: Editori Riuniti, 1975.
- SOREL, G. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SOREL, G. *Sindicalismo revolucionário*. Madrid: Júcar, 1978.
- TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.
- TOGLIATTI, P. *O caminho italiano para o socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: Random House, 1978.
- VACCA, G. et al. *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Fundação Astrojildo Pereira, 2010.
- VACCA, G. *Por um novo reformismo*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- VIANNA, L. W. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

SEÇÃO II
*O Sul e as transformações
econômicas contemporâneas globais*

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS, CRISE EUROPEIA E DEMOCRACIA: SINGULARIDADES DA REINVENÇÃO BRASILEIRA NO APÓS 1988

Alberio Neves Filho

1 UM INTERREGNO: IGUALDADES E DESIGUALDADES DO SUL E NORTE ATRAVÉS DAS CRISES DAS DÍVIDAS

Aproveita-se da apresentação desse trabalho para adentrar e assegurar algumas reflexões mais gerais sobre uma suposta nova fase do capitalismo e as crises mais gerais advindas de seu processo de reconfiguração. Mas nem por isso afasta-se dos problemas intelectuais e concretos pelos quais associam-se os vínculos, inclusive aqueles morais, das relações entre o Sul e o Norte. Aqui procura explorar na igualdade das condições as desigualdades entre esses mundos. O uso generalizado no Norte das políticas sociais e macroeconômicas pré-Keynes, demarcando os termos do Neoliberalismo daquela região, não leva a que esse seja o marco para supostas avaliações comparativas ou singularizadoras. Por outro lado, não há como descartar que a intromissão dessa fase Neoliberal sujeita a ambos, Sul e Norte, ao mesmo paralelismo convergente, mantidas suas condições históricas originárias.

Nesse sentido, para um devido recorte, deve-se enfatizar que não é de agora que diversas teorizações e programas de pesquisas buscam com-

parar o Sul e o Norte, em suas diversas dimensões social, econômica, cultural, institucional, política e etc. Claro que também os historiadores, a Ciência do Direito, a Diplomacia e as Teorias de RI e todas as demais áreas de conhecimento se debruçaram ou, melhor, ainda se debruçam sobre a natureza dessas relações.¹

Interessante observar que na presente situação da crise no e do Norte, esses trabalhos tendem a ancorar essa comparação nas semelhanças que ocorreram e ocorrem frente às crises das dívidas, dos anos de 1980-90 na América Latina e 2008-2011 no caso mais específico da União Europeia.

O estímulo para tanto decorre da ação e da natureza dos programas de ajustes macroeconômicos os quais induzem ao semelhante tratamento institucional e de políticas de ajuste, sob manto do FMI e das políticas macroeconômicas, marcadas pela sua natureza contracionista, colocadas em ação pelos respectivos Bancos Centrais e afinados com aquela Instituição. Assim, seja à luz dos seus efeitos paradoxais e contraditórios, bem como observado pela matriz dos interesses financistas aí incorporados e que os move, em que pese aqui as simplificações, tendem-se a concluir que tais conjunturas se assemelham. O fundamento teórico neoliberal encontram-se presentes para ambas as situações, em seus respectivos momentos de crise.

Ou em outra matriz teórica, o desequilíbrio encontrado no interior da crise da União Europeia decorre de problemas gerais de governabilidade, vinculados a uma interferência indevida do Estado e, especialmente, sua estrutura tributária que acarreta ineficiências, a manutenção de taxas de juros tendencialmente negativas e de seus efeitos sobre o nível dos investimentos e etc. Em um quadro teórico mais abrangente, os estudos sobre a crise são determinados pelos avanços obtidos com as exposições e pesquisas acerca da natureza dos ciclos de negócios. Distúrbios tecnológicos, falhas de mercado, a rigidez para baixo, dos salários e sua compressão sobre a produtividade, respondem pelo atual desequilíbrio econômico.

Evidentemente que a busca por semelhanças e dessemelhanças em todos os níveis são parte corriqueiras desses estudos comparativos e

¹ Cabe aqui pelo impacto e desdobramentos, Morse (1988). Também na área das RI, os estudos pós-colonialistas, estruturalistas e de tradição no Marxismo são igualmente relevantes. (BROWN; AINLEY, 2005).

tanto lá no Norte, quanto cá merecem sempre ser revisitados. E em um quadro mais geral a referência desses estudos atuais recuam muito no tempo. E sem pretensões de desenvolver essas relações, ainda que fosse útil deter-se sobre as evidências que suportem tal assertiva, talvez se possa catalogar em três grandes grupos as referências contidas e pressupostas nesse tipo de análise comparativa colocada pelas semelhanças conjunturais.

Muito sinteticamente: a) há um grupo de trabalhos os quais podem ser agrupados por um suposto metodológico que afirma a independência e autonomia das lógicas internas de cada região, à luz de uma certa suficiência heurística, inclusive para afirmar semelhanças e dessemelhanças entre Sul e Norte.

Por seu turno, b) por supostos também teórico-metodológico existem outros grupos de trabalhos que vão no sentido de tratar e reconhecer como seu objeto os problemas colocados pelas supostas situações diversas de interdependência, dependência, inserção, unicidades e semelhanças e mais recentemente, globalização, sempre aqui no sentido mais largo dessas expressões. Esses projetam nas qualidades e fundamentos e no uso das teorias possíveis divergências ou semelhanças.

Não é difícil observar um terceiro grupo de trabalhos. Seu ponto de partida não é o método mas uma certa suposição ontológica, historicamente expressa pela lógica da acumulação e reprodução capitalista. Trata-se de afirmar que Sul e Norte, em uma armação espelhada criam-se no interior de um Estado-Nação, Região ou Ator suficientemente universal, o capitalismo, que de maneira diversa alimentam-se a partir de várias lógicas de reprodução do capital em movimento, concretizando-se em uma única forma histórica de expansão econômica ou próxima dessa.

Se notadamente as modificações de natureza teórica e intelectual, já vinham sendo construídas existem há muito tempo, com as rupturas na matriz dos eventos econômicos e de suas políticas, ao longo dos anos de 1980, se dá uma nova retomada dos estudos comparativos e à luz dos problemas diagnosticados pelos efeitos do final do Sistema de B. Woods e as reacomodações críticas em poder financeiro e industrial daí decorrentes. Tal qual no período anterior, hoje é visto logo no após 2001, novas tensões

teóricas que ainda não se resolveram na forma de uma outra hegemonia científica e intelectual.

É no interior de toda essa discussão muito ampla e geral que não pode ser aqui condensada, que chama a atenção, observando-se a catalogação acima, as possibilidades e limitações abertas pelas teorizações que buscam identificar, segundo suas especificidades, na crise europeia e na crise da dívida latino-americana dos anos de 1980, um conjunto de semelhanças ou dessemelhanças tanto em sua origem quanto nos seus efeitos, especialmente sociais.

Porém em que pesem as semelhanças se quer indicar aqui que essas, aparentemente existentes, expressam o quanto possuem, essas economias e sociedades, de não-semelhanças, frente as condições históricas que lhe são únicas. A América Latina não deve servir de padrão ao entendimento da crise da União Europeia, posto que, primeiro, no caso dessa houve, em geral, a destruição de suas moedas, associada a inflações de preços, cometidas pelo lado da oferta em um contexto onde as dinâmicas industriais e financeiras seguiam outros caminhos. Segundo, as disparidades sociais e históricas no interior das sociedades latino-americanas as impede de servirem de comparações em relação a construção da União Europeia e tampouco do observado na zona do euro.

Se por certo existem dinâmicas globais as quais permitem concretizar os termos das análises, exatamente por essas condições gerais imporem ou explorarem aquelas de natureza mais particulares e mesmo que se tome para as considerações uma economia com um parque industrial do tamanho da brasileira relativamente próximo a alguns parques industriais europeus, como material de generalização comparativa, é pouco provável que esse caminho se sustente. A caracterização da crise da dívida feita por Coutinho e Belluzzo (1996), ao indicar o entrecruzamento entre essas, produz uma singularidade dinâmica peculiar para A. Latina.

A América Latina, durante a década dos 80, experimentou um longo período de inflação elevada, entremeado por surtos de hiperinflação, o que, em alguns casos, culminou na destruição dos padrões monetários nacionais. A brusca ruptura dos fluxos de financiamento externo, no início da década, desencadeou uma severa crise cambial, que se desdobrou em grave

desestruturação fiscal e na progressiva perda de capacidade de gestão monetária por parte do Estado. Sob o impacto de significativas desvalorizações cambiais, a desestruturação fiscal foi o resultado do esforço de refinanciar ou encampar as dívidas em moeda estrangeira do setor privado ou do próprio setor público, em uma situação em que as receitas tributárias eram declinantes em termos reais, diante da aceleração da inflação e da trajetória recessiva da economia (COUTINHO; BELLUZZO, 1996, p. 137).

Especialmente naquilo que deveria parecer mais semelhante entre as economias e as sociedades, i.é., a interferência do FMI sobre as políticas de ajustes e suas imposições ao Banco Central Europeu:

Retrospectivamente podemos dizer que esta transformação da crise cambial em uma crise aguda do padrão monetário decorreu, em boa medida, das políticas de ajustamento recomendadas pelos organismos multilaterais. A combinação entre tentativas de desvalorização real da taxa de câmbio e austeridade fiscal/monetária revelou-se inconsistente, em uma circunstância em que o Estado carregava estoques muito elevados de dívida em moeda estrangeira e, ademais, só tinha condições de financiar a transferência de recursos para o exterior através da ampliação do endividamento interno de curto prazo (COUTINHO; BELLUZZO, 1996, p. 138).

Visto apenas o processo de industrialização brasileira, ancorado na participação do capital externo, da intervenção do Estado e do capital estrangeiro, portanto, atado com aqueles fatores externos, C. Tavares sublinha os problemas para a realização do valor onde ocorre uma tendência para estagnação, determinada pela capacidade subutilizada do setor de bens de capital, impactado por uma estrutura de demanda insuficiente e os seus efeitos para a reprodução do capital, como um todo:

A produtividade macroeconômica da capacidade produtiva instalada tenda a aumentar, tanto pela atualização dos rendimentos de escala dos novos investimentos postos em marcha a partir de fins da década, como pelo aumento de economias externas e de aglomeração resultantes da maturação dos investimentos em capital social básico, realizados durante o período e a concentração industrial em poucos polos urbanos. Estas últimas, não obstante, não atuam do lado da demanda [...]. O aumento da produtividade conjunta do capital e do trabalho não se transfere de forma proporcional nem aos preços nem aos salários [...] Os problemas da tendência à sobreacumulação das grandes empre-

sas são, pois, muito mais dramáticos do que nas economias maduras. (TAVARES, 1986, p. 139).

No caso de uma semi-industrialização, ainda que avançada, os encaideamentos entre progresso tecnológico e prática sindical tornam-se tênues, borrando os mesmos efeitos, que é observado para aquelas economias de estruturas oligopolizadas maduras, consideradas nos termos de M. Kalecki (1995).

Posto dessa forma, em tal contexto as políticas de ajustes macroeconômicas na América Latina, as quais tendencialmente passam inclusive a flertarem com a necessidade de apoio de uma moeda forte e dependentes que se estavam da entrada de novos fluxos de financiamento para a saída da crise, vão distanciarem-se em muito da conjuntura mais atual, crítica europeia.

Se assim, as razões originárias das crises da dívida na América Latina, os resultados políticos e sociais na forma de resposta as crises, igualmente no médio prazo encaminharam-se às políticas de apoio a intervenção ou presença constante do Estado no interior mesmo da crise econômica. Salvaguardo um primeiro período titubeante nesse sentido, os indícios configuravam, ao final dos anos de 1990 em função da permanência da crise, uma nova situação política de abertura e de negação das soluções comandadas pelo “Consenso de Washington”, em prática até então.

E a partir desse momento, conseqüentemente, ao apoiarem as práticas das políticas de intervenção que acomodam, a partir da presença do Estado em geral, as diversas formas de desenvolvimentismo, fincaram bases e sustentaram os regimes políticos com pretensões mais à Esquerda que lhe foram próprios, ao longo desse período e no momento pós-crise.

Negada a aparente semelhança, entre o Sul e o Norte, para reafirmá-la em outro plano através da crise das dívidas atenta-se agora para a sua dinâmica específica na situação europeia, qual seja: primeiro, os fatores políticos que afastaram os diversos tipos de controle de capital, tem nessas economias elementos de universalidade e vestem a economia mundial como um todo de maneira contraditória. Especialmente aqui ressalta-se a liberalização e desregulamentação dos diversos tipos de capital financeiro e diga-se, desde já, que a ponte Sul e Norte recompõe-se a partir dessa novidade que surge ao meado dos anos de 1970.

Segundo, a abertura comercial e produtiva, caminha também nesse mesmo sentido e para ambos os casos o lado doméstico das economias nacionais avançadas surgem como aparentemente autônomas em relação as demais economias nacionais. Terceiro, e mais importante para o que aqui segue, a entrada em cena, a construção e operação de políticas pré-Keynes de natureza estagnacionista, como resultado da contradição de mais longo prazo, entre a produção do capital e a realização do excedente econômico dessas economias capitalistas avançadas.

Na sua totalidade, o Neoliberalismo que padroniza a economia mundial após esse período, tornando-as dessemelhantes por uma outra via, é uma resposta ideológica para responder à tendência à queda da taxa de lucro na reprodução do capital, como um todo.

2 A ESTAGNAÇÃO COMO POLÍTICA DE AJUSTE NA UNIÃO EUROPEIA

Em suma, a crise atual da Europa e especial da Zona do Euro expressa os conteúdos de uma fase depressiva que constitui-se já ao final dos anos de 1970. Robert Brenner (1999), a caracteriza no interior por onde as relações de concorrência da economia dos EUA, Europa, Japão e Ásia, bem como o custo de uso e o nível de maturidade do equipamento de capital, convergem para uma crise que toma contornos de uma longa tendência à queda da taxa de lucro, tanto na zona do euro como na economia norte-americana.

Tanto a intensificação da concorrência capitalista, bem como a esterilização dos efeitos da inovação tecnológica, à luz do refluxo da luta de classes a favor dos produtores de valor e reversão da ação do Estado, são marcas dessa fase descendente que modificando-se, perduram até hoje.

Brenner, em seu diagnóstico sobre a longa crise capitalista, em que pese as diferentes dinâmicas das economias centrais, essas confrontaram-se com os efeitos decorrentes das baixas taxas de crescimento do setor manufatureiro. Sendo que a impossibilidade da recuperação desse setor, envolvido por uma movimentação que se dá entre sobre capacidade e super-produção, determinará a temporalidade e continuidade das condições da crise.

[...] El rápido aumento de utilidades discrecionales que hasta entonces facilitaba la fácil reasignación de los medios de producción en nuevas industrias como había sido en la mayor parte de la postguerra, llegó a su término, y se volvieron líneas alternativas que dejaran adecuadas tasas de retorno. Una parte desproporcionada de la caída en la demanda fue consecuencia del desproporcionado largo descenso en el crecimiento del sector manufacturero. Obligadas a confrontar un nuevo modelo de necesidades económicas, las empresas enfrentaron mayores dificultades en descubrir dónde se generaría un más lento crecimiento de la demanda, o bien como crearlo, algo mucho más oneroso por su reducida capacidad para financiar investigaciones y desarrollo. (BRENNER, 1999, p. 213).

As dívidas públicas e privadas, sustentadas pelas políticas keynesianas e dos mercados de capitais, por outro lado, se de um lado atuam no sentido de evitar uma depressão mais geral por sobre essas condições do período, por seu turno convertem-se elas próprias na âncora, devidamente alterada, para produzir os novos termos da fase depressiva que se alonga.

Os aspectos mais contraditórios dessa modificação, ressaltados em João Sayad (2001, apud POMERANZ; MIGLIOLI; LIMA, 2001, p. 243-256), qual seja, o tratamento da inversão dos termos das políticas keynesianas de estimuladora e complementar à sustentação da demanda agregada, que converte-se em política monetária contracionista, sustentando altas contínuas das taxas de juros, associadas às práticas de reduções dos estímulos fiscais contra-cíclicos.

Porém, em sendo uma condição endógena ao processo da reprodução capitalista como um todo, essas políticas contradizem e comprometem-se, agora e dessa forma, com as condições depressivas de longo prazo que toma curso e vai induzir a reprodução capitalista na virada do Século XX para o XXI, em termos mundiais, a produzir um consistente estado de reprodução simples.

Nessas condições pelas quais a reprodução simples do capital se faz presente distanciam-se e serão marcadas por lógicas distintas, reafirmando-se em uma nova síntese, a produção do capital e os termos de sua propriedade e forma de apropriação.

Se na nova síntese do capital, a reprodução se faz com baixo nível de reinvestimentos da mais-valia produzida, alimenta-se a autonomia

do movimento de circulação dos capitais, especialmente naqueles termos de apropriação e do exercício da propriedade do excedente sobre o capital, a qual recai sobre a maneira de avaliar-se os ativos que possam render riquezas.

Logo, os elementos de ruptura estrutural e de crises surgem a partir dos elementos mais aparentes do sistema, manifestando-se na forma de uma crise que contrapõe as impossibilidades da reprodução do capital frente a lógica da propriedade e da apropriação da riqueza líquida e, em especial, da capacidade política de ter-se no capital dinheiro a propriedade de medi-la ao longo do tempo (BELLUZZO; ALMEIDA, 1989).

Sem desaparecer o próprio capital como resultado do processo, a reprodução simples assim posta cria valores para além da capacidade dada pela força de trabalho viva em uso, autonomizando esses valores no âmbito da circulação do capital em forma líquida, bem como limita sua reprodução ampliada, com baixas em todos os setores produtivos e consequente redução dos níveis de emprego e renda.

As possibilidades de inovação tecnológica ou a criação de novos mercados, per si, não atende obrigatoriamente a plena utilização da capacidade produtiva e, nesse quadro ditado pela superprodução, a crise na reprodução simples do capital aprisiona, portanto, nessa sua dinâmica, suas flutuações cíclicas.

Enquanto que os requisitos para a reprodução ampliada dissolvem-se através e pelo “resultado de uma mudança na estrutura social da classe capitalista [...]” (KALECKI, 1987, p. 13), hoje patenteada na predominância da financialização do capitalismo. Se por certo essa forma de poder social depende da entrada em cena de um conjunto de atores definidos contemporaneamente como *Rentistas* e o desenvolvimento das instituições as quais lhe premiam, vale insistir que frente ao fato de que a produção de bens no capitalismo per si leva tempo, a lógica do endividamento torna-se algo endógeno à produção do capital.

Assim, em havendo outras maneiras de se manter o capital na forma de dinheiro devidamente valorizado, a expectativa do enriquecimento por parte desses e dos capitalistas em geral, sanciona, precisa ser ressaltado, contraditoriamente as possibilidades de valorização de ativos, para além

do processo produtivo. A tendência à queda da taxa de lucro nessas condições fica magnificada pela liquidez do movimento do capital dinheiro, agravando-se tanto o desemprego, em função da falta de investimento, tornando-o estrutural, como também os termos da distribuição da renda, afunilando-o.

Uma formalização dinâmica da reprodução simples do capital, que vai se formando à luz de um processo de superprodução de capital e da impossibilidade de sua reprodução ampliada, fixando os fundamentos da reprodução simples que dela deriva, permite postular o caminho desse movimento. Assim, na síntese da discussão colocada em Geert Reuten (ARTHUR; GEERT, 1998) o esquema da reprodução simples do capital, em dois departamentos é apresentado da seguinte forma:

Para:

I = Departamento de meios de produção;

II = Departamento de meios de consumo;

c = capital constante;

v = capital variável;

s = mais valia;

obtém-se:

Assim,

Por definição, a reprodução simples: , pela qual “[...] Marx derives the following proportionality condition for simples reproduction [...]” (ARTHUR; GEERT, 1998, p. 197).

Porém, ocorre que, quando continua, a reprodução simples enseja em sua movimentação uma tendência secular à estagnação. Invertem-se, por assim dizer, suas determinações originárias as quais, na condição de variáveis dependentes, e , passam a ditar a dinâmica e o tamanho do produto tanto do setor *I*, quanto do setor *II*. O gasto improdutivo de s , sem dúvidas o proveniente do capital a juros, desequilibra em relação a , com todas as consequências já antecipadas em Marx (1996), ensejando sua lógica reprodutiva de longo prazo.

Uma dinâmica observada para a reprodução ampliada vai adequar-se a partir de então suas suposições, aqui apenas ressaltada, para alimentar o processo da estagnação que se faz na lógica da reprodução simples. Vários tipos de contradições e de movimentos do capital instaura-se e outras possibilidades são descartadas pelos novos pressupostos da acumulação.

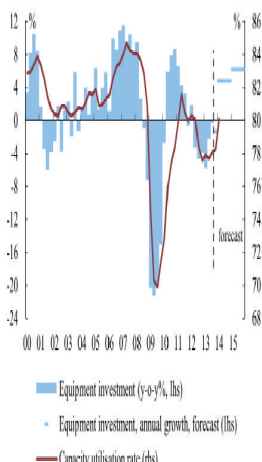
A história e as conjunturas da economia mundial sobem ao palco para dar relevo aos novos aspectos reprodutivos do excedente econômico assim germinados. Especialmente, as economias avançadas, hoje, demonstram a baixa potência e fragilidade de uma economia que opera nesses termos. A sequência de dados que segue sobre a Europa e a Zona do Euro tem por objetivo revelar o quanto esse estado de reprodução simples constituiu-se, em seus próprios termos, em um objetivo da política econômica, sem que essa consiga superar seus próprios fundamentos.

Primeiro, gráfico 1, na Europa como um todo, os níveis de investimentos e o grau de utilização da capacidade do setor manufatureiro expressam a pertinência da tendência à queda da taxa de lucro. A dramatização da queda do grau de utilização da capacidade no momento maior da crise, não oculta a tendência observada pela sua trajetória, em baixa, desde os anos 2000. Os níveis ano a ano dos investimento em capital fixo, possuem o mesmo perfil, inferiores a 10%, em todo o período.

Segue-se que a retração de 2008 a 2010 e a baixa em 2012/13, demonstram de maneira bastante clara que o estado de reprodução simples, acarreta flutuações as quais não permitem melhores níveis de investimentos produtivos e tampouco melhores performances para a capacidade utilizada.

Gráfico 1. Investimento em equipamento e grau de utilização da capacidade

Europa



Fonte:European Economic Forecast, Winter 2014.

Esses seus aspectos retrocedem, no geral ao quadro desenhado após a crise de B. Woods, especialmente a partir de meados dos anos de 1990. O produto bruto do G.7, demonstra tendência a permanecer no intervalo de 1.00% a 2.00%. Para o ano de 2000 a 2007, a zona do euro tem uma queda na produtividade do trabalho, quando comparado a 1960, para 0.9%, tal qual demonstrado na Tabela 1.

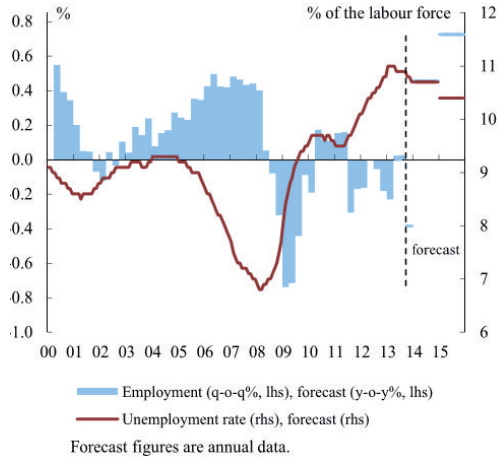
Tabela 1. Estagnação da economia capitalista: 1979-2007

DECLINING ECONOMIC DYNAMISM, 1960-2007 (average annual per cent change)					
GDP	60-69	69-79	79-90	90-00	2000-07
US	4.2	3.2	3.2	3.3	2.3
Japan	10.1	4.4	3.9	1.3	1.4
Germany	4.4	2.8	2.3	2.1	1.2
Euro 12	5.3	3.2	2.4	2.2	1.9
G7	5.1	3.6	3	3.1	
			2.9	2.5	2
Private Real Non-Residential Capital Stock (plant and equipment)					
US	3.9	3.7	3.0	2.9	1.8
Japan	12.5*	9.4	6.1	2.9	1.1**
Germany	6.7	5.2	3.3	2.4	1.2
Industrial	5.0	4.2	3.1	3.3	2.1
Total Economy Labor Productivity (GDP/worker)					
US	2.3	1.2	1.3	1.7	1.7
Japan	8.6	3.7	3	1.1	1.8
Germany	4.2	2.5	1.3	2.5	1.5
Euro 12	5.1	2.9	1.8	1.9	0.9
G7	4.8 (60-73)	2.8 (73-79)	2.6	1.9	1
Total Economy Real Compensation (per employee)					
US	2.7	1	0.8	1.9	0.6
Japan	7.5	3.9	1.7	0.8	0.1
Germany	5.7	3	0.8	2.3	0.2
Euro 12	5.8	3.2	0.6	1.1	0.4
Real GDP Per Capita	60-69	69-79	79-90	90-00	2000-07
US		2.2	2.1	1.9	1.4
Japan		4.1	3.2	1.4	1.5
Germany		2.9	1.9	1.5	1.2
Euro 15		2.8	2.0	1.9	1.6
Private Total Real Compensation					
US	4.4	3.5	2.5	3.2	1.3
Japan	6.9	6.4	2.9	1.8	0.7
Germany	2.5	-0.4	1.6	1.7	-0.3
Private Employment	60-69	69-79	79-90	90-00	2000-07
US	1.8	2.1	1.9	1.3	0.9
Japan	1.4	0.8	0.9	0.2	-0.3
Germany	0.2	0.3	1	0.4	0.2
EU-12	0.2	0.4	0.7	0.7	1.1
Real Personal Consumption Expenditure					
US	4.4	3.2	3.5	3.5	2.9
Japan	9	4.7	3.7	1.6	1.4
Germany	5.1	3.4	2.1	2.2	0.3
EU-12	5.6	3.7	2.3	2.1	1.6

Fonte: Brenner (abr. 2011). Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/0sg0782h>>.

Segundo, o gráfico 2 ao espelhar o baixo nível do emprego e o alto nível do desemprego, delineados pelos aspectos estruturais que essa forma de reprodução acarreta, revela tanto uma condição necessária para manutenção dos termos da valorização do capital na forma de capital dinheiro, como também, demonstra ser a variável de ajuste para as políticas neoliberais, acatadas por essas economias na era pós Reagan-M. Thatcher.

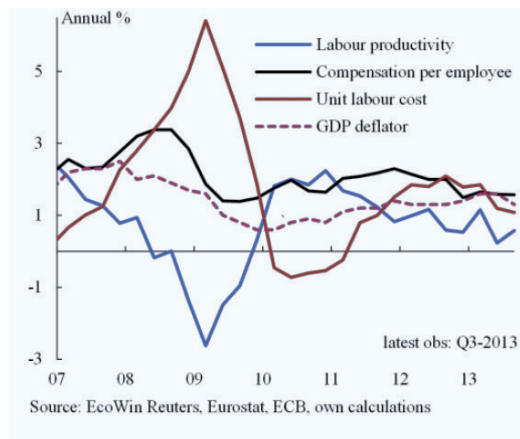
Gráfico 2. Taxa do desemprego e do nível do emprego da força de trabalho. Europa.



Fonte: European Economic Forecast (Winter 2014).

Terceiro, o gráfico 3 indica o quanto a queda nos níveis de produtividade e de custo da mão-de-obra, acompanham a tendência desse processo de estagnação secular. Em continuidade, o gráfico 4 demonstra as consequências daí advindas na forma de uma taxa de crescimento negativa do produto bruto, tanto para a Europa como para a zona do Euro.

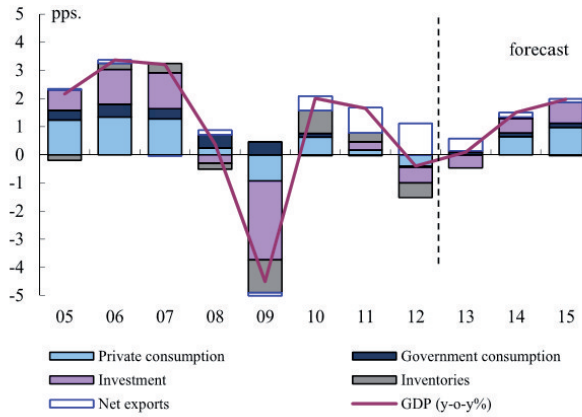
Gráfico 3. Custo do trabalho e produtividade na euro zona.



Fonte: European Economic Forecast (Winter 2014).

Finalmente, nessa rápida abordagem empírica, tanto o consumo privado, como aquele do Governo na Europa, em queda, acompanham o nível do produto bruto e fundamentam a expectativa de crescimento econômico nos mercados externos, revelando as dificuldades internas provenientes dos mercados domésticos, à luz dos indicadores acima.

Gráfico 4. Crescimento do Produto Bruto e de seus componentes. Europa.



Fonte: European Economic Forecast (Winter 2014).

3 DEMOCRACIA E AS POLÍTICAS DE AJUSTES MACROECONÔMICOS NA CRISE DE 2008 E SEUS EFEITOS

As condições políticas pelas quais esse quadro mais geral coloca-se envolvem dinâmicas nacionais que esclarecem suas possíveis trajetórias e contradições de natureza histórica. Não obstante, um processo comum irradia-se para todas essas sociedades e hoje consensualmente concebido como uma prática política, social e econômica conceituada como um Novo Liberalismo.

Novo liberalismo aqui define-se como o entrocamento havido, com a ruptura da coalização política que sustentava o Sistema de B. Woods, entre a inversão do pressuposto da atuação subordinada das políticas monetárias às políticas fiscais dos Estados nas economias avançadas.

Agora a política monetária movida pela taxa de juros nominal, orientando-se pela contenção dos preços e necessária para este novo processo, concebendo-se a política fiscal como ineficaz para este fim, na qual

deve complementar-se, para seu êxito, o desmantelamento dos Sindicatos e generalizadamente das Associações dos trabalhadores em suas diversas formas de organizações, os quais de forma ou de outra vinculavam-se na lógica da política de sustentação da demanda agregada.

A partir daí dar-se-á um novo enredo ao comando das políticas públicas nessas sociedades e em seu exercício de poder, criando-se os fundamentos que convergiram para dar forma ao Neoliberalismo, como uma prática política inovada de dominação capitalista.

[...] A chegada ao poder do Estado desse mais novo Conluio entre as classes proprietárias fez aumentar sua capacidade ideológica, em relação aos demais setores sociais. Logo, os interesses acomodados por essa nova capacidade política dita o perfil distributivo para a sociedade e, em especial, determina os processos mais gerais pelos quais se darão a reprodução do capital, em termos de investimentos, preços e déficit público. Imposições que vão no sentido de disciplinar condutas sociais e as regras de funcionamento do mercado de trabalho, tem por objetivo causar recessão, evidentemente tendo como justificativa a derrubada da inflação estrutural dessas economias, para alcançar-se estabilidade política. (NEVES FILHO, 2012, p. 212-213).

Se em sua condição originária e reprodutiva o capitalismo empreendeu sua dinâmica mais geral afirmando a separação entre propriedade, posse, produção e apropriação como fundamentos econômicos strict sensu da configuração da esfera política, democrática, como um todo, o Neoliberalismo as recompõem à luz da redefinição dos seus próprios termos.

[...] In contrast with the notorious laissez-faire and human propensity to ‘truck and barter’ stressed by classical economic liberalism, neoliberalism does not conceive of either the market itself or rational economic behavior as purely natural. Both are constructed—organized by law and political institutions, and requiring political intervention and orchestration. (BROWN, 2005, p. 41).

Frisa-se:

[...] Todas as correntes de esquerda concordam em defini-lo tanto como uma ideologia econômica (o discurso da eficiência social geral do mercado) quanto um processo econômico (políticas macroeconômicas voluntárias definidas por restrições monetárias e orçamentárias, pela não

manutenção de políticas sociais, e também o fenômeno objetivo da financeirização do 'capitalismo avançado'). (JEANPIERRE, 2007, p. 14).

Por ser desse modo, o quadro mais geral que avança na forma de um regresso às condições clássicas da reprodução simples que passa a ser ofertada através da privatização e mercantilização da vida social e política como um todo. Consequentemente, o individualismo e o seu par, as diversas formas da lógica da concorrência, introduz-se como um parâmetro despolitizador da coordenação de toda vida social em especial, reconfigurando os termos pelas quais a dinâmica política constitui seu pressuposto de legitimidade, segundo as regras do mercado, negando os pressupostos de uma vida social referenciada por mediações e práticas políticas democrática.

Tanto os movimentos e delimitação do próprio Estado, como as políticas estatais em geral, absorvem esses pressupostos de legitimidade a partir do mercado, como liquefaz todos os termos da cidadania e da sacralização do bem público, vazando-os nos termos de agentes consumidores e privatizações do espaço público. Especialmente relevante para os termos dessa vida democraticamente referenciada é a maneira pela qual esses mesmos pressupostos políticos vazam para a dinâmica do mercado de trabalho.

Destacam-se aqui as mudanças relacionadas a reprodução social dos trabalhadores e de sua lógica produtiva. Nesse sentido, primeiro, a força de trabalho toma para si o processo de desvalorização que lhe é inerente na relação trabalho vivo-trabalho morto. Habilidades e conhecimentos filtrados pelo trabalho morto, são agora confrontados pelos termos do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com suas dinâmicas próprias.

Igualmente, segundo, a perda de um dos pilares da consciência de classe da força de trabalho anuncia-se e se aprofunda carregada por um fator ideológico que equivale essa à figura do indivíduo como agentes maximizadores no interior do processo de produção. Visualizada as relações de trabalho dessa forma, o pressuposto da competição entre essa força de trabalho ergue-se como parâmetro da nova sociabilidade que deve induzir a ação política da classe trabalhadora dentro do Neoliberalismo.

Posicionada a lógica do mercado em termos da reprodução simples no interior de sua consciência subjetiva, a classe trabalhadora retrai-se em

sua capacidade de auto-organização e perde para a lógica do mercado sua unicidade política. À luz dessa situação sua consciência de classe, formada através de processos políticos e sociais que fixam os termos do igualitarismo e resistência entre os trabalhadores (THOMPSON, 1963), fragmenta-se posto que coagida pelos novos processos produtivos e lógicas organizacionais, o que bloqueia as formas de sociabilidades que lhe davam curso.

As políticas institucionalizadas de pleno emprego e as estratégias coletivas de barganha salarial puderam ser assim rechaçadas pelos estímulos extraeconômicos à concorrência entre os trabalhadores, em mercado de trabalho constrangido. Uma presumida taxa natural de desemprego atua para assegurar que possíveis desequilíbrios econômicos não impeçam o retorno desse às supostas condições de equilíbrio geral e permanência de políticas de ajustes e de contrações não apenas para o setor público.

Ainda, age para que o cerceamento da liberdade política dos trabalhadores apareça como elemento motivador para esses restringirem seu leque de decisões nos termos de uma maximização da função individual das utilidades, por onde passa como referenciador a lógica consumista da melhor escolha. Redução de custos, bloqueio para as transferências em ganho de produtividade e intensificação da jornada e do trabalho serão somados ao igual comprometimento dos benefícios indiretos, permitidos pelos anteriores acordo trabalhistas.

Com isso, a revisão e a eliminação dos direitos sociais em geral e, especialmente, dos direitos vinculados ao mundo do trabalho tomam pulso como consequência natural desses novos aspectos, posto que esses contrapunham-se ao discurso de maior eficiência do mercado e da competitividade internacional das economias nacionais. Limitar e bloquear toda a dimensão democrática e social forjada pelo mundo do trabalho torna-se, na sua dimensão mais geral, um processo de fortalecimento do Estado, o qual ancora-se sem mediações e/ou forma de oposições na classe dos proprietários de riqueza.

E isso vai operar no sentido de incrementar a lógica da reprodução simples do capital ao romper os elementos de virtuosidade presentes na introdução de inovação técnica nos termos kaleckianos (KALECKI, 1995, p. 19-20), entre ação política sindical e partidária que força os avanços

do progresso técnico, no sentido de redutor de custo do capital e de sua composição orgânica. A decorrência aqui é que na condição da reprodução simples do capital, não é colocado o problema da plena utilização da capacidade dos equipamentos produtivos e tampouco a inovação tecnológica traduz as vantagens advindas da melhor renda automaticamente associada para os equipamentos inovados.

Não obstante a presença desse aspecto um outro desenvolve-se pela simples ocorrência da presença do capital dinheiro no interior desses processos macros que atuam no longo prazo da reprodução capitalista. Assim, aceito que a inovação tecnológica é um dos fatores que estimulam a reprodução ampliada do capital no longo prazo, essas possibilidades tendem a ficar comprometidas no quadro do Neoliberalismo.

Isto porque quando há o predomínio da lógica neoliberal, com seu caráter rentista, as inovações perdem seu potencial produtivo revolucionário ao validarem a postulação de M. Kalecki (1995, p. 162) sobre os efeitos negativos do rentismo:

[...] el ahorro de los rentistas tenderá a generar una tendencia negativa uniforme si su valor real es una proporción constante del valor real del acervo de capital. Si el ahorro de los rentistas va en aumento en relación con el capital, la tendencia negativa se acentuará. [...] La tendencia sólo será positiva si las innovaciones ejercen mayor influencia que el ahorro de los rentistas. Es evidente también que la tendencia se retardará si disminuye la intensidad de las innovaciones o si se eleva el ahorro de los rentistas en relación con el acervo de capital.

E se esses têm no mundo do trabalho a natureza da sua maior ofensiva, para fazer valer a produção de um excedente nos termos da reprodução simples, integra esse instrumental o uso privado e socialmente indiferenciado da moeda. O ponto de partida é o regresso dessa à suposta condição neowickselliana para o começo do século XX, um feito nesse sentido.

Suposta a função:

onde, Y_{gt} é o produto bruto doméstico defasado ao tempo t ; Et é a expectativa mantida ao tempo t ; Rt e Rwt são taxas nominais e a taxa nominal dos juros da economia mundial, respectivamente; rer , taxa real do câmbio e pt é a meta para a taxa da inflação, segue-se, dentre várias considerações (ARESTIS, 2009, p. 6),

que,

- I. os riscos de crise de crédito desaparecem, graças a suposição que as operações de crédito serão plenamente quitadas;
- II. os agentes econômicos são dotados de expectativas racionais e possuem, sem restrições, acesso ao crédito;
- III. todos os ativos líquidos são considerados como equivalentes e haverá uma única taxa de juros para todos;
- IV. nenhum dos agentes sofrera de falta de liquidez em seus ativos;
- V. logo, os intermediadores financeiros não são necessários para o funcionamento dessa economia;
- VI. a moeda é residual na condição da taxa de juro real desejada realizar o estoque monetário sob controle do Banco Central;

Dessa maneira, as condições privadas do enriquecimento através do capital dinheiro coloca-se sem restrições e, portanto, um processo de ocultamento da moeda e das relações entre as classes sociais daí derivadas, seja como reserva de valor e fator de entesouramento, seja para a distribuição da renda e do investimento do capital, dá para as relações de troca o papel mediador e preponderante entre os sujeitos do mundo capitalista.

A condição pela qual todos serão iguais perante a moeda presume que o dinheiro deixa de ser escasso e pode ser produzido pela troca privada e pelos interesses da classe capitalista, gerando sua autonomização e consequentes crises. E, ainda, será junto com esse processo que se redefinam tanto a ação do Estado em torno das políticas monetárias e fiscais, pelo rebaixamento dessa última, como uma estratégia de indiferenciação dos sujeitos sociais no trato para com a moeda.

É nesse diapasão, que as políticas macroeconômicas e a dinâmica dos mercados, incluso o do trabalho, amalgamaram-se em um todo único, de plena sustentação do Sul ao Norte. Ancorados em uma sociabilidade política dessa natureza, o aspecto definidor do Neoliberalismo expressa-se livremente naquele processo de financialização do valor. Afirma-se dessa maneira que as dinâmicas das instituições políticas e econômicas absorvem e se tornam veículos da regressividade do Político, síntese entre a econo-

mia e a política, travando e impedindo os termos da universalização, em Direitos Sociais e Políticos, inerentes ao regime democrático.

Claro que essa mesma Democracia é uma disputa na história, tanto lá quanto cá, e que aquela anteriormente observada na Europa possivelmente já trazia elementos regressivos, muito próximos a uma mecanismo de atuação restrito a prática apenas da troca de governos, diferenciando-se das condições originárias do Sul.

Mas um novo sugadouro dos diversos aspectos sociais e institucionais vieram à tona ancorado na ruptura do Sistema de Bretton Woods, dada pelas novas condições políticas que encaixa-se como uma fase nova neoliberal do capitalismo. Os vínculos políticos para fora e para dentro do Estado Nacional, de sua moeda, do capital sob domínio das finanças dão os novos lastros para as condições, termos e regras de exercício do poder e aos problemas, claro, de legitimidade das políticas daí decorrentes.

A vivência democrática na região Norte e em sua relação com o Sul retraiu-se a esses novos termos, expressando-se por seu turno, na busca da conformação de um tipo de sociabilidade política e social necessária ao domínio desses pressupostos de condutas materiais e das lutas políticas que se fazem presentes, dentro e fora dos Estados Nacionais. Destacar os regressos das ações públicas as quais sustentaram o Estado de Bem Estar Social, certamente é afirmar os elementos factuais que dão corpo para essas novas práticas. E combatê-las deve servir como resgate daquelas dimensões onde se forja a democratização da Democracia.

4 UMA ECONOMIA POLÍTICA PARA SUPERAÇÃO DA CRISE EUROPEIA

Das contradições que lhe são inerentes deve objetivamente decorrer os desdobramentos pelas quais o Neoliberalismo pode vir a ser ultrapassado e, porquanto assim, superada a crise europeia e a própria crise econômica mundial. Um primeiro movimento nesse sentido foi o desencadeamento, que o colocou a prova, da crise de 2008 cujos efeitos e elementos encadeadores ainda atuam nas conjunturas dos diversos países. Os mais nítidos esforços de fazer da estagnação uma política de superação da crise, como visto rapidamente nessa apresentação.

O produto dessa intervenção foi o de ferir as suposições ideológicas que indicavam supostos ganhos em eficiência dos mercados, maiores produtividades e reforma institucionais que estimulassem a retomada, em melhores condições sociais para todas economias e pessoas, vale dizer, da reprodução capitalista na forma de um pleno emprego dos fatores.

Ao longo do período atual, factualmente pelo contrário, a permanência da condição mais geral da reprodução simples do capital que se manifesta na atual crise e dos seus efeitos é consensual. Junto a esse aspecto, a captura do Estado, das políticas públicas em geral e da própria moeda no interior da lógica Neoliberal, tornou-se patente, ferindo igualmente a proposição de cunho ideológico, do Estado Mínimo. A percepção política de que o Estado Mínimo serve aos interesses dos Rentistas, bem como daqueles que operam sua riqueza líquida no interior dos pressupostos do rentismo, tornaram-se evidente.

Evidente que o esgotamento no uso dos instrumentos das políticas econômicas colocadas em prática em todo o período desnuda-se, agora, como a falência do próprio modelo macroeconômico em uso, especialmente na sua referência para coordenação da economia mundial. A implosão econômica das economias periféricas termina por delimitar a expansão daquelas avançadas, para o interior das flutuações cíclicas decorrentes de sua reprodução capitalista simples.

Tudo isso se agrava com a entrada em cena das políticas de ajustes por parte daquelas Instituições, FMI, Banco Mundial, Bancos Centrais, etc., que potencializam os efeitos mais contraditórios do desdobramento da crise da reprodução, tanto ao nível doméstico quanto ao nível internacional (SAAD-FILHO; JOHNSTON, 2005).²

Unificar as concepções teóricas em torno de alguns poucos teoremas sobre a virtuosidade da disciplina e moralidade sociais dadas pela dinâmica do capital, demonstrou-se falho.

Frente a esse quadro desenha-se contemporaneamente algumas formas de superação. A primeira delas é a postulação de um possível retorno às formas do nekeynesianismo do pós-guerra, de natureza anglo-saxão, encabeçada pelo FMI. Em suma, busca-se um retorno para as con-

² Para tanto, veja capítulos 3 e 4 em Saad-Filho e Johnston (2005).

dições de sustentação da demanda agregada através dos gastos fiscais e dos investimentos em infra-estrutura por parte do Estado.

Uma outra vertente, já citada, é aquela que caminha no sentido de reafirmar, com correções de rumos, as virtudes do Neoliberalismo. O aprofundamento aqui deve significar mais menos Estado e uma política econômica por onde a taxa de juros atua para balizar a conta-corrente e os gastos fiscais dessas economias avançadas. Necessário dizer que, igualmente, aposta nos ganhos que um individualismo sem medidas traz para a vida social.

Uma vertente limite diz respeito a impossibilidade de reforma da crise e propõe alguma forma de avanço e superação do próprio capitalismo, sendo alguns países latino-americanos um exemplo dos mais apropriado para esses fins. Mas possivelmente ainda haja uma outra alternativa teórica e política que sintetiza e propõe diversos tipos de estratégias de resistência frente a uma sociedade movida nessa condição da reprodução simples.

Sendo assim, o teor dessa manifestação procura observar a brecha aberta pelo caminho que as contradições e crises movem o capitalismo global. Uma postulação democrática encaixa-se aqui, nos termos da mundialização e universalização do regime democrático, afastada a vontade Imperial nesse sentido. É que os Estados Nacionais devem tomar pulso dessas estratégias democratizantes, rearranjando as formas da legitimidade do exercício do poder político.

O ponto de convergência, portanto, para uma nova economia política que supere esse quadro deve ser o do internacionalismo, seja como uma proposição teórica e ideológica, seja como uma expressão da organização da classe trabalhadora, no sentido de adensar custos, em geral, para a reprodução capitalista. Opor-se às políticas de redução de custos e de ajustes, marcadamente dos gastos públicos, faz convergir programas de pesquisas e políticos diversos.

Adensar as Instituições protetoras e operadoras do Bem Estar coletivo, encaixa-se nessa estratégia. A qual com consequente aumento dos tributos sobre o excedente econômico e proteção ao desenvolvimento industrial tecnológico nos países, darão norte à resistência àqueles cortes sociais e buscam trazer o Estado para o lado da vivência democrática. Destaca-se, a importância de recuperar para o espaço público as operações

e políticas executadas pelos Bancos Centrais e com estes, as políticas públicas de investimentos.

No conjunto, os novos direitos, inclusos os de propriedade, de inclusão social, especialmente na saúde, educação, emprego e na questão dos gêneros, minoria e dos imigrantes, são incorporados àquela busca de adensamento da resistência contra as postulações do neoliberalismo.

5 AS PRECÁRIAS CONCLUSÕES

O amplo debate que ainda segue no interior das escolas ou comunidades epistêmicas sobre o estado da crise europeia e aqui reprisado, tem diagnósticos e expectativas diversas sobre o curso do seu desdobramento. Talvez aquela de recorte ortodoxo liberal com seus efeitos sobre a Economia Política Internacional padece mais de necessidades de justificativas e melhores ancoragem do que aquelas escolas de pensamento que recusam seus pressupostos neoliberais.³

Pois, a dinâmica da crise que recai sobre a União Europeia, para os heterodoxos digamos assim, para além de suas conjunturas mais específicas por certo engendrado no interior das relações bancárias havidas entre o sistema financeiro nacional norte-americano e aquele que se difundiu pela praça Londrina, no meio europeu, apenas expressa as condições mais críticas das respostas emitidas sobre a tendência à queda da taxa de lucro que a acompanha.

Por certo a sustentação do dólar e sua perene valorização ao longo dos anos de 1980, conjugado ao esforço da recuperação da indústria norte-americana produz o evento por nós delimitado como financialização, envolta por um esquema de reprodução simples do capital.

Exposto aqui como um processo de valorização das amarras entre dinheiro-capital e valor, a financialização nesses termos impõe por dentro de sua lógica um rebaixamento das condições da reprodução ampliada do capital às formas mais simples da reprodução capitalista. Essa redução da forma ampliada para a reprodução simples do capital leva aos fenômenos de estagnação e ajustes de preços-moedas-juros-investimentos a recaírem

³ Para IPE veja Katzenstein e Nelson (2013) e para os neoclássicos Snowdon (2007).

por sobre o mercado de trabalho e em especial, a relação entre salário-distribuição da riqueza.

Por seu lado, o processo de expropriação muda sua natureza e nega os elementos institucionais antes caracterizados pela formulação dessa mesma relação entre dinheiro-capital na forma keynesiana. Se os salários recebiam o controle por sobre seus fundamentos através de um sistema financeiro bancário controlado pelo Estado, ocorre uma mutação onde esses salários agora recebem o batismo e a dinâmica comandada pelo sistema financeiro nacional privado.

Uma mudança que também rebate, em função da dinâmica industrial em uma reprodução simples do capital, para o espaço de vivência dos demais Estados-Nações. O Balanço de transações e o de Pagamentos como um todo, absorvem não apenas os diferenciais correspondentes às trocas internacionais de mercadorias, mas o mais importante, recebem o impacto do movimento de valorização-desvalorização das moedas comandadas pela moeda reserva de valor em termos mundiais.

A ruptura entre a política fiscal e a da contenção salarial no interior do sistema financeiro bancário nacional irrompe e a perda da legitimidade desta primeira servirá como palco da luta política entre os Atores dessa nova sociabilidade política. Estes redimensionam suas lógicas à luz das combinações entre disputas pelo poder e força mediadas pela capacidade de inverter, inclusive na dimensão dos Impérios, as hegemonias impostas pelos vínculos dinheiro-capital dos Estados-Nações mais fortes.

Formas políticas de se responder as crises internas e seu legado externo tomam curso no estreito caminho institucional comandado pela Potência dominante, cujo veículo de induzimento vai se dar no interior das estreitas regras da liberalização financeira, dominação dos mercados abertos de capitais e dos novos blocos e conjunto de políticas públicas que possam ser daí extraídas. Especialmente aqui, as novas teorizações sobre o funcionamento desse vínculo respaldado tanto pela Hipótese da Eficiência desses Mercados, como pela escola neoclássica das Expectativas Racionais.

No interior das Instituições nacionais e supranacionais, tais como FMI; BID; OMC; BIS e os Bancos Centrais de todo o mundo, serão os postulados e as políticas derivadas desses modelos que darão a coesão inte-

lectual e científica e, assim, a legitimidade da racionalidade moderna para a consumação desses fins. O entorse aqui projeta-se tanto para o âmbito da racionalidade dos indivíduos, como também ao longo da cultura cívica própria aos espaços públicos. Na longa construção desde os anos de 1980, os limites de seus pressupostos aderiram inclusive às cláusulas da prática da guerra, qual seja, a possibilidade da privatização geral das forças militares.

Assim, assegurado o domínio das moedas e das finanças o Banco Central norte-americano e os Bancos europeus, especialmente o da Alemanha e o da União Europeia, convertem seus instrumentos em apoio a valorização desses ativos a nível mundial. História econômica conhecida, que demonstra a tensão entre o preço das moedas no longo prazo e a flexibilidade de seus preços de curto prazo, no interior das transações financeiras nos mercados abertos.

No rompimento da coalização política que comandou o período do pós-guerra, alavancando-se através de uma dinâmica industrial e de empregos muito próxima da superprodução e da expansão desse parque fabril para as diversas economias nacionais, aprisiona a lógica da valorização do capital desde a presidência de R. Reagan na expansão das finanças.

A tendência à queda da taxa de lucro, secularmente pressionada pela luta política clássica da sociabilidade capitalista, passa a ser negada pela nova forma de expropriação não-produtiva do valor. Montada na dinâmica da reprodução simples do capital, a forma absoluta de gerar valor retorna e escapa de suas determinações fabris relativas, derrubando o valor desses ativos como um todo.

Nesses termos, produzir valor através da acumulação de capital significa apenas investir em plantas e equipamentos para obter as condições monetárias necessárias à reprodução do valor no interior do sistema financeiro e de mercado de capitais. Uma mudança na origem da lógica da acumulação e da estrutura social e política que a acompanha desde sua configuração através dos diversos tipos de revoluções burguesas, modernas, que conhecemos.

As instituições políticas nascidas para conformar a condição mais geral da estabilidade política interna e internacional, socialmente assentadas, nos termos da disciplina impostas ao mundo do trabalho que permitia

a Democracia Social contemporânea, esvazia-se no interior das novas contradições filtradas pela nova ordem.

Na prevalência dos mercados que ditam horizontalmente seus termos existenciais, os direitos sociais e os fundamentos clássicos da cidadania, construído no após guerra, possuem dinâmicas contrárias aos seus impulsos: crescimento apoiado pela reprodução ampliada do capital e a políticas e práticas de pleno emprego.

Espera-se, portanto, uma transição para um quadro institucional e político aonde sustentado pelas condições econômicas observadas, a linguagem e a prática desses direitos percam seu sentido histórico. Parece ser o que vemos diante do quadro europeu e vale atentar para o fato de que aguarda-se aqui o primado da postulação de K. Popper.

REFERÊNCIAS

- ARESTIS, P. *New consensus macroeconomics: a critical appraisal*. New York: Levy Institute, 2009. Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_564.pdf>.
- ARTHUR, C. J.; GEERT, R. *The circulation of capital: essays on volume two of Marx's Capital*. London: Macmillan Press, 1998.
- BELLUZZO, L. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. de. Enriquecimento e produção. keynes e a dupla natureza do capitalismo. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 23, p. 120-127, mar. 1989.
- BRENNER, R. El desarrollo desigual y la larga fase descendente: las economías capitalistas avanzadas desde el boom al estancamiento, 1950-1998. *Revista Encuentro XXI*, Santiago, n. 14, 1999. Edición especial.
- BROWN, C.; AINLEY, K. *Understanding international relations*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- BROWN, W. *Critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, p. 129-154, 1996.
- JEANPIERRE, L. Qui a éteint la démocratie?. In: BROWN, W. *Les habits neufs de la politique mondiale: néolibéralisme et néoconservatisme*. Tradução M. Hentz. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007. p. 5-34.

KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

KALECKI, M. *Teoría de la dinámica económica: ensayo sobre los movimientos cíclicos y a largo plazo de la economía capitalista*. Tlalpan: Fondo de Cultura Económica, 1995.

KATZENSTEIN, P. J.; NELSON, S. C. Reading the right signals and reading the signals right: Ipe and the financial crisis of 2008. *Review of International Political Economy*, Abingdon, v. 20, n. 5, p. 1101-1131, 2013.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro primeiro: tomo 2*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORSE, R. M. *O espelho de Próspero: cultura e ideias na América*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEVES FILHO, A. *Trabalho objetivado: a crítica da macroeconomia do FMI 1980-2008: uma contribuição ao debate*. 2012. 279 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

POMERANZ, L.; MIGLIOLI, J.; LIMA, G. T. *Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki*. São Paulo: EdUSP; Fapesp, 2001.

SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. *Neoliberalism: a critical reader*. London: Pluto Press., 2005.

SNOWDON, B. The new classical counter-revolution: false path or illuminating complement? *Eastern Economic Journal*, Basingstoke, v. 33, n. 4, p. 541-562, 2007.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1986.

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. [S.l.]: Vintage Books, 1963.

A “GRANDE RECESSÃO”, MOEDA, LUCRO E O CONTINENTE EUROPEU

Alberto Handfas

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende investigar alguns aspectos da economia política subjacente à atual crise econômica europeia para que o entendimento da mesma vá além do tradicional debate macroeconômico hegemônico e superficial. Assim, buscando inspiração no debate e na crítica da Economia Política Clássica, intenciona-se esboçar um caminho para prescrutar elementos não aparentes que se escondem por trás dessa crise. Esta, embora na superfície apresente-se como apenas financeira é em última instância determinada por uma tendência secular de queda na lucratividade do capitalismo mundial e, particularmente, do europeu.

A crise europeia atual é parte constitutiva da chamada “Grande Recessão” internacional, engatilhada com o estouro da bolha financeira em 2008. Seus desdobramentos na Europa perduram e se aprofundam até os dias de hoje. Serão apresentados aqui uma breve revisão dos acontecimentos para na sequência avaliá-los a partir da dinâmica do capital na esfera produtiva. Dois aspectos do “lado real” da economia devem ser destacados: os investimentos (a acumulação do capital) e sua motivação maior – a taxa de lucro, aquele obtido na produção de bens e serviços. Por fim, pretende-se dessa maneira lançar alguma luz sobre um dos impactos colaterais de

tal crise no contexto das relações norte-sul: as transações de renda entre a “velhas” potências europeias e as supostas “novas potências emergentes”, os países conhecidos como “Brics”.

A crise dos títulos hipotecários (os “sub-primés”) nos EUA em meados de 2008 alastrou-se de imediato para virtualmente todos os mercados financeiros globais. Ela atingiu com particular agressividade a economia da Europa nos anos seguintes. As políticas adotadas pelos governos e bancos centrais desde então foram em duas linhas. De início, autoridades monetárias esforçaram-se para evitar crises sistêmicas e creditícias, lançando mão de uma avalanche de liquidez monetária e farta ajuda a bancos, com a “limpeza” de “ativos tóxicos” (derivativos lastreados em empréstimos hipotecários - ou algo similar - de devedores ultra-duvidosos) em seus balancetes. Contudo, particularmente na Europa, isso foi seguido por crises fiscais e de endividamento soberano e público, além de agravar os desarranjos das economias nacionais: o desemprego, o fraco investimento produtivo e a desindustrialização. Na sequência, governos avançam medidas de ajuste fiscal, trabalhista e comercial, pondo em questão direitos sociais, democrática e historicamente estabelecidos, acirrando conflitos geopolíticos. Os países da periferia do capitalismo, as chamadas economias emergentes, também são impactadas com a avalanche de liquidez e recessão no centro. Atratoras de capitais – produtivos mas também especulativos, sobretudo em tempos de crise e de alta liquidez – tais economias experimentaram intensificação na transferência de valor (renda) nelas produzida para as economias centrais, em destaque aqui as da Europa.

Este breve artigo contrastará tais questões com os dados sobre a evolução cíclica e secular da lucratividade empresarial europeia e internacional e os fluxos de renda internacional. De tal maneira procurar-se-á estabelecer possíveis relações implícitas entre a dinâmica de acumulação do capital, a queda tendencial da taxa de lucro e a crise financeira atual, seus desdobramentos na Europa e na relação desta com a periferia “emergente”.

2 A CRISE FINANCEIRA E A “GRANDE RECESSÃO” NA EUROPA

A “Grande Recessão”, cujos efeitos posteriores vem abalando as economias capitalistas centrais, especialmente aquelas da zona do euro,

teve seu início em 2007 na forma de uma crise financeira – o chamado colapso creditício. Tal colapso apenas expressava, na superfície, aquilo que de fato já vinha sendo fermentado nas profundezas há anos: uma clássica crise cíclica do capitalismo ensejada no processo de queda de lucratividade do capital produtivo (SHAIKH, 2011; KLIMAN, 2012).

Na superfície, portanto, é apenas em meados de 2008 que estoura a bolha especulativa; primeiro em Wall Street, mas rapidamente contaminando todos os mercados financeiros globais. A bolha vinha já se inflando nos anos anteriores a partir da forçada super-valorização de ativos “tóxicos”, sobretudo os títulos derivados de hipotecas norte-americanas com alto risco de crédito (os “sub-primes”). Ainda que, na origem, parte considerável de tais títulos tivessem sido emitidos nos EUA, instituições financeiras de todo o mundo – as europeias em especial – rechearam suas carteiras de investimento especulativo com eles (LAVOIE, 2010). Com o estouro da bolha, essas instituições tiveram seus balancetes desnudados: ativos virtualmente sem valor foram de súbito revelados frente aos pesados e inexoráveis passivos.

2.1 A “NACIONALIZAÇÃO” DA CRISE DE CRÉDITO

Para evitar uma crise creditícia e quebradeira bancária que abalasse o sistema financeiro global, governos e autoridades monetárias de vários países apressaram-se em salvar a qualquer custo instituições financeiras privadas. Bancos centrais, como o FED (*Federal Reserve, EUA*), o ECB (*European Central Bank*) e o BOJ (*Bank of Japan*) usaram e abusaram de suas prerrogativas de emissores de dinheiro novo para com ele comprar - na prática a valor de face - das instituições privadas massivas quantidades de “ativos tóxicos” e para fornecer-lhes liquidez à vontade de modo a recuperar o valor de seus ativos frente aos passivos. Lançaram assim sucessivos programas de “Quantitative Easing”: entre o estouro da bolha e o final de 2012 esses três bancos centrais mais do que dobraram o ativo de seus balancetes, inchando suas carteiras de títulos - “tóxicos” ou não, privados ou públicos (MURRAY; LANMAN, 2013). Somente naqueles quatro anos, eles expandiram combinadamente tal ativo, e portanto a base monetária,

em cerca de US\$ 4,7 trilhões - o equivalente a metade de todo o PIB brasileiro acumulado naqueles mesmos anos, apenas a título de comparação.

Nos trimestres que se seguiram ao estouro da bolha as economias vão se afundando em recessão. Na Europa em particular, há uma forte queda nos investimentos empresariais que faz cair consideravelmente o produto, a renda e o emprego, como mostram as Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Taxas Anuais de Crescimento do PIB na Europa (1961 – 2013)

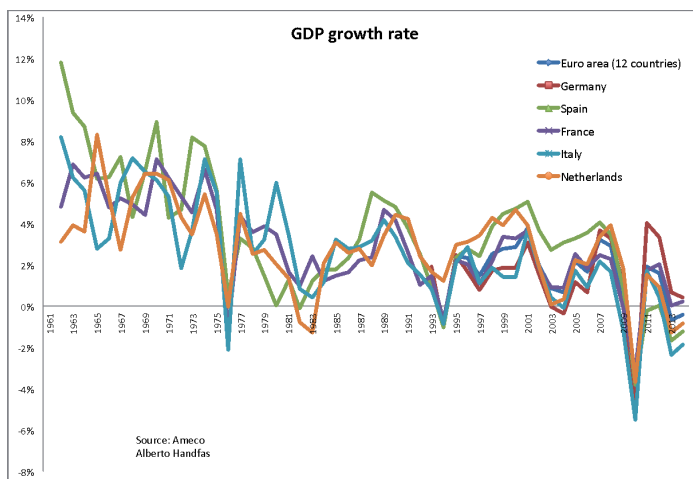
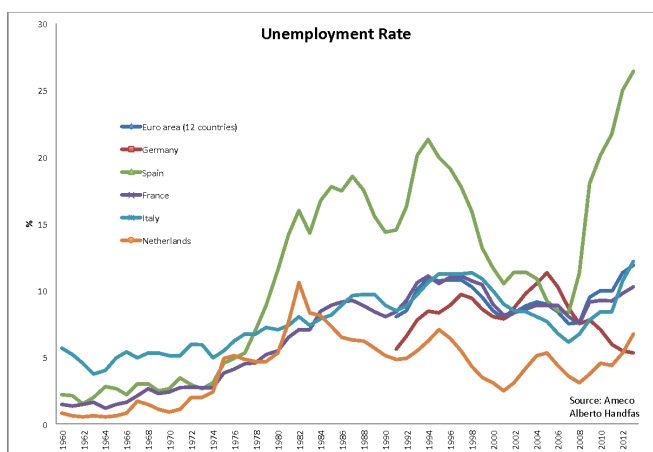


Figura 2 - Taxa de Desemprego na Europa



Para além do ativismo monetário do BCE, governos europeus elevam fortemente seus gastos ao jogarem-se freneticamente na ajuda (salvação) às instituições financeiras privadas, ultra-fragilizadas com o estouro da bolha especulativa. Tal elevação de gastos combinada com a queda da receita tributária – consequência do combalido nível de atividade – fez alguns governos europeus acumularem enormes déficits fiscais e impagáveis dívidas. A política adotada pelo Estado redundou então na transferência para si da enorme crise de crédito detida (e criada) antes pelas instituições financeiras privadas. A crise foi assim “estatizada” e “nacionalizada”, transformada em gigantesca dívida pública e somada a já enorme -- em algumas economias mais fracas da União Europeia (UE) – dívida soberana.

2.2 AS DESIGUALDADES NA UE E O ENDIVIDAMENTO

Dentro da zona do euro, países com economias mais fracas (os chamados PIIGs, Portugal, Itália, Irlanda, Espanha e Grécia, entre outros) já vinham se endividando junto aos países mais “centrais” (Alemanha, Holanda, França etc.) na última década e meia. Isso decorria da própria natureza desigual da União Europeia. A maioria dos “PIIGs”, com uma indústria menos competitiva, passou em geral a acumular déficits em balança comercial vis-à-vis seus vizinhos “centrais”, particularmente frente a Alemanha. Esta havia feito nos anos 1990 fortes ajustes fiscais e trabalhistas, barateando o custo do trabalho e a elevando sua produtividade em relação aos salários. Os déficits comerciais dos “periféricos” eram financiados por empréstimos vindos de bancos sediados nos países “centrais”. Um exemplo da desigualdade entre os países “centrais” e “periféricos” pode ser visto nas Figuras 3 e 4. Elas mostram o comportamento da balança comercial e de rendas (remessa de lucros e juros) com o resto da Europa de Portugal e da Alemanha respectivamente.

Figura 3 - Balança Comercial e de Rendas de Portugal com a União Europeia

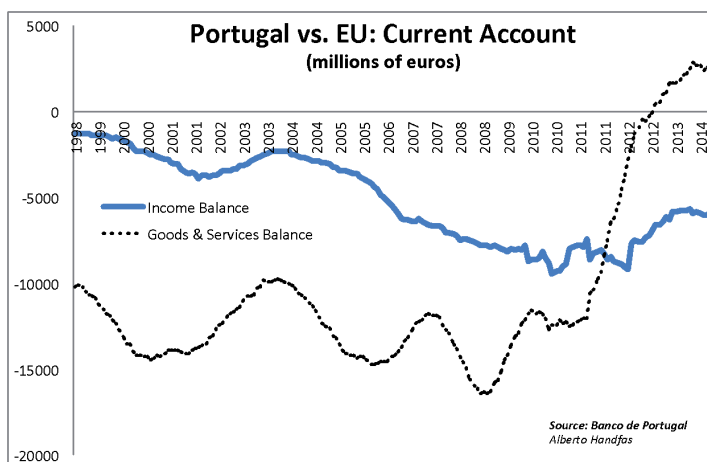
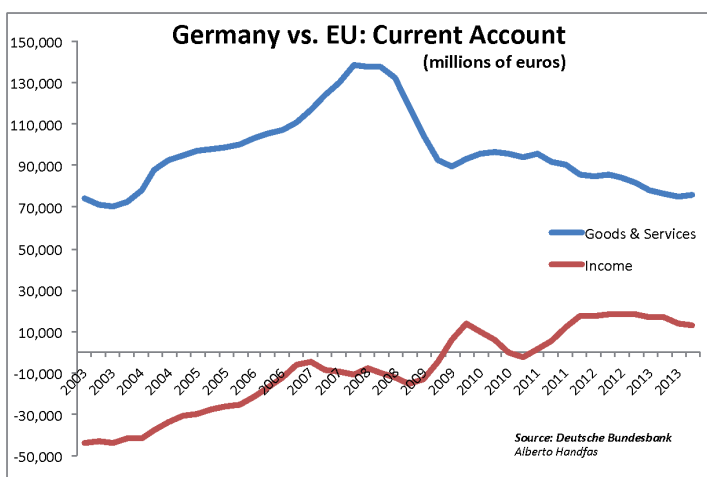


Figura 4 - Balança Comercial e de Rendas da Alemanha com a União Europeia



Portugal acumulou, desde a criação do euro, déficits na balança comercial: importou liquidamente dos países com indústria mais forte (como a Alemanha). Para financiar tais importações, o país recebeu empréstimos e investimentos diretos dos mesmos países de quem importava e, por isso teve de enviar liquidamente juros e lucros a eles. Apenas no último período Portugal – forçado pelas medidas da “troika” -- reverteu a

tendência de sua balança comercial através de drásticos cortes no custo do trabalho. A Alemanha, ao contrário, tornou-se exportadora líquida para o resto dos países da União Europeia. E no último período passou a receber deles também fortes influxos de renda na forma de lucros e juros auferidos dos investimentos e empréstimos que alocou neles.

Nos trimestres subsequentes ao estouro da bolha, o endividamento dos “Piggs” - que já era alto -, cresceu ainda mais, agora devido aos déficits públicos causados pelo salvamento de bancos. A percepção de risco de crédito pelos “mercados” (pelos bancos credores) subiu proporcionalmente. E com ela as taxas de juros exigidas igualmente subiram e descolaram-se por completo das taxas de títulos públicos dos países “centrais”.

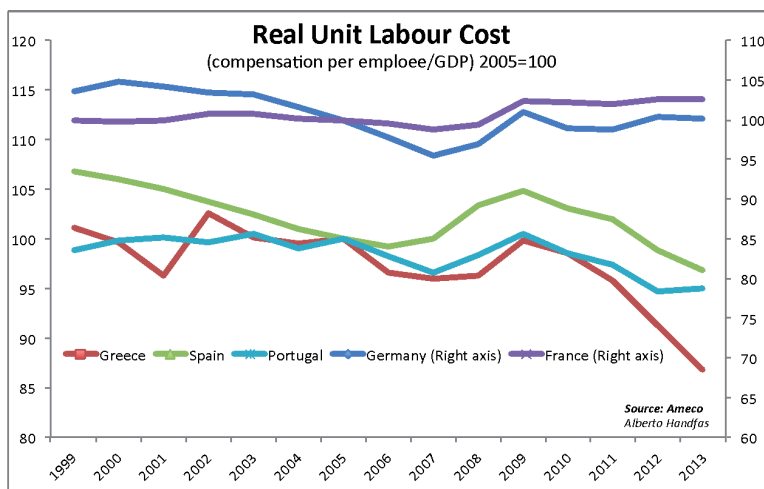
Políticas de “austeridade fiscal”, que obrigam governos a garantir e priorizar o pagamento da dívida, passaram a ser exigidas pelos bancos credores através de seus plenipotenciários: a chamada “troika”, que é composta pelas instituições da União Europeia – a Comissão Europeia, o ECB – conjuntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Aqui deve-se lembrar, contudo, que diferentemente de outras crises de endividamento soberano – como a vivida pelo Brasil nos anos 1980 e 1990 –, o caso europeu guarda particularidades. O euro é uma moeda sem uma nação para lastreá-la. Ao aderir à zona do euro, seus países membros tiveram portanto de abrir mão da independência em dispor de dois dentre os mais importantes instrumentos macroeconômicos: as políticas cambial e monetária (PALLEY, 2011). Junto com a fiscal, tais políticas (vulgarmente chamadas de keynesianas) são normalmente usadas pelo Estado para lidar com as flutuações no emprego e na renda. Mas os países da zona do euro comprometem-se em manter o câmbio fixo valorizado (em relação a boa parte das demais moedas mundiais) e entregar o controle das emissões de moeda ao ECB.

Assim, quando o endividamento externo explodiu, os países da “periferia” da zona do euro enfrentaram escassez de recursos (o euro, no caso, é tanto a moeda doméstica como divisa) para fazer frente aos compromissos de endividamento público e de transações correntes – pagamento de juros etc.. Não podiam sequer se utilizar da saída costumeira: desvalorizar a moeda nacional para baratear a produção doméstica tornando-a

mais competitiva vis-à-vis a concorrência externa e, assim, realizar fortes superávits na balança comercial de modo a gerar as divisas/recursos para pagar compromissos externos. Sem tal mecanismo cambial, todo o esforço de pagamento de juros teria de vir via mecanismos fiscais. Daí a obstinação da “troika” em impor medidas fiscais draconianas, obrigando governos a demitir funcionários públicos, reduzir seus benefícios, quebrar seus direitos e salários, cortar serviços públicos etc. Tratados fiscais no âmbito da União Europeia foram implementados (como o Compacto Fiscal, que limita o déficit fiscal e a dívida pública de cada país membro em 0,5% e 60% do PIB respectivamente) como pré-condição para a renegociação das dívidas. A Figura 5 mostra os efeitos do ajuste imposto pela troika em termos de redução do custo do trabalho – para “recuperar a competitividade” e retomar as exportações, e de fato aumentar a lucratividade. Os salários como proporção do produto caem significativamente nos “PIIGs”.

Figura 5 - Custo Unitário do Trabalho (remuneração dos empregados/PIB)



Embora apresentadas como a solução para crise, tais medidas levam a um sofrimento ainda maior. Cortes de gastos tão brutais fizeram reduzir mais que proporcionalmente, devido ao efeito multiplicador, a renda e o emprego, dificultando a recuperação da arrecadação tributária – e portanto aprofundando o déficit fiscal. Tal ciclo vicioso ficou conhecido por seus críticos como o “austericídio” da troika. Fica claro em todo o caso

que a crise de endividamento está sendo “resolvida” às custas de uma forte redução do nível de vida dos trabalhadores e povos dos países europeus, seja via desemprego, cortes de salários indiretos e benefícios, seja através de cortes de direitos e serviços públicos.

3 A QUEDA DA TAXA DE LUCRO COMO CAUSA SUBJACENTE

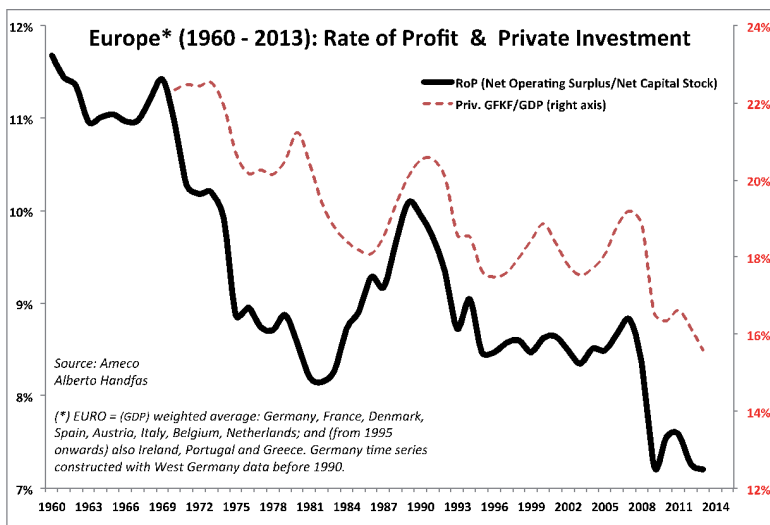
Pretendemos agora investigar as causas subjacentes que determinaram o encadeamento dos fatos acima descritos. O debate econômico corrente, hegemonizado pelo pensamento ortodoxo - neoclássico e nekeynesiano - muito frequentemente negligencia o estudo de tais causas. A maioria dos economistas, comentaristas e “policy makers” têm limitado portanto a discussão das causas da atual crise à própria esfera financeira e monetária. A discussão gira então em torno de erros ou acertos na execução de política macroeconômica ou na regulação dos mercados. A atual Grande Recessão teria sido portanto causada pela crise hipotecária. Alguns analistas mais, outros menos “mainstream” também debatem sobre fatores institucionais que teriam facilitado mais ou menos tal crise, como a expansão monetária do FED nos anos anteriores ou a desregulamentação dos mercados financeiros nos anos 1980, tornando-os mais propensos à especulação (PALLEY, 2013).

Em nossa opinião, contudo a crise imobiliária – e seus possíveis facilitadores institucionais (e/ou de erros na condução macroeconômica) - não foi causa mas apenas uma das consequências de algo muito mais profundo: o ciclo (de longo prazo) de baixa da acumulação do capital. Para compreender melhor tal processo, adotaremos aqui um enfoque alicerçado na tradição da economia política clássica e de seu debate crítico. Assim, a explicação para tal queda na acumulação pode ser encontrada num argumento desenvolvido comumente por Smith, Ricardo e Marx (bem como, mais tarde, por Keynes): a dinâmica do investimento capitalista é determinada pela lucratividade empresarial, ou seja pelo quanto a taxa de lucro obtida na produção de mercadorias excede a taxa de juros.

3.1 A TENDÊNCIA SECULAR DE QUEDA

Evidências empíricas têm corroborado tal postulado. A Figura 6 mostra a taxa de lucro e o investimento privado (como proporção do PIB) médios na economia europeia (média ponderada de 11 países da Europa ocidental), representados pelas linhas cheia e pontilhada respectivamente. Podemos destacar quatro aspectos reveladores.

Figura 6 - Taxa de Lucro e Investimento Privado na Europa



Primeiro, a curva da taxa de lucro europeia apresenta uma tendência geral de queda no último meio século. Segundo, a curva dos investimentos privados segue, grosso modo, essa tendência geral. Terceiro, há dois períodos em que as curvas descolam-se consideravelmente: nos anos 1970 e nos anos que antecedem a crise de 2008. São os períodos em que as taxas de juros reais internacionais estavam muito baixas. Ou seja, a política monetária expansionista (contra-cíclica) capitaneada pelo FED e seguida pelo(s) banco(s) central(ais) europeu(s) e por outros levava os juros baixos a compensarem a baixa lucratividade e, a despeito desta, mantinha incentivos a investimentos empresariais. Quarto, a queda geral entre 1960 e 2013 da curva da taxa de lucro pode representar, grosso modo, uma tendência secular de longuíssimo prazo (algo como, ou mesmo além, daquilo que se conhece como as longas ondas de Kondratieff). O gráfico não mostra (por ausência de dados dispo-

níveis), mas pode-se deduzir de séries temporais similares da economia dos EUA: o ciclo da taxa de lucro havia atingido um “fundo de vale” no início dos anos 1930 (pós crise de 1929) e apresentara em seguida um período ascendente daí até o pós IIGM, quando atinge seu novo “pico”.

O período descendente desde então (que evidencia tendência secular) é o que aparece na Figura 6 . Ele próprio, por sua vez, pode ser subdividido em quatro sub-fases: (i) a queda acentuada até fins dos anos 1970; (ii) a recuperação (muito parcial) dos anos 1980, uma estabilização nos anos 1990; (iii) uma nova recuperação nos anos que antecedem 2008 e (iv) uma nova queda a partir daí.

Tais fatos estilizados são amparados na hipótese conhecida como a “lei da queda da taxa de lucros”. Tal lei foi defendida por diferentes teóricos tais como Smith, Ricardo, Marx e Keynes, entre outros que acreditavam na existência de uma tendência intrínseca no capitalismo de queda geral da lucratividade. Enquanto o primeiro autor atribuía tal fenômeno à concorrência exacerbada, o segundo explicava-a pelo suposto rendimento decrescente na agricultura¹. Coube a Marx, ao criticar ambos, aprimorar o argumento da “mais importante lei da Economia Política.” (MARX, 1993, p. 748).

Ele explica que individualmente os capitalistas procuram incrementar lucro via redução no custo unitário das mercadorias que suas empresas produzem. No agregado, o custo é basicamente derivado dos salários (dos trabalhadores que produzem bens finais ou intermediários/máquinas/matéria-prima). Como o capitalista tem limitações em rebaixar os salários, procura então sobremaneira incrementar a produtividade do trabalhador. Por isso, a mais determinante ação do capitalista no processo de acumulação é a mecanização obstinada da produção. Coletivamente, à medida em que inúmeros capitalistas fazem o mesmo ao longo de toda a cadeia industrial, provocam um “boom” de investimentos/mecanização - aquilo que mais tarde, seria conhecido como as inovações Schumpeterianas. Isso, todavia, levará (involuntariamente) a uma baixa no valor real de venda da mercadoria e impedirá que, “m”, o valor do lucro geral (a mais-valia) acompanhe a forte alta em “k”, o valor do capital imobilizado - dado os pe-

¹ Keynes (e antes dele, Sismondi) explica a tendência de queda na lucratividade pelo “Princípio da Demanda Efetiva” (KEYNES, 1991). Tal argumento do sub-consumo é compartilhado por autores de tradição “marxista não-ortodoxa” – como R. Luxemburgo, M. Kalecki, P. Baran e P. Sweezy – eles o chamam de “problema da realização” (MIGLIOLI, 1985).

sados investimentos em mecanização e tecnologia acumulados no último período. A partir daí a taxa de lucro, $r = m/k$, cairá.

3.2 A POLÍTICA DO ESTADO E OS EFEITOS CONTRA-TENDENCIAIS

Marx, obviamente, lembra que tal lei gera contudo seus próprios efeitos contrariantes – o que dá a ela um caráter apenas de “lei tendencial de queda” da lucratividade. Entre tais fatores contra-tendenciais, pode-se destacar a tentativa de reversão da baixa na lucratividade, os capitalistas podem expandir seus negócios para fora do país (eivar “ m ”); obtenção de matéria prima mais barata (diminuir “ k ”); redução relativa ou absoluta do salário real direto ou indireto (eivar “ m ”); crises financeiras ou guerras podem também reduzir “ k ” – via destruição/desvalorização física/patrimonial (MARX, 1986, p. 339-348).

De volta à realidade europeia dos últimos cem anos, notamos que a crise de 1929, a depressão dos anos 1930 e a II Guerra Mundial podem ser interpretados como um período de desvalorização/destruição de “ k ” (KLIMAN, 2012). Isso elevou fortemente a lucratividade, “ r ”, no pós-guerra – incentivando elevados investimentos empresariais. O boom de mecanização que estes trouxeram acabou por inflar “ k ” e isso começa a derrubar “ r ” novamente a partir do final dos anos 1960. Embora tal dinâmica seja comum em todo o mundo industrializado, cada economia respondeu com efeitos contra-tendenciais próprios através de políticas de Estado – representante da “consciência de classe” dos capitalistas.

Nos EUA, por exemplo, a guerra do Vietnã e a inflação foram capazes de sustentar (artificialmente) “ m ” e suavizar o impacto da queda tendencial da lucratividade até o final dos anos 1970. Depois disso, nos anos 1980, o “Reaganomics” - que começa com Reagan mas continua com Clinton, Bush etc. - tratou de achatá o custo do trabalho (forçando uma alta em “ m ”): desregulamentação trabalhista, ataque a sindicatos, “downsizing”, “outsourcing” e sobretudo o deslocamento produtivo promovido pelas redes globalizadas das corporações transnacionais. Assalariados americanos passam a concorrer com a mão de obra muito mais barata que multinacionais contratam no exterior. Isso tudo permitiu a recuperação da taxa de lucro nos anos seguintes. A desregulamentação monetário-financeira,

que começa com o fim do padrão-ouro em 1971 e se aprofunda nos anos 1980/90 – sobretudo quando os juros internacionais caem - também ajuda a aprofundar a globalização de capitais e da produção. E os lucros obtidos pelas filiais no exterior também apoiam a manutenção da valorização do grande capital norte-americano. Mas sem haver forte redução no valor do capital imobilizado acumulado, “k”, a recuperação de “r” fica sempre limitada. A queda no poder aquisitivo dos assalariados dos EUA reduziu nos últimos 30 anos a capacidade de consumo das famílias. Tentou-se suplantar tais limites através da forte expansão do crédito (ao consumo, inclusive hipotecário), bem como da especulação financeira em geral. Mas isso acabou por gerar efeitos colaterais drásticos na forma de intermitentes bolhas especulativas: o “crash” de 1987, as crises “asiática” e “russa” dez anos depois e as bolhas do “ponto-com” e, finalmente, dos “sub-primés” – a mais dramática de todas (SHAIKH, 2011).

Na Europa, tal dinâmica, embora determinada pelos mesmos vetores fundamentais, variou de país para país no que diz a habilidade do Estado em implementar políticas que facilitassem os efeitos contrariantes a queda da lucratividade experimentada nos anos 1960/70. Governos no Reino Unido (Thatcher e mesmo Blair) nos anos 1980 e 1990 e, em menor grau, na Alemanha no final dos anos 1990 e início de 2000, foram capazes de implementar reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais que reduziram custos empresariais (incluindo o do trabalho - algo um pouco similar ao “Reaganomics” nos EUA). Isso deu ao capital a capacidade de recuperar fortemente “m” e, com isso, sua lucratividade. Contudo, em outros países, como França, Itália e Espanha, governos não lograram implementar tais políticas até o final da primeira década do século XXI - e não conseguiram recuperar a lucratividade dos investimentos empresariais. Na Figura 7 nota-se que até as vésperas da crise de 2008, Alemanha e Holanda já haviam recuperado um tanto da lucratividade perdida nos anos 1960/70. Manejaram também, até certo ponto, recuperá-la após o estouro da atual crise. A Figura 8 mostra que nem uma coisa nem outra ocorreu na França e na Itália e mesmo na Espanha. Na média geral da Europa, tal qual nestes últimos países, a curva de lucro não se recuperou, como mostra a Figura 6.

Figura 7 - Taxa de Lucro na Alemanha, Dinamarca e Holanda

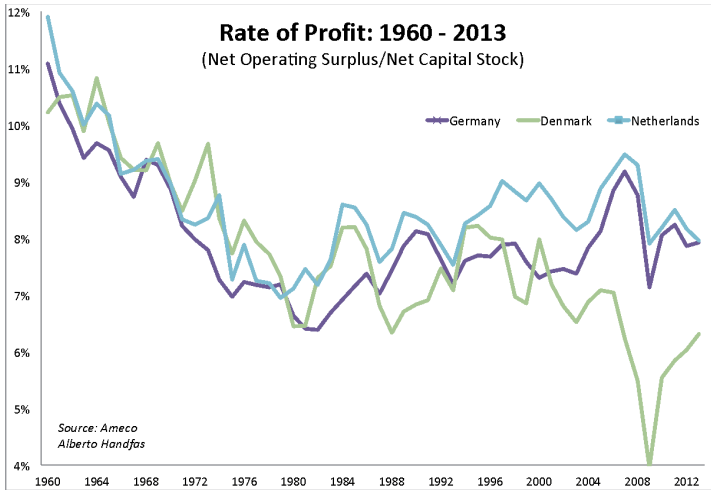
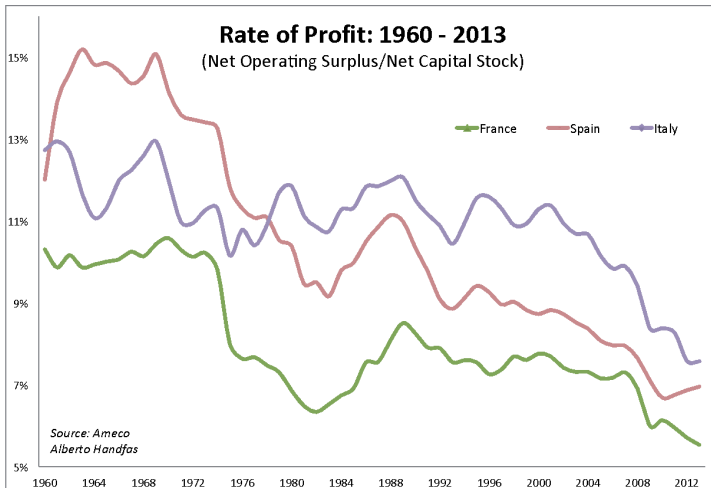


Figura 8 - Taxa de Lucro na França, Espanha e Itália



Ao fim e ao cabo, foi justamente a dificuldade em recuperar a taxa de lucro dos investimentos empresariais na zona do euro - e a tentativa de artificialmente compensá-la - que gerou a bolha de crédito e a crise financeira que a sucedeu. Tal crise poderia levar a uma quebradeira (similar à de 1929) que reduziria o valor dos ativos e assim o do capital, “k” e permitiria

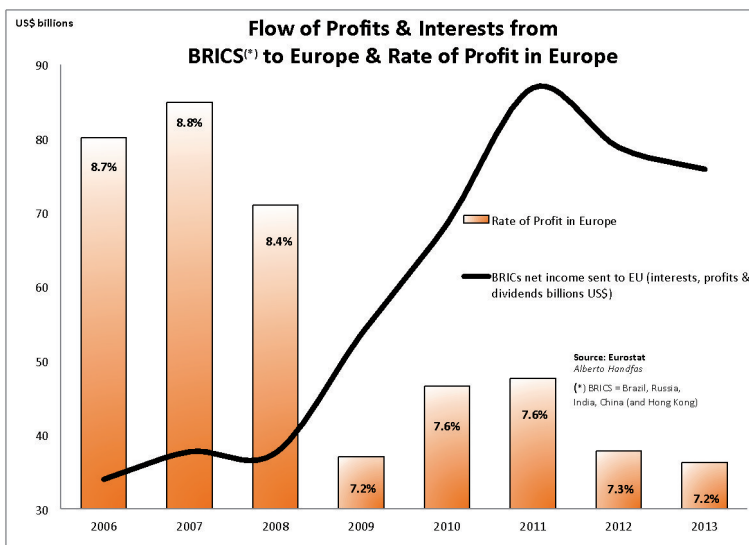
forte recuperação da taxa de lucros. Mas, para evitar tal quebradeira, os governos e autoridades monetárias lançaram os dispositivos de salvamento a bancos e agora a “troika” força ajustes fiscais e trabalhistas para recuperar a massa de lucro.

4 A CRISE EUROPEIA, OS “EMERGENTES” E O FLUXO DE RENDA

Uma outra forma de compensar a queda da lucratividade experimentada pela zona do euro envolve a exportação de capitais para valorizá-los no exterior – em particular nas economias “emergentes” - e repatriá-los em seguida. A bem da verdade, o balanço de pagamentos entre as potências econômicas internacionais – EUA, Europa ocidental e Japão - e os países emergentes é em parte determinado por tal necessidade de valoração.

No caso da Europa, pode-se observar a existência de uma relação inversa entre a taxa de lucro da zona do euro e os de fluxos líquidos de capital e de renda enviados pelos países emergentes à União Europeia. A Figura 9 mostra tais fluxos com os emergentes de mais destaque, os chamados “Bric’s” (Brasil, Rússia, Índia e China).

Figura 9 - Envio de Renda (Lucros, Dividendos e Juros) dos BRICS a Europa e sua Taxa de Lucro



Até 2008, enquanto a lucratividade das corporações europeias eram altas, os “Brics” não enviavam grandes montantes líquidos de renda. Tais corporações têm investimentos diretos (filiais ou outros capitais coligados) alocados nos “Brics”. Com a alta liquidez promovida pelo BCE, mesmo antes da crise, fortes investimentos em carteira de curto prazo de fundos europeus foram também alocados em emergentes para aproveitar o diferencial de juros pagos. Depois de 2008, quando a lucratividade das matrizes europeias despencam, suas filiais localizadas nos “Brics” são chamadas a enviar o máximo de recursos de volta às matrizes na forma de remessas de lucros e dividendos. Os pagamentos de juros também crescem. No total, o montante de remessas líquidas – juros, dividendos e lucros das filiais nos “Brics” às matrizes na Europa – quase triplica entre 2008 e 2011, quando atinge-se a casa dos US\$ 90 bilhões.

5 CONCLUSÃO

A crise financeira global de 2007 - 2009 concatenou-se com uma forte recessão na economia europeia. Tal crise contudo foi menos causa que consequência. O presente artigo procurou chamar a atenção para evidências de que um enfraquecimento na acumulação do capital mundial e particularmente europeu já vem ocorrendo nas últimas décadas. Isso decorre de uma tendência de longo prazo de baixa na taxa de lucro obtida nos investimentos produtivos.

Tal baixa inicia-se no final dos anos 1960, nos estertores dos “30 anos gloriosos” do pós-II GM, quando os volumosos investimentos com a reconstrução e depois dela haviam tornado o capital fixo por demais pesado para o lucro a ser obtido. Algo, aliás, parecido com o ocorrido nos anos que antecederam 1929, mas tal superacumulação desdobrou-se numa avalanche de destruição/desvalorização de capital nos anos 1930 até 1945 – o que permitiu um ajuste drástico na lucratividade. Diferentemente, a baixa da lucratividade que se seguiu à superacumulação do pós-II GM não foi corrigida por redução do peso do capital fixo. Entre os anos 1970 e 1990, uma série de medidas paliativas que forçavam uma alta na massa de lucro foram tomadas na forma de políticas de Estado: redução de custos trabalhistas e fiscais e desregulamentação financeira que acabou por gerar bolhas

especulativas. Mas tal recomposição da lucratividade é frágil e instável, como mostrou a crise que veio com o estouro da bolha dos “sub-primés”. Na Europa ela tornou-se uma crise de endividamento. A política da “troika” visa acima de tudo implementar mais do mesmo: com austeridade fiscal – cortes em gastos sociais e em benefícios – e flexibilização trabalhista pretende-se ajustar a lucratividade. Países emergentes (inclusive a China) continuam cumprindo com um papel auxiliar (remetente de mais-valia na forma de rendas) na recomposição da lucratividade dos países centrais, no caso os europeus.

REFERÊNCIAS

- BANCO DE PORTUGAL. Disponível em: <www.bportugal.pt>.
- DEUTSCHE BUNDESBANK. Disponível: <<http://www.bundesbank.de/Navigation/EN/Statistics/statistics.html>>.
- EUROPEAN COMMISSION. AMECO: annual macro-economic database. Disponível em: <http://ec.europa.eu/economy_finance/db_indicators/ameco/index_en.htm>.
- EUROPEAN CENTRAL BANK. Statistics. EUROSTAT. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>>.
- LAVOIE, M. *Changes in Central Bank: procedures during the subprime crisis and their repercussions on monetary theory*. New York: Levy Economics Institute, 2010. (Working Papers Series, n. 606).
- MURRAY, B.; LANMAN, S. Bank of Japan joins Fed, ECB in record stimulus. *Bloomberg News*, 5 Apr. 2013.
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment interest and money*. New York: Hartcourt, 1991.
- KLIMAN, A. *The failure of capitalist production: underlying causes of the great depression*. London: Pluto Press, 2012.
- MARX, K. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1993.
- MARX, K. *Capital*. Londres: Penguin Books, 1986. v. 3.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais).
- PALLEY, T. *Financialization: the economics of finance capital domination*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

PALLEY, T. *Monetary union stability: the need for a government banker and the case for a european public finance authority*. Düsseldorf: Macroeconomic Policy Institute, 2011. (Working Paper, 2).

SHAIKH, A. The first great depression of the 21st century. *Socialist Register*, Pontypool, v. 47, 2011.

SHAIKH, A. The falling rate of profit as the cause of long waves: theory and empirical evidence. In: KLEINKNECHT, A.; MANDEL, E.; WALLERSTEIN, I. (Ed.). *New findings in long wave research*. Macmillan Press, 1992. chap. 7.

A UNIÃO EUROPEIA NA CRISE DO CAPITALISMO GLOBAL: A POLÍTICA DE AUSTERIDADE

Francisco Luiz Corsi

1 INTRODUÇÃO

A União Europeia enfrenta severa crise desde o estouro da bolha imobiliária nos EUA em agosto de 2007. Crise que adquiriu contornos mais dramáticos um ano depois quando o banco Lehman Brothers quebrou e gerou uma onda de pânico que varreu a economia mundial. A crise europeia, que afeta em especial os países da zona do euro, só pode ser entendida no bojo dessa crise. É um de seus momentos (CHESNAIS, 2012). A crise não parece ainda ter sido superada, e como em outras crises estruturais do passado, é provável que a atual leve o capitalismo a se reestruturar. Os caminhos dessa reestruturação são ainda incertos e dependerão de uma série de determinações, mas sobretudo da encarniçada luta pela hegemonia mundial. Apesar de ter sofrido graves perdas, o capital financeiro manteve sua predominância no capitalismo global, resistiu as tentativas de uma maior regulação dos mercados e os movimentos sociais não lograram reverter as políticas que jogam nas costas do grosso da população o ônus da crise. O capital financeiro tem conseguido, em grande parte, conduzir as respostas a crise a partir de seus interesses. Este processo é bastante evidente na periferia da zona do euro. Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Irlanda adotaram duras políticas recessivas em plena crise, o que

não tem se mostrado eficaz para debelá-la e a perspectiva futura parece ser um longo período de estagnação.

O epicentro da crise situa-se no núcleo do sistema¹. A ruptura da cadeia especulativa formada a partir dos títulos imobiliários norte-americanos trouxe à tona as fragilidades do sistema financeiro internacional. A drástica redução da liquidez no mercado mundial tem decorrência da crise financeira desdobrou-se e acentuada redução da acumulação de capital. A economia global enfrentou forte recessão em 2009. A crise não foi mais profunda em virtude do desempenho positivo das economias em desenvolvimento, embora elas também tenham desacelerado com a crise². Também foi fundamental a ampla ação do Estado na economia, evitando, provavelmente, uma depressão semelhante à da década de 1930³. Na Grande Depressão, o capital financeiro foi colocado de joelhos dada a magnitude da destruição do capital fictício, o que abriu espaço, depois da derrota do nazi fascismo, para a “reestruturação keynesiana” do capitalismo. Na crise

¹ Nos anos 1990, o sistema capitalista enfrentou uma série de crises em sua periferia, quais sejam: México em 1994, Asiática e, 1997, Russa em 1998, Brasil 1999 e Argentina 2000. Embora graves, estas crises não chegaram a abalar o capitalismo global, mas denotaram a intensificação da instabilidade sistêmica na fase de hegemonia do capital financeiro. Ver a respeito, entre outros, Chesnais (2005) e Harvey (2011).

² Os países desenvolvidos foram duramente atingidos pela crise. Cresceram apenas 0,5, em 2008, e sofreram forte retração de 3,2% do PIB, em 2009. Enquanto isso, os países em desenvolvimento cresceram 2,6%, em 2009, depois e terem crescido 6,1%, no ano anterior, e 7,4% em média na fase de expansiva 2003-2007, o que indica que estes países não ficaram imunes à crise mundial. Cabe destacar o crescimento da China. Esse desempenho dos países em desenvolvimento impediu uma crise de grandes proporções. A momentânea e vacilante recuperação a partir de 2010 também dependeu do desempenho dos países em desenvolvimento, em particular da Ásia, que cresceram 9,5%. O bom desempenho desses países, sobretudo o da China, contribuiu por meio de sua elevada demanda por matérias primas para estimular outras economias periféricas, como as da América Latina (FMI, 2012, p. 2).

³ Estimam-se os desembolsos com resgates de bancos, planos de investimentos, estímulos fiscais, estímulos ao consumo, investimentos em obras públicas etc. pelas principais economias do mundo em 11 trilhões de dólares do início da crise até março de 2009. O plano norte-americano, anunciado ainda no governo Bush, previa dispêndios da ordem de 860 bilhões em estímulos para a economia e socorro aos bancos. Para União Europeia estimam-se que os dispêndios alcançaram cerca de 260 bilhões de dólares no enfrentamento imediato da crise (BLACKBURN, 2008; DOWBOR, 2009). Paralelamente a essas medidas, o Federal Reserve (FED), em um contexto de baixa inflação, injetou enormes quantidades de moeda na economia com o objetivo de animá-la e desvalorizar o dólar, contribuindo assim para melhorar as contas externas norte-americanas e desvalorizar os passivos em dólares. O Banco Central Europeu resistiu, inicialmente, a essa política, só com o agravamento da situação passou a agir de forma mais ampla. Os efeitos dessas medidas foram pouco significativos em termos de reanimar a economia, o que denota a profundidade dos problemas do capitalismo e a insuficiência dessa política em uma economia globalizada, onde o capital desloca-se com facilidade para regiões que apresentem maior rentabilidade. Os países em desenvolvimento também adotaram políticas econômicas anticíclicas. Cabendo destaque para a China. A manutenção de elevados níveis de crescimento econômico neste país foi fundamental para amenizar a crise econômica mundial. O governo chinês implantou um programa de incentivo ao consumo e aos investimentos, voltado para o mercado interno, orçado em 585 bilhões de dólares. Os governos latino-americanos também adotaram uma série de medidas para enfrentar os impactos da crise mundial.

atual, o capital financeiro, não obstante amargar perdas significativas, não foi desarticulado e muito menos sofreu uma redução de seu poder político e ideológico, graças, em grande medida, ao socorro estatal. Governos liberais flexibilizaram suas políticas e intervieram na economia com o objetivo de evitar o colapso da banca, mas sem impor controles sobre o capital financeiro e deixando incólumes os especuladores. Ficou evidente a incapacidade dos mercados regularem a economia de maneira eficiente⁴. A discussão sobre a necessidade de regular as finanças globalizadas, no entanto, não prosperou, bloqueada pela ferrenha oposição dos bancos e dos fundos de investimento.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial desempenharam um papel secundário na crise. Inicialmente, defenderam a flexibilização das políticas liberais e aconselharam o relaxamento da liquidez e do gasto público. Porém, passado o pânico e salvo o capital financeiro, voltaram a defender a austeridade, fazendo coro aos clamores dos bancos, dos fundos de investimento, dos analistas da grande imprensa, dos governos conservadores e dos especuladores em geral, o que denota mais uma vez o quanto essas instituições estão submetidas aos interesses do capital financeiro e aos governos dos países centrais.

Uma das consequências da ação dos Estados no combate à crise foi a rápida deterioração das finanças públicas, como no caso de vários países da União Europeia. Esta questão assumiria o epicentro do repique da crise a partir de 2010, sobretudo nos países periféricos da zona do euro. A deterioração da situação fiscal e das contas externas desses países levou o capital financeiro, a União Europeia e as instituições multilaterais a imporem a eles severa política de austeridade fiscal, que aprofundou a crise.

O objetivo do presente capítulo é discutir o papel da política de austeridade, calcada sobretudo no equilíbrio fiscal, no agravamento da crise econômica na União Europeia (UE), que se estende até os dias de hoje e atinge em especial os países do Sul do continente. Além dessa introdução,

⁴ Logo após o estouro da crise “o governo americano disponibilizou US\$ 2,25 trilhões (sendo US\$ 1,5 trilhão para garantir novas dívidas emitidas pelos bancos, US\$ 5000 bilhões para os depósitos nos fundos mútuos e US\$ 250 bilhões para capitalizar os grandes bancos). O *Federal Reserve* (Fed) aumentou para US\$ 900 bilhões seus acordos e troca de moedas com quatorze bancos centrais para ampliar a liquidez em dólares nos mercados financeiros globais. Alemanha, França, Holanda, Espanha, Áustria, Portugal, Reino Unido e Suécia) e a Noruega, por sua vez, disponibilizaram US\$ 2,75 trilhões” (CINTRA; PRATES, 2011, p. 12).

o artigo está dividido em duas partes. Na primeira, busca-se situar a crise europeia no contexto da crise estrutural do capitalismo global. Na segunda, abordamos os impactos da crise na Europa e as políticas econômicas adotadas para enfrentar a situação e traçamos breves considerações finais.

2 A CRISE NO MERCADO IMOBILIÁRIO DOS EUA

O inchaço da esfera financeira data dos anos 1980, embora possamos rastrear a retomada do crescimento desta fração do capital desde a década de 1960. Depois da Grande Depressão e da Segunda Guerra, o capital financeiro, enfraquecido, esteve submetido aos objetivos de incrementar a acumulação e garantir o pleno emprego, o que refletia a correlação de forças entre o capital e o trabalho nos países centrais naquele momento. A expansão dessa fração ao longo do longo período de expansão 1945-1973 e a crise estrutural dos 1970, que reestruturou o capitalismo e abriu nova fase, denominada de globalização, criaram as condições para a hegemonia dessa fração do capital⁵.

A explosão da especulação a partir da década de 1980, viabilizada pela abertura das economias nacionais, pela desregulamentação financeira e pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação, indica as crescentes dificuldades de valorização do capital na esfera produtiva, particularmente para os capitais norte-americanos, japoneses e europeus, apesar da reestruturação do capitalismo ter levado os salários a crescer abaixo da produtividade e propiciado a recuperação das taxas de lucro⁶. A existência de crescente capacidade produtiva em escala global, em grande medida decorrente da abertura de novo espaço de acumulação de capital na Ásia, que também derivou da reestruturação do capitalismo⁷, inibe a acumulação no centro do sistema, dado os problemas de competitividade das economias dessa região, e estimula os capitais aí formados a buscarem valorizarem-se em outras regiões ou na esfera financeira.

⁵ Fugiria aos limites do presente texto aprofundar essa importante questão. Ver a respeito: Chesnais (1996; 2005; 2012), Brenner (2003; 2006), Harvey (2011) e Corsi (2002; 2006; 2009).

⁶ A busca da recuperação da taxa de lucro, cuja queda foi um dos fatores determinantes da crise de superprodução dos anos 1970, induziu a reestruturação do capitalismo. Sobre o comportamento da taxa de lucro ver Chesnais (2005) e Brenner (2003).

⁷ Sobre a ascensão do Leste asiático como novo polo de acumulação ver Corsi (2011).

Nestas circunstâncias, o domínio do capital financeiro limita o investimento⁸, o que reduz a demanda agregada, que também é afetada pelo lento crescimento dos salários. A expansão do mercado passou a depender cada vez mais do endividamento das famílias e do setor público. O endividamento tornou-se peça central do padrão de acumulação do capitalismo globalizado, sustentando, em grande medida, o seu crescimento. Mas o nível da acumulação tem se mostrado insuficiente para assegurar a valorização do capital na produção. Existe um crescente volume de capital fictício que para valorizar-se necessita inflar continuamente a especulação⁹. Não por acaso, o capitalismo global passou a depender de forma crescente de bolhas especulativas. Desde meados da década de 1980, observa-se uma sucessão de bolhas especulativas. A situação caminhou para uma crise estrutural quando estas bolhas estouraram no coração do capitalismo. O início desse processo foi o estouro da bolha com ações de empresas que compunham a chamada nova economia na National Association of Securities Dealers Automated Quotations (NASDAQ), em 2001. À época, parecia que o capitalismo estava diante de uma grande crise. As previsões pessimistas não se confirmaram naquele momento (BRENNER, 2006).

A resposta dada à crise de 2001 adiou esse desfecho. O governo dos EUA, que liderou o combate à crise, adotou uma política expansiva, pautada na redução dos juros, na ampliação do crédito, na expansão do gasto público e no corte dos impostos, com o objetivo de estimular o consumo e os investimentos. Aspecto importante dessa política foi a majoração dos gastos militares, que subiram 6% em 2001 e 10% no ano seguinte, o que contribuiu para o grande déficit de 450 bilhões de dólares em 2003 (BRENNER, 2006, p. 128-133).

⁸ O capital financeiro, segundo Chesnais (2005), sugaria capital da esfera produtiva para as aplicações financeiras, dificultando dessa maneira a retomada mais vigorosa dos investimentos, apesar das taxas de lucros terem se recuperado a partir de meados dos anos 1980 depois de tenderem a cair desde meados da década de 1960. Estaria aí a causa central do lento crescimento. Através do controle acionário, a burguesia, que teria se tornado uma classe rentista e que teria, portanto, passado a apresentar um comportamento patrimonialista, imporá uma “forma radical do direito de propriedade” que submeteria as empresas e os assalariados a lógica de rentabilidade do capital financeiro. A majoração dos dividendos e juros exigida pelo capital portador de juros resultaria na redução dos lucros retidos para financiar os investimentos e levaria a rejeição de projetos que não assegurassem as taxas requeridas pelos acionistas. A tendência a redução dos salários somada à queda dos investimentos levaria ao desempenho sofrível de boa parte da economia mundial (CHESNAIS, 2005, p. 50-58)

⁹ O capital fictício também cresce em virtude das reaplicações na esfera financeira do capital valorizado na especulação. Dessa forma, existe um mecanismo endógeno que expande sistematicamente o capital fictício.

As taxas de juros dos empréstimos hipotecários de longo prazo declinaram acentuadamente entre 2000 e 2003 (cerca de 40%) e caíram mais suavemente até 2006. O resultado dessa política foi o incremento da demanda e, por conseguinte, dos preços dos imóveis, com reflexos positivos para o conjunto da economia norte-americana. A elevação do valor do patrimônio dos proprietários de imóveis estimulou ainda mais o endividamento das famílias e, dessa maneira, alimentou a bolha especulativa. Nesse período, em torno de 85% dos empréstimos realizados pelas famílias referiam-se a hipotecas para a aquisição da casa própria. A recuperação da economia foi impulsionada pelo crescente endividamento das famílias, das empresas e do Estado e pela especulação imobiliária (BRENNER, 2006, p. 128-130; HARVEY, 2011).

O incremento da atividade econômica nos EUA estimulou por meio do aumento dos déficits comerciais¹⁰ o conjunto da economia mundial, em particular o Leste asiático, que a partir de sua relação simbiótica¹¹ com a economia norte-americana se firmou como um polo dinâmico de acumulação de capital, responsável, em parte, pela fase expansiva 2003-2007. O vigoroso crescimento chinês, estimulado em boa medida pelas exportações, elevou o consumo por commodities e, portanto, os preços das mesmas, que também subiram devido à especulação. Este desdobramento contribuiu para impulsionar a atividade econômica nos países exportadores de matérias-primas. Dessa forma, o crescimento se irradiou pela economia mundial, que cresceu, entre 2003 e 2007, 5,0% em média por ano (BELLUZZO, 2009).

A expansão imobiliária no EUA sustentava-se em imenso volume de emissão de títulos hipotecários. Quando da explosão da crise, estima-se o valor total desses títulos em 12 trilhões de dólares, sendo parte considerá-

¹⁰ Em 2006, o déficit comercial norte-americano atingiu a cifra de 6,2% do PIB (BRENNER, 2006).

¹¹ A crescente aplicação de reservas de vários países em títulos dos EUA, em especial por parte China, passou a desempenhar papel de grande relevância para o equilíbrio da economia mundial. A aplicação desses recursos nos EUA tornou-se importante para a sustentação do seu duplo déficit (o externo e o fiscal), do dólar e para manutenção das políticas econômicas expansivas. Também é importante para a sustentação da especulação financeira. Os países asiáticos superavitários ao financiarem os déficits norte-americanos respondem aos seus interesses. Permitem aos EUA manter políticas monetárias e creditícias expansionistas, que impulsionam a economia norte-americana e o seu elevado déficit externo. Dessa maneira, promovem as suas próprias exportações e produção ao financiarem o excesso de consumo norte-americano. Paralelamente, mantêm suas moedas desvalorizadas em relação ao dólar. Essas relações, segundo Belluzzo (2005), denotam a simbiose existente entre as economias asiáticas e a norte-americana. No entanto, essa simbiose possui fundamentos frágeis, pois esse esquema de financiamento solapa o setor produtivo norte-americano e enfraquece o dólar (BELLUZZO, 2005; CORSI, 2011).

vel desse montante constituída de títulos subprime¹² (BORÇA JÚNIOR; TORRES FILHO, 2008). Para fugir do risco e obter mais recursos para alimentar o processo especulativo por meio de novos financiamentos imobiliários, os bancos e as instituições de crédito imobiliário norte-americanas venderam esses títulos em mercados secundários e os tomaram como base para o lançamento de diferentes tipos de outros títulos (credit default swaps e vários tipos de produtos estruturados), que foram por sua vez vendidos para bancos e fundos de investimentos espalhados pelo mundo. Ou seja, disseminou-se a prática de transformar e vender títulos emitidos em um mercado primário e créditos bancários, entre eles os hipotecários, em títulos negociáveis em mercados secundários. Este processo constituiu uma rede de especulação com base em títulos lastreados em hipotecas, muitas das quais de solvência duvidosa. Este fato elevava o risco de grande parte do sistema financeiro em escala mundial. Os problemas começaram a aparecer 2006, dado os altos índices de inadimplência. (BELLUZZO, 2009; CHESNAIS, 2005, 2012; CORSI, 2009 ; HARVEY, 2011).

A situação deteriorou-se devido à elevação dos juros em 2006 em decorrência das pressões inflacionárias e da tentativa por parte do FED de desarmar a bolha especulativa. A elevação dos juros aumentou a inadimplência, que atingiu, em 2007, 2 milhões de famílias. Neste contexto, a demanda por imóveis retraiu-se, determinando a queda do preço das residências, que também foi alimentada pela recolocação dos imóveis retomados pelas execuções hipotecárias no mercado, apesar da forte retração da atividade no setor da construção civil. A elevação da inadimplência fragilizou as instituições financiadoras da expansão imobiliária e toda a rede de especulação formada a partir dessas operações de financiamento, dado que essas instituições tinham vendido boa parte dos seus títulos lastreados em hipotecas para se financiarem em escala mundial. Este processo foi potenciado pela existência de outras bolhas imobiliárias na Espanha, na Inglaterra e na Irlanda (HARVEY, 2011, p. 9-12).

¹² O subprime é um tipo de financiamento no qual o tomador de crédito não oferece garantias que lhe permita usufruir de taxas de juros mais baixas (prime rate). Bastante utilizado na concessão de empréstimos imobiliários nos EUA, sendo que o imóvel financiado torna-se a garantia do financiamento. Portanto, os títulos emitidos pelas instituições de financiamento imobiliário nestas condições apresentavam risco alto de inadimplência, embora a entidade provedora do crédito contar com a garantia, o próprio ativo, que revendido no mercado poderia gerar lucros.

A rápida ação dos bancos centrais dos países desenvolvidos e de alguns países emergentes, que garantiram os depósitos e injetaram bilhões de dólares na economia para evitar o colapso da liquidez, salvou o capital da debacle financeira¹³ (BELLUZZO, 2009; HARVEY, 2011). Mas o enorme volume de ativos tóxicos nas carteiras de inúmeros bancos, fundos de investimento e companhias de seguros espalhou a crise.

3 A CRISE NA ZONA DO EURO

As economias que compõem a União Europeia, impactadas pela quebra da cadeia especulativa centrada nos EUA, mergulharam na crise, recuaram 4,4%, em 2009. Entretanto, no segundo semestre desse ano, a situação mundial parecia que iria melhorar, pois as economias dos EUA, da Alemanha, da França e do Japão apresentaram alguns sinais de retomada e a China apresentou um crescimento significativo no 4º trimestre (CORSI, 2011, p. 57 ; FMI, 2010). Entretanto, em novembro, estourou a crise na Grécia, que tinha graves problemas de financiamento de sua dívida pública e de suas contas externas¹⁴. Portugal, Irlanda, Espanha e Itália também enfrentavam problemas de financiamento público e externo (FMI, 2011)¹⁵ As fragilidades do euro ficaram expostas.

Neste quadro, a Grécia, no início do ano seguinte, enfrentou um ataque especulativo, com fuga de capitais e disparada das taxas juros sobre os títulos de sua dívida. Para evitar a insolvência, que poderia alastra-se para outros países em dificuldades, a Alemanha e a França lançaram um plano de resgate, que culminou com a reestruturação da dívida pública grega em outubro de 2011. Isto era vital para os interesses financeiros, pois

¹³ Apesar da queima de trilhões de dólares de capital fictício na forma de desvalorização de ações e títulos a crise não foi superada, pois Harvey (2011, p. 26) estima o montante de capitais circulando na especulação financeira nos mercados globais em 600 trilhões de dólares em 2008 para um PIB mundial da ordem de 50 trilhões. A queima desse excesso de capital fictício e de capital constante, expresso no excesso de capacidade ociosa global, são fundamentais para a superação da crise, que tende a se arrastar devido a lentidão ou a insuficiência da destruição do capital que encontra dificuldade em valorizar-se a taxa considerada normal de lucro. Isto ajuda a explicar as dificuldades das medidas expansivas reanimar a economia mundial.

¹⁴ A dívida pública grega equivalia a 115,1% do PIB e o déficit fiscal 13,6%. O déficit em conta corrente era de 11,2% do PIB www.datosmacro.com.

¹⁵ Em 2009, o déficit da Espanha de era de 11,10% do PIB, o da Irlanda de 13,70% e o de Portugal 9,80% do PIB. Situação que não diferia da do Reino Unido, com um déficit público de 13% do PIB, e da dos EUA, com um déficit de 10,6% do PIB. A Itália estava em situação um pouco melhor, com um déficit de 5,5% do PIB (FMI, 2011), www.datosmacro.com.

52% da dívida grega estavam nas mãos de bancos franceses, 30% na de bancos alemães, 10% ingleses e 8% na dos holandeses. Em troca de um pacote de ajuda financeira, a Grécia assumiu dura política de estabilização, o que representou uma intervenção da União Europeia na sua economia (FORMENTO; MERINO, 2011, p. 112).

A deterioração da situação grega contagiou a Irlanda, a Espanha, a Itália e Portugal. O risco de uma onda de falência de bancos europeus era grande, pois o volume de títulos desses países nas carteiras dos bancos franceses, alemães, holandeses e ingleses era bastante elevado¹⁶. Analistas estimavam que a exposição dos bancos europeus naquele momento em de cerca de 2 trilhões de dólares. Para os interesses financeiros tratava-se de garantir a qualquer custo o pagamento dos títulos das dívidas desses países. (FORMENTO; MERINO, 2011, p. 112-122).

A deterioração da situação fiscal dos países da zona do euro resultou, em grande medida, dos esforços dos Estados para salvarem o capital financeiro e das tentativas para estancar a própria crise. A expansão do gasto público foi o pilar central da política anticrise desses países, já que tinham perdido o controle da política monetária. Esta estava a cargo do Banco Central Europeu (BCE), que passou injetar liquidez na economia e reduzir a taxa de juros, embora de maneira menos agressiva que o Federal Reserve (FED). Entretanto, passado o momento crítico, a ortodoxia contra-atacou e pressionou pelo aumento dos juros e pela contenção dos gastos públicos. O BCE começou a aumentar os juros no começo de 2011, não obstante a ausência de pressões inflacionárias e o baixo desempenho da economia. Em um contexto de piora da crise, esta política foi relaxada quando Mario Draghi assumiu a presidência do BCE, em fins de 2011, substituindo Jean-Claude Trichet, que acreditava que uma política austera seria fundamental para recuperar a confiança dos investidores e assim criar as condições para a retomada do crescimento (KRUGMAN, 2012, p. 175-179).

O discurso ortodoxo atribui a deterioração da situação fiscal e das contas externas às políticas fiscais, monetárias e salariais irresponsáveis adotadas a partir de 2000, que estimularam o consumo e as bolhas imobili-

¹⁶ Os bancos franceses e alemães foram responsáveis por 71% do dinheiro emprestado aos chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália e Grécia) e os ingleses por cerca de 15%. (FORMENTO; MERINO, 2011, p. 112-122).

liárias¹⁷. Diante desse quadro, os ortodoxos defendem a adoção de rígidas políticas de austeridade fiscal, monetária, creditícia e salarial e corte nos gastos sociais. Esta seria a maneira mais eficaz de estabilizar a economia e retomar a confiança dos investidores, condições necessárias para a retomada do crescimento e redução das altas taxas de desemprego. Os países da periferia europeia, segundo essa visão, na fase de expansão do ciclo adotaram políticas expansivas que permitiram um nível de consumo insustentável. A crise obrigaria esses países fazer os duros ajustes necessários para retomar o crescimento econômico com estabilidade.

Contudo, antes da crise as contas públicas não estavam fora de controle como asseveram muitos neoliberais. Observava-se esforços de convergências aos parâmetros estabelecidos pela União Europeia¹⁸, apesar de poucos países terem atingido os níveis estabelecidos para o déficit público, a relação dívida/PIB e a inflação. As dificuldades de convergência se deviam não só a rigidez dos parâmetros, mas também aos desequilíbrios estruturais da zona do euro.

Este esforço de convergência pode ser observado no gráfico 1. Entre 1995 e 2000, os países em pauta fizeram um esforço para alcançarem os parâmetros estabelecidos como critério para ingressar na zona do euro. Verifica-se uma piora da situação a partir de 2001 até 2004, mas o teto de 3% não foi ultrapassado. Depois dessa última data, os déficits diminuíram, ficando abaixo de 3%. A situação voltou a deteriorar-se com

¹⁷ Segundo Bagus (2012, p. 20-22): “Durante o início dos anos 2000, uma política monetária expansionista reduziu artificialmente a taxa de juros. Empreendedores deram início ao financiamento de projetos que pareciam lucrativos somente por causa dos juros artificialmente reduzidos; a realidade, no entanto, é que não havia e nem nunca houve poupança real para sustenta-los. A consequência desta expansão monetária e do crédito foi o surgimento de bolhas imobiliárias e uma explosão sem precedentes do consumo nos países da periferia [...] O euro surgiu tendo como suporte uma implícita garantia de socorro. Os participantes do mercado sabiam que os governos mais fortes iriam socorrer os governos mais fracos como intuito de salvar o projeto político do euro caso o pior ocorresse. Sendo assim, por causa desta garantia, as taxas de juros que os governos da Itália, da Espanha, de Portugal e da Grécia tinham de pagar sobre suas dívidas caíram drasticamente quando estes países foram admitidos ao euro. As baixas taxas de juros deram a estes países um espaço adicional para incorrerem em mais gastos e, por conseguinte mais déficit [...] Até o início da crise da dívida soberana, a conta estava sendo paga por meio da redistribuição monetária interna criada pelo arranjo institucional do sistema do euro. Os principais contribuintes líquidos eram os cidadãos dos países mas fiscalmente sólidos, como a Alemanha [...] Os pacotes de socorro à Grécia, à Irlanda e à Portugal apenas tornaram este processo de transferência de riqueza mais explícito. Os incentivos que sempre existiram para se socorrer governos irresponsáveis estão hoje óbvios para todos. Mas os alemães não mais querem continuar pagando as contas da periferia”.

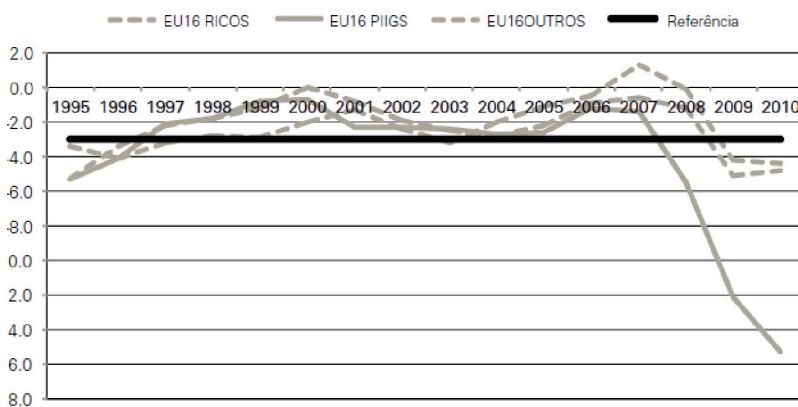
¹⁸ O tratado de Maastrich (1992) e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997) estabeleciam um teto de 3% do PIB para o déficit público e 60% do PIB para a dívida pública. A inflação não poderia ser 1,5% maior que a média dos três países que apresentasse menor inflação, da mesma maneira a taxa de juros não poderia ser superior a 2% da taxa média desses países com menor inflação (DINIZ; JAYME, 2013, p. 23).

a eclosão da crise em 2007. Os déficits públicos dos PIIGS dispararam e dos demais países também pioram, se estabilizando a partir de 2009, mas num patamar superior ao teto. Foi o socorro ao sistema financeiro e a tentativa de defender o nível de atividade econômica que explicam a disparada dos gastos públicos. Com a crise caiu a arrecadação e os juros para rolar a dívida subiram, o que tornou a situação bem mais difícil. Salvo o setor financeiro do colapso, as políticas passaram a pautarem-se novamente pela austeridade fiscal, com o objetivo de trazer os déficits para as metas estabelecidas. Apesar do enorme esforço para contrair os gastos públicos, o déficit da zona do euro só voltaria ao teto em 2013, depois de situar-se 3,7% no ano anterior, mas os países mais atingidos pela crise continuam a apresentar elevados déficits¹⁹.

A dívida pública nos anos que antecederam a crise também vinha convergindo para a meta de 60% do PIB. A dívida pública dos PIIGS, em 1999, estava no patamar de 85% do PIB. A dívida caiu para 75% do PIB, em 2007, sendo que a dívida pública do conjunto da zona do euro, neste ano, representava 66% do PIB da zona do euro. As medidas voltadas para enfrentar a crise fizeram a dívida desses países disparar, atingindo 83,6% em 2010 e 92,6% em 2013 (CHESNAIS, 2012, p. 96; KRUGMAN, 2012, p. 164; BEM, 2013, p. 102)²⁰.

¹⁹ Em 2013, o déficit público de Portugal foi de 4,90% do PIB, o da Espanha de 7,10%, o da Grécia de 12,70% e o da Irlanda 7,0%. A Itália conseguiu alcançar a meta e seu déficit foi de 3,0% do PIB (www.datosmacro.com).

²⁰ A dívida pública da Itália em relação ao PIB saltou de 103,30% para 132,6%, entre 2007 e 2013. Para Portugal, no mesmo período, os números são os seguintes: 68,40% e 129%. Na Espanha o crescimento foi também acentuado, a dívida pulou de 36% do PIB para 93,90%. Na Grécia, em 2013, a dívida pública correspondia a 175,10% do PIB, enquanto que em 2007 era de 107,40%. O crescimento mais espetacular foi o da Irlanda, cuja dívida pública saltou de 24,90%, em 2007, para 123,70% do PIB, em 2013 (www.datosmacro.com).

Gráfico 1 Déficit Público em relação ao PIB²¹

Fonte: Diniz e Jayme Júnior (2013, p. 26).

A crise mundial trouxe à tona os problemas estruturais que estão na raiz das dificuldades enfrentadas pela União Europeia. A adoção de uma mesma moeda e de um mercado comum para países com grandes diferenças de desenvolvimento favoreceu, em grande parte, os interesses do capital financeiro e das grandes empresas dos países mais desenvolvidos. Desde o início da formação da zona do euro encontramos, de um lado, países superavitários, como a Alemanha, e, de outro lado, deficitários, como Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda. Entre 1995 e 1999, estes últimos países, apresentaram uma tendência de superávit nas transações correntes, equivalente a 1,8% do PIB em média no período. Entre 2000 e 2007, os déficits foram recorrentes, cerca de 2% do PIB. Em 2010, o déficit em transações correntes desses países equivalia 5,53% de seus PIBs. Dessa forma, a dependência dos PIIGS em relação a importação de capitais tendeu a aumentar persistentemente (BEM, 2013, p. 102; DINIZ; JAYME JÚNIOR, 2013, p. 27).

Isto deveu-se a uma série de fatores, dentre os quais destacam-se os seguintes. O nível de produtividade do trabalho nos PIIGS era historicamente menor do que na Alemanha e em outros países do norte da Europa. Quando da criação do euro, estabeleceu-se uma taxa de câmbio

²¹ Alemanha, França, Áustria, Bélgica, e Holanda compõem grupo denominado “EU16 ricos”. Itália, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda o “EU16piigs”.

em um nível desvalorizado em relação ao marco e valorizado em relação as outras moedas, o que representou para a Alemanha uma desvalorização e uma valorização da moeda para os demais países. Enquanto os salários na Alemanha, entre 1999 e 2009, subiram 9%, no Sul da Europa subiram 35%. Somam-se a esses fatores a acirrada concorrência na economia mundial, particularmente devido à crescente competitividade da China e de outros países asiáticos, e a elevação dos preços das commodities durante a fase expansiva da economia mundial, que também pressionavam os custos para cima (BEM, 2013, p. 103; KRUGMAN, 2012, p. 161).

O resultado foi a perda de competitividade das economias do Sul da Europa. Isto dificultava as exportações e favorecia as importações. Por não terem mais moeda própria os países que perderem competitividade não puderam fazer uso da desvalorização para compensar suas deficiências. A política ortodoxa seguida pela União Europeia dificulta a desvalorização do euro, que poderia aliviar a situação desses países. A França, a Holanda e principalmente a Alemanha, beneficiaram-se amplamente desse processo, pois passaram a ter um amplo mercado à sua disposição. A moeda forte também proporcionou um boom de consumo, um crescimento dos investimentos em infraestrutura e de investimentos de empresas fora da Europa. Estes processos foram financiados pelo aumento do endividamento externo, sobretudo junto às redes financeiras franco/alemãs. A moeda única propiciou uma rápida convergência das taxas de juros. A desregulamentação e o desaparecimento do risco cambial incentivaram a diversificação das aplicações financeiras dentro da zona do euro, o que resultou em largo fluxo de capitais para a periferia da zona do euro. Essa situação de dependência de recursos externos foi agudizada pela crise aberta em 2007 (CHESNAIS, 2012; KRUGMAN, 2012; BEM, 2013; DINIZ; JAYME JÚNIOR, 2013).

Ao mesmo tempo, as grandes corporações europeias buscaram ampliar a presença nas economias periféricas da Europa, controlando empresas estratégicas nos setores bancário, industrial e de serviços. Observa-se o aprofundamento do processo de centralização de capitais, liderado pelos blocos de capitais alemães, em particular nos setores de bens de capitais e no desenvolvimento de tecnologia. Esses processos reduziram a autonomia e a capacidade de reação da periferia europeia (FORMENTO; MERINO, 2011). O enfraquecimento dessas economias amplia as oportunidades

para os capitais dos países mais desenvolvidos absorverem empresas públicas e privadas das regiões em crise, incrementando o processo que Harvey (2005) denominou de acumulação por despossessão.

Diante dessa situação de crise e de risco de colapso do euro, os grandes bancos e fundos de investimento e os governos da Alemanha e da França, que em grande medida ditam a política econômica da zona do euro, para preservarem seus interesses adotaram políticas de austeridade como estratégia de enfrentamento da crise. Esta política implica na redução da autonomia dos países membros. De modo geral, essa estratégia está baseada em dois pilares, quais sejam: 1- promoção do equilíbrio fiscal e nas contas externas por meio de políticas recessivas (corte do gasto público, reforma no sistema previdenciário, flexibilização da legislação trabalhista e corte nos salários); 2-ajuda financeira e renegociação parcial das dívidas com o objetivo de garantir o fluxo de pagamento das dívidas, evitar o colapso e deter a propagação da crise. Para dar suporte a essas operações, foi instituído, em maio de 2010, um fundo de 750 bilhões de euros, ampliado posteriormente para 1 trilhão²². O recrudescimento da crise obrigou o BCE a reduzir drasticamente as taxas de juros, que hoje são negativas, e a ampliar a compra de títulos públicos e privados, relaxando a política monetária. Este afrouxamento da política monetária indica uma flexibilização da política de austeridade.

O objetivo imediato da política de austeridade ao buscar estabilizar o déficit público e a relação entre a dívida pública e o PIB é garantir o pagamento das dívidas, através do aumento da poupança interna e dos aportes externos de capital, e preservar o valor das aplicações financeiras e dos investimentos. Os problemas de competitividade seriam resolvidos, em grande medida, por um brutal arrocho dos salários e corte nos gastos sociais. Dessa maneira, não seria preciso desvalorizar a moeda e nem adotar políticas inflacionistas, que prejudicariam os interesses do capital financeiro. Os resultados esperados seriam recuperação da competitividade e da confiança do capital financeiro. Isto permitiria a melhora das condições de financiamento, reduzindo as taxas de juros dos títulos das dívidas, o que aconteceu parcialmente. Os defensores dessa política consideram que seria possível, paulatinamente,

²² O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEFF) foi criado em junho de 2010 com o objetivo de socorrer os países da zona do euro em dificuldades financeiras. O Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) entrou em vigor em outubro de 2012. Seu objetivo é melhorar a coordenação das políticas econômicas.

incrementar a competitividade e a poupança interna, além de garantir o retorno dos fluxos de capital. Com isso seria factível retomar os investimentos e, portanto, aumentar o emprego, incrementar a produtividade do trabalho, ampliar a produção e elevar as exportações. Dessa forma, seria possível reduzir os desequilíbrios estruturais da zona do euro.

Essa estratégia penaliza duramente os trabalhadores, pois implica no incremento do desemprego, na redução dos salários, na precarização das condições de trabalho, na redução dos gastos sociais e na queda das aposentadorias, o que vem acontecendo em quase todos os países da zona do euro, mas sobretudo na sua periferia. A incapacidade dos movimentos sociais de resistir a essas políticas, pelo menos até o momento, tem possibilitado, como já assinalamos, as forças conservadoras conduzir a saída da crise. Passado o pânico, a direita retomou a iniciativa política, como fica evidente na adoção em todos os países da periferia da zona do euro das políticas de austeridade.

Contudo, essa estratégia apresenta profundas contradições. A drástica política de cortes de gastos públicos e o arrocho dos salários e das aposentadorias reduzem o consumo, a produção e o emprego e, portanto, a demanda agregada. A queda da atividade econômica inibe os investimentos, o que reforça e propaga a contração da economia. Dessa forma, essa política contribui para o aprofundamento da crise e não para sua superação. Além disso, a receita pública declina devido ao menor nível de atividade econômica, o que não permite o saneamento das finanças públicas em um período razoável. Isto fica claro na continua deterioração fiscal da Grécia, o que torna as dívidas impagáveis.

As políticas monetária e creditícia expansivas, com taxas de juros negativas, que poderiam promover a recuperação, têm tido, até o momento, efeitos reduzidos em virtude da saída de capitais em busca de melhor remuneração em outras regiões do mundo e devido a existência de níveis consideráveis de capacidade produtiva ociosa. Isto e a demanda fraca bloqueiam os investimentos. Ou seja, a recuperação dos investimentos necessários à retomada do crescimento sustentável e à redução dos diferenciais de produtividade entre os países da zona do euro não está garantida, pois as empresas tendem a não investir em países mergulhados em crises. A redução dos salários e dos gastos sociais não parece ser suficiente para os

países mais afetados recuperarem a competitividade. Apesar da fraqueza do movimento sindical, não parece existir espaço para baixar os salários ao ponto de tornar competitiva essas economias. Para tanto, seria necessária severa deflação, o que implicaria aprofundar ainda mais a crise. Além disso, esse processo de incremento da produtividade sistêmica exige largo prazo de maturação.

Essa política também contribui para o prolongamento da crise ao dificultar a queima do excesso de capital fictício, pois busca preservar os interesses e a valorização desse capital. Embora deprima a atividade econômica, não destrói o capital constante excessivo que se concentra sobretudo no Leste asiático. As economias dessa região não param de crescer e de conquistar fatias adicionais no mercado mundial, acirrando cada vez mais a concorrência intercapitalista. Processo que tende a prejudicar, entre outras economias, as da periferia da zona do euro, que apresentam problemas de competitividade e possuem moeda valorizada. O PIB da zona do euro, que tinha caído 4,4%, em 2009, e subido 2,0%, em 2010, e 1,6%, em 2011, voltou a recuar 0,7%, em 2012, e 0,4%, em 2013. Irlanda, Itália, Espanha, Grécia e Portugal vivem uma situação de crise quase que permanente.²³ O nível da dívida Pública nestes países, como indicamos acima, continua altíssimo. O desemprego, que manteve-se em média 7,3%, entre 2000 e 2007, na zona do euro saltou para 11,5% em julho de 2014, sendo de 23,3% para os jovens com menos de 25 anos. Na Grécia, a taxa de desemprego, que em 2001 era de 10,7%, saltou para 17,7%, em 2011, atingindo, em julho de 2014, 27,3%. Na Espanha o desemprego saltou de 10,3% em 2001 para 24,5% em julho 2014. A reduzida inflação, que desde outubro do ano passado situa-se abaixo de 1%, enquanto a meta do BCE é de 2%, indica a fraqueza da economia da zona do euro, os sinais de recuperação ainda são muito débeis. Depois de 4 anos de políticas de austeridade, a tendência a deterioração da situação econômica é nítida, o que indica que essas políticas são ineficazes para debelar a crise.

Esses problemas não abalam a convicção dos defensores da austeridade, em particular o governo alemão. A Alemanha adota desde pelo menos os anos 1990 a política de austeridade, com salários crescendo sis-

²³ Entre 2008 e 2013, o PIB italiano retraiu-se 8,9%, o espanhol 5,8%, o irlandês 6,6%, o português 9,3% e o grego 26,2%. Resultado bastante negativos, que indicam a ineficácia da política de austeridade.

tematicamente abaixo da produtividade e reduzidos índices de inflação²⁴. Isto, associado sobretudo a investimentos em tecnologia e infraestrutura, conferiu a economia alemã alto grau de competitividade, sem a necessidade de desvalorizar a moeda. As exportações são o grande motor dessa economia e seu principal mercado é a União Europeia. Além disso, a Alemanha especializou-se em setores que não competem frontalmente com as economias asiáticas, sobretudo com a China. Entre 1990 e 2008, as exportações passaram de 32% do PIB para 47%, não obstante a valorização da moeda, o que sugere a força da estratégia alemã baseada em poupança, arrocho dos salários, investimento, produção, exportação e superávit. Entre 2000 e 2008, o grau de abertura da economia alemã saltou de 55% para 72%. Boa parte desse crescimento foi obtido pelo avanço alemão na União Europeia. O comércio regional absorve mais de 60% de suas exportações (BRENNER, 2003; FORMENTO; MERINO, 2011; CHESNAIS, 2012; BEM, 2013; DINIZ; JAYME JÚNIOR, 2013).

A defesa por parte do governo alemão da austeridade como a única saída para a crise pode parecer paradoxal, pois a disseminação do padrão alemão de acumulação fecharia um dos espaços mais importantes de seu crescimento, o que indicaria, mais uma vez, as contradições da política de austeridade como estratégia de desenvolvimento. Contudo, posição superavitária, moeda forte e alto grau de competitividade não pode ser para todos países da União Europeia. No atual contexto, a adoção dessa estratégia por parte dos países da periferia europeia, pelas razões apontadas acima, não gerará prosperidade, mas sim o aprofundamento do fosso que separa essas economias das mais desenvolvidas, contribuindo para consolidar a existência de uma periferia cada vez mais dependente e importante para a valorização do capital financeiro e das grandes empresas. Ou seja, esta estratégia busca garantir a União Europeia como espaço privilegiado de valorização do capital dos blocos financeiros articulados sobretudo ao Estado alemão, além de propiciar maior autonomia e projeção para a Alemanha em uma economia global marcada por forte concorrência a intercapitalista.

A crise da União Europeia também está imbricada na acirrada luta pela hegemonia mundial entre os diferentes blocos imperialistas de um mundo multipolar que está se formando com a decadência dos EUA.

²⁴ Ver a respeito Brenner (2003).

De um lado, os blocos de capitais financeiros anglo-americanos e os EUA e, de outro, o novo polo de acumulação na Ásia, liderado pela China, que colocou em segundo plano a economia japonesa, que está articulada ao bloco anglo-americano²⁵. Soma-se a isso o ressurgimento da Rússia no cenário internacional. Uma base forte de acumulação na Europa seria a forma de garantir espaço no novo contexto internacional, por isso a defesa intransigente da austeridade e de um maior controle dos países da zona do euro. Isto parece particularmente importante para a Alemanha. País cuja economia depende, em boa medida, das exportações, mas essa não parece ser uma saída para a periferia europeia.

REFERÊNCIAS

AMIN, S. El mundo visto desde el sur. [mar. 2012]. Entrevistador: Irene León. Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/temas-principales/formacion-educacion-y-comunicacion/972-entrevista-con-samir-amin-el-mundo-visito-desde-el-sur>>.

ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

BAGUS, P. *A tragédia do euro*. Campinas: Vide Editorial, 2012.

BELLUZZO, L. G. M. O dólar e os desequilíbrios globais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 224-232, jul./set. 2005.

BELLUZZO, L. G. M. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: UNESP, 2009.

BEM, A. P. As dificuldades de recuperação da Zona do Euro frente às amarras institucionais e a estratégia alemã. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 95-108, 2013.

BLACKBURN, R. La crisis de las hipotecas subprime. *New Left Review*, Madrid, v. 50, p. 53-95, maio/jun. 2008.

BRENNER, R. Novo boom ou nova bolha?: a trajetória da economia norte-americana. In: SADER, E. (Org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006.

²⁵ Desde os anos 1980, os países do Leste Asiático apresentam altas taxas de crescimento, contrastando com o baixo crescimento do núcleo do sistema e de vastas outras áreas da periferia. A crise parece aprofundar a reconfiguração espacial do capitalismo desencadeada na chamada fase de mundialização do capital, com o aparecimento de um novo polo dinâmico de acumulação de capital no Leste Asiático, que questiona a supremacia dos países desenvolvidos e aprofunda a luta pela hegemonia

- BRENNER, R. *O Boom e a bolha: os Estados Unidos na economia Mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CINTRA, M. A. M. A exuberante liquidez global. *Economia Política Global: análise estratégica*, Campinas, n. 5, p. 17-26, abr./jun. 2005.
- CINTRA, M.; PRATES, D. M. Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (Org.). *Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2011.
- CORSI, F. L. A questão do desenvolvimento à luz da globalização da economia capitalista. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 14-31, 2002.
- CORSI, F. L. Capitalismo global: crise, bolhas especulativas e periferia. In: TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. (Org.). *Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global*. Maringá: Praxis; Massoni, 2008.
- CORSI, F. L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALEZ, J L; BATISTA, R L (Org.). *Trabalho e educação: contradição do capitalismo global*. Maringá: Praxis, 2006.
- CHESNAIS, F. *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F. *As dívidas ilegítimas*. Lisboa: Temas e Debates, 2012.
- CHESNAIS, F. Rumo a uma mudança total nos parâmetros econômicos mundiais e dos enfrentamentos políticos e sociais. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 7-32, maio 1998.
- DINIZ, A. S.; JAYME JÚNIOR, F. G. Competitividade e restrição externa na Zona do Euro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 14-40, jan./mar. 2013.
- DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios. *Le Monde Diplomatique*, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=228>>. Acesso em: 11 fev. 2011.
- FORMENTO, W.; MERINO, G. *Crisis financiera global: la lucha por la configuración del orden mundial*. Buenos Aires: Continente, 2011.
- FUMGALLI, A.; MEZZADRA, S. (Org.). *A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. *Perspectivas de la economía mundial*. Washington, DC, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/weo/2012/01/pdf/texts.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

JENKINS, R. El ‘efecto China’ en los precios de los productos básicos e en el valor de las exportaciones de América Latina. *Revista da CEPAL*, Santiago, n. 103, p. 77-93, abr. 2011.

KRUGMAN, P. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KRUGMAN, P. *Um basta a depressão econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

STIGLITZ, J. *O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático. In: PIRES, M. C.; PAULINO, L. A. (Org.). *China e América Latina num contexto de crise*. São Paulo: LCTE, 2011.

TUMOLO, P. S.; BATISTA, R. L. Crise estrutural e reconfiguração do capitalismo global. In: FIGARI, C.; ALVES, G. A P. (Org.). *La precarización del trabajo en América Latina*. Bauru: Praxis; Canal 6, 2009.

WOLF, M. *A reconstrução do sistema financeiro global*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

SEÇÃO III
*A América do Sul
e os Estados Unidos*

LOS DESAFÍOS DE AMÉRICA DE SUR FRENTE A ESTADOS UNIDOS EN LA SEGUNDA DÉCADA DEL SIGLO XXI

Anabella Busso

Durante la primera década del siglo XXI, la relación entre Estados Unidos y América del Sur ha estado caracterizada por una significativa disminución en la densidad del vínculo¹. Esta situación, en conjunto con otros factores, incidió para que la región sudamericana encontrara un contexto propicio en el cual proyectarse internacionalmente con un perfil notoriamente más autonómico que en décadas anteriores e, internamente, favoreció en varios países la aplicación de políticas públicas destinadas a lograr una disminución de la pobreza y fomentar el desarrollo nacional.

Entre las causas que echan luz sobre este cambio de dirección se destacan dos grupos de cuestiones. Uno de ellos es de orden sistémico e incluye tanto cierto grado de desatención de Washington hacia el sur del continente en el marco de una acción externa que privilegió otras áreas en el contexto de la guerra contra el terrorismo, como el surgimiento de cambios en el orden internacional que limitan el poder norteamericano. El otro grupo de razones es de carácter regional y se enlaza con el “giro a la

¹ De acuerdo a Tulchin (1996) la densidad en las relaciones internacionales se refiere a la frecuencia y la variedad de las interacciones. Que las relaciones entre dos naciones son más densas significa que son muy frecuentes y están compuestas por diferentes clases de interacciones. Desde nuestra perspectiva los vínculos entre América del Sur y Estados Unidos en la primera década del presente siglo han sido de baja densidad porque la agenda ha sido menos diversificada que en épocas anteriores y porque los contactos gubernamentales con Washington se circunscribieron al abordaje de cuestiones ineludibles. Contrariamente, las mayores vinculaciones se han generado entre los propios miembros de la región y entre esta y otros actores estatales como China, Rusia, India, entre otros.

izquierda” protagonizado por varios gobiernos de la región y la consecuente búsqueda de políticas exteriores más autónomas, vínculos diversificados y contactos regionales.

Sin embargo, en lo que va de la segunda década del presente Siglo el escenario sudamericano muestra signos de retroceso en función de los logros alcanzados en la etapa anterior. La profundización de la heterogeneidad ideológica, la pérdida de varios liderazgos y el posicionamiento de los países de la Alianza del Pacífico reivindicando una impronta de carácter neoliberal en lo que respecta a la integración, son muestra de ello. En este contexto, la política exterior de Estados Unidos hacia la región ha dado señales de cambio, volviéndose más activa y buscando acentuar dicha heterogeneidad e incrementar las disputas domésticas en algunos países de la región a través de actores políticos y económicos, ONGs y medios de comunicación. Esta situación que por el momento es coyuntural puede, en caso de consolidarse, deteriorar los avances logrados en términos de concertación política a nivel subregional y afectar, seriamente, la proyección global de América del Sur.

Discutir este cambio en el escenario sudamericano constituye el objetivo del presente trabajo. Para ello, consideramos pertinente dividir el análisis en cuatro apartados que aborden las tendencias que afectaron a América del Sur en los 80 y los 90; el surgimiento de los cambios en los vínculos con Washington que condujeron a una disminución de la densidad de los mismos durante la primera década del presente siglo; las modificaciones que se presentaron en los últimos años y, finalmente, concluir con algunas reflexiones sobre el impacto de dichas modificaciones en los actuales vínculos entre Estados Unidos y el sur de las Américas.

LOS VÍNCULOS DE ESTADOS UNIDOS Y AMÉRICA DEL SUR EN LOS 80 Y LOS 90

Un análisis contextualizado de lo acontecido en los últimos años nos remite a la etapa final de la guerra fría y al inicio de la posguerra fría. Este período de transición en el orden internacional estuvo marcado por la hegemonía del paradigma neoliberal que encontró su expresión inicial en la llamada revolución neoconservadora liderada por Ronald Reagan y Margaret Thatcher. En ella se articularon una concepción política conservadora, una

visión económica neoliberal que terminó consolidando el poder de las finanzas sobre la producción y una perspectiva de política exterior con fuertes componentes coercitivos. Sudamérica recibió los primeros efectos negativos de esta mutación internacional cuando retornaba a la democracia. En este marco, se convirtió en una región exportadora de capitales vía el pago de los servicios de su deuda externa que exigieron la banca privada de capitales y el FMI bajo el auspicio de las ideas y el poder de la administración Reagan. Los intentos de resistencia de la región para abordar desde otra perspectiva los temas de la agenda internacional de aquel momento se canalizaron en la creación de instancias de concertación política (Grupo Contadora, Consenso de Cartagena y Grupo de Río) sin la presencia de Estados Unidos. Cabe remarcar que, si bien algunos de estos procesos alcanzaron éxitos políticos, los mismos se lograron a pesar de la resistencia de Washington a cada una de estas instancias y, especialmente, dado su empeño y capacidad para frenar la creación del club de deudores propuesto en Cartagena.

Sin embargo, más agua pasaría bajo el puente. Así, la década de los 90 se convertiría en el escenario de afirmación de la hegemonía neoliberal. La caída del muro de Berlín en 1989 y la implosión de URSS en 1991 consolidaron la condición de Estados Unidos como ganador de la Guerra Fría y líder mundial en la conducción del orden de posguerra fría. Bajo los argumentos del fin de la historia (FUKUYAMA, 1988) los supuestos políticos y económicos del neoliberalismo fueron universalizados. Consecuentemente, las condicionalidades globales sobre el mundo en desarrollo, incluida América del Sur, admitían una única alternativa: democracia formal liberal articulada con economía de mercado. La acción del Estado debía ser mínima mientras que la distribución de la riqueza quedaba en manos del mercado.

Lo más notorio de este proceso de consolidación del dominio neoliberal es que se produce bajo las administraciones Clinton y Blair quienes, en el marco discursivo “de la tercera vía” que caracterizó a la socialdemocracia de la época, aplicaron una versión más *light* del modelo (la tarea más dura había sido realizada por el tándem neoconservador) pero habilitaron el afianzamiento de un nuevo bloque de poder constituido por los sectores financieros, los grandes sectores agroexportadores – especialmente los ligados a la soja– y los medios de comunicación privados.

En este marco, la mayoría socialdemócrata se convertía en portavoz de la globalización (SADER, 2009).

Para el tema que nos ocupa las dos consecuencias más significativas de lo acontecido en los 90 fueron, por un lado, la instauración de una etapa de unipolaridad de los Estados Unidos que se presentó bajo el formato de una hegemonía benevolente y, por el otro, aunque directamente vinculado a lo anterior, la consolidación de un escenario de homogeneidad de las políticas exteriores y económicas de América del Sur caracterizadas, aunque con diferentes intensidades, por el alineamiento/acoplamiento² con los intereses de Washington.

ESTADOS UNIDOS Y AMÉRICA DEL SUR EN LOS ALBORES DEL SIGLO XXI: LA MARCHA HACIA UN NUEVO MODELO DE VINCULACIÓN.

Como afirmamos en los párrafos introductorios el nuevo siglo trajo consigo un panorama diferente en las relaciones entre Washington y las capitales sudamericanas donde se distinguen dos etapas. Una inicial, que atraviesa la primera década y una segunda fase que comienza en 2011 y se prolonga hasta el presente

La nota distintiva de los primeros diez años del siglo estuvo relacionada con la disminución de la densidad de los vínculos entre Estados Unidos y América del Sur y un incremento de la autonomía y la visibilidad internacional de la región. Como suele ocurrir con los procesos políticos, las causas de este cambio fueron múltiples y tuvieron orígenes tanto en los actores involucrados-Estados Unidos y Sudamérica- como en transformaciones de índole sistémica.

² Russell y Tokatlián (2008) entienden que el *acoplamiento* se caracteriza por un plegamiento a los intereses estratégicos vitales de Estados Unidos, tanto en el ámbito global como regional. Procura una participación activa en la creación y el mantenimiento de regímenes internacionales en sintonía con la posición de Washington, particularmente en cuestiones sensibles vinculadas a la seguridad global. Apoya de modo distante la integración económica regional siempre y cuando no produzca una disrupción al proceso de constitución de un área de libre comercio hemisférica. En términos políticos y culturales, la relación con los países vecinos es un tanto más relevante, aunque no es objeto de un despliegue diplomático significativo: el norte de la política exterior es Washington. El modelo económico es marcadamente ortodoxo y se ordena, en términos generales, en torno a los lineamientos del así llamado "Consenso de Washington". Presume que las fuerzas del mercado más que la acción del Estado posibilitan una inserción más dinámica y fructífera del país en el sistema mundial. Además, acepta las reglas fundamentales del orden económico y financiero internacional y confía plenamente en los dividendos continentales de una eventual área de libre comercio hemisférica. En esencia, defiende el *statu quo* del orden global, concibe a Estados Unidos en términos de *aliado* y mantiene una marcada indiferencia frente a la región.

Si posamos la mirada en Washington notamos que, a partir de septiembre de 2001, la desatención hacia el sur del continente por parte del gobierno de George W. Bush -el cual se encontraba abocado a librar la guerra contra el terrorismo internacional que privilegiaba otras regiones del planeta- fue significativa. En ese marco, América del Sur no constituía una amenaza. Sólo dos escenarios tenían un perfil problemático: en primer lugar Colombia cuya lucha contra las FARC y los grupos narcotraficantes se implementaría, a partir de entonces, desde la perspectiva de una batalla contra el narco-terrorismo y, en segundo lugar, la triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay donde, de acuerdo a ciertas fuentes estadounidenses, la comunidad árabe islámica de la zona estaría aportando fondos a grupos terroristas de Oriente Medio (BUSSO, 2003).

Por otra parte, la excesiva militarización de la política exterior de Estados Unidos durante esa etapa generó rechazos en el mundo y la región. Esta tendencia se agudizó cuando la administración Bush decidió en 2003 ir a la guerra contra Irak. En ese escenario México y Chile, que se desempeñaban como miembros no permanentes del Consejo de Seguridad, anticiparon que no votarían a favor en caso que el gobierno republicano presentase un proyecto de resolución destinado a conseguir el apoyo de la Organización para iniciar la guerra contra Sadam Hussein. Esta actitud de América latina es subrayada como uno de los principales ejemplos de una autonomía regional creciente por dos razones: la línea argumental para oponerse a esa guerra coincidía con la posición de la mayoría de los estados grandes de América Latina y, además, la decisión fue implementada por dos gobiernos que, a pesar de tener una agenda muy activa con Washington -Chile estaba negociando su acuerdo de libre comercio y México debía resolver numerosos problemas en el marco del nafta- sostuvieron su posición.

Al mismo tiempo, la prolongación de la guerra contra el terrorismo a lo largo de la década condujo a la aparición de otras causas que podrían contribuir a una mayor autonomía regional. Ellas están ligadas al supuesto que enfatiza la pérdida relativa de poder por parte de Estados Unidos. En ese escenario se inscriben los resultados negativos de los conflictos en Afganistán e Irak que evidenciaron un incremento de la tensión entre la

capacidad militar unipolar y la imposibilidad de Washington de resolver los conflictos por esa vía.

Además, la economía de guerra mostraba un déficit fiscal formidable en el momento en que se desató la crisis económico-financiera de 2008 que afectó a los estados centrales con una virulencia que sólo tenía como antecedente la Gran Depresión de los años 30. Estos hechos pusieron en la mesa el debate teórico y la pugna política sobre el perfil del nuevo orden mundial y el papel de sus protagonistas. Conjuntamente, esta situación alteró la concordancia entre Estados Unidos y Europa en referencia a cómo enfrentar las dificultades económicas e incrementó el impacto negativo en los flujos comerciales de la región con esos mercados tradicionales. A modo de referencia basta mencionar que la participación de Estados Unidos en las exportaciones sudamericanas se contrajo del 30% al 18% entre 2000 y 2011, y las importaciones sudamericanas de Estados Unidos cayeron del 55% al 30% (FERNÁNDEZ, 2013, p. 82).

Asimismo, se debe tener en cuenta que, mientras Washington iniciaba su guerra contra el terrorismo en 2001, China ingresaba a la OMC y comenzaba a potenciar su proyección económica global. Su presencia en Sudamérica se incrementó de manera acelerada en un tiempo breve generando un cambio estructural en la matriz de comercio exterior de la región. Como lo muestran los datos de la CEPAL (2011, 2012) el país asiático se transformó en el primer mercado para las ventas de Brasil, Perú y Chile, en el segundo para Argentina, Paraguay, Uruguay y Venezuela, el cuarto para Colombia, desplazando cada día a la oferta estadounidense en las plazas sudamericanas. Un repaso de las relaciones comerciales establecidas por China con Sudamérica muestra que las mismas tienen un carácter pragmático que le ha permitido a Beijing obtener las materias primas (alimentos, minerales, petróleo) que necesita e incrementar los vínculos económicos independientemente del perfil ideológico de la contraparte sudamericana. Este panorama se repite en la política de inversiones del gigante asiático hacia la región, las cuales son acompañadas con un lento, pero constante componente político. Así, el gobierno de China publicó en 2008 el Libro Blanco para América Latina y el Caribe, estableciendo las principales líneas de acción política, económica, militar y cultural hacia la región; en el mismo año cambió su condición de país observador a país

donante del Banco Interamericano de Desarrollo (BID); coincidió en numerosas ocasiones con los países de América del Sur en las votaciones en Naciones Unidas y creo un grupo de Apoyo por Malvinas.

Sin embargo, la nota distintiva de esta relación es la diferencia en la modalidad de los vínculos que ha establecido China con América del Sur en comparación con los sostenidos por Estados Unidos. En este marco, la decisión de China de optar inicialmente por una estrategia que no incluya condicionalidades previas vinculadas al tipo de modelo de desarrollo, a la organización del sistema político o a las acciones de política exterior en general como requisito previo a los acuerdos de comercio e inversión, la ha diferenciado sustancialmente del estilo de Washington. Si bien esta situación puede ser temporaria³, lo cierto es que resultó de gran utilidad para la aceleración de los contactos con América del Sur y fue, además, un instrumento que colaboró para que la región enfrentase la crisis económica-financiera de 2008 con menor fragilidad. Todo esto sin desconocer los desafíos que, en términos de desarrollo, conlleva el vínculo económico comercial con china, entre los que se destaca la reprimarización

En esta atmosfera de cambios en la distribución del poder mundial también se inscriben otros de menor envergadura, pero no por ello menos importantes para los análisis sobre el devenir internacional realizados desde el sur. Uno de ellos es la acelerada recomposición de la Federación Rusa. En una etapa de menos de 20 años el gobierno de Moscú transitó desde la implosión de la Unión Soviética a la condición de una potencia regional fortalecida con capacidades de impacto en su entorno más inmediato y en algunos temas de agenda global.

³ Subrayamos la idea de que la falta de condicionalidades por parte de China puede ser una estrategia temporal porque algunos estudios destacan que esta situación se está modificando. En este sentido señalan que Beijing ya ha comenzado a establecer condicionalidades para algunos temas. Por ejemplo: ligar el otorgamiento de créditos a la compra de ferrocarriles chinos; vincular las políticas de inversión a la producción de materias primas demandadas por China y, en la misma dirección, relacionar algunos de esos flujos de inversión con obras de infraestructura funcionales a las necesidades de transporte para las importaciones chinas desde Sudamérica. Ver Hilton (2013) Además, existen algunos temas sensibles para la política exterior china, como el caso de la integridad territorial, que Beijing siempre pone sobre la mesa. Si bien desde 2008 existe un acuerdo entre la República Popular China y Taiwán que establece un statu quo en referencia a los países con los que cada uno de ellos mantiene relaciones diplomáticas, también es verdad que Beijing no ha abandonado plenamente su política activa hacia los países de América Latina que mantienen vínculos con Taiwán con la expectativa de que terminen optando por el principio de una sola China, tal como ocurrió con Costa Rica en 2007. En esa dirección el caso a observar en América del Sur es Paraguay.

Dicho ascenso ha generado distintas instancias en los vínculos de Rusia con Estados Unidos y Europa ligadas al devenir de un conjunto de conflictos. Entre ellos las acciones punitivas de occidente sobre Libia durante el año 2011 terminaron favoreciendo la condición rusa de gran exportador de gas hacia Europa, mientras que las sanciones de Estados Unidos y Europa a Rusia por la crisis en Ucrania y la adhesión de Crimea tuvieron un efecto contrario. Ante esa situación el pasado 6 de agosto, el presidente ruso Vladimir Putin emitió, a través de una orden ejecutiva, instrucciones a todas las entidades del país para prohibir o restringir, por un período de un año, las importaciones de materias primas, productos agrícolas y alimenticios de aquellos países que impusieron sanciones económicas a las empresas e individuos rusos. La declaración presidencial fue seguida por una convocatoria a una ronda de consultas con los representantes diplomáticos de Argentina, Brasil, Chile y Ecuador para ampliar el acceso de los productos alimenticios provenientes de estos países al mercado ruso. En este marco, es importante recordar que Rusia importa aproximadamente una tercera parte de sus alimentos y que los cuatro países consultados son socios importantes en el abastecimiento de esos productos. En 2013, Brasil representó el 29,8% de las importaciones rusas de carnes. Argentina, Chile y Ecuador, en conjunto, representaron el 12,3% de las compras de pescados y mariscos procedentes de Rusia (ICTSD, 2014).

Además, no debemos perder de vista que estos acercamientos se enmarcaron en un escenario en el cual el vínculo entre la Federación Rusa y los países latinoamericanos venía dando señales de un incremento en su densidad desde principios de la década del 2000, más allá del plano comercial. Como afirma Davydov (2010, p. 7-8),

La interacción político-diplomática se elevó al nivel más alto durante la presidencia de Vladimir Putin (y en el siguiente período, con Dimitri Medvédev). [...] En total, desde 2000 hasta 2008, los presidentes de Rusia llegaron a la región cinco veces y los ministros de Relaciones Exteriores realizaron nueve viajes, visitando varios países. A su vez, sólo en 2009, arribaron a Rusia los presidentes de Chile, Brasil, Bolivia, Venezuela, Cuba y Ecuador, sin contar múltiples visitas a nivel ministerial. También es posible destacar que en los últimos años se concretó la instalación de varias empresas rusas en suelo latinoamericano, principalmente en el sector de hidrocarburos, con vistas a una participación más amplia en proyectos de envergadura.

Finalmente, en el proceso de cambios acontecidos en el ámbito regional se destaca un incremento del rol de Brasil como actor político y económico en América del Sur y el consecuente aumento de su proyección internacional, lo cual tiene connotaciones geopolíticas importantes. De acuerdo a Rojas Aravena (2013), Brasil tiene un tercio de la población de América Latina y el Caribe y genera el 43% del PBI regional. Ambos elementos le otorgan a Brasilia más autonomía política, económica y estratégica; condiciones que, dado su papel de “locomotora” de la integración regional, se derraman hacia la región en su conjunto.

En suma, las tendencias hacia el cambio acaecidas en el orden internacional en la primera década del siglo XXI, a las que debemos sumar una presencia de carácter inicial de India en nuestra región, encuentra su principal manifestación con la consolidación de un conjunto de potencias emergentes (BRIC /BRICS y otras no incluidas en este grupo) que representan, en términos de Fareed Zakaria (2008) “el ascenso de los otros”. Estas tendencias no conllevan una implosión ni una caída abrupta del poder de los Estados Unidos pero sí una distribución de poder distinta para el orden internacional en ciernes que, en el caso de América del Sur, se materializó en el período 2000-2011 en una búsqueda de mayor autonomía política y económica para lo cual la concertación regional y la diversificación de vínculos fueron centrales.

Corresponde ahora reflexionar sobre las acciones de América Latina en general y América del Sur en particular ante lo sucedido en la primera década del presente siglo. Sin dudas, el aspecto más relevante a destacar es la crisis del paradigma neoliberal y su impacto sobre la región. En ese escenario un número importante de Estados sudamericanos participaron del llamado “giro a la izquierda”. Aunque con características e intensidades diferentes estos gobiernos compartieron el criterio sobre la necesidad de modificar varias de las políticas aplicadas en los '90. Así cuestiones como una mayor participación del Estado como regulador de la economía; la aplicación de políticas distributivas; el desarrollo de los mercados internos; la opción por políticas activas para afrontar los efectos de la crisis desatada a partir de 2008; la jerarquización de las relaciones políticas subregionales y la búsqueda de políticas exteriores más autónomas aparecen como denominadores comunes. Todas estas tendencias muestran

una creciente diferencia entre las lógicas políticas de la región y las que generalmente son fomentadas desde Washington.

Por otra parte, como consecuencia de las acciones conjuntas emprendidas en el marco de las crecientes relaciones subregionales canalizadas en la Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR) se han generado mecanismos de convivencia considerablemente exitosos no sólo entre los países cuyos giros ideológicos han sido más agudos (Bolivia, Ecuador, Venezuela) y los más moderadores (Argentina, Brasil, Chile – durante los gobiernos de la concertación-, Paraguay -hasta la caída de Lugo-, Uruguay) sino también entre todos ellos y los estados que optaron por continuar y/o retomar el modelo económico neoliberal como Colombia, Perú y Chile a partir de la elección de Piñera. En este marco se destacan las acciones conjuntas ante hechos como: los intentos secesionistas de los estados de la medialuna en Bolivia; la crisis por el acuerdo para el uso de bases colombianas por parte de las Fuerzas Armadas estadounidenses y el intento de desestabilización política en Ecuador. A lo anterior se le debe sumar también las acciones conciliatorias del Grupo de Río en ocasión de la crisis entre Colombia y Ecuador por el ataque aéreo colombiano a un campamento de las FARC en territorio ecuatoriano. Finalmente, la voluntad política generalizada de América del Sur para participar de la recientemente creada CELAC (Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños) reafirma el concepto de pertenencia de la subregión al contexto de la América Latina y el Caribe.

Las posturas a favor de la consolidación de los vínculos subregionales de los distintos gobierno provienen de bases diversas y fluctúan desde los argumentos ideológico que rescatan el pensamiento Bolivariano-Sanmartiniano hasta los que se suman por cuestiones de pragmatismo ligadas, fundamentalmente, a que la agenda regional y las condiciones complejas del orden internacional actual son mejor abordadas desde una perspectiva cooperativa y en un entorno subregional menos conflictivo. Esto no implicó la ausencia de problemas y enfrentamientos, pero sí la existencia de escenarios que han ido avanzando desde la tensión hacia un mayor entendimiento. Muestra de ello son las relaciones entre Venezuela y Colombia y los vínculos entre este último país y Ecuador a partir del gobierno de Santos; la disminución relativa de las tensiones entre Argentina y Uruguay con posterioridad a la crisis por las pasteras;

la disposición a respetar mecanismos de solución de controversias cuando la diplomacia bilateral no alcanza un acuerdo como ocurrió entre Perú y Chile en el debate sobre la fijación de sus límites marítimos en la Corte de La Haya y la creación de ambientes positivos para la solución de problemas de larga data como el generado en referencia a las negociaciones entre el gobierno colombiano y las FARC.

Todo este activismo multilateral subregional se ha llevado adelante sin la participación de Washington y los hechos confirman esta tendencia ya que desde los procesos de integración nacidos en los '90 como MERCOSUR o *aggiornados* en esos años, como la Comunidad Andina, se avanzó hacia la UNASUR y la CELAC. Dicho multilateralismo de baja institucionalidad, pero intensa actividad, se contrapone a las preferencias de Washington por el bilateralismo como instrumento para abordar buena parte de los temas de la agenda regional. Por otra parte, los espacios multilaterales continentales como la Cumbre de las Américas, han mostrado que temas que antes eran claramente evitados por los presidentes de la región para no confrontar con Estados Unidos, ahora se plantean abiertamente, inclusive por parte de los países identificados -económica y políticamente- con Washington. Los reclamos de varios presidentes latinoamericanos a Barack Obama en la reunión de Cartagena de Indias para la incorporación de Cuba a este sistema de Cumbres y los planteos sobre la necesidad de iniciar un debate vinculado a nuevas modalidades de lucha contra el crimen transnacional, especialmente contra el narcotráfico, son ejemplo de ello.

En el marco de estas tendencias positivas en los vínculos regionales es importante, sin embargo, destacar de manera explícita que la realidad de América del Sur en términos ideológicos no fue homogénea. Como señalamos más arriba existieron distintas dinámicas en el giro a la izquierda⁴ y, también, países que no mudaron y se mantuvieron bajo la égida del neoliberalismo. Consecuentemente, si bien aumentaron sus contactos con la región siguieron considerando fundamentales sus vínculos con Washington. En palabras de Comini y Frenkel (2014, p. 61) existieron dos alternativas de relacionamiento con la región y el mundo por parte de los estados sudamericanos.

⁴ Para un análisis de las distintas modalidades de giro a la izquierda en la primera década del siglo XXI ver Moreira, Raus y Gómez Leyton (2008).

Por un lado el modelo de inserción internacional poligámico el cual se fundamenta en una estrategia de transversalidad que prioriza el mercado internacional e implica negociaciones simultáneas con actores de los niveles global, hemisférico y regional. Esta estrategia no descarta la posibilidad de embarcarse en procesos de integración con otros países, siempre y cuando estos no generen compromisos que impidan avanzar, de forma individual, en la configuración de acuerdos con terceros. [...] Por otro lado, el modelo concéntrico que se sustenta en un esquema estado-céntrico, basado en una estrategia que prioriza los mercados regionales. Quienes asumen esta lógica de inserción internacional lo hacen partiendo de la premisa de que ellos, por sí solos, cuentan con márgenes reducidos de negociación con actores extra-regionales y con menores alternativas para imponer sus intereses. En ese marco, afirman la necesidad de definir espacios de consenso – no necesariamente comerciales – con los países vecinos y, una vez establecidos aquellos, de negociar en forma conjunta acuerdos de integración con terceros.

Sin embargo, más allá de estas diferencias, América del Sur avanzó hacia una orientación autonómica. Eso se debe, a nuestro entender, a dos cuestiones centrales: la presencia simultánea de liderazgos presidenciales como los de Chávez, Lula y Kirchner lo cual permitió imprimir una lógica política predominante en la región convirtiendo el giro a la izquierda en la nota distintiva del “cambio de época”⁵ y; más significativo aún, logrando que el resto del mundo también percibiera el proceso político de Sudamérica en esa dirección. Esta tendencia fundacional y su impacto global se fortalecieron a partir de 2006 con la llegada de Evo Morales y Rafael Correa a los gobiernos de Bolivia y Ecuador. Por otra parte, presidentes que habían optado por no alterar significativamente la orientación económica de sus países, como el caso de Mitchell Bachelet, decidieron apoyar fuertemente las acciones políticas de UNASUR. En síntesis, la idea de que la Doctrina Monroe⁶ había llegado a su fin tomó cuerpo en la arena internacional de los inicios del siglo XXI.

⁵ Tomamos esta expresión del Presidente de Ecuador Rafael Correa cuando afirmó refiriéndose a la situación de la región: “no estamos viviendo una época de cambios sino un cambio de época”. Es importante valorar que dicha frase involucra una situación que engloba transformaciones de carácter estructural tanto en el sistema internacional como en las sociedades y los gobiernos.

⁶ Es muy significativo tener en cuenta que la expresión no sólo ha sido utilizada en América Latina, sino que hace unos años ya apareció en estudios académicos de Estados Unidos y, además, en 2013 fue pronunciada por el Secretario de Estado, John Kerry. Como ejemplo podemos mencionar el informe de Charlene Barshefsky y James Hill (2008, p. 5) donde se afirma “*For over 150 years, the Monroe Doctrine provided the guiding principles for U.S. policy toward Latin America, asserting U.S. primacy in the foreign affairs of the region. Over the past two*

LAS RELACIONES DE AMÉRICA DEL SUR Y ESTADOS UNIDOS A PARTIR DE 2011: ¿ESTAMOS VOLVIENDO AL PASADO?

Al inicio de este trabajo planteábamos que durante la segunda década del siglo la situación regional había perdido dinamismo, tanto en su capacidad de iniciativa política como en su crecimiento económico situación que, de manera directa, impacta en los vínculos con Washington.

En ese marco surgen preguntas como ¿por qué aconteció este cambio?, ¿es este nuevo escenario coyuntural o tiene características estructurales con capacidad de modificar los logros regionales de la primera década del siglo? Si bien las respuestas exceden los límites de este trabajo consideramos útil mencionar algunas de las causas que pueden contribuir a echar luz sobre la situación actual. En primer lugar, el posicionamiento de la Alianza del Pacífico en 2011 pareció tomar fuerza y desafiar al MERCOSUR y la UNASUR. En segundo lugar, este acontecimiento trajo como consecuencia una profundización de la heterogeneidad ideológica regional y, en tercer lugar, la pérdida de varios liderazgos ha deteriorado la capacidad de conducción conjunta del proceso político encarnado por los países participantes del giro a la izquierda. Ante este panorama la política exterior de EE.UU. hacia la región se ha vuelto más activa y busca acentuar dicha heterogeneidad e incrementar las disputas domésticas en algunos países de la región a través de diversos mecanismos. Esta situación puede deteriorar los avances logrados en términos de concertación política a nivel subregional y afectar, de manera notoria, la proyección global de América del Sur. Por ello analizaremos de manera breve cada una de estas causas.

La propuesta de la Alianza del Pacífico, lanzada a principios de 2011 parece haber convulsionado al mundo de quienes se dedican al estudio de las dinámicas de la integración regional en América Latina. La polarización entre quienes pronostican el fin del sueño de la comunidad sudamericana y aquellos que reivindican la alternativa regional como espacio natural de comunión para la edificación de bienes comunes se ha

decades, those principles have become increasingly obsolete. Washington's Basic policy framework, however, has not changed sufficiently to reflect the new reality. U.S. policy can no longer be based on the assumption that the United States is the most important outside actor in Latin America. If there was an era of U.S. hegemony in Latin America, it is over". Por su parte el Kerry en su discurso frente a la Organización de Estados Americanos afirmó: *"The era of the Monroe doctrine is over"*. Según Finchelstein y Piccato (2013) la declaración no fue comentada por los gobiernos latinoamericanos porque ellos no perciben un cambio real, sino sólo retórica. Sin embargo no deja de ser significativo la repetición de la idea por los propios americanos a lo largo de a etapa bajo estudio.

visto notablemente acrecentada en los últimos tiempos. El pesimismo de los primeros parece haber ido adquiriendo cada vez mayor impulso a la hora de analizar los resultados y potencialidades del esquema de UNASUR (COMINI; FRENKEL, 2014, p. 58). Los medios de comunicación han exaltado la idea de que la nueva Alianza representa el camino correcto hacia el éxito y que las potencialidades regionales se han trasladado a los países que la integran: México, Colombia, Perú, Chile. Además, han subrayado la capacidad disruptiva de la Alianza sobre el MERCOSUR ya que Uruguay y Paraguay son miembros observadores de la misma y han inferido que Brasil, como líder dentro de UNASUR, representa un modelo y una estrategia económica desacoplada de los nuevos tiempos (GUALDONI; ROBOSSIO, 2014; RUÍZ, 2014). Más allá de estas opiniones periodísticas la idea de que la Alianza de Pacífico re-direcciona la dinámica de la integración regional fue sostenida también por importantes líderes políticos. En ese marco el presidente Correa expresó que “hay una restauración conservadora en la región para contrarrestar [...] la UNASUR” y que “la Alianza del Pacífico es [...] no querer crear una gran nación sudamericana sino tan solo un gran mercado.” (CORREA, 2013).

Si bien estas evaluaciones se refugian en datos positivos sobre crecimiento económico y destacan la búsqueda de un modelo de integración basado en el nexo entre comercio-producción-servicios también es verdad que no muestran realidades tan distintas a las existentes en la primera década del siglo XXI cuando los países que integran la Alianza, tal como lo dijimos más arriba, ya habían optado por un modelo de integración poligámico y tenían múltiples acuerdos de libre comercio en marcha (ZELICOVICH; ACTIS, 2013). Esto nos permite inferir que las lecturas negativas sobre el devenir autonómico y neo-desarrollista de Sudamérica se han incrementado no sólo por la aparición de la Alianza del Pacífico, sino también por otras razones.

En ese sentido, la disminución y estancamiento desde 2012 del crecimiento de las economías de Brasil y Argentina respectivamente y la crisis política y económica de Venezuela a partir de la muerte de Chávez son, para quienes adhieren a los criterios neoliberales, señales de que los países del giro a la izquierda transitan un escenario de crisis en la segunda década del siglo. En este marco, el desempeño económico positivo de otras

naciones de igual signo político, como los casos de Ecuador y Bolivia, no alcanza a revertir esa percepción negativa. Sin embargo, es importante notar que quienes han apoyado las transformaciones regionales también muestran preocupación por el estancamiento del proceso de integración regional y la disminución del dinamismo económico.

Otra modificación/causa significativa que afecta la dinámica política iniciada en Sudamérica con el giro a la izquierda es la ausencia y pérdida de los liderazgos fundacionales. Kirchner muere en octubre de 2010, Lula finaliza su mandato en el mismo año y Hugo Chávez fallece en 2013. La desaparición de estas figuras, que habían jugado un rol determinante tanto en la creación de la UNASUR como en la preminencia del modelo de integración concéntrico, alteró la interacción de liderazgos que había dinamizado al bloque sudamericano en sus primeros años. A este proceso se sumaría, el 22 de junio de 2012, la destitución –por medio de lo que se denominó un “neogolpe de Estado”– del presidente de Paraguay, Fernando Lugo, quien sería remplazado por su vicepresidente, Federico Franco. El ex-obispo, a pesar de no haber ejercido un liderazgo en la región, había contribuido a la cohesión del grupo de países que representaban el modelo concéntrico, y su expulsión provocó un disenso entre los mandatarios respecto de las sanciones que debían aplicarse al Estado paraguayo, lo cual produciría, asimismo, un cimbronazo en el interior de la UNASUR (COMINI; FRENKEL, 2014, p. 68-69). De la misma forma, la situación económica menos prometedor desde 2012 también ha afectado a la sucesión de esos liderazgos. Consecuentemente, la etapa final del segundo mandato de Cristina Fernández de Kirchner y del primero de Dilma Rousseff transcurre en un escenario donde la capacidad para movilizar amplios y mayoritarios sectores de la sociedad civil con el fin de establecer nuevas y más profundas modificaciones, tanto en el ámbito de la economía como en materia de política exterior, es mucho menor. Claro está que estos problemas son aún mayores en el Gobierno de Nicolás Maduro en la Venezuela post-Chávez.

En la misma dirección, la muerte de Kirchner trajo como consecuencia el debilitamiento de la Secretaría General de la UNASUR que había sido central para recomponer la relación bilateral entre Colombia y Venezuela y actuar ante el amotinamiento policial en Ecuador en 2010,

considerado un intento de golpe de Estado contra Correa. Los sucesores transitorios, aunque consensuados, no lograron aproximarse al liderazgo que tuvo Kirchner en la conducción del organismo. En el presente, la elección como Secretario General del ex Presidente Ernesto Samper (BBC, 2014), abre una luz de esperanza en torno a la posibilidad de reactivar la actividad política en el marco de UNASUR en tanto cumple con el requisito de ser un ex presidente con capacidades y experiencia de negociación, tal como se había acordado en el marco de la institución.⁷

Finalmente, la última de las causas a analizar se vincula directamente con Estados Unidos. El escenario de cambios regionales que describimos coincide con la segunda gestión de Barack Obama que, al menos a nivel discursivo, ha intentado mostrar una política exterior más activa hacia la región. Sin embargo, varios de los indicadores de este dinamismo acentúan —o buscan acentuar— la heterogeneidad político-ideológica regional e incrementar las disputas domésticas en algunos países de la región a través de diversos mecanismos, afectando la posibilidad de un resurgir de las dinámicas políticas de la década pasada.

En ese contexto, existen dos tendencias de nivel general que resultan importantes para enmarcar el análisis, una subraya la continuidad y la otra el cambio. Por un lado, al igual que en su primer mandato, Obama no ha mostrado capacidad ni voluntad política para despejar los contenidos de la acción externa de Washington hacia la región de las presiones provenientes de la política doméstica. Así, su gobierno aún no ha avanzado en una nueva legislación migratoria; ni en nuevas medidas para limitar el mercado ilegal de armas pequeñas y livianas hacia el sur de los Estados Unidos; ni ha impulsado el debate sobre formas alternativas para la lucha contra el crimen transnacionalizado; ni se han dado nuevos impulsos para renovar la política hacia Cuba, más allá de algunas medidas tomadas en referencia a viajes y remesas hacia la isla. Tampoco se hizo efectivo el cierre de la cárcel de Guantánamo a pesar que fue la primera decisión presidencial firmada por Obama cuando asumió. Por otro lado, la administración ha decidido abandonar en su segundo período lo que fue una de las notas más distintivas de Obama y que, además, había generado

⁷ Esta evaluación optimista fue sostenida por el Dr. Marco Aurelio Gracia en el marco de la conferencia de cierre pronunciada XII Semana de Relações Internacionais da UNESP “Visões do Sul: Crise e Transformações do Sistema internacional”, Franca, Brasil, 15 de agosto de 2014.

grandes expectativas en la región: habilitar la posibilidad de diálogo con los gobiernos que no identificaban sus intereses con los de Washington. Como afirma Shifter (2014):

In the second Obama administration, a slight shift can be discerned. U.S. officials now appear somewhat less inclined to invest scarce diplomatic resources in repairing relations with Ecuador and other unfriendly governments. Rather, the focus is on deepening ties with allies in the region, especially Pacific Alliance members -- Colombia, Peru, Mexico and Chile -- and, of course, Brazil, given its strategic importance.

La puesta en práctica de esta política ha tenido varias manifestaciones en un tiempo breve y todas ellas tienden a profundizar la heterogeneidad regional e, indirectamente, a limitar las acciones conjuntas de Sudamérica. Una de dichas manifestaciones se trasluce en la selección de los países a los que las autoridades estadounidenses decidieron recibir o visitar. Consecuentemente, el presidente Obama se encontró con sus colegas de México, Colombia, Perú y Brasil y, además, le asignó misiones al Vicepresidente, Joe Biden y al Secretario de Estado John Kerry quienes visitaron Costa Rica, Perú, Colombia, Brasil como parte de la necesidad de recuperar una política hacia la región.

En este punto resulta necesario subrayar las justificaciones que surgen de distintos discursos y análisis políticos. México, Colombia, Perú, Chile y Costa Rica son claramente mencionados como países con los que hay que trabajar porque tienen el orden político y económico adecuado y porque forman parte de los aliados que han firmado acuerdos de libre comercio con Washington; mientras que Brasil es incluido en la lista por otras razones ligadas, sustancialmente, a su importancia política y económica en América del Sur y a la proyección internacional del país profundizada a partir de los gobiernos de Lula Da Silva.

Una segunda y muy importante manifestación de esta política es el apoyo público y claro del gobierno americano a la modalidad de integración regional propuesta por la Alianza del Pacífico. Tal como lo destaca una declaración de la Oficina del Portavoz del Gobierno (U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2013):

The United States applauds the progress the Pacific Alliance has made to integrate its markets and the strong economic policies pursued by its members as examples for Latin America. We intend to use our observer status to recognize and support these achievements and to advance the values we share with the member states, including commitments to expanding free markets, reducing inequality, opening trade, and welcoming foreign investment.

The United States already enjoys strong and productive economic relations and a free trade agreement with each Pacific Alliance member country. Our participation as an observer is a natural extension of those existing economic relationships and our cooperative efforts under the Trans-Pacific Partnership with Alliance members Chile, Peru, and Mexico.

Este planteo supera los objetivos de la política hacia América Latina en general y Sudamérica en particular, en tanto se inscribe dentro del plan de Obama de avanzar con la implementación del Acuerdo de Asociación Trans-Pacífico (TPP) que se convertiría en el mayor bloque comercial del mundo y que, por política y geografía, incluye algunos países latinoamericanos de la costa del Pacífico y está abierto a otros que deseen orientar su economía y propuestas de integración en dirección a la tradición neoliberal.

En este contexto, como ya señalamos, los medios de comunicación hegemónicos tienden a subrayar los indicadores de crecimiento económico de los últimos años como los únicos “*assets*” a tener en cuenta. Así, basados en datos reales, infieren una interpretación política que pone fin a los éxitos logrados en el marco del giro a la izquierda e inauguran una nueva etapa en la región basada en la recuperación de muchos de los criterios seguidos en los años 90. En sus análisis critican, con distintas intensidades pero de manera constante, las condiciones democráticas y económicas de Argentina, Brasil, Bolivia, Ecuador y Venezuela. A modo de ejemplo Andrés Oppenheimer (2013) señala que de acuerdo a datos de la CEPAL durante 2012 los cuatro países miembros de la Alianza del Pacífico tuvieron un índice de crecimiento combinado de 5%, mientras que los países del Mercosur crecieron a una tasa promedio del 2,9. A esto se suma, en medio de una desaceleración general del comercio global, que el intercambio comercial entre los países de la Alianza del Pacífico creció 1,3% durante

2012, mientras que el comercio entre los miembros del Mercosur cayó un 9,4%. La conclusión política inmediata que cierra el análisis indica que

La Alianza del Pacífico [...] se está consolidando como un bloque económico con enorme potencial, mientras que el Mercosur, el mercado común constituido por Brasil, la Argentina, Venezuela, Uruguay y Paraguay- [...] se está convirtiendo en un comité político [...] cada vez más debilitado por disputas internas [...] En Cali, [los Estados que integran la Alianza] se presentaron como un grupo de países estables que respetan la democracia y el Estado de Derecho y que, por lo tanto, ofrecen oportunidades de inversión mucho mejores que Venezuela, la Argentina y otros países populistas que expropian empresas extranjeras a su capricho. (OPPENHEIMER, 2013).

En último lugar, otra de las estrategias señaladas por actores políticos y sociales regionales que se oponen a la política de Estados Unidos hacia la región involucra las acciones de organizaciones no gubernamentales, con fines desestabilizadores, en los países que integran el ALBA. Esta tendencia se inscribe desde hace tiempo en el tratamiento otorgado por parte de la academia y los medios de comunicación a la existencia de dos izquierdas (CASTAÑEDA, 2004) desde el momento mismo en que comenzó a manifestarse en la urnas el giro político de la región. En ese contexto, los denominados “populismos” eran plausibles de ser sancionados por vías indirectas. Así, varios de estos análisis indican que tanto las acciones de los Embajadores de Estados Unidos como las políticas de cooperación oficialmente reconocidas por USAID y las llevadas adelante por ONGs con financiamiento estadounidense, tuvieron como fin entorpecer los procesos de cambio iniciados por los gobiernos de Bolivia, Ecuador y Venezuela. Más aún, algunos críticos, indican que estas ONGs actúan directamente financiando las acciones de las elites locales que lideran la oposición en los tres países, las que con mayor o menor intensidad han participado de distintas acciones destituyentes y han contribuido a deteriorar las relaciones entre gobierno y sociedad.⁸ Estas tendencias se

⁸ A modo de ejemplo se pueden citar las notas del CEPRID “Injerencia imperial en Bolivia”, del martes 1ro de diciembre de 2009. Disponible en: <http://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article670>; Eje. TV “Bolivia, Ecuador y Venezuela son los países que expulsan ONG”. Disponible en: <http://eju.tv/2013/12/bolivia-ecuador-y-venezuela-son-los-pases-que-expulsan-ong/#sthash.sGvH9m6y.dpuf> y el artículo de Oscar Laborde, “El rol de las ONG en los planes de EE.UU.”, Página 12, 11 de agosto de 2014. Disponible en: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-252684-2014-08-11.html>

incrementaron en el escenario venezolano durante el gobierno de Nicolás Maduro y si bien no podemos de ninguna manera invocarlas como única causa de las divisiones en Venezuela, ni señalarlas para atenuar los errores del propio gobierno, lo cierto es que han contribuido al deterioro de la gobernabilidad democrática del país.

A MODO DE CIERRE

A los efectos de concluir este breve estudio avanzaremos algunas reflexiones, obviamente provisionarias, sobre cómo los cambios acontecidos a nivel global y regional a partir de la segunda década del siglo XXI afectan los actuales vínculos entre Estados Unidos y el sur de las Américas y se proyectan sobre los logros alcanzados por Sudamérica entre 2000 y 2011.

En primer lugar, hay que destacar que en el marco del debate sobre la disminución del poder relativo de Estados Unidos y su impacto sobre la región, la situación ha tendido a permanecer estable. La evolución de los atributos de poder de ese país no permite pensar en una recuperación de las capacidades para establecer una *pax* americana, pero tampoco en un escenario de pérdida de poder acelerado. En este contexto, los especialistas discuten sobre si la transición del orden internacional implicará sí o sí el desplazamiento del eje de poder hacia China o si veremos una etapa de liderazgos diversificados según las áreas y los temas. Sin embargo, lo más significativo es mencionar que la historia muestra que los movimientos estructurales vinculados con la distribución de poder mundial nunca han sido tranquilos. Consecuentemente, es remota –para no decir inexistente– la posibilidad de que Estados Unidos abandone fácilmente las posiciones de poder que supo tener sobre el mundo en general y sobre América Latina en particular. En ese marco, se insertan los debates domésticos que abarcan desde los estudios prospectivos sobre distintos escenarios de guerra a través de los cuales se intentaría mantener el poder y dominar la explotación de recursos naturales (BORÓN, 2012) hasta las propuestas que analizan la recuperación del poder estadounidense vía políticas de *smartpower* (articulación de *hard* y *softpower*) destinadas a consolidar el modelo que declama la unión de la democracia liberal con la economía de

mercado a nivel planetario oponiéndose, como afirma Kagan (2008), a las experiencias de la denominadas autocracias capitalistas.

Ambos extremos del debate afectan los vínculos globales de Washington con China y Rusia e impactan sobre América del Sur. En este marco se destacan como instrumentos centrales de la acción externa de Estados Unidos hacia Sudamérica las políticas de *linkage*, o vinculación de cuestiones, destinadas a impactar sobre el perfil de las democracias vigentes en la región y los respectivos modelos económicos. En ese marco, las propuestas de integración regional y las políticas exteriores de los países de Sudamérica serán afectadas por ser parte, tanto política como económicamente, de la visión que guió el giro a la izquierda.

Haciendo un repaso más detallado podemos afirmar que las posturas divergentes sobre la calidad de las democracias regionales y las propuestas pro-mercado entre una parte de los gobiernos Sudamericanos y las autoridades en Washington serán, sin dudas, un campo a tener en cuenta en el corto y mediano plazo. Tal como sostuvimos en este trabajo los efectos de la crisis generada por el neoliberalismo político y económico trajeron consigo el giro a la izquierda. En ese marco, varios de los gobiernos electos comenzaron a destacar los componentes de representación popular dentro de una democracia como un instrumento central en la construcción y/o recuperación de un modelo de desarrollo que incorpore parte de la tradición keynesiana. Así aparecen denominaciones como neo-keynesianismo, neo-desarrollismo, pos-neoliberalismo destinadas a representar la dirección que debía tomar la economía en los países de la región.

Si bien esta tendencia fue predominante, no homogeneizó la realidad sudamericana y tampoco garantizó los consensos domésticos en tanto hay sectores sociales que apoyan este cambio y otros que se oponen, pero pocos se atreven a discutir ciertos aspectos positivos de esta tendencia como ser la disminución de la pobreza y una mayor inclusión de sectores sociales históricamente desposeídos.

A los efectos de nuestro análisis lo significativo es subrayar la disrupción que esta situación particular de la región tuvo con las posturas vigentes en Estados Unidos que, mayoritariamente, no aceptan otras alternativas democráticas sin calificar a las mismas como democracias

amenazadas, autocracias capitalistas o autoritarismos democráticos. Obviamente, en forma conjunta a la discusión sobre la calidad de las democracias se produce el debate sobre el modelo de desarrollo y la redistribución del ingreso, que también genera diferencias con buena parte de *establishment* político y económico de Washington como consecuencia del rol desempeñado por el Estado en la economía.

En términos de Chantal Mouffe (2012) en un mundo multipolar, la democracia no puede ser un modelo único, exportado desde Europa y Estados Unidos al resto del planeta.

Hay que aceptar que va a haber distintas formas de democracia, que corresponden a su adscripción en distintos contextos históricos”. Consecuentemente, la autora reivindica las experiencias democráticas latinoamericanas, en las que observa no un rechazo al modelo liberal-democrático occidental, sino una rearticulación de esas tradiciones pero “con predominio de la soberanía popular”. El modelo que es específico de Europa y Estados Unidos incluye una cierta articulación del liberalismo y la democracia, [pero] es una articulación contingente, no necesaria. No es legítimo pretender que ese modelo sea aceptado por el resto del mundo. Para la autora en las experiencias de las nuevas democracias de Sudamérica no hay un rechazo a la tradición liberal, pero sí hay una articulación distinta entre las tradiciones liberal y democrática. (MOUFFE, 2012).

Esta situación contrasta con lo que acontece en Estados Unidos y en Europa, donde el elemento liberal de las democracias se ha vuelto absolutamente dominante, mientras el elemento democrático, el de la igualdad y la soberanía popular, ha sido subordinado y, en algunos casos, eliminado. Por eso es que en Europa –y Estados Unidos– no se entienden las experiencias latinoamericanas y hay hostilidad hacia ellas, no sólo desde la derecha, también desde la izquierda que no acepta esta nueva rearticulación con predominio de la soberanía popular (MOUFFE, 2012).

Esta noción de democracia de los países centrales ha sido acompañada a lo largo del siglo XX por su articulación con el capitalismo productivo y, en situaciones de crisis, permitió la aplicación de políticas keynesianas. Sin embargo, el predominio del modelo de capitalismo financiero iniciado en los '70 y consolidado con el paradigma neoliberal de los '90 ha afectado este vínculo, en tanto incrementó enormemente las

inequidades sociales existentes, tanto en los estados periféricos como en los centrales, situación que se agrava a partir de la crisis del 2008.

Este estado de cosas haría presuponer que la necesidad de reflexionar sobre la importancia de incluir elementos de soberanía popular en las democracias proponiendo –por ejemplo- alternativas que regulen las ganancias de sectores especulativos o propuestas productivas que cuiden el medio ambiente, debería también ser parte de la agendapolítica del mundo desarrollado. Sin embargo, eso no ocurre y los casos en los que se intentó fueron fuertemente combatidos. Baste recordar la intención del presidente Obama de aprobar una ley de regulación nacional sobre el sector bancario/ financiero después de la crisis del 2008 que, en función de la lógica institucionalista, fue sancionada por el Congreso pero con posterioridad a un recorte significativo de sus contenidos originales. Asimismo, la idea inicial sostenida por la administración de George W. Bush y su primer Secretario del Tesoro, Paul O’Neill, de privilegiar los sectores productivos por sobre los financieros fue derrotada por los intereses de Wall Street.

En síntesis, la preeminencia de políticas que mantienen atadas la relación entre democracia y capitalismo financiero, sin medir sus impactos negativos, demuestra la vigencia que aún mantiene el paradigma neoliberal a nivel global y cuan complejo resulta intentar alguna alternativa de cambio. Por ello los modelos políticos y de desarrollo alternativos -lo que no significa referirnos a modelos anticapitalistas ni anti-democráticos, sino simplemente a fórmulas económicas con una mayor participación del Estado en la economía nacionales y que conllevan políticas exteriores más autónomas- continuarán enmarcando la conformación de la agenda entre varios de los gobiernos sudamericanos y Estados Unidos. Consecuentemente, las expropiaciones de empresas extranjeras aceptadas por varias constituciones en la región; las políticas de defensa de las industrias nacionales; las normas de protección comercial; las decisiones para controlar los flujos financieros especulativos devenidos de las políticas de expansión monetaria de la Reserva Federal; las acciones políticas conjuntas a nivel multilateral y los proyectos de concertación e integración regional con contenidos locales y más proteccionistas serán desalentados por los Estados Unidos y por los actores financieros internacionales.

Dicho en otras palabras, desde Washington las tendencias predominantes fomentarán mucho más la Alianza del Pacífico que el MERCOSUR o la UNASUR. Se considerará más democrático a países como Colombia, Perú, Chile o México que a Venezuela, Bolivia, Ecuador y Argentina. Se evaluará la condición de Brasil de acuerdo al grado de “responsabilidad” en su comportamiento económico a nivel regional. Mientras que Paraguay y Uruguay serán citados permanentemente como ejemplos de estados dispuestos a mudarse de sus alianzas originales en el Cono Sur hacia otras alternativas económicas más abiertas que le son negadas por sus socios mayores del MERCOSUR. En ese contexto los procesos electorales en la región recibirán el impacto de las posturas defendidas por el bloque de poder constituido por los sectores financieros, los grandes sectores agro-exportadores y los medios de comunicación privados. Así, los candidatos que defiendan las ideas neoliberales contarán con un apoyo significativo frente a la crítica permanente y, en ocasiones, desmesurada de quienes se postulen como herederos del giro a la izquierda. La meta es evitar la continuidad del proceso iniciado en la década pasada.

Además, Estados Unidos continuará diseñando su política exterior hacia la región en función de sus condicionantes y planes domésticos. Esta tendencia involucrará temas y efectos muy variados que pueden impactar tanto a los países de la región que se mantuvieron más cercanos a las prácticas neoliberales como a los que se alejaron. Entre dichos temas podemos mencionar: el incremento de las presiones para abordar de manera militarizada la lucha contra el crimen transnacionalizado –especialmente la lucha contra el narcotráfico-; la oposición a cualquier política de legalización del consumo de drogas; la inacción del poder ejecutivo frente a acciones de la justicia estadounidense que afectan las renegociaciones de deuda soberana; la búsqueda de colaboración de los países de la Alianza del Pacífico para avanzara en el TPP.

Como posibles consecuencias de esta dinámica parte de la literatura especializada más reciente marca la predisposición por parte de Washington de trasladar a toda América del Sur la agenda de seguridad de la región Andina y sus modalidades de lucha contra el crimen transnacionalizado. Asimismo, se ha resaltado el intento de involucrar activamente a los países que integran la Alianza del Pacífico en acciones comerciales conjuntas con el Trans Pacific

Partnership (TPP) que, al excluir a China, refirma el objetivo geopolítico ligado a incrementar el control marítimo del Mar de China para garantizar los flujos comerciales sin interferencia del gigante asiático. El posible avance en esta dirección podría afectar las relaciones políticas tejidas recientemente entre la República Popular y alguna de estas naciones.

No podemos cerrar este análisis sin hacer referencia a los desafíos y tareas que le competen a los países sudamericanos y sus respectivos gobiernos. En ese marco, es imperioso proteger los logros en materia de desarrollo y autonomía alcanzados con posterioridad a la crisis desatada por las políticas neoliberales y la visibilidad que los mismos le otorgaron a la región frente al mundo. Para ello es necesario:

- Un relanzamiento de la vocación integracionista basada en la capacidad de acordar en la diversidad sumado al intento de evitar que la ausencia de liderazgos paralice las acciones multilaterales;
- Un mejoramiento de la calidad de la gestión pública en lo que refiere a la aplicación de políticas económicas y sociales en los respectivos ámbitos nacionales;
- Una continuidad de las políticas de industrialización para lograr relaciones comerciales más equilibradas con países como China, Rusia e India y no incrementar el riesgo de primarización de nuestras economías;
- Un esfuerzo para acordar una agenda externa regional con temas centrales que puedan volver a mostrar una Sudamérica con posturas consensuadas frente al mundo. Esta tarea es muy importante no sólo para llevar adelante diversas negociaciones con Estados Unidos, sino también para no vernos innecesariamente afectados por la complejidad de las acciones externas de otras potencias que hoy mantienen vínculos fluidos con la región;
- Una búsqueda de mecanismos para enfrentar la agenda de seguridad pública con la responsabilidad, profesionalidad y transparencia que un tema tan complejo amerita. Este requisito es imprescindible para no vernos obligados ante el desborde de la situación a absorber recetas foráneas de manera acrítica;

- Un diagnóstico adecuado de los instrumentos de institucionalidad e incorporación de las demandas de la oposición que deberían ser tenidos en cuenta después de una década del giro a la izquierda, de manera tal de garantizar gobernabilidad sin retroceder en los logros más significativos ligados a la inclusión social.

La decisión de designar a un nuevo ex presidente como Secretario de UNASUR y la reunión de los BRICS en Fortaleza con la propuesta de crear su propio banco sumado a la presencia de los países de Sudamérica en ese escenario, fue una brisa de aire fresco ante un panorama angustioso. Pero es imprescindible recuperar la dinámica política de la primera década del siglo XXI, corrigiendo los errores y reactivando la búsqueda de intereses comunes e identidades compartidas. La iniciativa debe ser nuestra, en tanto gran parte de las propuestas y demandas externas irán en otra dirección.

REFERÊNCIAS

BARSHEFKY, C.; HILL, J. *U.S. Latin America relations: a new direction for a new reality*. New York: Council on Foreign Relations, 2008. (Independent Task Force Report, n. 60).

BBC. Confirman a Ernesto Samper como Secretario General de Unasur. *Diario BBC*, 23 Aug. 2014. Sección Mundo. Disponible em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/ultimas_noticias/2014/08/140822_ultnot_unasur_samper_ernesto_lav.shtml>.

BORÓN, A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

BUSO, A. La política exterior americana a partir de la administración de George W. Bush: su impacto mundial y regional. *Newsletter de lo Centro de Estudios Internacionales de la Universidad Torcuato Di Tella*, Buenos Aires, mayo 2003.

CASTAÑEDA, J. *Las dos izquierdas latinoamericanas*. New York: Project Syndicate, 21 dic. 2004. Sección Política. Disponible em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/latin-america-s-two-lefts/spanish>>.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *En busca de una asociación renovada entre América Latina y el Caribe y la Unión Europea*. Santiago de Chile, 2011. Disponible em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/43260/En_busca_asociacion_renovada_America_Latina_Caribe_Union_Europea_v2.pdf>.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *La República Popular China y América Latina y el Caribe: diálogo y cooperación ante los nuevos desafíos de la economía global*. Santiago de Chile, 2012. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/47221/ChinayALCesp.pdf>>.

COMINI, N.; FRENKEL, A. Una Unasur de baja intensidad: modelos en pugna y desaceleración del proceso de integración en América del Sur. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 250, p. 58-77, mar./abr. 2014.

CORREA, R. La Alianza del Pacífico es parte de estrategia para contrarrestar la integración en América Latina. *Noticias Andes*, Ecuador, 6 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.andes.info.ec/es/noticias/presidente-correa-alianza-pacifico-es-parte-estrategia-contrarrestar-integracion-america>>.

DAVYDOV, V. Rusia en América Latina (y viceversa). *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 226, p. 4-12, mar./abr. 2010.

FERNÁNDEZ, G. Espejos y espejismos: las relaciones entre América Latina y Estados Unidos. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 246, p. 79-86, jul./ago. 2013.

FINCHELSTEIN, F.; PICCATO, P. Latin America sees straight through John Kerry's 'Monroe' speech. *The Guardian*, 21 de noviembre, 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/21/latin-america-john-kerry-monroe-doctrine-speech>>.

FUKUYAMA, F. The end of history? *The National Interest*, Washington, DC, Summer, 1988. 27 f.

GUALDONI, F.; ROBOSSIO, A. América Latina va a dos velocidades. *Diario El País*, Madrid, 13 jun. 2014. Disponível em: <http://economia.elpais.com/economia/2014/06/13/actualidad/1402670723_367113.html>.

HILTON, I. China in Latin America: hegemonic challenge? *NORF Expert Analysis*, Norway, Feb. 2013. Disponível em: <http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/26ff1a0cc3c0b6d5692c8afbc054aad9.pdf>.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Efeito Rússia pode elevar exportações sul-americanas de alimentos. Geneva, 2014. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/%E2%80%9Cefeito-r%C3%BAssia%E2%80%9D-pode-elevar-exporta%C3%A7%C3%B5es-sul-americanas-de-alimentos>>.

KAGAN, R. *El retorno de la historia y el fin de los sueños*. Madrid: Taurus, 2008.

MOREIRA, C.; RAUS, D.; GÓMEZ LEYTON, J. C. La nueva política en América Latina: rupturas y continuidades. In: _____. (Coord.). *La nueva política en América Latina: ruptura y continuidades*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008. p. 7-22.

MOUFFE, C. Hay que latinoamericanizar Europa. [21 oct. 2012]. Entrevistador: Javier Lorca. *El País*, Buenos Aires, p. 12, 21 oct. 2012. Disponible em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-206036-2012-10-21.html>>.

OPPENHEIMER, A. La Alianza del Pacífico saca ventaja al Mercosur. *Diario La Nación*, Buenos Aires, 28 mayo 2013. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/1586060-la-alianza-del-pacifico-saca-ventaja-al-mercosur>>.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. Resistencia y cooperación: opciones estratégicas de América Latina frente a Estados Unidos. In: LAGOS, R. (Comp.). *América Latina: ¿integración o fragmentación?* Buenos Aires: Editorial Edhasa, 2008

SADER, E. La crisis hegemónica en América Latina. In: _____. *El nuevo topo: los caminos de la izquierda latinoamericana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores y Clasco, 2009. p. 65-78.

SHIFTER, M. U.S. learning to live with strained Ecuador ties. *World Politics Review*, Washington, DC, 7 Jan. 2014. Disponible em: <<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/13477/u-s-learning-to-live-with-strained-ecuador-ties>>.

TULCHIN, J. S. La nueva política exterior argentina hacia Estados Unidos. In: ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. (Ed.). *El empleo en la nueva economía: las relaciones de Argentina con los Estados Unidos*. Buenos Aires, 1996. p. 231-264.

ROJAS ARAVENA, F. Transformaciones globales y cambios en las relaciones de poder: impactos en América Latina y el Caribe. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 246, p. 129-143, jul./ago. 2013.

RUÍZ, J. La Alianza del Pacífico y el futuro regional. *Diario el País*, Madrid, 13 jun. 2014. Disponible em: <http://economia.elpais.com/economia/2014/06/13/actualidad/1402670346_579665.html>.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Office of the Spokesperson. The United States' participation as an observer to the Pacific Alliance. Washington, DC, 2013. Media Note. Disponible em: <<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2013/07/212205.htm>>.

ZAKARIA, F. *The post-american world*. New York: Norton Books, 2008.

ZELICOVICH, J.; ACTIS, E. Globalización: llegó la era del Pacífico. *Diario La Nación*, Buenos Aires, 6 ago. 2013. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/1607732-globalizacion-llego-la-era-del-pacifico>>.

O REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA DO SUL

Cristina Soreanu Pecequilo

INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, os Estados Unidos tem buscado um reposicionamento estratégico na América do Sul, que tem sido explicado como a identificação da região como um novo espaço geopolítico e geoeconômico do interesse norte-americano. Todavia, esta é uma avaliação parcial e que ignora a evolução da política externa dos Estados Unidos em sua zona de influência desde 1989. Assim, as iniciativas políticas, econômicas e sociais que os norte-americanos apresentam no período contemporâneo para a América do Sul não representam uma “novidade”, mas sim uma redescoberta e uma necessidade para a atual potência hegemônica.

No geral, tanto a América do Sul quanto à África foram áreas relativamente marginalizadas pelos Estados Unidos desde 1989. Ainda que no hemisfério tenham sido apresentados projetos de integração regional, no quadro da ofensiva dos anos 1990 (não havendo nenhuma iniciativa similar norte-americana na África), os resultados foram poucos. Com isso, observou-se a consolidação de novos polos de poder alternativos ao norte-americano na América do Sul. Tais polos são tanto intrarregionais

quanto extrarregionais representados pela consolidação do poder do Brasil, da Venezuela e da China. Esta realidade elevou novamente a percepção de risco dos Estados Unidos sobre a região, temendo a redução de sua influência diante dos emergentes e que, de certa forma, reproduz fenômenos que ocorrem igualmente em escala global.

Portanto, a opção de reposicionamento estratégico dos Estados Unidos na América do Sul não é uma “novidade”, mas sim uma ação reativa a acontecimentos do século XXI nesta região, e que indica uma tentativa abrangente da potência hegemônica de recuperar poder. Mas em que consiste este reposicionamento? Qual é a sua trajetória e por que, na prática, ele se liga a dinâmicas prévias norte-americanas no hemisfério desde 1989? Para responder esta pergunta este artigo encontra-se dividido nas seguintes seções: uma breve análise do cenário regional nos anos 1990, as alternativas intra e extrarregionais ao poder norte-americano e a agenda “renovada” dos Estados Unidos para esta região.

OS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA LATINA: OFENSIVA E ESVAZIAMENTO (1990/1999)¹

Em 1989, o fim da Guerra Fria legou aos Estados Unidos a posição de única superpotência restante do sistema internacional, a despeito das inúmeras hipóteses que se colocavam sobre o declínio econômico relativo do país. Para a América Latina, o cenário também se dividia em duas visões: o temor do isolamento diante do surgimento de novos espaços para a ação norte-americana como o Leste Europeu e a possibilidade de construir uma parceria diferenciada com a potência hegemônica que pudesse tirar a região da crise após a “década perdida” dos anos 1980 (e que fora caracterizada pelo encolhimento econômico e processos de redemocratização).

A conjugação destes fatores de crise mútua, dos Estados Unidos e da América Latina, associada à ideia da criação de uma nova era das relações hemisféricas com base na cooperação encontra-se na raiz da ofensiva norte-americana na região. Apesar de retoricamente ter sido apresentada como o fim da Doutrina Monroe (1823), esta ofensiva, na realidade, apenas trazia

¹ Neste artigo são apresentados apenas alguns debates referentes à agenda de política externa dos Estados Unidos para a América Latina, para uma análise mais completa ver Pecequillo (2013).

para uma roupagem de parceria à premissa da preservação do hemisfério como zona de influência preferencial. Pressionado por seus adversários da esfera capitalista, a Europa Ocidental e a o Japão, e pelo surgimento de blocos regionais em torno destes atores como a União Europeia, os Estados Unidos viam a América Latina como válvula de escape econômica.

Da mesma forma, para a América Latina, os norte-americanos eram percebidos de forma similar, até impulsionada pelo slogan *trade not aid* (“comércio, não ajuda”). Assim, havia amplo apoio às iniciativas regionais dos Estados Unidos como forma de recuperar o crescimento e o desenvolvimento local, independente do fato de que estas iniciativas traziam condicionalidades políticas, econômicas e sociais a elas atreladas.

Adicionalmente, a esperança de que os Estados Unidos funcionassem como uma tábua de salvação para a região fazia parte de um fenômeno interno nestas nações, incluindo o Brasil: a retomada do poder por elites conservadoras, que percebiam no realinhamento aos norte-americanos a maneira mais efetiva de inserir-se internacionalmente no cenário do pós-Guerra Fria. Isso correspondia aos movimentos de “normalização” das relações internacionais das nações latino-americanas, derivadas da percepção do “realismo periférico” que estabelecia que estes países não detinham recursos de poder ou patrimônio diplomático que permitissem o estabelecimento de uma política externa autônoma.

Havia, portanto, forte convergência em torno de um “Projeto Americano” que, na prática, era um “Projeto Norte-Americano”. Mas, em que consiste este Projeto que foi a base da ofensiva dos Estados Unidos na região na década de 1990?

Basicamente, este projeto era organizado em torno de três pilares: o neoliberalismo do Consenso de Washington, a integração regional e os novos temas. No que se refere a este primeiro pilar, o neoliberalismo do Consenso de Washington sintetizava as condicionalidades econômicas aplicadas à região (e que deveriam ser cumpridas para que suas nações recebessem ajuda do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) em uma agenda econômica neoliberal. Especificamente, tal agenda estabelecia como metas: a privatização de setores estratégicos, redução do papel

do Estado na sociedade e economia (“Estado Mínimo”), cortes em investimentos sociais (saúde e educação), abertura comercial e desregulamentação.

O segundo pilar da integração regional foi sintetizado inicialmente no projeto da Iniciativa para as Américas (IA), que previa a renegociação da dívida externa (Plano Brady) e o estabelecimento de uma Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC), apresentada pelo governo de George H. Bush (1989/1992). Bush ainda apresentou a proposta de criação do Acordo de Livre Comércio da América Norte entre os Estados Unidos, Canadá e México. O NAFTA, que concretizava uma situação de interdependência já existente entre os três países, entrou em vigor em 1994, porém, a IA não apresentou resultados concretos. Em 1994, neste sentido, ela foi substituída pela ALCA, cujo conteúdo era bastante similar tanto no campo comercial quanto político e, assim como a IA, a ALCA não se concretizou.

Neste sentido, o conteúdo político correspondia aos novos temas, sustentado no discurso pró-democracia e governança, aos quais se somavam também as agendas do meio ambiente, dos direitos humanos, do combate à imigração ilegal e ao tráfico de drogas e a segurança compartilhada. Igualmente, havia a expectativa da reforma do sistema interamericano criado na Guerra Fria, sustentado pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), e da política para Cuba. No caso, em nenhuma destas pautas, sistema interamericano e Cuba, houve mudança na política dos Estados Unidos.

Ampla, a ofensiva estadunidense contava, como visto, com o apoio regional da América Latina, incluindo o de nações chave como o Brasil. No país, este apoio foi quase que incondicional no período de 1990 a 1992, correspondente ao governo de Fernando Collor de Mello, primeiro Presidente eleito diretamente depois do fim do regime militar. Collor, assim como Carlos Menem na Argentina e Carlos Salinas no México, eram apontados como exemplos de uma nova geração de líderes latino-americanos capazes de construir alianças sólidas com os Estados Unidos visando a modernização de seus países. O alinhamento ao Norte era a regra, e mesmo projetos externos como o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) que haviam surgido sob o signo da autonomia foram subordinados à lógica neoliberal neste início dos anos 1990.

Tendo em vista estas perspectivas convergentes no hemisfério, as condições pareciam estabelecidas para o sucesso do “Projeto Americano”. Mas por que, então, diversos pilares desta agenda, não se concretizaram levando ao seu esvaziamento e a uma mudança de rumos na América Latina, em particular na América do Sul, em busca de alternativas estratégicas autônomas? Por que o fim dos anos 1990 e a primeira década do século XXI se caracterizaram pela crise regional e o vácuo de poder?

Especificamente, as razões do esvaziamento encontram-se tanto nos Estados Unidos quanto na América Latina, e se relacionam às realidades internas e externas do hemisfério e seus atores principais. Analisando especificamente o lado dos Estados Unidos, apesar da retórica “positiva” sobre a América Latina e a cooperação hemisférica, a região e os temas a ela relacionados, não eram prioritários nem para o Executivo, o Legislativo ou a sociedade norte-americana.

No que se refere ao Legislativo e à sociedade, a percepção da pobreza, do subdesenvolvimento e dos problemas de segurança relacionados à região (tráfico de drogas e imigração ilegal) afastavam a questão da pauta cotidiana da política norte-americana. Afinal estes são alguns dos temas mais sensíveis da agenda dos Estados Unidos, mesclando problemas de caráter interno e externo, aplicando-se a elas o termo *intermestic* (*international and domestics*). Ou seja, é melhor evitar estes temas para não perder votos, seja entre o eleitor mais conservador ou mesmo o eleitor hispânico. Neste sentido, projeto econômico regional, ou de parceria política, torna-se uma *non-issue* (não questão), situação que se estende ao Executivo.

Da parte da Casa Branca, além disso, inserem-se questões de maior amplitude global que definem a América Latina como região secundária na agenda estratégica. Desde 1989, o foco dos Estados Unidos permaneceu sendo a Eurásia, a despeito da ofensiva empreendida pelo governo H. Bush na América Latina. Como apontado, esta ação era mais reativa do que propositiva e sustentada na reafirmação da Doutrina Monroe em novos termos, mas sem atrelar compromissos ou recursos sólidos dos Estados Unidos ao projeto. Quando a América Latina alinhou-se, sem cobranças, ou demandas, aos norte-americanos, afastando-se de outros parceiros, proporcionalmente também diminui o nível de intensidade ou interesse dos Estados Unidos

na região, visto que a zona de influência estava, mais uma vez, “protegida”. Prevalencia a tradicional visão da “hegemony by default” (SMITH, 1996).

Novas ofensivas e projetos, como o Plano de Colômbia de 2000 (combate ao narcotráfico), as propostas de Tratados de Livre Comércio bilaterais e a atual militarização do Atlântico Sul somente ocorreram em resposta à autonomia local, mas sem recuperar o padrão dos anos 1990 como será discutido. Neste sentido, na Eurásia concentravam-se os principais pilares do interesse hegemônico no pós-Guerra Fria: a ocupação dos espaços gerados pelo desmembramento da União Soviética desde 1991 na Ásia Central, rica em recursos energéticos como gás, petróleo e minerais estratégicos e zona de passagem de gasodutos; a relação com a União Europeia e a ampliação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a ascensão das potências asiáticas, primeiro do Japão nos anos 1990 e, depois da China e da Índia na sequência. Comparativamente a América Latina era mais segura e menos autônoma, dada a sua subordinação, portanto oferecia menos riscos e também surgia como pouco atrativa em termos de mercados e recursos.

É importante ressaltar estas duas dimensões da política norte-americana em termos globais, uma vez que foram apresentadas inúmeras interpretações equivocadas sobre o porquê dos processos dos anos 1990 não terem dado certo, da IA às negociações da ALCA. No caso, duas se destacam com mais intensidade: a de que os atentados de 11/09/2001 teriam desviado o foco norte-americano da América Latina devido ao início da Guerra Global Contra o Terrorismo (GWT) já no governo de George W. Bush e pela resistência brasileira às propostas dos Estados Unidos.

Todavia, o desinteresse norte-americano antecede, e muito, o 11/09, bastando lembrar que uma das propostas de campanha do republicano Bush filho fora revitalizar o “Século das Américas” nos moldes pensados por seu pai. Na oportunidade, alegou-se que os democratas, que administraram o país com Bill Clinton (1993/2000) haviam deixado a região em segundo plano e que o novo governo recuperaria sua importância. Ou seja, taticamente a intensidade da ação na América Latina já havia sido diminuída, e os atentados apenas ofereceram justificativas mais sólidas para o incremento da ação eurásiana dos Estados Unidos.

Deve-se lembrar, ainda, que o governo Clinton reduziu seu interesse na região, proporcionalmente às pressões domésticas e externas que passou a enfrentar, em particular desde 1998. Entre 1998 e 2000, o início, e desenrolar, do processo de *impeachment* detonado pelo escândalo Monica Lewinski, a sombra das eleições presidenciais para a sucessão na Casa Branca, disputada entre Al Gore, vice de Clinton, e Bush filho, a expansão da OTAN, a Guerra de Kosovo e a eclosão de atentados contra alvos dos Estados Unidos no exterior eram dominantes na agenda. Com isso, as pautas econômico-comerciais da ALCA (e mesmo as globais da OMC) estavam em segundo plano prevalecendo a dimensão estratégico-militar da projeção de poder hegemônico.

No que se refere à suposta resistência brasileira às propostas dos Estados Unidos e que teria se intensificado a partir de 2003 com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva, a avaliação também ignora questões significativas. Dentre estas, o fato de que as negociações da ALCA estavam se prolongando desde 1994, majoritariamente no termo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), no qual se manifestaram as maiores cisões². Quando Lula chegou ao poder o processo já estava esvaziado no período que era inicialmente considerado chave para a conclusão do acordo, 2003 a 2005, quando Brasil e Estados Unidos teriam a presidência conjunta do processo negociador.

Na OMC dinâmica similar foi reproduzida levando a uma cisão das diplomacias, representada por inúmeros contenciosos entre ambos. A entrada dos produtos brasileiros nos Estados Unidos, a despeito do discurso de livre comércio da Casa Branca, era prejudicada por práticas protecionistas e de subsídios. Para os norte-americanos, havia interesse em abrir os mercados dos parceiros, mas não necessariamente de oferecer reciprocidade e isso passou a ser questionado pelo Brasil de forma aberta.

² Nenhum dos dois países, Brasil ou Estados Unidos, abandonava suas demandas nas negociações, dificultando convergências seja no que se refere ao formato das negociações como na implementação de decisões. Os norte-americanos defendiam um NAFTA ampliado (*hubs and spokes*, prevendo a diluição de acordos prévios na ALCA e o *early harvest* (colheita prévia), com a implementação dos resultados dos acordos à medida que fosse negociados e a exclusão de setores sensíveis e protegidos da economia nas conversações. O Brasil defendia: uma ALCA de *building blocs*, de compatibilização entre as estruturas regionais existentes, negociações no modelo *single undertaking* (empreendimento único), a não exclusão de nenhum setor e a compatibilização com as regras da OMC. (PECEQUILO, 2012).

A polarização nestas duas potências era, ainda, um fato natural das conversações, visto que eram as nações dominantes do hemisfério, detentoras dos maiores mercados. Esta situação trazia pressões sobre o governo Clinton, uma vez que o Brasil não era nação satélite norte-americana, e com forte interdependência com seu mercado, como México e Chile, e sim um país economicamente significativo. Negociar com o Brasil era, efetivamente, negociar e não apenas consolidar padrões assimétricos de intercâmbio como havia sido feito no NAFTA ou nos tratados bilaterais de livre comércio que se tornaram marcos da ação hemisférica no século XXI. Por fim, é preciso destacar que o governo Clinton nunca obteve o mandato negociador especial do Legislativo, o que dificultava sua habilidade e capacidade em avançar as conversações.

Havia, portanto, um vácuo de poder regional que passaria a ser ocupado por outras nações e que se relaciona, em parte ao mito da resistência brasileira aos Estados Unidos. Na realidade, o que se define como “resistência brasileira” faz parte de um processo de atualização abrangente das políticas latino-americanas que começa em meados da década de 1990. Este processo de atualização deriva de duas fontes: o distanciamento crescente dos Estados Unidos da região, abandonando suas agendas, e a frustração com a ausência de sucesso do “Projeto Americano”.

Ao invés de prosperidade, investimentos e crescimento, de 1995 em diante a América Latina, com diferentes graus de intensidade viu-se imersa em uma situação de vulnerabilidade social e econômica derivada da aplicação das condicionalidades do Consenso de Washington. O desmonte do Estado, a dilapidação de setores estratégicos (infraestrutura, segurança, saúde e educação principalmente), a ausência de políticas sociais, os baixos investimentos somente agravaram situações de pobreza, assimetrias e estagnação, em países já assimétricos e polarizados internamente. Adicionalmente, a opção pelo alinhamento aos Estados Unidos reduziu as opções externas. Pressionadas, as nações latino-americanas passaram a buscar uma reforma interna e externa, que resultou na consolidação de alternativas intra e extrarregionais no século XXI.

A REAFIRMAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E A CONTRARREAÇÃO HEGEMÔNICA (2000/2014)

A combinação dos fatores acima descritos, de vácuo de poder estadunidense e crise latino-americana, permitiram a emergência e consolidação de agendas de autonomia, em particular a América do Sul. Este processo de correção de rumos, e que resultou na emergência de dois polos de autonomia, com a liderança dos Presidentes Hugo Chávez na Venezuela (1998/2013) e Luis Inácio Lula da Silva no Brasil (2003/2010). Estes polos sustentavam sua agenda em temas sociais, políticos, econômicos e estratégicos, visando a correção de assimetrias internas, desenvolvimento econômico e retomada de uma política externa autônoma. O processo era representativo da consolidação das novas esquerdas, assim como do desgaste dos modelos neoliberais.

Cronologicamente, as alternativas intrarregionais iniciam pela chegada de Chávez ao poder com a agenda do Socialismo do Século XXI. Os componentes do programa de governo chavista eram: a ampliação dos projetos de empoderamento social para redução da pobreza, com foco nos setores de bem estar como saúde, educação, alimentação, habitação e infraestrutura em geral; diversificação das alternativas externas buscando a diminuição da vulnerabilidade diante dos Estados Unidos, cuja hegemonia era criticada em tom até agressivo a despeito de se manter a forte interdependência no setor energético (comércio de petróleo).

Especificamente, esta diversificação de alternativas tem como pilares: a relação bilateral com o Brasil; o apoio aos processos de integração sul-americanos liderados pelo país como a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA, 2000) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, antes CASA, Comunidade Sul-Americana de Nações de 2004); a entrada venezuelana no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 1991); o desenvolvimento de projetos de integração regional própria como a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) e a PETROCARIBE; e o reforço de alianças extrarregionais como países de retórica similar anti-hegemônica (Rússia e Irã), com interesses no setor energético e nuclear, e nações emergentes como a China (parcerias bilaterais na energia, infraestrutura, recursos e investimentos).

No caso do Brasil, embora o processo de autonomia ganhe solidez político-social a partir da administração Lula em 2003, no campo da integração regional o “desalinhamento” com os Estados Unidos havia sido iniciado pela retomada da identidade do MERCOSUL com a saída de Collor do poder em 1992 após o *impeachment* por acusações de corrupção. No auge dos projetos americanos nos anos 1990, Collor havia retirado do MERCOSUL sua matriz autônoma, subordinando-o a uma lógica de livre comércio, com a entrada de Itamar Franco na presidência. Em 2000, pressionado pela crise interna e externa, FHC lançou a IIRSA³, com foco na infraestrutura, como forma de alavancar o crescimento, mas ainda sem conteúdo político, o que somente viria com Lula na CASA/UNASUL (e com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos em 2010, a CELAC).

Este conteúdo político tem como foco a autonomia das relações internacionais e o desenvolvimento de uma América do Sul independente e de projeção global. A autonomia, diferente do caso da Venezuela, não é acompanhada de num discurso anti-hegemônico, e sim de ajustes. Tais pilares compõem a política externa do Brasil no governo Lula, aos quais ainda se somam visões reformistas sobre a ordem global e modelos sócio-econômicos, que indicam a prioridade do desenvolvimento e da inclusão (simbolizados por projetos como Bolsa Família e Fome Zero). O país também passa a liderar a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) desde 2004, e, na América do Sul, a UNASUL ganha corpo com os projetos da IIRSA (incorporada ao COSIPLAN) e a criação de mecanismos de cooperação regionais inéditos como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Além disso, temas como multilateralismo e multipolarismo compõem esta pauta, com ênfase nas relações Sul-Sul, entre o Brasil e os emergentes, e os PMDRS. Isso não significa excluir da agenda os intercâmbios Norte-Sul, mas sem priorizar novos espaços que, indiretamente, os reforcem. Neste âmbito ganham destaque não só os projetos sul-americanos, mas a criação de novos vínculos entre esta plataforma continental e a Ásia e

³ A política externa de FHC foi representada por tendências ambíguas diante dos Estados Unidos de 1995 a 2002: um alinhamento pragmático ao discurso norte-americano, a aplicação da política neoliberal e a prioridade ao eixo Norte-Sul por um lado, e, por outro, uma dimensão de resistência e defesa dos interesses brasileiros nas negociações da OMC e da ALCA, que confrontavam os interesses comerciais dos Estados Unidos.

a África, como representando pelas Cúpulas birregionais- Cúpula América do Sul-África (ASA) e Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Da mesma forma, o Brasil retoma as relações bilaterais com estas regiões, com ênfase no continente africano, e a valorização do Atlântico Sul como espaço estratégico. Adicionalmente, o país, desenvolve inúmeras alianças de geometria variável vide IBAS e BRICS, e coalizões com os emergentes em negociações comerciais e financeiras.

Neste sentido, somadas às iniciativas intrarregionais Brasil e Venezuela, também se desenvolveram na América do Sul, projetos extrarregionais, em particular com as nações emergentes China, Índia e Rússia. Isso demonstra a força da cooperação Sul-Sul diante da Norte-Sul, como se pode observar pelo esvaziamento das perspectivas de cooperação com áreas como União Europeia e Japão (vide a estagnação das negociações MERCOSUL/União Europeia). Dentre as nações emergentes, a China é a que tem se destacado como a parceria extrarregional mais relevante da América do Sul (e da África), representando o maior desafio à hegemonia dos Estados Unidos e a sua “reserva de zona de influência”.

Desde 2004, quando foi publicado o primeiro documento oficial da China sobre a América Latina, o país intensificou sua agenda política, econômica e estratégica na região. Sustentada em um discurso, e uma postura, de potência não imperialista que visa a ascensão pacífica e o desenvolvimento mútuo ao lado das nações do Terceiro, a China oferece ajuda econômica investimentos e comércio aos parceiros sem condicionalidades. Alimentos, matérias primas em geral e a conquista de novos mercados fazem parte desta interação China-América do Sul. Esta aproximação permitiu que a China, em cerca de uma década, se tornasse a principal parceira comercial de vários países sul-americanos incluindo o Brasil (apesar da prosperidade imediata que estas relações geram as mesmas também podem criar novas dependências e efeitos como desindustrialização nos países parceiros).

Somados todos estes desenvolvimentos, percebe-se que havia uma ocupação de espaços na região, voltada para interesses locais, e sustentada em arranjos que não incluíam os Estados Unidos, cujos projetos “novos” (IA, ALCA) haviam sido esvaziados, e os “velhos” (OEA, TIAR) não tinham sido reformados. Adicionalmente, o incremento das alternativas extrarregionais significava também um esvaziamento da capacidade

tático-estratégica dos Estados Unidos na América do Sul especificamente, com implicações para a América Latina.

Diante disso, a reação inicial dos norte-americanos à crescente autonomia foi a já citada tentativa de revitalizar a agenda hemisférica em 2000. Duas táticas, uma retórica e uma prática fizeram parte desta revitalização: no campo retórico Bush filho desenvolveu, em sua campanha eleitoral, um discurso pró-hemisfério, simbolizado pelo “Século das Américas” e, na prática, Clinton, no ano final de sua gestão, implementou o Plano Colômbia. A partir disso, iniciou-se a contrarreação hegemônica.

Lançado simultaneamente à IIRSA (I Cúpula de Presidentes Sul-Americanos), o Plano Colômbia⁴, ou Iniciativa Andina Contra as Drogas (ACI) tinha como objetivos o combate aos cartéis de droga colombianos e às guerrilhas como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Apesar de apresentado como uma parceria bilateral Estados Unidos-Colômbia, e com foco na fumigação de plantações e corte de linhas de tráfico, a agenda do Plano Colômbia detém, para os norte-americanos implicações mais amplas: o reposicionamento estratégico ao Norte da América do Sul, com a presença de tropas em solo local, que faz parte da contrarreação hegemônica, acelerada a partir de 2005.

Além disso, ele demonstra o início de uma compartimentalização da América Latina no pensamento estratégico dos Estados Unidos com ênfase no subsistema sul-americano, considerado pelos Departamentos de Estado e Defesa, um novo espaço de risco para a hegemonia. Observa-se a securitização da América do Sul para os norte-americanos, sustentada na ameaça que poderia ser gerada pelos processos de autonomia (intra e extrarregionais como indicado) e o tráfico de drogas. Embora o narcotráfico represente a justificativa inicial para o reposicionamento a partir de 2000, a este tema serão agregadas novas formas e discurso.

De 2001 em diante o tema foi enquadrado na GWT, do qual derivaram os conceitos do “narcoterrorismo” (financiamento do terroris-

⁴ A partir de 2005 iniciou-se também uma guerra contra as drogas no México que resulta em parte do deslocamento de atividades de produção e tráfico para o país, assim como da ascensão dos novos cartéis mexicanos no vácuo dos colombianos. Em 2008, isso resultou na implementação da Iniciativa Mérida, em andamento, parceria bilateral Estados Unidos-México para o combate ao narcotráfico. Polêmica, a guerra contra as drogas na fronteira, é, ainda acompanhada pelos conhecidos problemas de imigração ilegal (vide a construção do Muro pelos Estados Unidos para separar os países).

mo transnacional pelas guerrilhas que sustentam o tráfico), Eixo do Mal/ Estados Bandidos (Estados agressores à comunidade internacional que região seriam Cuba e Venezuela) e a definição da Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai como zona de risco terrorista. Segundo avaliações dos Estados Unidos, a Tríplice Fronteira consiste-se em crescente espaço de risco devido à atuação de células terroristas (Al-Qaeda e Hezbollah) e por sua permeabilidade a atividades criminosas em geral (tráfico de armas, pessoas, contrabando, lavagem de dinheiro).

Além destas atividades de pressão-estratégico militar, que representam a contenção de seus adversários, os Estados Unidos ampliaram suas ações para tática de engajamento político-econômico. Neste âmbito se inserem a criação do Diálogo Estratégico Brasil-Estados Unidos em 2005, entre os Presidentes Lula e W. Bush. Este diálogo ganhou ainda mais adensamento a partir de 2011 quando já na gestão do Presidente Obama (2009/2014), Obama ampliou a agenda de negociações: defesa, energia (etanol e pré-sal), comércio, educação, ciência e tecnologia, grandes eventos esportivos dentre outros. Também é preciso mencionar que nesta mesma visita, Obama afirmou que os Estados Unidos tinham “apreço” pela candidatura brasileira como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em termos retóricos, tanto o Brasil como os demais emergentes, tem sido definidos pelo governo Obama como “novos centros de poder” (classificação que deriva de conceito primeiro apresentado pela Secretária de Estado Condolleeza Rice de “polos responsáveis pela ordem global”⁵). Porém, a isto se contrapõem a definição destas mesmas nações como poderes imperialistas que tem gerado novas relações de dependência com os países de menor desenvolvimento relativo. Assim, Brasil, China e Índia seriam “nações neoimperialistas”.

Economicamente, os Estados Unidos, desde o esvaziamento da ALCA optaram pelas propostas de Tratados de Livre Comércio (TLCs) bilaterais com nações de menor poder relativo como Chile (2004), Peru (2007), Panamá (2011) e Colômbia (2012), com os quais já possuem forte interdependência, repetindo o modelo do NAFTA: referendar situações

⁵ Respectivamente, os termos em inglês são *new spheres of influence* (NSS, 2010) e *stakeholders* (RICE, 2008).

comerciais já existentes que não demandam concessões ou negociações da parte dos Estados Unidos. Este modelo ainda se estendeu ao Acordo de Livre Comércio da América Central (CAFTA, 2007), e ao apoio à Aliança do Pacífico (México, Peru, Colômbia, Chile de 2011).

O objetivo era oferecer parcerias econômicas, sinalizando uma “disposição” a negociar, enfraquecendo arranjos como MERCOSUL/ UNASUL e a ação da China nestas nações, mas sem gerar novos custos políticos ou econômicos para os Estados Unidos. Contudo, mesmo nestes países, o efeito da “parceria” norte-americana não tem sido suficiente para barrar avanços chineses ou brasileiros, pois se mantém uma realidade básica que impede o aprofundamento das relações: a ausência de movimentações concretas dos Estados Unidos para criar fatos novos para manter a dependência destes parceiros, seja em termos de investimentos, ajuda ou abertura do mercado norte-americano. Além disso, muitos destes acordos bilaterais demoraram mais de cinco a seis anos para serem aprovados pelo Congresso norte-americano e, quando o foram, impuseram limitações à pauta das trocas comerciais.

Porém, ainda assim, são as visões relacionadas à projeção de poder tradicional que merecem mais destaque e, como indicado, sofrem uma significativa aceleração a partir de 2005. Tais visões se prolongam até o período contemporâneo atravessando as agendas de Bush filho e do Presidente Barack Obama (2009/2014). Iniciado em W. Bush, o processo de securitização da América do Sul para o interesse norte-americano tem como pilares a questão do tráfico de drogas e terrorismo como indicado, justificando o aumento de investimentos no Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e a reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul (VISENTINI, 2013b). O ano de 2008 foi chave na definição do Atlântico Sul como espaço estratégico de relevância crescente para os Estados Unidos e, além do USSOUTHCOM, também foi criado um novo Comando Militar, o Comando Militar Africano (USAFRICOM).

Investimentos em espionagem, como verificado a partir das denúncias de Edward Snowden em 2013 foram igualmente mantidos e ampliados, não se focando somente nas “ameaças terroristas”, mas também em líderes de nações amigas como o Brasil (Presidente Dilma Rousseff) e Alemanha (Chanceler Angela Merkel). Como resultado, além das críticas

destas nações aos Estados Unidos, também foi desenvolvida uma nova lei nas Nações Unidas sobre o direito à privacidade na era digital.

O objetivo direto destas iniciativas é conter o poder sino-indiano-brasileiro na América do Sul e na África, sendo acompanhado por outros projetos de consolidação de zonas de influência (que representariam uma “contenção indireta”): o pivô asiático e o pivô transatlântico. Criado em 2011, o pivô asiático, também denominado de Parceria Transpacífica (*Transpacific Partnership*, TPP) visa reconstruir as relações dos Estados Unidos com seus principais parceiros do Pacífico, atraindo-os assim como esta região geográfica correspondente da América do Sul. Por sua vez, o pivô transatlântico, ou “Parceria Transatlântica” (TPPI), refere-se às negociações para a criação de uma zona de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Europeia. Em linhas gerais, objetiva-se, como nas iniciativas militares, a ocupação de espaços e o fechamento de oportunidades para os emergentes.

Por fim, existe um travamento generalizado das negociações multilaterais, comerciais, políticas, econômicas, demonstrando a existência de uma crise de governança no sistema internacional. Nestes processos, observa-se uma cisão Norte-Sul significativa, uma vez que parte central da agenda dos emergentes concentra-se na defesa da reforma dos organismos multilaterais e na reciprocidade das negociações para destravar pautas, demanda ignorada pelo Norte e, mais especificamente, pelos Estados Unidos. Mesmo estrategistas norte-americanos como Ikenberry (2011) criticam esta postura dos Estados Unidos, indicando que o engajamento propositivo e reformista deveria sobrepor-se a estas dimensões de contenção, uma vez que apenas afastam a hegemonia ainda mais de seus aliados, que buscam alternativas diferenciadas. No campo da governança, além dos mecanismos já citados, basta lembrar da criação do Banco dos BRICS em Julho de 2014, reforçando esta rede de alianças e coalizões alternativas sem a presença dos Estados Unidos.

No âmbito da América do Sul, e da América Latina em geral, como visto, estes processos regionais e globais levam à consolidação de espaços e alternativas intra e extrarregionais que cresceram no vácuo do poder dos Estados Unidos. Mais ainda, cresceram devido à crise dos anos

1990 e a relevância de se encontrarem caminhos autônomos para a região e seus países líderes como o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o processo de reposicionamento estratégico dos Estados Unidos na América do Sul, e a própria redefinição deste subsistema como relevante no conjunto da América Latina para o interesse hegemônico, reflete transformações abrangentes: dos Estados Unidos, da região, do Brasil e de poderes extrarregionais como a China. Para os Estados Unidos, o crescimento destes poderes extra e intrarregionais representa um desafio que cresceu no vácuo de seu poder, e na manutenção de padrões tradicionais de sua relação hemisférica. Tais padrões referem-se a um relativo desinteresse pelo hemisfério, que somente é despertado em momentos de crise, e pela ofensiva seguida do esvaziamento e por tentativas de contenção e ingerência de seus potenciais adversários.

No caso, também se observa uma menor capacidade econômico-ideológica de cooptação da parte dos Estados Unidos diante de seus adversários que favoreceu a expansão de triângulos sobrepostos na América do Sul: Brasil-Venezuela-Estados Unidos e Brasil-China-Estados Unidos. E, além disso, a reação a estes triângulos também demonstra uma menor capacidade nestes campos, uma vez que as iniciativas tem se concentrado no campo estratégico-militar. Com isso, o Brasil, mas principalmente a China, tem mantido uma elevação de seu poder regional. Porém, isso significa afirmar que os Estados Unidos “perderam” ou estão “para perder” sua hegemonia na América Latina ou, neste recorte menor, na América do Sul?

Na prática não. O poder residual dos Estados Unidos ainda é bastante elevado na América do Sul, mesmo com a perda de espaços para a China. Assim, apesar do declínio geoeconômico, a contrarreação hegemônica na geopolítica tem permitido sustentar a influência local. Além disso, não se pode subestimar dois fatores: a permanência da vulnerabilidade nos países da região e a atração estadunidense presente nas elites locais, que polariza a política interna e a externa destes mesmos países entre a autonomia e o alinhamento. Tal dinâmica afeta mesmo a nação regionalmente mais relevante, o Brasil.

Em termos de vulnerabilidade, o Brasil, a despeito do crescimento da última década e da redução das assimetrias internas, permanece um país de inúmeros desafios no campo social e econômico. Da mesma forma, os debates políticos sobre modelos de desenvolvimento doméstico e a inserção internacional do país continuam polarizados entre as opções de uma maior aproximação com os Estados Unidos (“Primeiro Mundo”) e os emergentes e PMDRs (“Terceiro Mundo”). Isso detém impactos sobre o conteúdo, e perspectivas, do projeto nacional brasileiro, e sobre a percepção do país como potência ou como nação subordinada.

Na ausência de uma ação brasileira sólida de liderança na América do Sul, os Estados Unidos se beneficiam, pois isso enfraquece a autonomia regional e a global do Brasil igualmente. Neste contexto, pensar a posição dos Estados Unidos na América do Sul passa, necessariamente, por pensar as escolhas do Brasil, e de que forma elas podem afetar positiva ou negativamente a consolidação da autonomia e de alternativas intra e extrarregionais.

REFERÊNCIAS

- AYERBE, L. F. (Org.). *De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina*. São Paulo: UNESP, 2009.
- GALLAGHER, K. P.; PORCEZANSKI, R. *The dragon in the room*. Stanford: Stanford University Press, 2010.
- IKENBERRY, G. J. *Liberal Leviathan: the origins, crisis and transformation of the American order*. Oxford: Princeton University Press, 2011.
- NATIONAL SECURITY STRATEGY. The White House. Washington, DC, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- PECEQUILO, C. S. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- PECEQUILO, C. S. *As relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- RAMAZINI JUNIOR, H. Novas dimensões na relação entre os Estados Unidos e a América Latina. *Boletim Meridiano* 47, Brasília, DF, v. 13, n. 133, p. 42-46, set./out. 2012.

RICE, C. Rethinking the national interest: american realism for a new world. *Foreign Affairs*, Tampa, July/Aug. 2008. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.org/20080701faessay87401/condoleezza-rice/rethinking-the-nationalinterest.html>>.

ROETT, R.; PAZ, G. (Ed.). *China's expansion into the Western Hemisphere*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2008.

SMITH, P. H. *Talons of the eagle- dynamics of U.S-Latin American relations*. New York: OUP, 1996.

STALLINGS, B. The US-China-Latin America triangle: implications for the future. In: ROETT, R.; PAZ, G. (Ed.). *China's expansion into the Western Hemisphere*. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2008. p. 239-259.

VISENTINI, P. F. *A projeção internacional do Brasil 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013a.

VISENTINI, P. South Atlantic, Brazil, and the cooperation between semiperiphery and periphery. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, July/Dec. 2013b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/42565/26985>>. Acesso em: 8 dez. 2013.

ESTADOS UNIDOS E AMÉRICA DO SUL: A PERSPECTIVA A PARTIR DO BRASIL

Tullo Vigevani

Juliano A.S. Aragusuku

1 INTRODUÇÃO

Este texto resulta parcialmente da apresentação feita na XII Semana de Relações Internacionais da UNESP “Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional”. Mais especificamente na mesa-redonda “Estados Unidos e América do Sul”. Semana promovida pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP-Franca, em 12 agosto de 2014. Como se lerá, o texto foi revisto e atualizado, sendo esta versão de abril de 2015. Portanto incorpora a análise das relações com os Estados Unidos e a América do Sul no início do segundo mandato Dilma Rousseff. Versões modificadas também foram apresentadas em seminários no Equador em novembro de 2014 e no Panamá em abril de 2015.

Durante a década de 2000, o crescimento econômico que coincidiu quase exatamente com os dois mandatos de Lula da Silva, contribuiu a impulsionar o papel do Brasil nos assuntos regionais e globais. Naquele período aconteceram mudanças nas percepções acerca da inserção internacional do Brasil e, conseqüentemente, nas percepções a respeito de sua atuação no continente americano. A ascensão do Brasil deu-se no qua-

dro mais geral do papel crescente dos BRICs. Juntamente com China, Índia e Rússia, o Brasil foi apontado nos anos 2000 como economia em crescimento, havendo projeções que o situariam entre as cinco maiores economias do mundo em meados do século XXI. Apesar de não haver necessariamente correlação direta, parece que o crescimento econômico impulsionou a ação política brasileira tanto em escala regional como global. A desaceleração econômica em curso desde 2011 pareceu não mudar a essência desse quadro ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Por outro lado, a década de 2000 apresentou sinais concretos de parcial declínio da influência econômica norte-americana na região, que passou a concorrer com intensos fluxos comerciais e financeiros oriundos da Ásia, principalmente da China. A suspensão das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em Mar del Plata em 2005 evidenciou um cenário de novas possibilidades no tocante às relações regionais que alguns chamam de pós-hegemônicas (SANAHUJA, 2012). Depois, a crise financeira de 2007/2008 afetou a economia dos Estados Unidos, inclusive suas relações comerciais e seus investimentos.

Consequentemente houve a busca de intensificação dos laços de cooperação entre os países da América Latina, que abrangem temas políticos, de segurança, meio ambiente e assistência para o desenvolvimento (VELASCO E CRUZ, 2008; BITTAR; HERSHBERG, 2012; SABATINI, 2012), com reflexo na estrutura e na atividade das organizações regionais. Nesse contexto deve ser compreendida a criação de organizações com novas propostas para as relações interamericanas, particularmente para algumas áreas específicas, como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Na segunda metade dos anos 2010, o cenário doméstico brasileiro é marcado por mudanças. O Brasil passou por uma acirrada disputa eleitoral no ano de 2014. Dilma Rousseff foi eleita para o segundo mandato, devendo permanecer na presidência da República por mais quatro anos (2015 a 2018). As eleições foram decididas em segundo turno no dia 26 de outubro de 2014. Dilma Rousseff, encabeçando a coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores, recebeu 54.501.118 votos, ante os 51.041.155 votos recebidos por Aécio Neves e sua coligação liderada

pelo Partido da Social Democracia Brasileira¹. A pequena diferença entre 51,64% e 48,36% demonstra o cenário de disputa política que paira sobre o Brasil. Para o nosso objetivo, o de discutir a política brasileira de integração regional e interamericana e, mais em geral, a política exterior, buscando compreender as perspectivas que se abrem para os anos futuros, essas informações são de elevada importância. Pode ajudar a compreender os cenários de médio e longo prazo, contribuindo a explicar a influência da política interna no que se refere à orientação externa.

Ao iniciar o segundo período de governo, no dia 1 de janeiro de 2015, Rousseff encontrou um cenário muito diferente se comparado à situação existente em janeiro de 2011, quando se iniciou seu primeiro mandato. No segundo termo, a administração inicia-se sem a força política que teve ao iniciar-se o primeiro. Não é nosso objetivo discutir a política interna brasileira, mas essas condições devem ser compreendidas, e condicionam, como veremos, a política exterior. Influenciam fortemente no que se refere à capacidade do Estado de mobilizar seus recursos simbólicos e materiais. Na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, em 1 de fevereiro de 2015, o candidato do Partido dos Trabalhadores obteve 136 votos, tendo sido eleito Eduardo Cunha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 267 votos. O PMDB faz parte da base partidária da presidente, mas mantém forte disputa com ela. Como aconteceu ao longo dos mandatos do presidente Lula da Silva (2003-2010), a oposição política e parlamentar concentrou os ataques ao governo apoiando-se em acusações de corrupção. A partir do início de 2014 o foco é a investigação do Ministério Público relativa a acusações de corrupção na Petrobrás. Em março de 2015 a questão ganhou relevância maior pela instauração de processos de investigação no Supremo Tribunal Federal de 50 pessoas, quase todos parlamentares, a maioria ligada a partidos que constituem a base de apoio do governo. No mesmo período, diferentes forças de oposição ao governo mobilizam a opinião pública, em boa medida apoiadas pelas campanhas da imprensa, contando com apoio em camadas médias.

Na eleição de outubro de 2014 – em menor escala o mesmo havia acontecido na eleição de 2010 – a presidente obteve maior apoio nos estratos mais pobres da população, sobretudo naqueles com renda até 2 salários

¹ Fonte: Folha de S. Paulo, 27/10/2014.

mínimos, e apoio decrescente nos estratos mais ricos, sendo particularmente baixo o apoio entre os que ganham acima de 10 salários mínimos. A mesma tendência se verifica no tocante à escolaridade, onde o apoio maior vem dos que têm nível de ensino fundamental, pouco apoio entre os que têm ensino superior. Finalmente, veja-se que a presidente venceu em 2 macro-regiões: Norte com 52,3% e Nordeste com 70,08%. Nas regiões mais desenvolvidas, particularmente na mais importante, a Sudeste, Rousseff alcançou 47,3%, mesmo ganhando em dois estados importantes, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas perdendo por forte diferença em São Paulo. Na região Sul a presidente obteve 47,3% e no Centro Oeste 42,5%².

A pergunta que buscaremos responder será: como isso afeta a política externa brasileira para a integração regional, relações interamericanas, assim como a política externa em geral? Isso numa conjuntura econômica de graves dificuldades, com crescimento 0,1% em 2014, segundo o IBGE divulgou em março de 2015. O Banco Central prevê para 2015 uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1% e 2%. A relação entre política interna e externa é um tema decisivo na análise das relações internacionais. Qualquer seja a referência teórica utilizada, essa relação é considerada essencial. Os liberais e os não estado-centrismo têm como pressuposto básico que os fatores domésticos são os que vão definindo as relações internacionais. Segundo Moravcsik (1997), não apenas definem as ações de política externa dos Estados: o entrelaçamento das diferentes políticas externas, determinadas pelas internas, particularmente dos Estados mais importantes, é o que finalmente estrutura o próprio sistema internacional. Isto é, ainda que de modo não linear, este resulta das diferentes condições nacionais.

Carr (2001), considerado um precursor da escola realista contemporânea, ao discutir os fundamentos das relações internacionais, insiste sobre o seu caráter político, mostrando como esse aspecto seria mais importante que o direito e a moral. “Todo sistema jurídico pressupõe uma decisão política inicial, explícita ou implícita, alcançada pelo voto, barganha ou força, como a da autoridade encarregada de fazer e desfazer as leis. Por trás de todo direito existe esse pano de fundo político necessário. A autoridade última do direito deriva da política.” (CARR, 2001, p. 233).

2 Fonte: O Estado de S. Paulo, 27 out. 2014.

No caso do Brasil da segunda metade dos anos 2010, tampouco pode-se compreender a ação externa sem considerar a todo momento a situação interna. O governo Rousseff tem uma política exterior e regional que apresenta elementos importantes de continuidade com muitos dos aspectos da ação histórica do país, mais particularmente com aquela desenvolvida pelo governo Lula da Silva, mas é fundamental reconhecer que estrangulamentos internos incidirão de forma significativa. Parece que os elementos conjunturais, sobretudo as limitações impostas pelo quadro político interno, em boa medida novo, caracterizarão o segundo mandato.

Dessa forma, neste trabalho buscamos compreender a ação brasileira no plano hemisférico numa perspectiva mais geral, de longo prazo, de forma a entender os caminhos que poderão se abrir no período presidencial iniciado em janeiro de 2015. Discutindo em que medida o incremento e o enfraquecimento da capacidade brasileira, efetiva e simbólica, afeta as relações continentais, e o modo como o governo e a sociedade formulam suas políticas para a região. Em outros termos, procuramos identificar fatores que motivam a adoção das estratégias no tocante às relações bilaterais, sub-regionais, regionais e continentais, assim como as multilaterais. Com esse intuito, analisamos inicialmente alguns conceitos básicos da política brasileira. Na sequência, analisamos a política no âmbito da integração e da concertação na América Latina, discutindo o Mercosul, a Unasul e a CELAC. Por fim, discutimos a atuação continental, particularmente frente à OEA e aos Estados Unidos. Concluiremos apontando os problemas principais que se colocam no segundo mandato de Rousseff: as dificuldades de negociação política interna somada à crise econômica limitarão o protagonismo brasileiro na região, e as pressões por mais aproximação com os países centrais poderão alcançar parte dos seus objetivos.

2 O CONCEITO DE AUTONOMIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

A literatura sobre política externa brasileira, sobretudo a partir de 1990, tem buscado re-interpretar o significado de autonomia considerada fio condutor explicativo. Em geral parte-se dos estudos clássicos de Jaguaribe (1958), desde seus trabalhos iniciais no ISEB.

Numa interpretação da obra de Juan Carlos Puig, Simonoff (2015) ressalta a estreita relação que apresenta o conceito de autonomia por um lado e o de integração ou concertação política por outro. Com isso discute o que seria uma forma de instrumentalização do conceito de integração na sua relação com a autonomia. O autor remete a uma conclusão cuja determinação procuraremos debater ao discutir as perspectivas que se abrem para o Brasil na segunda metade dos anos 2010. Para ele *“la idea de subordinar la integración a la autonomía no resulta descabellada, ya que obedece a las necesidades de encontrar herramientas para que las sociedades periféricas logren sus objetivos.”* (SIMONOFF, 2015, p. 136).

Considerando nestes anos 2010 o peso alcançado pelas forças de oposição no Brasil, em particular o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que constitui o seu núcleo agregador, forças que vêm aumentando a crítica à política do governo brasileiro de integração e concertação, deve-se esperar uma rediscussão dessa política. Um dos caminhos para essa rediscussão deverá ser o da retomada da idéia de autonomia e sua ressignificação. Nessa rediscussão, como de forma semelhante acontece em outros países, a crítica às posições que prevaleceram nos governos do PT não se concentrarão na idéia de autonomia em si, mas na sua interpretação, buscando retomar raízes que podem ser encontradas ao longo do século XX. Raízes que permanecem vivas e vigorosas até hoje. Utilizando a formulação de Russell e Tokatlian (2010), provavelmente se buscará reinserir na equação autonomia-integração, aumentando-lhe o peso, os conceitos de globalização, de interdependência, também as idéias relativas à inserção nas cadeias globais, às vantagens comparativas, etc.. Todas idéias que estiveram e estão fortemente presentes na política externa do Brasil, inclusive ao longo dos governos Lula da Silva e Rousseff, mas seu peso, sua interpretação e sua utilização variou fortemente ao longo do tempo.

Na produção acadêmica latino-americana e brasileira sobre Relações Internacionais a autonomia é uma noção que se refere a uma política externa livre dos constrangimentos impostos pelos países poderosos. É um objetivo a ser perseguido na ação externa e também um conceito explicativo das opções internacionais. O tema da autonomia no Brasil é importante para os intelectuais, porque também o é para o Estado. Essa ideia e valor é algo a ser reafirmado constantemente. Isso difere da situação em

que se encontram alguns países desenvolvidos, onde peso econômico, político ou militar já garantem em si um grau elevado de autonomia. Mesmo não sendo o objetivo deste texto, é importante lembrar que até governos “americanistas” são considerados por alguns autores como interessados na preservação da autonomia (MALAN et al. 1977; CASARÓES, 2014). Nesses casos, nos referimos, por exemplo, aos governos Dutra (1946-1950), Castello Branco (1964-1967) e Collor de Mello (1990-1992). Esses autores atribuem seu filo-americanismo – fortemente presente em suas políticas externas – a determinadas formas consideradas necessárias para a preservação da autonomia ou para o desenvolvimento nacional, etc..

Ao invés de estar enraizada na noção jurídica de soberania, no Brasil autonomia é um conceito político; um instrumento para salvaguardar-se contra os efeitos mais nocivos do sistema internacional. Do ponto de vista dos países poderosos, a autonomia externa não é uma preocupação de maior relevo. Mello (2000) considera que a noção de autonomia fundamenta a articulação entre os conceitos de independência, diversificação e universalismo da política externa brasileira. A independência constituiria condição prévia da autonomia, enquanto que a diversificação e o universalismo remeteriam aos meios que deveriam ser promovidos para alcançá-la. O termo autonomia, no caso brasileiro, remete à ideia de ampliação das margens de atuação ou de escolha do Estado, tendo em conta a percepção das condições do sistema doméstico e internacional em um determinado período. Portanto, é uma noção relativa, depende do contexto doméstico e/ou internacional em que a política externa é implementada. Além disso, por definição, a autonomia é sempre uma questão de grau, sendo esse aspecto particularmente importante para as discussões sobre integração regional, que, por definição, implica algum grau de relativização da autonomia. Como veremos a seguir, na perspectiva do Brasil, nos anos 2000, houve propensão a aceitar maiores graus de cooperação. Por exemplo, na área de segurança regional, com limitações setoriais de autonomia em prol de objetivos relativamente modestos de cooperação sul-americana.

Pensando em cenário de maior pressão contra o governo do Partido dos Trabalhadores, e considerando as dificuldades de boa parte dos países da América do Sul, deve-se identificar como provável a tendência à intensificação da crítica ao Mercosul, que é apresentado, por ser uma

União Alfandegária, como entrave a acordos com outros países, particularmente as mais importantes economias de mercado, sobretudo os Estados Unidos. Nas palavras de Rubens Barbosa³ (2014) “o Brasil deveria rever sua estratégia de negociação comercial, sem preconceitos ideológicos, com vista à abertura de novos mercados, não só entre os países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos. A prioridade nos últimos 12 anos, apenas para as negociações multilaterais no âmbito da OMC, do Mercosul e na América do Sul não serve mais aos interesses do Brasil.” Simetricamente, indícios de atitudes semelhantes surgem em outros países, contribuindo para que a pressão por mudanças ganhe força em camadas da sociedade brasileira, particularmente em setores empresariais, mas também entre setores do governo e em segmentos importantes da administração pública. Segundo o jornal uruguaio *El País*⁴, referindo-se ao assessor especial para negociações comerciais, Carlos Pérez del Castillo, nomeado pelo chanceler Rodolfo Nin Novoa, logo após a posse do presidente Tabaré Vázquez em 1 de março de 2015, “*Su designación implica que la Cancillería tratará de que Uruguay con el Mercosur o en solitario buscará nuevos acuerdos comerciales.*” De fato, o mesmo Pérez del Castillo⁵, vem afirmando que “*El Mercosur como modelo central de inserción para Uruguay está totalmente agotado. Nos vamos a quedar en el Mercosur, no nos vamos a ir, pero se necesita un gran sinceramiento porque hoy no tiene ninguna credibilidad.*”

A noção de autonomia é caracterizada pela capacidade do Estado para implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição exterior, e pela habilidade em controlar as consequências internas de processos ou eventos produzidos além de suas fronteiras. Na América Latina, a partir da década de 1970, a ideia de autonomia tem sido pensada como um meio de “libertar” os países da região de sua dependência externa. De fato, a origem da utilização do conceito é remota, para alguns países a encontramos no século XIX. No Brasil, fases como a do nacionalismo varguista, particularmente o do período 1951-1954, da Política Externa Independente (governos Quadros e Goulart) e do Pragmatismo

³ O Estado de S.Paulo, p. 2, 11 nov. 2014. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-nova-politica-comercial-imp-,1591030>>.

⁴ El País, p. 3, 4 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/cancilleria-quiere-libertad-buscar-acuerdos.html>>.

⁵ El País, p. 3, 4 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/informacion/mercosur-agotado-modelo-insercion.html>>.

Responsável (governo Geisel) refletem o grau de enraizamento do conceito. Jaguaribe (1979, p. 91-93) descreve o sistema internacional como uma ordem hierárquica. Embora os países com capacidade para exercício pleno da autonomia não possam garantir total inviolabilidade de seus territórios nacionais, eles oferecem consideráveis obstáculos para as ações de seus inimigos, adversários ou simplesmente competidores, desfrutam de margem de manobra suficiente para conduzir suas políticas externas. As nações mais vulneráveis ou economicamente e/ou estrategicamente fracas, por outro lado, embora formalmente independentes e soberanas, historicamente são constringidas pelas grandes potências.

A autonomia é uma função das condições estruturais que Jaguaribe (1979, p. 96-97) descreve como “viabilidade nacional” e “permissibilidade internacional”. O primeiro termo refere-se à existência de recursos humanos e sociais adequados à capacidade de inserção internacional e ao grau de coesão socio-cultural dentro das fronteiras nacionais. O segundo conceito relaciona-se com a capacidade de neutralizar as ameaças externas, e depende de recursos econômicos e militares e alianças com outros países. Jaguaribe também identifica dois fatores fundamentais para a existência da autonomia na periferia: autonomia tecnológica e empresarial, e relações favoráveis com o centro. As formulações citadas de Barbosa e de del Castillo colocam a importância do fortalecimento das relações com os países centrais não apenas como uma ação importante de seus Estados, mas como uma alternativa ao fortalecimento das relações intra-regionais e Sul-Sul.

Em suas reflexões sobre a autonomia, Puig (1980, 1984), diferentemente de autores realistas como Morgenthau (2003) e Waltz (1979), argumenta que o sistema internacional não é caracterizado pela anarquia, mas por uma hierarquia internacional. Conforme Puig (1980, p. 149-155), a obtenção da autonomia passa por quatro estágios: 1) o *status* formal de Estado soberano; 2) os benefícios materiais suficientes para elaborar e pôr em prática um projeto nacional; 3) aceitação das políticas da potência em suas áreas de interesse estratégico em troca do exercício de autonomia em setores de igual importância para os países latino-americanos, como por exemplo, na escolha de seus modelos de desenvolvimento; e 4) a ruptura da dependência com o centro e ações de não-obediência. Para Puig, assim como para Jaguaribe, a autonomia requer graus adequados de “viabilida-

de nacional”, uma considerável quantidade de recursos domésticos e um compromisso explícito das elites com um projeto nacional. Os dois autores também compartilham a noção de que a autonomia requer a mobilização de recursos de poder na periferia. Alianças regionais contra o centro, integração política e econômica, e a melhora de estratégias negociadoras constituem os instrumentos para se alcançar esta meta. Nessa perspectiva, a integração regional pode ser um objetivo estratégico.

Analisar a existência dos quatro estágios formulados por Puig seria um exercício interessante nas atuais condições latino e sul americanas, em particular para o Brasil. No caso brasileiro, certamente temos o primeiro estágio, o Estado soberano. Esse estágio existe em maior ou menor medida em qualquer país da região atualmente. Mais difícil é definir como se encontram os outros três. A realidade brasileira dos anos 2010, com forte evidência no início do segundo mandato Rousseff, é que a capacidade de por em prática um projeto nacional encontra-se sob *judice*. Encontram-se claramente divididas as elites nas formas de construí-lo. O combate à corrupção, que vem constituindo-se com força um regime internacional inovador, imbricado com relações de poder, tem, do mesmo modo que em outros países, inclusive centrais, como efeito secundário o surgimento, ou ressurgimento, de interesses que não consideram como objetivo nacional importante a preservação de alguns dos grandes grupos empresariais, estatais ou privados. No caso brasileiro atual, empresas como Petrobras, grupo EBX, grandes empreiteiras da área da construção civil e pesada, correm o risco de serem enfraquecidas ou mesmo destruídas. Não havendo grandes estruturas empresariais, as consequências para a política externa, para a região e para o mundo, são grandes. O resultado pode ser o debilitamento das bases materiais de uma política de integração sustentada simbioticamente pelo conceito de interesse nacional. Discutiremos o tema das relações com os Estados Unidos adiante: na crise brasileira contemporânea ganham força os setores que apontam para a importância da relação com esse país e com a União Europeia.

Para entender os diferentes conceitos de autonomia debatidos atualmente no Brasil é importante lembrar suas formulações anteriores. Adaptando o conceito de autonomia em meados dos anos 1990, Fonseca Júnior (1998) argumentava que a diplomacia brasileira no período da

Guerra Fria se caracterizou pela autonomia pela distância. Já na década de 1990, esta mesma diplomacia seria levada a incorporar novos valores devido à 1) democratização brasileira, 2) ao final da Guerra Fria, 3) à aceleração do processo chamado de globalização e 4) à entrada de “novos temas” na agenda internacional (questões ambientais, direitos humanos, reforma do sistema internacional de comércio). Em suma, a própria ideia de autonomia ganharia nova conotação. Segundo o autor, a primeira expressão de autonomia pela distância seria ficar afastado, ainda que nem sempre contrário, em relação às ações e aos valores do ocidente capitalista e desenvolvido. Em seguida, significaria uma atitude crítica em relação às superpotências. Por outro lado, a autonomia, no mundo contemporâneo, não significaria mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. Ao contrário, segundo Fonseca Júnior (1998), a autonomia se traduziria por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda participando dos processos decisórios.

Na mesma linha de raciocínio, Russell e Tokatlian (2003) argumentam que a aceleração da globalização nas últimas décadas teria modificado sensivelmente o espaço de ação dos países latino-americanos. Esse novo contexto global demandaria que a autonomia fosse definida de uma forma diferente, havendo a necessidade de transição da *antagonistic autonomy* (que é similar à autonomia pela distância) para a *relational autonomy* (que é parecida com a autonomia pela participação). No momento atual, no Brasil essas ideias estão sendo discutidas. Em pormenorizado estudo em que são avaliadas diferentes possibilidades para o país, por meio da simulação de situações, particularmente as que adviriam da finalização das negociações para o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e para a Parceria Trans-Pacífica (TPP), Thorstensen e Ferraz (2014) afirmam que as consequências em termos de comércio seriam particularmente prejudiciais. Sobretudo, segundo os autores, num contexto de estagnação da posição internacional do Brasil. Ao simularem o potencial impacto da adesão do Brasil ao TTIP, concluem que seria fortemente positivo. A atenção é voltada aos riscos da não negociação de acordos comerciais com os países centrais e com os grandes blocos, existentes ou em processo de negociação.

The conclusion of TTIP and TPP will represent a serious threat to Brazil. Not only it will lose international market, but will be left behind in the negotiations of international trade rules, losing its present role as relevant global rule maker, accepting a secondary role of passive rule taker. In a time of global value chains, the integration of Brazil with major economies is fundamental to the survival of the industry. The present research shows clearly that the negotiation of an agreement between Brazil and the EU, now in its final phase, is an important step forward and should be concluded rapidly, before the finalization of the TTIP negotiation. But a second step should also be considered seriously – that of an agreement with the US. There is no “trade logic” of an agreement with the EU without an agreement with the US in the case of a successful TTIP. With the TTIP and TPP, a new opportunity is open to Brazil. It is time to review the priorities and to re-evaluate losses and gains. The costs of Brazil’s isolation in the World because of the difficulties of Mercosul should be re-examined with care. (THORSTENSEN; FERRAZ, 2014, p. 7-8).

A *relational autonomy* traduz-se em uma crescente interação, negociação e participação na elaboração das normas e regras internacionais. A autonomia não é mais definida “*by a country’s power to isolate itself and control external process and events, but instead by its power to participate in and effectively influence world affairs, particularly in all types of international organizations and regimes*” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 16). Para Russell e Tokatlian (2003, p. 19), a *relational autonomy* deve ser alcançada por meio de compromissos e negociações com grande participação da opinião pública, fortalecendo o aspecto democrático deste tipo de desenvolvimento de política externa. O abandono parcial de elementos de soberania (marca da *relational autonomy*) seria feito no sentido de desenvolver instituições e normas para a promoção do bem comum. Percebemos nessa perspectiva a idéia da inserção propositiva na lógica dos regimes internacionais prevaletentes. Briceño Ruiz (2012, p. 54) entende que “*las recientes reflexiones sobre densidad nacional y autonomía relacional confirman que el desarrollo económico y la autonomía política continúan siendo ideas centrales en la reflexión integracionista latinoamericana.*”

Cada um dos conceitos discutidos quando se fala em autonomia, pela distância, pela participação, pela diversificação, está enraizado na tradição diplomática brasileira. Contudo as estratégias que derivam deles não são necessariamente bem-sucedidas a ponto de trazerem benefícios para,

por exemplo, o intercâmbio comercial, a atração de investimentos diretos, a influência nos organismos internacionais, para a consolidação dos esforços de integração regional ou para o prestígio político e a influência nos temas da paz e da guerra. Por conta da forma como a questão da autonomia se insere nos objetivos de ação externa dos estados latino-americanos, particularmente no caso do Brasil, a experiência da integração tem particularidades importantes. Inclusive consequências teóricas a serem consideradas.

A integração do Cone Sul e da América do Sul, portanto o Mercosul e a Unasul, de certa forma destoa das teorias desenvolvidas por neo-funcionalistas (MATLARY, 1994; HAAS, 2004) e por liberais-intergovernamentalistas (MORAVCSIK, 1994; 2005). Para os primeiros, integração implica o desencadeamento do fenômeno de *spill over* voltado à atenuação do poder nacional em favor da supranacionalidade. Para os segundos, a interação combinada dos interesses nacionais garante a integração. Para os liberais-intergovernamentalistas, a autonomia nacional subsiste, mas a permanência e o avanço da integração resulta da combinação de interesses nacionais. Para o Estado brasileiro, para suas instâncias formuladoras de políticas, podemos afirmar, os diferentes blocos regionais devem contribuir para o fortalecimento da autonomia dos Estados-membros, enquanto objetivo e consequência da integração. De certa forma nos reencontramos mais uma vez com a formulação de Puig (1984), resgatada por diversos autores, Colacrai (2009), Bernal-Meza (2005) e Simonoff (2015), em que a ideia de integração deve ser funcional à de autonomia. Para funcionalistas e liberais-intergovernamentalistas a integração surge da demanda dos atores domésticos e grupos de interesse dos Estados. Tem como pressuposto um grau razoável de interdependência econômica entre os membros (CHOI; CAPORASO, 2002).

Na busca de compreender o futuro da política brasileira, em qualquer caso haverá uma reiteração do conceito de autonomia, ainda que fortemente reinterpretado. Do ponto de vista de política exterior, houve mudanças importantes nos anos do Partido dos Trabalhadores. Mudanças introduzidas pela “diplomacia presidencial” de Lula da Silva, em geral acompanhadas por Rousseff. Mesmo quando a cúpula diplomática, incluindo nesta Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, e um certo número de diplomatas, formulava e acompanhava as mudanças, particularmente as críticas das políticas hegemônicas, no geral a

estrutura administrativa – que inclui muitas outras áreas além das relações exteriores, ministérios, instituições – não acompanhou de forma ativa essas mudanças. Conclui-se que se o governo a partir de 2015 for levado a novos direcionamentos, estes encontrarão uma estrutura certamente não hostil.

As demandas e os interesses voltados à integração regional, decorridos vinte e quatro anos do Tratado de Assunção de março 1991, não tiveram crescimento qualitativo importante. Não há no Brasil forte demanda pela integração, nem houve crescimento vigoroso da interdependência. Sem desconhecer que há avanços históricos em pontos importantes: por exemplo, o quase desaparecimento de hipóteses de guerra em todo o subcontinente e uma presença maior de investimentos intra-regionais, o estágio atual, meados dos anos 2010, sinaliza ações de cooperação e integração de baixa intensidade. Schmitter em artigo de 1970 apontava claramente que qualquer discussão de integração regional não se pode dar partindo de modo dogmático de apenas uma teoria:

[...] understanding and explanation in this field of inquiry are ... best served not by the dominance of a single 'accepted' grand model or paradigm, but by the simultaneous presence of antithetic and conflictive ones which – while they may converge in certain aspects – diverge in so many others. If this sort of dialectic of incompleteness, unevenness and partial frustration propels integration processes forward, why shouldn't it do the same for the scholarship that accompanies them? (SCHMITTER, 1970, p. 844).

A mesma orientação devemos considerar para a análise da posição brasileira frente ao processo de integração regional e às relações americanas. Reconhecendo a existência de conceitos com raízes profundas, sua interpretação dependerá dos atores que prevalecerão na política brasileira nos próximos anos. A vida democrática viabiliza a presença de posições contrapostas. Ao longo do primeiro mandato de Rouseff as posições que vinculam autonomia com integração regional não se fortaleceram do ponto de vista de suas bases de sustentação política e material. Hoje, no segundo mandato, as forças que optam por uma maior inserção vinculada aos mercados “globais”, têm presença importante também no governo.

3 INTEGRAÇÃO E CONCERTAÇÃO POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: MERCOSUL, UNASUL E CELAC

Pierson (1998) considera que os governos nacionais, quando delegam determinadas funções a instituições ou a órgãos comunitários regionais, com o tempo tendem a perder o controle do processo de integração para essas instituições. As instituições ou órgãos regionais abririam espaço para novos atores domésticos participarem do processo decisório, sem a intermediação dos governos, fato que tenderia a fortalecê-las e a fornecer-lhes novas fontes de legitimidade. Uma vez alcançada, por essa instituição ou órgão, certa autoridade no processo de integração, torna-se difícil para os governos fazê-lo recuar, viabilizando a recuperação do poder original dos Estados-parte. O custo dessa ação de recuperação, de certa forma, inviabiliza a sua concretização. É interessante mostrar a racionalidade da posição do Brasil de defesa do princípio da autonomia no Mercosul, que tem relação com a defesa da inter-governamentalidade enquanto princípio da integração. Trata-se de posição restritiva ao adensamento da institucionalidade do bloco.

A posição brasileira frente aos órgãos regionais pode ser interpretada como a de uma estratégia de círculos concêntricos. E aqui estamos sublinhando que, mesmo no primeiro círculo, o mais restrito e o mais aprofundado, o Mercosul, o país não abdicou de sua autonomia. De fato, nessa União Alfandegária os governos brasileiros sempre defenderam a impossibilidade de submeter-se, ao menos em alguns casos, a decisões colegiadas, atribuindo isso aos riscos que adviriam da instabilidade nos países-parte. A consequência de um posicionamento estrutural que dura há mais de 25 anos, é atualmente considerado pressuposto para abrir um debate sobre os próprios fundamentos do Mercosul. No Brasil no início do segundo mandato Rousseff, há atores com forte peso social, econômico e político que defendem abertamente a necessidade de rebaixamento do atual nível de integração a acordo de livre comércio. Bacha (2013, p. 11) afirma:

Dado o amplo mercado interno que abrirá às exportações dos demais países do mundo, o Brasil estará em condições de fazer negociações vantajosas para a abertura compensatória dos mercados de seus parceiros comerciais. O leque de possibilidades é amplo, envolvendo acordos multilaterais, regionais e bilaterais. O certo é que o país necessitará de liberdade de movimentos e, portanto, de flexibilizar as regras de lista comum para a negociação com terceiros países que têm sido observadas no Mercosul.

Em fevereiro de 2015, o mesmo autor afirmou a necessidade da retomada das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), interrompidas em novembro de 2005 em Mar del Plata⁶. As indefinições havidas a partir das crises brasileira de 1999 e argentina de 2001, com as lentidões que passaram a prevalecer, colocaram os aspectos econômicos da integração parcialmente em compasso de espera. Seguidos contenciosos, ainda que circunscritos, colocariam a necessidade de novas decisões se o objetivo é a continuidade e o aprofundamento do Mercosul. Em boa medida dependerão dos processos políticos internos que encontram-se sob forte tensão nos países. No caso brasileiro, vistas as posições conhecidas de atores empresariais e políticos, surge que somente no caso da retomada do controle do processo político de parte do Partido dos Trabalhadores, poderia haver novos sinais de aprofundamento do Mercosul.

Em situações normais, gradualmente, a dinâmica decisória da integração tende a adquirir mais autonomia em relação aos Estados nacionais. Assim, pode-se entender a baixa disposição brasileira quanto ao fortalecimento institucional do bloco, já que o Estado não deseja perder o controle do processo. As posições brasileiras são fundamentadas na lógica da inter-governamentalidade e são mais adaptadas à expansão do bloco do que propriamente ao seu aprofundamento. A inter-governamentalidade, na medida em que resguarda um alto nível de autonomia para o Estado nacional, faz com que este tenha uma forte capacidade de intervenção em relação à política de integração. Dessa forma, compatibiliza-se, adequadamente, com o elemento de autonomia da política exterior do Brasil.

Como apontamos, os conceitos de autonomia e de diversificação das parcerias, defendidos por parte das elites e presente na memória institucional do Ministério das Relações Exteriores (MARIANO, 2007), colocam questionamentos ao Mercosul. O sentimento de que haverá perda da soberania e da autonomia brasileira, na medida em que houver um aprofundamento maior da integração no bloco, continua norteador da ação da burocracia estatal. Rejeita-se uma opção que teria a consequência de limitar o espaço de manobra internacional do Brasil no mundo, dificultando a diversificação das parcerias. Por essa razão, pode-se entender porque o momento é de indefinições.

⁶ Entrevista ao jornal Valor Econômico, 5 fev. 2015.

Um Mercosul mais institucionalizado não atenderia aos interesses de parte considerável das elites, de grupos sociais, econômicos e regionais, de setores políticos, que parecem ter suas necessidades contempladas pela atual estrutura. Vimos que há importantes tendências que apontam para a necessidade do seu rebaixamento. De todo modo, mesmo se redimensionados os objetivos, persistirá o interesse no aumento do comércio e do investimento transfronteiriço. Nos períodos anteriores grandes empresas buscaram os mercados regionais. Foi o caso de Petrobras, Itaú, Bunge, Gerdau, AmBev e outras. Também empreiteiras: Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão, etc.. A crise desencadeada em 2014/2015 pelas investigações e processos relativos à corrupção na Petrobras certamente terá impacto na posição brasileira de integração. Com reflexo em toda a região. O enfraquecimento ou mesmo potencial desaparecimento de algumas dessas empresas diminuirá o ímpeto, já fragmentado, dos empresários pela integração. Todas as teorias de integração regional reconhecem a importância desse setor, seja público ou seja privado, para o avanço do processo.

O Mercosul foi importante em situações determinadas, como na negociação em curso com a União Europeia. Também o foi nas relações com os Estados Unidos, servindo como mecanismo de resistência frente a pressões assimétricas. Há na tradição diplomática brasileira a preocupação pela busca de formas para evitar compromissos que possam mais tarde levar a perdas para o país. Isso tem acontecido nas negociações econômicas, mas o mesmo vale para outros campos. Ao mesmo tempo, deve ser observado que apesar do quadro internacional sugerir o fortalecimento da integração para negociar em melhores condições frente ao mundo exterior, isso não tem acontecido sempre. Por exemplo, verificam-se situações tipicamente contraditórias: a União Europeia valorizou a relação bloco a bloco; ao mesmo tempo, a parceria estratégica entre a UE e o Brasil, estabelecida em 2007, mostra que parceiros importantes aumentam o nível de reconhecimento dos Estados-nacionais. No caso de acentuarem-se dificuldades nas relações intra-Mercosul, certamente as pressões, como já vimos, para buscar soluções nacionais vão se acentuar.

Os governos brasileiros, inclusive o de Rousseff, admitem a ideia de que integração significa conceder algo de soberania, mas as conces-

sões tendem a ser restritas: por isso a defesa do gerenciamento da União Alfandegária com políticas limitadas no tocante ao combate às assimetrias. A baixa complementaridade não tem sido enfrentada com políticas conjuntas de desenvolvimento regional, com projetos comuns e com ações mais fortes para criar cadeias produtivas. Na medida em que as assimetrias mantêm-se altas, em virtude da ausência de instrumentos regionais adequados, a tendência é que a União Alfandegária não se complete e acabe sendo debilitada por uma lógica na qual os conflitos são sobrevalorizados, já que os meios para sua superação têm relação com a mudança de postura dos Estados. A posição do Brasil, mesmo considerando as atuais incertezas, está longe de ser a única responsável pelas dificuldades. As formas de posicionamento de Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela frente ao Mercosul contribuem para isso. Destacamos o papel do Brasil, pois a este caberia o papel de *paymaster*, ainda que não o tenha sido, de acordo com a formulação de Mattli (1999).

Diferentemente do Mercosul, a Unasul surge num contexto de diversidades na região. Inclusive diversidades no tocante à política de inserção na economia internacional. Diversidades são aceitas, consideradas normais, portanto a Unasul não traz como objetivo a integração econômica, descartando-se qualquer proposta de mercado comum. Não visa política externa comum. Busca superar diferenças, sem desconhecê-las, mantendo um espaço de interlocução. Portanto reconhecemos na Unasul o segundo círculo concêntrico para a política brasileira, que pelas suas características intergovernamentais e flexíveis, sem compromissos institucionais de significados incontornáveis, pode consolidar-se.

Na perspectiva de Lula da Silva (2006), em discurso na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Sul-Americana de Nações, antecessora da Unasul: “Um projeto tão amplo quanto o da nossa Comunidade tem que contar com instituições que permitam realizar nossos projetos. Se queremos uma Comunidade forte é necessário dotar-lhe dos instrumentos necessários”. O objetivo é a existência de um instrumento sul-americano, portanto não latino-americano e ainda menos hemisférico. Esse objetivo explica-se porque nesse espaço, na formulação do Estado brasileiro, de seus políticos e de seus altos funcionários, podem-se criar consensos a respeito de alguns

temas. Consensos que, lançando mão da formulação já clássica de Bull (2002), são possíveis na medida em que se busca a ordem e permitem manter a independência dos estados individuais. Mais relevante, consensos que podem ser obtidos como resultado de uma composição de poder marcadamente regional. Desse modo, compatibilizam-se preservação da autonomia, cooperação, integração seletiva e um espaço comum onde as relações correspondem a outra geografia, atenuando, não eliminando, o peso de fatores extra-regionais. Isso seria possível na América do Sul, mas não na América Latina e menos ainda na esfera continental.

Nessa esfera sul-americana alguns países ganham maior capacidade decisória. Para os dirigentes do Estado, podemos dizer para o conjunto das elites, para a diplomacia, o Brasil obtém maior poder de decisão. Como dissemos, a formulação brasileira de um espaço sul-americano tem continuidade, vem consolidando-se desde 1993, e mesmo antes. Percebemos claramente que corresponde no tempo à política mexicana de inserção no espaço norte-americano, rompendo o México com sua tradição secular de anti-americanismo. A perspectiva de crescentes dificuldades em relação ao Mercosul e mesmo na perspectiva de mudanças na relação com os Estados Unidos, que analisaremos abaixo, a Unasul poderá ser funcional a diferentes interesses. Pode preservar uma razoável autonomia de negociação interna à região e, ao mesmo tempo, do ponto de vista do Brasil, preservar seu espaço que em qualquer circunstância será central para os equilíbrios regionais e mesmo no sistema internacional.

Nessa perspectiva brasileira, segundo Guimarães (2006, p. 275) é indispensável trabalhar de forma “consistente e persistente em favor da emergência de um sistema mundial multipolar no qual a América do Sul venha a constituir um dos polos e não ser apenas uma sub-região de qualquer outro polo econômico ou político”. A continuidade de conflitos domésticos em países da América do Sul, inclusive nos três maiores do Mercosul (Argentina, Brasil, Venezuela), mostra as dificuldades para atingir o patamar de polo. Mesmo nas relações entre os países que constituem os três grupos em que se subdividem atualmente os países membros da Unasul – Mercosul, Aliança do Pacífico e Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA) – há consistentes problemas. Alguns de origem histórica, como entre Chile e Peru, outros ligados a problemas atuais.

Mesmo em situação de mudanças importantes, como as havidas de 1990 a 2015, para o Brasil, o espaço sul-americano vem se delineado politicamente de forma consistente, como reconstitui em perspectiva histórica Santos e Villafañe (2014, p. 184), desde o governo Itamar Franco.

O conceito de América Latina consolidou-se a partir da construção de um imaginário comum por intelectuais da própria região – com o Brasil muitas vezes recebendo ou atribuindo-se um papel peculiar nessa arquitetura identitária –, mas, também, como uma representação do ‘outro’ para a sociedade estadunidense, como um contraconceito assimétrico de suas autoatribuídas virtudes. No entanto, a adesão do México ao Nafta, em 1992, contribuiu para erodir o conceito de América Latina, ao aproximar decisivamente um de seus polos mais importantes, o México, do ‘outro’ desse conceito: os Estados Unidos.

Comparativamente à política brasileira para o Mercosul, no caso da Unasul, a autonomia parece se conectar mais diretamente com alguns dos objetivos da cooperação. Isso ocorre ao menos em três dimensões: financiamento para a integração, mesmo considerando as restrições brasileiras ao Banco do Sul; integração da infraestrutura (incorporação da IIRSA e estabelecimento do COSIPLAN); e defesa (Conselho de Defesa Sul-Americano). Trata-se de tentativas mais ou menos articuladas de conectar a autonomia nacional com os objetivos de cooperação e integração sul-americana. Os esforços de cooperação e integração relacionados com essas três dimensões fundamentam-se no objetivo de fortalecimento da autonomia dos Estados, seja do ponto de vista de aumento das margens de manobra no sistema internacional, seja do ponto de vista de exercer efetivamente a soberania sobre o território nacional (BORDA, 2012). Importante ressaltar que o processo de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano vincula-se não apenas ao objetivo de fortalecer a cooperação em temas de defesa e segurança, mas remeteu também à intenção de estabelecer um contraponto à influência dos Estados Unidos na América do Sul, mais precisamente, na região andina.

Deixando mais claro: o Mercosul é desenhado como união alfandegária visando um mercado comum (do Sul); portanto, por definição, há um horizonte de abdicação de segmentos de autonomia e de soberania, por isso, o definimos como o primeiro círculo concêntrico. Parte dos

problemas do Mercosul referem-se, como discutimos, a essa questão. Não apenas no que toca ao Brasil, mas repetem-se para Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Os Estados, assim como as respectivas sociedades, tanto as elites quanto a população em geral, consideram que o foco de seu próprio desenvolvimento depende da própria capacidade nacional. No caso da Unasul, exatamente por privilegiar a ideia de autonomia nacional e de soberania sobre o território nacional, consegue fazer convergir interesses muito diferentes e ideologias distantes.

Concluindo esta parte da análise sobre a posição do Brasil frente à Unasul, retomamos a ideia de *relational autonomy* de Russell e Toklatian (2003, p. 19). É parcialmente útil para pensarmos como o princípio de autonomia se relaciona com as posições do país na Unasul. Assim o consideramos, pois, ao contrário do significado original do conceito, como desenvolvido por seus autores, não se observa grande participação da opinião pública, dos grupos de interesses e de atores domésticos diversos na definição das posições do Brasil. A política brasileira para a América do Sul, embora não desconsidere as preferências domésticas, é muito mais determinada pelas instituições do Estado, pela ação da Presidência e do Ministério das Relações Exteriores. No caso da Unasul é também importante a participação do Ministério da Defesa. O apoio doméstico necessário para a implementação dos acordos, em geral, é buscado *ex post facto*, sendo essa uma das particularidades da integração regional na América do Sul que dificulta a utilização de teorias de matriz neofuncionalista ou liberal-intergovernamentalista para o seu entendimento. A ideia de *relational autonomy* deve ser compreendida e utilizada combinadamente com a análise de Pinheiro (2004) sobre o duplo padrão da política externa do Brasil, definido como de institucionalismo pragmático. Isto é, há esferas distintas de análise. Por um lado, busca-se manter autonomia pela distância ou pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011), por outro lado, busca-se manter a autonomia pela cooperação, estabelecendo uma relação entre as duas que visa garantir benefícios, afastando riscos. Nos governos Lula da Silva e Rousseff intensificou-se em parte, sobretudo na visão da presidência, a ideia da importância da construção institucional, sem deixar de existirem padrões duplos. À medida que a crise política brasileira fortaleça as posições dos que defendem a negociação de acordos comerciais com

os países centrais e os grandes blocos, a busca da institucionalidade perderá prioridade, sem que o Brasil deixe de continuar preocupando-se por formas de cooperação e, mesmo, de integração regional. O país tem sido beneficiado de modo importante pela exportação de bens de maior valor agregado para a região.

Na análise da política de integração e de relações hemisféricas do Brasil, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), estabelecida em 2010, surge como o terceiro círculo concêntrico. Alguns dos Estados membros observam a organização como possível fórum alternativo à OEA. O presidente do Equador, Correa, foi quem mais avançou nessa direção. Para ele a CELAC deveria substituir a OEA⁷. A posição brasileira surge como mais branda e articulada. O governo reconhece a importância da organização, mas não entende que deva se transformar numa alternativa à OEA, nem deva servir como base de confrontação direta a ela.

Para o Brasil, a CELAC surge como uma organização que congrega todos os países da América Latina e do Caribe e, nas palavras de Garcia (2013, p. 61), “sem países estranhos a eles”. Trata-se sim da abertura de foros sem a participação dos Estados Unidos e Canadá, mas a concepção pragmática no campo internacional estimula evitar ações de confrontação e mesmo políticas que diretamente visem o enfraquecimento da OEA ou outros instrumentos de tipo continental. Percebemos claramente a ideia do terceiro círculo concêntrico, o governo brasileiro considera existir maior grau de identidade na CELAC que na OEA. Essa interpretação da posição brasileira é compartilhada por um espectro amplo de autores. Sorj e Fausto (2013, p. 65), partindo de posição diferente daquela do governo, coincidem em parte das conclusões em relação às motivações:

El objetivo central de la acción brasileña en su entorno es la estabilidad política. En general, Brasil tuvo éxito al mediar en conflictos entre la agenda anti-norteamericana liderada por Chávez –y apoyada por el resto de los países de la ALBA– y los demás países de la región. Moderando los impulsos, Brasil se ha constituido en eje central del desarrollo de instituciones que apuntan a limitar la importancia de la OEA, léase los Estados Unidos, sin proponer su desaparición. A la vez, la existencia de organizaciones regionales sin la presencia efectiva del gigante del norte impulsa la influencia brasileña.

⁷ Infolatam. Equador: Rafael Correa apresenta a Insulza suas propostas para reformar a OEA. 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.infolatam.com.br/2012/11/30/ecuador-rafael-correa-apresenta-a-insulza-suas-propostas-para-reformar-a-oea/>>. Acesso em: 28 maio 2013.

No entendimento do governo brasileiro, a CELAC deve dar continuidade às ações desenvolvidas anteriormente pelos Grupos de Contadora e do Rio. Pode-se afirmar que a CELAC é vista como a representação de um grupo continental de Estados que têm em comum algumas, não todas, afinidades e que pode articular conjuntamente algumas ações, inclusive algumas relações com o resto da comunidade internacional, também com os Estados Unidos.

Compreender a política externa brasileira e particularmente a política hemisférica, exige entender que não há preocupação por uma liderança acima das próprias possibilidades. Algumas análises sobre a política brasileira na região insistem a respeito do papel pretendido pelo país na relação com o próprio entorno. Nessa perspectiva exagera-se na interpretação de que o Brasil buscaria a formação de um polo alternativo com poder competitivo extra regional (BURGES 2008; GARDINI; LAMBERT, 2010; MALAMUD, 2005). Apesar de fortes diferenças em relação a aspectos da política exterior, regional e hemisférica, inclusive em relação ao Mercosul e à Unasul, na sociedade civil e entre as forças políticas encontramos razoável consenso sobre alguns pontos fundamentais, particularmente em relação à necessidade de não superestimar a capacidade nacional. Os dois mandatos de Rouseff acentuaram esta característica. Em parte pelo reconhecimento dos limites, em parte pelo agravamento das crises política e econômica que pesa de forma decisiva na limitação de influência. A crença na capacidade de intermediação brasileira, ou mesmo no poder de convicção, em alguns casos é superestimada até por grupos de interesse e setores do governo norte-americano.

O governo brasileiro contribuiu fortemente para a proposta de constituição da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) que viria a se fundir com o Grupo do Rio para se tornar a CELAC. A contribuição não foi isolada nem se deve dizer que teve papel totalmente decisivo: somou-se a diferentes articulações. Sem elas a CELAC não teria se constituído. Lembremos também que coube ao governo do México, sendo presidente Felipe Calderón, papel relevante, correspondente ao interesse em evitar um único vínculo externo: o NAFTA e os Estados Unidos. A CELAC é importante para o Brasil, mas com menor densidade que Mercosul e Unasul.

4 O EIXO HEMISFÉRICO: OEA E AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

As relações com os Estados Unidos, tudo indica, poderão se tornar um importante foco de disputa política no Brasil ao longo do segundo governo Rousseff. As indicações nessa direção surgem tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. As pressões pelas mudanças resultam não tanto do quadro internacional ou das relações bilaterais, ainda que possam estimular novos caminhos, mas da compreensão que os grupos dirigentes e as elites brasileiras terão desse quadro e dessas relações. Em outros termos, relacionam-se diretamente, como estamos discutindo, com as condições internas do país e, secundariamente, com as atitudes dos setores norte-americanos preocupados com o Brasil, seja empresariais seja governamentais. As atitudes norte-americanas são importantes, mas o ponto relevante na atualidade é como elas influem nas relações de poder no Brasil.

Como demonstramos nas seções anteriores, a ideia de autonomia tem sido uma diretriz sempre presente na política brasileira. A ação dos Estados Unidos nas relações hemisféricas é, por si mesma, um desafio para o exercício da autonomia nessa esfera. No início do século XXI fatos novos surgem, particularmente a possibilidade de mudança gradual no equilíbrio internacional. O que importa aqui sinalizar, pelas consequências que poderia ter nas relações nas Américas, é o declínio relativo dos Estados Unidos, mesmo continuando a ser, de longe, a principal potência mundial. Também importante é ter em conta o significado que pode ter a presença chinesa, econômica, política e mesmo estratégica (Vadell, 2011). De todo modo, as consequências desse processo a longo prazo não são claras, tampouco sua influência sobre os fenômenos de integração.

A análise da posição brasileira no continente deve ter em conta esse conjunto de fatores, que provavelmente explicam ambiguidades. Por um lado, nos governos Lula da Silva e no primeiro mandato Rousseff, a busca do fortalecimento de organizações sub-regionais, de forma a buscar aumentar a autonomia frente aos Estados Unidos, e, por outro lado manutenção de um perfil baixo na OEA, utilizada como foro de discussão de alguns temas. A OEA foi historicamente um *locus* para o desenvolvimento das relações com os Estados Unidos, mas na atualidade está longe de ser o único e mesmo o principal. Boa parte das ações externas concretiza-se no contexto de foros bilaterais. Inclusive as do Brasil com os Estados Unidos.

Compreendemos assim o significado da OEA para o Brasil, e sua relativização. Aplica-se a ideia do quarto círculo concêntrico. Os dados recentes, mesmo na fase de realização da VII Cúpula das Américas no Panamá de abril de 2015, não sugerem mudanças significativas. Bell e Armstrong (2015), analisando a eleição do Secretário Geral Almagro em março de 2015, consideram difíceis os futuros passos da OEA:

One tempting option would be for Almagro to try to distance himself and the organization from Washington – a difficult task at best. Not only is his headquarters several hundred meters from the White House and the State Department, but the United States government (and to a lesser extent Canada) provides substantially more funding for the OAS's general fund and through special donations than any other member state. Almagro's actions will also be watched closely by U.S. conservatives who, stung by President Obama's move toward diplomatic relations with Cuba, are looking for a fight over Venezuela, Ecuador, Argentina, and even on some issues with Brazil. Whatever Almagro does, it will be with the black cloud of the OAS's financial difficulties over him, and the possibility that failing to successfully balance all of these issues may weaken the OAS and benefit regional organizations like CELAC and UNASUR, which are smaller and less well established, but independent of North American influence.

Na OEA observa-se uma diminuição da influência norte-americana, que para alguns autores é considerada como desinteresse. Fenômeno não conjuntural, manifestando-se desde os anos 1990 e atravessando todo o mandato Insulza (2005-2015). De acordo com Herz (2011), a organização não pode mais ser vista como um instrumento da política externa norte-americana como no passado. Para a autora, a situação dos Estados Unidos na OEA é muito diferente, em decorrência da ascensão da esquerda em muitos países, da diversificação de suas políticas externas, da falta de compatibilidade entre os interesses norte-americanos e os objetivos da região em temas como migração, terrorismo e combate ao narcotráfico, além da falta de uma estratégia clara emanando de Washington (HERZ, 2011). A evolução da influência norte-americana na organização também apresenta ambiguidades. Por um lado, parece diminuir, particularmente pela ausência de políticas para a região, mas, por outro, ela continua possuindo grande significado. Como sublinham Bell e Armstrong (2015), o orçamento continua vindo de Washington, ao redor de 42% do total

(Meyer, 2013). Esse peso não se modificará no curto e médio prazo visto que as cotas relativas a cada país obedecem a critérios vinculados ao peso das próprias economias.

Russell e Tokatlian (2008, p. 22), ao discutirem as possíveis estratégias da América Latina frente aos Estados Unidos, consideram que para os países da região é útil “o multilateralismo vinculante (que) implica a utilização das instituições internacionais para se opor a propostas ou ações dos Estados Unidos que violem a legalidade internacional, e para induzi-los, com outros países, a aderir a acordos e regimes internacionais que necessitem a sua participação para ser eficientes, assim como concertar com outros países a fim de ampliar a capacidade de ação coletiva frente a Washington”. Essa análise contribui à explicação da perspectiva geral da política brasileira. Mas não ajuda a explicar a posição frente à OEA, pela especificidade das relações dentro desta organização. No caso da organização hemisférica, vista a assimetria de poder, a experiência histórica e recente tem sugerido ao Estado brasileiro que políticas multilaterais não surtem os efeitos desejados pelos governos do país. A preocupação do Brasil no governo Lula da Silva pelas bases norte-americanas na Colômbia, a falta de sintonia na crise de Honduras, o modo como os Estados Unidos persistem em discutir questões como o narcotráfico e as guerrilhas colombianas, são todos pontos que indicam evidentes dificuldades na utilização da OEA, mesmo sem abdicar do reconhecimento de sua competência no trato de alguns temas de interesse comum. Torna-se evidente a colocação da OEA numa escala com menor comunidade de valores que os existentes nas relações com Mercosul, Unasul e CELAC.

A probabilidade desta situação da OEA modificar-se no final dos anos 2010 parece difícil. Tanto de parte brasileira quanto de parte norte-americana há indícios muito fortes no sentido de privilegiar a tentativa de melhoria das relações bilaterais. Por um lado, como vimos no caso de forças econômicas, políticas e sociais brasileiras, em oposição ou dentro do governo, redobram-se as pressões para buscar consistentes pontos de encontro sobretudo nos aspectos econômicos e comerciais, além de políticos. No caso dos Estados Unidos, há ambiguidades. Muitas vezes a posição do governo, particularmente da administração Obama, converge para a busca da melhora nas relações. Nisto parcialmente apoiada por setores governa-

mentais, empresariais, *think tanks*, sobretudo os liberais. Uma figura que tem tido um papel relevante neste sentido é o vice-presidente Joe Biden. Mesmo no caso das escutas realizadas pela *National Security Agency* (NSA) em relação à presidente brasileira, sobre o qual o governo do Brasil exigiu pedido formal de desculpas desde 2013, há movimentos que visam acomodar a situação, deles participando o ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira. Ao mesmo tempo, devemos registrar que os setores conservadores, sobretudo no âmbito republicano, agem de modo agressivo, particularmente contra aspectos da política externa brasileira: por exemplo, são decididos críticos do sistema BRICs. As sérias dificuldades em que se encontra o governo Obama, enfrentando um Congresso hostil, indicam que, do mesmo modo que no conjunto das relações externas, não há diretrizes consistentes também em relação ao Brasil.

Neste contexto compreende-se o encontro presidencial bilateral no Panamá em abril de 2015 e a negociação para reabrir o caminho interrompido na preparação da visita de Estado brasileira a Washington. As diferenças em relação a períodos anteriores que surgem ao longo do segundo mandato Rousseff são melhor identificadas na política norte-americana. O *New York Times* (21/3/2015), ao analisar em editorial os problemas brasileiros⁸, busca destacá-los:

So far, those hopes appear to have been misplaced. Ms. Rousseff has been an underwhelming leader on domestic matters and, perhaps most disappointing, on the world stage. While the other three large emerging economies, China, Russia and India, are pursuing muscular foreign policies, under Ms. Rousseff's watch, Brazil's voice in the international arena barely registers above a whisper.

As conclusões para o jornal são de que um caminho para a busca de maior estabilidade no Brasil seria agir de forma a contemplar interesses norte-americanos contestados na América Latina. Assim:

Nonetheless, Brazil can play a pivotal role in two Latin American countries that are of growing importance to the United States. In Venezuela, Brazil may be the most influential external actor capable of bridging the dangerous divide between the government of President Nicolás Maduro and the opposi-

⁸ Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/03/22/opinion/sunday/brazils-dim-voice-on-the-world-stage.html?_r=0>.

tion, which Mr. Maduro has confronted by jailing its leaders. Mr. da Silva, a charismatic politician who reveled in diplomatic deal-making, often used his significant leverage on Mr. Maduro's fiery predecessor, Hugo Chávez.

In Cuba, Brazil could play a constructive role in the economic and political evolution of the island as the Castro era comes to an end. Brazil has already invested in a huge new seaport that could help resurrect Cuba's anemic economy.

Na mesma direção, em Washington busca-se mostrar como o interesse econômico dos dois países aponta para a melhoria das relações, o que deveria encaminhar a um novo patamar de convergência e de cooperação. Meacham (2015), do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) indica o que entende ser o caminho:

In simple terms, Brazil and the United States have abundant reason to cooperate. Brasilia's economic needs coupled with Washington's desire to codify the relationship justify that cooperation.... Washington's preference for FTAs is not immediately compatible with Brasilia's tendency toward rules-based multilateral trade.... Add to this the complications of Brazil's membership in Mercosur, which explicitly limits members' ability to seek free trade agreements outside of the bloc as we've seen with the Mercosur-EU free trade agreement process, and it becomes clear that any meaningful free-trade effort can only result from careful diplomatic maneuvering. Conclusions: The two biggest economies in the Western Hemisphere can't continue to operate in economic parallel. The potential gains from broader bilateral trade cooperation are enormous, and both Washington and Brasilia appear increasingly open to having the discussion. In the face of domestic turmoil and dissatisfaction, Dilma could seize bilateral trade as a new goal—and one that could deliver tangible results that could play well at home given growing public support. Even embroiled in political crisis, working with Washington could be a much-needed way out.

O desenvolvimento econômico e político brasileiro na década 2000 foi importante, mas não permite vislumbrar atenuação forte na assimetria com os Estados Unidos. Não houve de parte dos governos brasileiros o objetivo de competir nem de criar blocos antagônicos. Buscaram negociar, contrapor-se partindo do pressuposto dos interesses nacionais, que incluem o combate à miséria, a diminuição das desigualdades que persistem, a defesa de políticas adequadas de proteção ambiental preservando as políticas de desenvolvimento, etc.. Vimos que houve uma política visan-

do constituir um pólo autônomo no sistema internacional. Algumas vozes norte-americanas reconheceram isso.

É tempo de trabalhar de forma mais próxima com o Brasil na busca dos interesses em comum relativos ao fortalecimento da governança global, da promoção da estabilidade regional, da proteção ao meio ambiente e à saúde pública, da liberalização e expansão do comércio internacional na agricultura e nos serviços e na segurança energética. (LOWENTHAL, 2008, p. 37-38).

Ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores, não houve tensões significativas entre o Brasil e os Estados Unidos. Pelo menos desde 1990, o relacionamento não se modificou estruturalmente. Porém, não significa que inexistiram contraposições, particularmente em temas atinentes à crítica do sempre renovado unilateralismo norte-americano, sem impedir políticas de entendimentos e cooperação (PATRIOTA, 2008). No campo econômico e comercial, houve disputas, como o recurso brasileiro contra os subsídios norte-americanos ao algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC), julgada definitivamente pelo seu Órgão de Solução de Controvérsias favoravelmente ao Brasil em junho de 2008. Em geral disputas inseridas no quadro de controvérsias “normais” entre países. As controvérsias de caráter econômico e comercial sempre tiveram apoio *bi-partisan* no Brasil.

Ao mesmo tempo, houve espaço para falta de sintonia, que nos anos 2010 cresceram em alguns campos. O que devemos considerar importante, para a análise da posição brasileira frente aos Estados Unidos, com reflexos no que se refere à OEA, é que um campo onde essa falta de entendimento tem se feito sentir com intensidade é justamente no das relações hemisféricas. “Não há dúvidas de que o período desde 2009 tem evidenciado a distância fundamental que separa Brasil e Estados Unidos quando o tema é a gestão da ordem regional nas Américas.” (CASTRO NEVES; SPEKTOR, 2011, p. 149). Para os governos brasileiros, a consequência é o debilitamento da instância que deveria abrigar institucionalmente essas relações, a OEA. A existência na América Latina, particularmente entre alguns países da América do Sul, de posições que coincidem na busca de maior autonomia frente aos Estados Unidos, acaba fortalecendo a percepção brasileira de parcial enfraquecimento da OEA. Como dissemos, esta

percepção em relação à OEA não deve mudar a curto prazo, mesmo no caso de mudanças nas relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

A crise da OEA não é nova. Em diferentes momentos históricos ela se debilitou. Mas podemos afirmar que, desde a crise de Honduras de julho de 2009, enfrenta diversas dificuldades para manter-se como referência institucional para as relações hemisféricas. Ao longo dos últimos anos, o Brasil adotou uma postura para a gestão das relações hemisféricas que não era compatível com as posições norte-americanas. No conjunto das relações interamericanas, essa falta de compatibilidade confluiu, mesmo não sendo fator decisivo, para o impasse que é observado simultaneamente como causa e sintoma de enfraquecimento da OEA. Naquilo que concerne às posições brasileiras, destaca-se a crise em relação à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) decorrente da medida cautelar que recomendava a suspensão imediata do licenciamento da Usina Hidroelétrica de Belo Monte em abril de 2011, e a posição na VI Cúpula das Américas em abril de 2012, quando a totalidade dos países latino-americanos deixaram os Estados Unidos, e parcialmente o Canadá, isolados na sustentação da posição de não participação de Cuba nas cúpulas seguintes e de não apoiar a reivindicação argentina no tocante à sua soberania sobre as Ilhas Malvinas/Falklands. Analisada *ex post facto*, esta postura contribuiu poderosamente para o descongelamento das relações Estados Unidos-Cuba. A partir de 17 de dezembro de 2014 iniciou-se uma nova fase, inclusive de reconhecimento diplomático recíproco.

Essa nova situação não parece pesar para o revigoramento da OEA. Desse modo, justifica-se a alocação dessa organização como o quarto círculo concêntrico para a política externa brasileira no continente. A posição do Brasil não pode ser classificada como de oposição à OEA e às suas diferentes áreas de atuação, mas deve ser considerada como sendo uma posição de perfil baixo. Do mesmo modo que é também consensual a ideia que os Estados Unidos não encontram na organização uma estrutura que sistematize suas relações continentais.

5 CONCLUSÃO

Utilizamos neste artigo a ideia de círculos concêntricos, o que facilita a compreensão da posição brasileira. Autores clássicos de relações

internacionais, com ênfase os geopolíticos, dão grande importância à ideia de sistema internacional e ao posicionamento nele. Aron (1979, p. 123) lembra que “no começo do século [XX] os manuais de história diplomática pregavam a sabedoria das ‘alianças de duas frentes’” e chamava a atenção para a existência da possibilidade de reversão desses alianças. Isto é, hierarquizavam-se as relações externas de cada Estado. No caso brasileiro, alguns preferem não considerar as relações nas Américas como referidas a círculos concêntricos. O ministro Amorim as classifica como “três níveis de integração” (SENNES, 2012, p. 2). Acreditamos que a hierarquização que descrevemos neste artigo explicita bem a percepção brasileira, particularmente do governo, da presidência ao Ministério das Relações Exteriores: o Mercosul é o primeiro círculo e a OEA o quarto. Há o objetivo de focalizar os interesses, sem desqualificar todas as instâncias de colaboração e cooperação, ainda que em temas específicos, não em tudo.

Compreender a posição internacional e hemisférica do Brasil implica considerar o conceito de autonomia, tido um princípio fundamental para salvaguardar-se contra os efeitos mais nocivos do sistema internacional. Para diferentes autores, fundamenta a articulação entre os conceitos de independência, diversificação e universalismo. O termo autonomia, no caso brasileiro, remete à ideia de ampliação das margens de atuação ou de escolha do Estado, tendo em conta a percepção das condições do sistema doméstico e internacional em um determinado período. A ideia surge como explicativa de muitas das posições internacionais, quaisquer sejam os governos. Mesmo com a atual instabilidade política e econômica no Brasil, não há perspectiva de que a busca pela autonomia deixe de ser um horizonte da política externa brasileira. Passível de mudanças é aquilo que se entende por autonomia, e os meios de atingi-la. Como observamos, as dificuldades de negociação política interna somada à crise econômica colocam entraves para o protagonismo brasileiro na região. Em todas as esferas analisadas, a política regional desenvolvida durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores é desafiada por pressões por uma aproximação mais intensa com os países centrais.

Ao discutir a posição brasileira frente às organizações regionais, um tema histórico parece retomar força: a relação com os Estados Unidos. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores, condições particulares,

comércio internacional favorável, fortalecimento dos países genericamente anti-hegemônicos na América do Sul, capacidade de protagonismo internacional, participação no grupo dos BRICs, crescente relevância da China, possibilitaram manter relações amistosas com os Estados Unidos, sempre no plano da normalidade diplomática. Isso ocorreu em um contexto de posicionamento forte contra o unilateralismo nas diferentes arenas, seja no comércio, seja na geopolítica, seja nas organizações multilaterais, inclusive a ONU, etc. A crise brasileira de 2014/2015, política e econômica, fortalece novas atitudes. Parece que no tocante às relações externas, há o crescimento da reivindicação de empresários, de forças políticas, com impacto na alta administração do Estado, visando a adesão aos regimes internacionais formatados pelos Estados centrais. Vimos como essas atitudes repercutem na defesa da adesão aos grandes acordos internacionais em discussão, seja com a União Europeia seja com os Estados Unidos e países asiáticos. Os atuais impasses não se resolverão rapidamente. Deve-se chamar a atenção ao fato de que setores como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior já estão trabalhando nesta direção. Negociações como a Rodada de Diálogo Comercial entre Estados Unidos e Brasil, desenvolvidas por esse ministério nos meses de fevereiro e março de 2015, visam abrir caminhos. O que deve ser destacado, como sinalizou o secretário de Comércio Exterior, Daniel Godinho⁹, é que há novidades. Além de tratar as questões de facilitação de comércio no âmbito multilateral como tem sido feito, avançou-se no tratamento bilateral.

A pergunta que podemos fazer, sem resposta, é se os sinais que discutimos neste texto indicam uma inflexão de parte brasileira, ou apenas pequenos ajustes na tradição histórica discutida da autonomia e do fortalecimento das instituições regionais.

REFERÊNCIAS

ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília, DF: Editora UnB, 1979.

BACHA, E. *Integrar para crescer: o Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro: IEPE; Casa das Garças, 2013. (Texto para Discussão, n. 27).

⁹ “Diálogo Brasil-EUA avança nas áreas de regulação e facilitação do comércio”. Valor Econômico, 20 mar. 2015.

- BELL, A.; ARMSTRONG, F. *OAS: new leadership, old challenges*. Washington, DC: Center for Latin American and Latino Studies, American University, 2015.
- BERNAL-MEZA, R. *América Latina en el mundo*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.
- BITTAR, S.; HERSHBERG, E. *North-south relations in the western hemisphere*. Washington, DC: American University, Mid-Atlantic Council of Latin American Studies, 2012. (Paper).
- BORDA, S. *Desafíos y oportunidades de la Unión de Naciones Suramericanas – UNASUR*. Buenos Aires: CRIES, 2012. (Documentos CRIES, n. 18).
- BRICEÑO RUIZ, J. Autonomia y desarrollo en el pensamiento integracionista latinoamericano. In: BRICEÑO RUIZ, J.; RIVAROLA, A.; GRAGEA, Á. (Ed.). *Integración latinoamericano y caribeña*. Política y economía. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012. p. 27-58.
- BULL, H. *A sociedade anárquica*. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.
- BURGES, W. S. Consensual hegemony: theorizing brazilian foreign policy after the cold war. *International Relations*, London, v. 22, n. 1, p. 65-84, 2008.
- CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.
- CASARÕES, G. S. 'O tempo é o senhor da razão?': a política externa do governo Collor, vinte anos depois. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CASTRO NEVES, J. A.; SPEKTOR, M. Obama e o Brasil. In: LOWENTHAL, A.; WHITEHEAD, L.; PICCONE, T. (Ed.). *Obama e as Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 43-54.
- CHOI, Y. J.; CAPORASO, J. A. Comparative regional integration. In: CARLNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. (Ed.). *Handbook of international relations*. London: Sage Publications, 2002. p. 480-499.
- COLACRAI, M. Los aportes de la Teoría de la Autonomía, genuína contribución sudamericana: la autonomía es hoy una categoría en desuso o se enfrenta al desafío de una renovación en un contexto interdependiente y más complejo? In: LECHINI, G.; KLAGSBRUNN, V.; GONÇALVES, W. (Ed.). *Argentina e Brasil, vencendo os preconceitos: as várias arestas de uma concepção estratégica*. Rio de Janeiro: Revan, 2009. p. 33-49.
- FONSECA JÚNIOR, G. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- GARCIA, M. A. Dez anos de política externa. In: SADER, E. (Ed.). *Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 53-68.
- GARDINI, G. L.; LAMBERT, P. (Ed.). *Latin American foreign policies: between ideology and pragmatism*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- HAAS, E. *The uniting of Europe: political, social, and economic forces*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.
- HERZ, M. *The organization of American States (OAS): global governance away from the media*. London: Routledge, 2011.
- JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- JAGUARIBE, H. Autonomia periférica e hegemonia cêntrica . *Estudios Internacionales*, Santiago, v. 46, p. 91-130, abr./jun. 1979.
- LOWENTHAL, A. Recomendações da política americana para a América Latina. *Política Externa*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 33-40, mar./maio 2008.
- LULA DA SILVA, L. I. *Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul*. Córdoba, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/discurso>>. Acesso em: 2 dez. 2006.
- MALAMUD, A. Mercosur turns 15: between rising rhetoric and declining achievement. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 421-436, 2005.
- MALAN, P. S. et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- MARIANO, M. P. *A política externa brasileira, o Itamaraty e o Mercosul*. 2007. 217 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- MATLARY, J. H. *Integration theory and international relations: what does the elephant look like and how should it be studied?* In: ECSA WORLD CONFERENCE, 2., 1994, Brussels. *Papers...* [S.l.]: ECSA, 1994. Paper.
- MATTLI, W. *The logic of regional integration: Europe and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- MEACHAM, C. *Protests, corruption, and recession: is Brazil ready for trade cooperation with the United States?*. Washington, DC: CSIS, 2015.
- MELLO, F. de C. *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. 2000. 219 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MEYER, Peter J. *Organization of American States: background and issues for congress*. Washington, DC: Congressional Research Service, 2013.
- MORAVCSIK, A. Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmental approach. In: BULMER; SCOTT. (Ed.). *Economic and political integration in Europe: international dynamics and global context*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 29-80.
- MORAVCSIK, A. Taking preferences seriously: a liberal theory of International Relations. *International Organization*, Cambridge, v. 51, n. 4, p. 513-553, Sept. 1997.
- MORAVCSIK, A. The European constitutional compromise and the neofunctionalist legacy. *Journal of European Public Policy*, Abingdon, v. 12, n. 2, p. 349-386, 2005.
- MORGENTHAU, H. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília, DF: Editora UnB, 2003.
- PATRIOTA, A. A. O Brasil e a política externa dos EUA. *Política Externa*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-109, jun./ago. 2008.
- PIERSON, P. The path to European integration: a historical-institutionalist analysis. In: SANDHOLTZ, W.; SWEET, A. S. (Ed.). *European integration and supranational governance*. New York: Oxford University Press, 1998. chap. 2.
- PINHEIRO, L. *Política externa brasileira, 1889-2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PUIG, J. C. *Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana*. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.
- PUIG, J. C. Introducción. In: _____. (Org.). *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984. Tomo I.
- RUSSEL, R.; TOKATLIAN, J. G. From antagonistic autonomy to relational autonomy. *Latin American Politics and Society*, Hoboken, v. 45, n. 1, p. 1-24, 2003.
- RUSSEL, R.; TOKATLIAN, J. G. A América Latina e suas opções estratégicas frente aos Estados Unidos. *Política Externa*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 7-27, dez. 2007/fev. 2008.

RUSSEL, R.; TOKATLIAN, J. G. *Autonomía y neutralidad en la globalización: una readaptación contemporânea*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

SABATINI, C. Rethinking Latin America. *Foreign Affairs*, Tampa, Mar./Apr. 2012. Não paginado.

SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: el caso de UNASUR. In: COORDINADORA REGIONAL DE INVESTIGACIONES ECONOMICAS E SOCIALES. *Anuario de la integración regional de América Latina y el Gran Caribe 2012*. Buenos Aires, 2012. p. 19-72.

SANTOS, L. C.; VILLAFÁÑE, G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília, DF: FUNAG, 2014.

SCHMITTER, P. C. A revised theory of regional integration. *International Organization*, Cambridge, v. 24, n. 4, p. 836-868, Autumn 1970.

SENNES, R. Brasil, Paraguai e as questões recentes. *Interesse Nacional*, São Paulo, v 5, n. 19, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/brasil-paraguai-e-as-questoes-regionais-recentes/3/>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

SIMONOFF, A. Integración y autonomía en el pensamiento de Juan Carlos Puig. In: BRICEÑO, R. J.; SIMONOFF, A. (Ed.). *Integración y cooperación regional en América Latina: una relectura a partir de la teoría de la autonomía*. Buenos Aires: Biblos, 2015. p. 121-142.

SORJ, B.; FAUSTO, S. Brasil: actor geopolítico regional y global. In: _____. (Ed.). *Brasil y América Latina: ¿qué liderazgo es posible?* São Paulo: Fundação iFCH; Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2013. p. 23-68.

THORSTENSEN, V.; FERRAZ, L. *The impacts of TTIP and TPP on Brazil*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2014. Paper.

VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do pacífico. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, p. 57-79, 2011. Suplemento.

VELASCO E CRUZ, S. C. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

VIGEVAI, T.; CEPALUNI, G. *A política externa brasileira: a busca da autonomia de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WALTZ, K. N. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

SOBRE OS AUTORES

ALBÉRIO NEVES FILHO

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Atualmente é professor efetivo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Estudos de Economia Política voltados para a Ciência do Direito e Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: economia política clássica, moderna e contemporânea e pensamento político social aplicados. Endereço eletrônico: alberionevesfilho@gmail.com

ALBERTO HANDEAS

Doutor em Economia - New School for Social Research (2012). Concentra suas atividades nas áreas de Macroeconomia, Economia Política e Desenvolvimento Econômico, com ênfase em Moedas, Inflação e Ciclos de Acumulação. É professor adjunto da EPPEN - Unifesp. Endereço eletrônico: albhnd@gmail.com

ANABELLA BUSO

Mestre em Ciência Política pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Professora adjunta de Relações Internacionais e Professora Titular de Política Internacional e Política Internacional Latino-americana na Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosário (UNR). Professora de Pós-Graduação na Argentina (UNR, FLACSO, Universidade Nacional de La Plata, Universidade Nacional de Cuyo) e no Uruguai (Universidade Nacional de La República). Pesquisadora adjunta do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e do Centro de Estudos em Relações Internacionais de Rosário (CERIR), além de Coordenadora do Departamento de América do Norte do Instituto de Relações Internacionais (IRI). Endereço eletrônico: anabella.busso@fcpolit.unr.edu.ar

CAROLINA SOCCIO DI MANNO DE ALMEIDA

Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Mestre em ciência política pela Universidade Federal de Pernambuco na sub-área de Relações Internacionais com ênfase em Teoria das Relações Internacionais. Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco. Endereço eletrônico: carolinasoccio@hotmail.com

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

Doutora em Ciência Política pela USP, Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Professora de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas e em Ciências Sociais da UNESP. Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq. Atua como Pesquisadora Associada do NERINT/UFRGS e do Grupo de Pesquisa UNIFESP/UFABC. Endereço eletrônico: crispece@gmail.com

FRANCISCO LUIZ CORSI

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e pós-doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (2011). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Endereço eletrônico: flicorsi@uol.com.br

GUSTAVO JOSÉ DE TOLEDO PEDROSO

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2007). Atualmente é professor Doutor na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca, e realiza pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em História da Filosofia Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Ideologia, T. W. Adorno, Totalitarismo, Indústria Cultural e Teoria Crítica. Endereço eletrônico: gustavofilosofia1@gmail.com

JULIANO AKIRA DE SOUZA ARAGUSUKU

É doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, San Tiago Dantas, da UNESP, UNICAMP e PUC-SP com bolsa da FAPESP. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). É pesquisador do Grupo de Estudos Ásia Pacífico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (GEAP/PUC-SP); pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI/USP). Endereço eletrônico: julianoakira@gmail.com

LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI

Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp (2011). Atualmente é professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) da Unesp/Marília e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na mesma universidade. Atua na pesquisa em Ciência Política com ênfase nas áreas de estudos gramscianos, teoria política marxista e política e classes sociais. Endereço eletrônico: leandrogalastri@gmail.com

MARCOS FERREIRA DA COSTA LIMA

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e Pós-Doutor pela Université Paris XIII- Villetaneuse (2003). Professor da Universidade Federal de Pernambuco no Deptº de Ciência Política. Atualmente é diretor da Associação Brasileira de Relações Internacionais (2015/2017) e coordenador do Instituto de Estudos da Ásia (2015). Foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (2011-2012). Endereço eletrônico: marcoscostalima@terra.com.br

MEIRE MATHIAS

É Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e professora adjunta no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política Exterior e Relações Internacionais, trabalha principalmente com temas de política externa brasileira, integração regional, América Latina e política internacional. Endereço eletrônico: meire_mathias@uol.com.br

RAFAEL SALATINI DE ALMEIDA

Doutor em Ciência Política pela FFLCH-USP (2009). Pesquisador do pensamento político moderno e contemporâneo (especialmente os temas democracia, cidadania e direitos humanos). Professor do Curso de Relações Internacionais da UFGD (2009-2010), do curso de Pós-Graduação lato sensu em Direitos Humanos e Cidadania da UFGD (2010), do curso de Relações Internacionais da Unesp-Marília (desde 2010), do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC/Unesp-Marília (desde 2013), coordenador do grupo de estudos PACTO - Paz, Cultura e Tolerância (desde 2010), coeditor da Brazilian Journal of International Relations - BJIR (desde 2010). Endereço eletrônico: rafaelsalatini@marilia.unesp.br

RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação da Unesp de Marília e Professor Colaborador do Programa de Pós-

Graduação em Ciência Política da Unicamp. É co-líder do Grupo de Pesquisa “Marxismo e Pensamento Político”, cadastrado no CNPq. Endereço eletrônico: rodrigopassos@marilia.unesp.br

TULLO VIGEVANI

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Titular aposentado do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. É também professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). É pesquisador do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e do INEU (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos dos Estados Unidos). Endereço eletrônico: vigevanit@uol.com.br

SOBRE O LIVRO

Formato	16X23cm
TipologiaAdobe	Garamond Pro
Papel	Polén soft 85g/m2 (miolo) Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento	Grampeado e colado
Tiragem	300
Catálogoção	Telma Jaqueline Dias Silveira - CRB- 8/7867
Normalização	Janáina Celoto Guerrero. CRB-8/6456.
Assessoria Técnica	Maria Rosangela de Oliveira - CRB-8/4073
Capa	Edevaldo D. Santos
Diagramação	Edevaldo D. Santos
Produção gráfica:	Giancarlo Malheiro Silva

2016

Impressão e acabamento

Gráfica Campus
Unesp -Marília - SP

VISÕES DO SUL:

Crise e Transformações do Sistema Internacional

É uma grande satisfação e honra apresentar um livro que busca resgatar e recolocar questões de grande relevância tendo o Sul como temário central e norte de debates e análises no campo das Relações Internacionais. Os capítulos aqui reunidos constituem as contribuições das conferências e mesas apresentadas na XII Semana de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", tendo como tema "Visões do Sul: Crise e Transformações no Sistema Internacional", ocorrida em Franca entre 11 e 15 de agosto de 2014. Muito mais que uma metáfora ou uma busca de escapar aos temas tradicionais que focam em perspectivas eurocêntricas e do Norte no campo internacionalista, a proposta deste livro tem um sentido mais amplo ao buscar focar os Estados meridionais da política internacional. (Do prefácio de Shiguenoli Miyamoto).

ISBN 978-85-7983-790-6



9 78 85 79 83 79 0 6